



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Luiz Henrique Alves Sombra

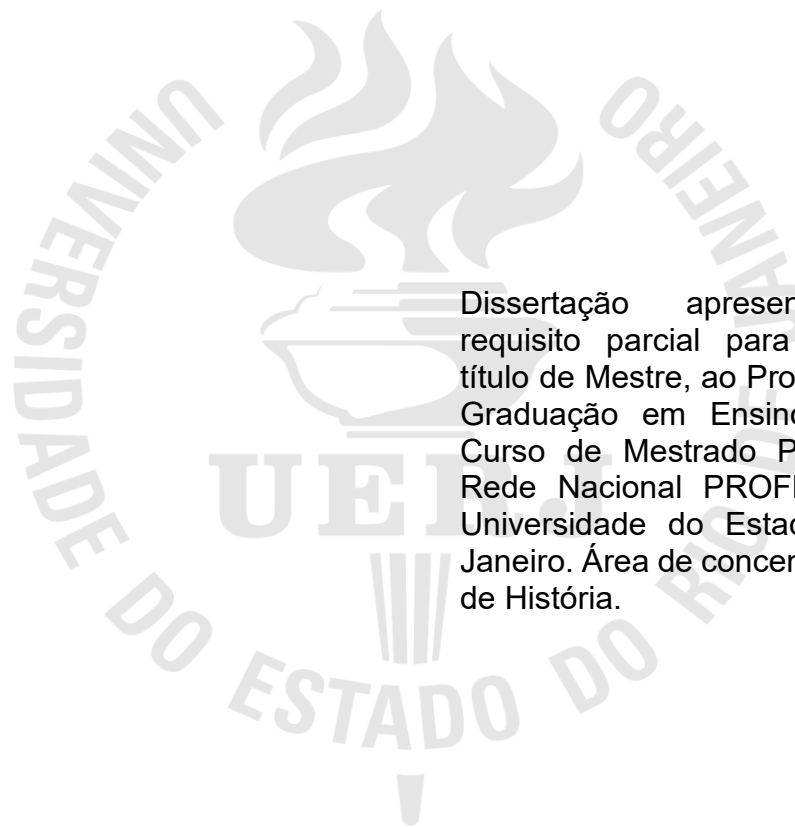
Longe de Deus e dos livros didáticos: o ensino de história da América Hispânica no século XIX no ensino médio através da análise de textos e imagens nos manuais didáticos do PNLD (2018)

São Gonçalo

2023

Luiz Henrique Alves Sombra

**Longe de Deus e dos livros didáticos o ensino de história da América
Hispânica no século XIX no ensino médio através da análise de textos e
imagens nos manuais didáticos do PNLD (2018)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gouveia

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S693 Sombra, Luiz Henrique Alves.

TESE Longe de Deus e dos livros didáticos: o ensino de história da América Hispânica no século XIX no ensino médio do Rio de Janeiro através da análise de textos e imagens nos manuais didáticos do PNLD (2018) / Luiz Henrique Alves Sombra. – 2023.

208f.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gouveia.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. História - Estudo e ensino - Teses. 2. Didática (Ensino médio) – Teses. 3. Livros didáticos - Teses. I. Gouveia, Francisco. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 – 5190

CDU 94(07):371.671

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luiz Henrique Alves Sombra

**Longe de Deus e dos livros didáticos o ensino de história da América
Hispanica no século XIX no ensino médio através da análise de textos e
imagens nos manuais didáticos do PNLD (2018)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em _____ de _____ 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Gouveia (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Everardo Paiva de Andrade
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Deni Alfaro Rubbo
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Suplente: Prof. Dr. Eduardo Ferraz
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Roveredo Fagundes e Cristina Maria Alves Fagundes — tios amados e começo de tudo em minha já longa vida (in memoriam). À minha avó materna, Maria Cristina da Conceição Alves — meu eterno porto seguro (in memoriam). À Fernanda Azevedo Menezes Ferreira — ajuda indispensável na cura do corpo e da mente, sem a qual não teria iniciado e concluído o ProfHist-Uerj e ressignificado a vida. Por fim, e, claro, à Júlia Navarro Sombra — filha amada, parceira nos estudos das Ciências Humanas e nas viagens pelo Brasil e pela Sulamérica.

AGRADECIMENTOS

Concluir o Mestrado em Ensino de História no ProfiHist foi um ato de persistência. Em meio a tudo que vivi e vivemos nos últimos 3 anos: o desastre bolsonarista, pandemia, isolamento quase completo por um ano e meio e a superação dessa situação distópica ao fim de quase dois anos; a vitória do atual Presidente da República (um companheiro de viagem à distância) e o afastamento do perigo imediato de um novo golpe de Estado autoritário no Brasil; os sustos na reta final com 3 intercorrências graves depois de cinco anos de vida ativa, e, por fim, safar-me com a ajuda de minha filha Júlia e dos médicos.

Finalmente pude terminar de revisar o texto escrito e dedicar-me aos procedimentos necessários à conclusão desta aventura, iniciada em 2020. Tive, todo o tempo, o apoio dos colegas de estudo e trabalho no enfrentamento dos percalços dos calendários conflitantes e, sobretudo, dos grandes amigos, Yoav Passy, Ricardo Kautzmann, Paulo Serpa, Lúcia Helena Castro Oliveira, Roberto Carneiro, Liamar Botelho, Yagoo Moura, Marco Catanho, Cláudia Chaves (Gestora do Colégio Estadual Mato Grosso, meu atual pouso), Margarida Rosa, Jéssica Campos, Carlos Roberto de Souza, Carlos Alberto Teixeira, Thereza Alves (minha mãe), Margareth Silva, Myrian Sepúlveda dos Santos, Henrique Samet, Aline Bezerra da Silva, Fátima Portilho, e por fim, mas com muita importância e gratidão, aos magistrados Marcello e Neusa Larsen, amigos e pais exemplares na orientação ética e acadêmica dos filhos.

Certamente a memória está me traindo e devo estar esquecendo alguém. Desculpas antecipadas.

Aos professores doutores do ProfiHist, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o meu muito obrigado pelo acolhimento e orientação acadêmica. Entrei um saí outro.

Agradeço especialmente ao meu Orientador, Dr. Francisco Gouveia, carinhoso e seguro ao mesmo tempo, concedendo-me a liberdade necessária para escrever além do previsto originalmente no Projeto de Pesquisa. Nunca me senti pressionado de forma devida ou indevida. Sempre fui acolhido em minhas dificuldades. Devo à sua orientação e conselhos a conclusão desta Dissertação. Muito obrigado, Mestre Chico!

E, por fim, a todos os alunos e alunas que me fizeram professor! Pisei numa sala de aula profissionalmente no distante 1982, convidado por um colega da

graduação, Cláudio Henrique. Foi paixão à primeira aula. Fui muito feliz como professor e não me arrependo nem por um momento da decisão que tomei. Mudou minha vida e espero ter contribuído para mudar a vida de alguém também.

Escola foi algo avassalador em minha trajetória.

Assim seja!

Los Hermanos

Yo tengo tantos Hermanos
Que no los puedo contar
En el valle, la montaña
En la pampa y en el mar
Cada cual con sus trabajos
Con sus sueños, cada cual
Con la esperanza adelante
Con los recuerdos detrás
Yo tengo tantos Hermanos
Que no los puedo contar
Gente de mano caliente
Por eso de la amistad
Con uno lloro, pa llorarlo
Con un rezo pa rezar
Con un horizonte abierto
Que siempre está más allá
Y esa fuerza pa buscarlo
Con tesón y voluntad
Cuando parece más cerca
Es cuando se aleja más

Yo tengo tantos Hermanos
Que no los puedo contar
Y así seguimos andando
Curtidos de soledad
Nos perdemos por el mundo
Nos volvemos a encontrar
Y así nos reconocemos
Por el lejano mirar
Por la copla que mordemos
Semilla de inmensidad
Y así, seguimos andando
Curtidos de soledad
Y en nosotros nuestros muertos
Pa que nadie quede atrás
Yo tengo tantos Hermanos
Que no los puedo contar
Y una hermana muy hermosa
Que se llama Libertad.

Bola de meia, bola de gude

“Há um menino, há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança
Ele vem pra me dar a mão
Há um passado no meu presente
Um Sol bem quente lá no meu quintal
Toda vez que a bruxa me assombra
O menino me dá a mão”
E Fernanda...

Fernando Brandt e Milton Nascimento

RESUMO

SOMBRA, Luiz Henrique Alves. *Longe de Deus e dos livros didáticos: o ensino de história da América Hispânica no século XIX no ensino médio do Rio de Janeiro através da análise de textos e imagens nos manuais didáticos do PNL D (2018)*. 2023. 208f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

A presente dissertação objetiva discutir como as coleções didáticas da disciplina História no Ensino Médio do PNL D 2018 tratam os temas relativos à história da América Hispânica, particularmente no primeiro século após as independências. Ancilarmente, traçaremos um panorama amplo da presença dos povos ameríndios, antes e depois da invasão espanhola do final do século XV, tradicionalmente denominada “descobrimto da América”. Essa abertura aos ameríndios se deve à forte presença textual e iconográfica desses povos nos atuais manuais didáticos de História. Textos e imagens das coleções didáticas foram examinados nos capítulos específicos das coleções, visando compreender como são utilizados, e com quais finalidades, os conceitos de América Espanhola ou Hispânica, América Ibérica, Indo-América ou a quase onipresente categoria de América Latina. Como são sumarizadas as histórias nacionais? Ou as histórias regionais? Como são tratados os conflitos inter-regionais? O conceito de América Latina, hoje de uso corrente nos manuais didáticos, como será demonstrado, tem historicidade? Ou é naturalizado a partir de uso retroativo, como fez Jacques Soustelle num mapa intitulado “América Latina no século XVIII”? Nesta dissertação, no capítulo 1, discuto como a historiografia acadêmica e a historiografia didática selecionada abordam os conceitos relativos à identidade cultural e política dessas novas nações. No capítulo 2, busco compreender especificamente como os livros didáticos examinados tratam os temas do nascimento e evolução posterior do mundo hispânico nas Américas. No capítulo 3, busco identificar um quadro de transição para a afirmação de novos padrões de representação visual dos povos americanos nos manuais didáticos de História. Concluo pela presença de mudanças substantivas nos critérios de representação étnica e social nos manuais examinados. Concluo também pela ausência em vários dos manuais examinados de narrativas detalhadas sobre as inúmeras e tão diferentes nações hispânicas nesses mesmos manuais.

Palavras-chave: ensino de história; livros didáticos de história; América Hispânica no século XIX; cultura escolar.

ABSTRACT

SOMBRA, Luiz Henrique Alves. *Far from God and the textbooks: The teaching of History of Hispanic America in the 19th century in high school in Rio de Janeiro through the analysis of texts and images in the PNLD teaching manuals (2018)*. 2023. 208f. Dissertation (Professional Master's Degree in National Network PROFHISTÓRIA) – Faculty of Teacher Training, State University of Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

This dissertation aims to discuss how the didactic collections of the PNLD 2018 High School History subject deal with themes related to the history of Hispanic America, particularly in the first century after independence. Firstly, we will draw a broad overview of the presence of Amerindian peoples, before and after the Spanish invasion at the end of the 15th century, traditionally called “discovery of America”, an expression that holds a strong coloniality. This openness to the Amerindians is due to the strong textual and iconographic presence of these people in the current History textbooks. Were texts and images from teaching collections examined in specific chapters of the collections, aiming to understand how the concepts of Spanish or Hispanic America, Iberian America, Indo-America or the almost omnipresent category of Latin America are used, and for what purposes? How are national histories summarized? Or the regional stories? How are interregional conflicts handled? Does the concept of Latin America, currently in common use in teaching manuals, as will be demonstrated, have historicity? Or is it naturalized through retroactive use, as Jacques Soustelle did on a map entitled “Latin America in the 18th century”? In this dissertation, in chapter 1, I discuss how academic historiography and selected didactic historiography discuss concepts related to the cultural and political identity of these new nations. In chapter 2 I seek to specifically understand how the textbooks examined deal with the themes of the birth and subsequent evolution of the hispanic world in the Americas. In chapter 3, I seek to identify a transitional framework for the affirmation of new standards of visual representation of the American people in History textbooks. I conclude by the presence of substantive changes in the criteria of ethnic and social representation in the manuals examined. I also conclude by the absence of detailed narratives about the countless and very different Hispanic nations in these same manuals.

Keywords: history teaching; history textbooks; Hispanic America in the 19th century; school culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------|---|----|
| Figura 1 - | Festa Junina de Campina Grande, na Paraíba, edição de 2015 | 22 |
| Figura 2 - | Turista fotografando no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, 2010 | 22 |
| Figura 3 - | Reprodução fotográfica de Calendário Inca de Ouro, do Museu Nacional de Lima, Peru | 22 |
| Figura 4 - | Foto de homem hindu | 22 |
| Figura 5 - | Pedestres caminham na região do Pelourinho, em Salvador | 23 |
| Figura 6 - | Sufragistas sendo levadas pela polícia em Londres, 1906. E Benazir Butho em campanha eleitoral, Punjab, Paquistão, 1988 | 23 |
| Figura 7 - | Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, RJ, 1906. Instituto Moreira Sales, SP. E habitantes de Canudos, 1897 | 23 |
| Figura 8 - | Jovem indígena, Aldeia Rouxinol, Manaus | 23 |
| Figura 9 - | Mulher africana da etnia Bodi. Vale do Rio Olmo. Etiópia | 24 |
| Figura 10 - | Máscara de madeira, Século XIX, Museu Britânico, Londres | 24 |
| Figura 11 - | Ilustração e foto Art Images Archives/ Glow Images | 24 |
| Figura 12 - | Detalhe da Alegoria da Primavera, de Sandro Boticelli, 1477-1490 | 24 |
| Figura 13 - | Nascimento de Vênus de 1480, por Andy Wahroll, 1984 | 25 |
| Figura 14 - | Veículo leve sobre trilhos em Le Mans, França, 2015 | 25 |
| Figura 15 - | Apresentação de Centro de Tradições Gaúchas, Farroupilha, Rio Grande do Sul, 2015 | 25 |
| Figura 16 - | Ilustração de Maria Bonita | 25 |
| Figura 17 - | Ilustração de Ângela Davis | 26 |
| Figura 18 - | Imagem de reis africanos no Benin, Século XVIII, Museu Nacional da Nigéria | 26 |
| Figura 19 - | Jovem Bororo com pintura corporal. Mato Grosso, 2015 | 26 |
| Figura 20 - | Charge de crítica ao Big Stick e à Diplomacia do Porrete | 55 |

| | | |
|-------------|--|----|
| Figura 21 - | As razões da fragmentação política segundo um historiador contemporâneo | 55 |
| Figura 22 - | Quadro síntese dos elementos comuns aos países da América Latina, assim como o autoritarismo e o caudilhismo | 56 |
| Figura 23 - | O padre Miguel Hidalgo, por José Clemente Orozco, e a revolução popular | 56 |
| Figura 24 - | Escultura Mão, de Oscar Niemeyer, Museu da América Latina, SP. 2009 | 57 |
| Figura 25 - | Tela Emprego de negros na agricultura, de Earle Wilton Richardson, do Museu de Arte Afro-americana. 1934. Washington DC, USA | 57 |
| Figura 26 - | Representação da morte de Toussaint Louverture, líder negro haitiano, de 1855 | 58 |
| Figura 27 - | Quadro síntese da Revolução Bolivariana, na Venezuela | 59 |
| Figura 28 - | A frustração da Conferência do Panamá, convocada por Simón Bolívar | 60 |
| Figura 29 - | Trecho do Sumário do Volume 3, de História, de Vainfas e outros | 61 |
| Figura 30 - | Sumário de História em Debate, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo, volume 2 | 63 |
| Figura 31 - | Sumário de Conexões com a História, de Alexandre Alves e Letícia Fagundes Oliveira, volume 2 | 64 |
| Figura 32 - | Quadro síntese da Doutrina Monroe, de 1823 | 65 |
| Figura 33 - | A constante simbiose dos conceitos de América Latina e América Espanhola | 66 |
| Figura 34 - | O mito bolivariano | 66 |
| Figura 35 - | O anacronismo da expressão América Latina no século XVIII | 68 |
| Figura 36 - | Quadro síntese da Guerra Fria na América Latina | 69 |
| Figura 37 - | Trecho do Sumário do Volume 1, de História, de Vainfas e outros | 74 |
| Figura 38 - | O Fóssil de Luzia e o debate sobre a antiguidade do homem americano | 74 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| Figura 39 - | Imagem dupla de abertura da Unidade 4, do volume 1, de “História”. Ilustração do século XX representando Mansa Mussa e Tombuctu no século XIV | 75 |
| Figura 40 - | Imagem de abertura do capítulo 9, volume 1, de Vainfas e outros, com o mapa de Tenochtitlan, atribuído a Hernan Cortez .. | 77 |
| Figura 41 - | Fotografia de Machu Pichu, Peru | 80 |
| Figura 42 - | Hidalgo ensinando indígenas a ler, de 1930. Autor desconhecido | 81 |
| Figura 43 - | Sumário do Volume 1, de Caminhos do Homem, de Flávio Berutti e Adhemar Marques | 85 |
| Figura 44 - | Fósseis de ancestrais humanos | 85 |
| Figura 45 - | Nosso Norte e o Sul, de Torres-Garcia, 1941 | 86 |
| Figura 46 - | Trecho de Sumário do Volume 1, História: das cavernas ao terceiro milênio, de Patrícia Ramos Braick e Myrian Becho Mota | 91 |
| Figura 47 - | Fotografia dos trabalhos no Sítio Arqueológico da Serra da Capivara, no Piauí. 2015 | 91 |
| Figura 48 - | Representação da agricultura dos povos mexicas sobre lagos | 93 |
| Figura 49 - | Veias que continuam abertas...manifestação Mapuche no Chile atual | 93 |
| Figura 50 - | Sumário do volume 1, de História em Debate, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo | 97 |
| Figura 51 - | Sumário do volume 2, de História em Debate, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo | 98 |
| Figura 52 - | Charge de Angeli satirizando a Declaração dos Direitos Humanos, 1990 | 99 |
| Figura 53 - | Detalhe do Mural A grande cidade de Tenochtitlan, de Diego Rivera, de 1945 | 100 |
| Figura 54 - | O universo incaico, de Garcilaso de la Vega sobre a sociedade incaica | 102 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| Figura 55 - | Grito da Independência em 16 de novembro de 1810. Autoria desconhecida. Em destaque o padre Hidalgo | 104 |
| Figura 56 - | Detalhe do mural O povo pega em Armas, de Deni Alfaro Siqueiros, 1957 | 105 |
| Figura 57 - | Quadrinhos (HQ) no ensino de História | 108 |
| Figura 58 - | Flintstone no ensino de História | 109 |
| Figura 59 - | Fóssil Otzi reconstituído | 109 |
| Figura 60 - | Mapa e texto da diversidade cultural na América Indígena | 110 |
| Figura 61 - | Detalhe da tela A grande cidade de Tenochtitlan, de Diego Rivera | 111 |
| Figura 62 - | Família mestiça na América Espanhola do século XIX | 111 |
| Figura 63 - | Reprodução de óleo sobre tela, autor desconhecido, sobre as possíveis integrações étnicas nas Américas do final do século XIX | 112 |
| Figura 64 - | Representação do Levante negro liderado pelo general Rafael Carrera na Guatemala em 1847. Litografia do Século XX | 113 |
| Figura 65 - | Litografia de autor não-identificado sobre os seguidores de Miguel Hidalgo, no México, em 1810 | 113 |
| Figura 66 - | Página dupla com imagem de Máscara Asteca e texto de Janice Theodoro da Silva sobre Descobrimientos e Renascimento | 115 |
| Figura 67 - | Quadro Síntese da imigração de latino-americanos para o Brasil | 117 |
| Figura 68 - | Máscara africana em capa de volume 1 da Coleção Contato História, de Keila Grinberg e outros | 118 |
| Figura 69 - | Trecho de Sumário do volume 1, da Coleção Contato História, de Keila Grinberg e outros | 119 |
| Figura 70 - | Mapa dos primeiros roteiros da penetração dos primeiros povoadores da América | 120 |
| Figura 71 - | Mulheres peruanas, por Jean Baptiste Debret | 123 |
| Figura 72 - | Litografia colorida de Toussaint Louverture, século XIX | 125 |
| Figura 73 - | Bandeira Vodou na rebelião dos escravos haitianos. Sem data | 125 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| Figura 74 - | Análise da imagem de Simón Bolívar como mito | 128 |
| Figura 75 - | Sociedade asteca, por Jacques Soustelle | 130 |
| Figura 76 - | Sítio Maia de Palenque em foto de 2015, em Chiapas no México | 131 |
| Figura 77 - | Espanhóis e ingleses nas Américas | 132 |
| Figura 78 - | Representação de Malinche como tradutora de Cortez | 133 |
| Figura 79 - | Página inteira com texto e imagem sobre a independência das colônias espanholas e do Haiti | 134 |
| Figura 80 - | Pintura de Fernandez Luiz Cancino, sobre a abolição da escravidão por Bolívar | 135 |
| Figura 81 - | Primeira Conferência Internacional Americana, 1889 | 136 |
| Figura 82 - | Charge de 1869 alusiva a independência de Cuba tendo os EUA como herói e a Espanha como vilã e Cuba como uma dama em apuros | 137 |
| Figura 83 - | Imagens da sociedade colonial espanhola no século XIX | 138 |
| Figura 84 - | Texto sobre a construção do conceito de América Latina | 139 |
| Figura 85 - | Reflexos da Guerra Fria na América Latina | 141 |
| Figura 86 - | Tupac Amaru II | 149 |
| Figura 87 - | Tupac Amaru II (2) | 149 |
| Figura 88 - | Mapa de Tenochtitlan, atribuído a Hernan Cortez | 151 |
| Figura 89 - | Jovem indígena da Aldeia Rouxinol, Manaus, 2008. Foto de Fábio Colombini | 152 |
| Figura 90 - | Sítio arqueológico de Moray, no Peru. 2015 | 153 |
| Figura 91 - | Imagem do Códice Florentino, de Bernardino Sahagún, de 1540 | 153 |
| Figura 92 - | Imagem de máscara de ouro do século VII, do atual México | 154 |
| Figura 93 - | Execução de Atahualpa por Pizarro. Gravura de Guaman Poman de Ayala | 155 |
| Figura 94 - | Gravura de Theodore de Bry, XVI | 155 |
| Figura 95 - | Detalhe do Códice de Osuna, 1563 | 156 |
| Figura 96 - | Texto de Bartolomeu de Las Casas sobre a Conquista Espanhola das Américas | 156 |
| Figura 97 - | Tupac Amaru | 157 |

| | | |
|--------------|--|-----|
| Figura 98 - | Toussaint-Louverture equestre | 157 |
| Figura 99 - | Representações servis de indígenas mexicanos sob o Porfiriato | 158 |
| Figura 100 - | Cartaz comemorativo do Centenário da Revolução Mexicana, em 2010 | 159 |
| Figura 101 - | Imagem encoberta de Machu Pichu | 161 |
| Figura 102 - | Detalhe do Mural A chegada de Hernan Cortez a Veracruz, de Diego Rivera, de 1951 | 162 |
| Figura 103 - | Hidalgo, por José Clemente Orozco. 1937 | 163 |
| Figura 104 - | Detalhe do afresco A guerra de independência no México, de Diego Rivera | 164 |
| Figura 105 - | Alegoria popular sobre o padre Hidalgo | 164 |
| Figura 106 - | Detalhe do mural Sonho de uma tarde dominical, de Diego Rivera, 1947 | 165 |
| Figura 107 - | Alegoria do Big Stick | 165 |
| Figura 108 - | Charge do brasileiro Calixto ironizando a proteção norte- americana aos países hispânicos | 166 |
| Figura 109 - | Sumário do Volume 3, de História Global, de Gilberto Cotrim | 166 |
| Figura 110 - | Jongo de Piquete, SP. 2007 | 168 |
| Figura 111 - | Sumários do Volume 2 de História, Sociedade e Cidadania, de Guilherme Boulos | 169 |
| Figura 112 - | Sumários do Volume 2 de História, Sociedade e Cidadania, de Guilherme Boulos (2) | 169 |
| Figura 113 - | América Indígena | 170 |
| Figura 114 - | Texto sobre as línguas na América Latina | 170 |
| Figura 115 - | Retrato de Manuela Sanz. 1880 | 172 |
| Figura 116 - | Texto de Maria Ligia Prado sobre as mulheres nas lutas de independência | 172 |
| Figura 117 - | Detalhe da tela A grande cidade de Tenochtitlan, de Diego Rivera, 1945 | 174 |
| Figura 118 - | Padre Hidalgo em tela de autor desconhecido. Grito de Independência | 175 |

| | |
|--|-----|
| Figura 119 - Entrega da bandeira vencedora de Numancia ao batalhão sem nome. 1883. Óleo sobre tela | 176 |
| Figura 120 - O povo pega em armas. David Alfaro Siqueiros, 1957 | 176 |
| Figura 121 - Texto de Jurandir Malerba sobre o Brasil do século XIX | 177 |
| Figura 122 - Charge sobre a independência cubana | 180 |
| Figura 123 - Charge sobre Roosevelt e o Big Stick | 181 |
| Figura 124 - Los 3 caballeros da Disney | 182 |
| Figura 125 - Palenque em foto de 2014 | 185 |
| Figura 126 - Povos nativos da América | 185 |
| Figura 127 - Civilização Olmeca | 186 |
| Figura 128 - Textos sobre mexicas e incas | 186 |
| Figura 129 - Máscara Maia | 187 |
| Figura 130 - Máscara africana | 187 |
| Figura 131 - Sociedade Colonial na América Espanhola | 188 |
| Figura 132 - Povos nativos da América do Norte | 189 |
| Figura 133 - Estátua de Tupac Amaru II | 190 |
| Figura 134 - Detalhe de Mural de Diego Rivera. Epopeia do Povo Mexicano | 191 |
| Figura 135 - Integrantes da elite criolla Argentina. 1813 | 195 |
| Figura 136 - Tela de 1763 do pintor Miguel Cabrera sobre a mestiçagem mexicana | 195 |
| Figura 137 - Charge sobre Roosevelt e o Big Stick | 196 |
| Figura 138 - Muro que separa o México dos Estados Unidos da América. 2014 | 197 |
| Figura 139 - Autorretrato de Frida Kahlo | 198 |
| Figura 140 - 400 anos de História em texto e imagem | 199 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| | INTRODUÇÃO | 18 |
| 1 | ENTRE <i>NUUESTRA</i> AMÉRICA E AS OUTRAS AMÉRICAS: CONCEITOS DE AMÉRICA HISPÂNICA, AMÉRICA LATINA, AMÉRICA IBÉRICA E INDO AMÉRICA NA HISTORIOGRAFIA E NOS MANUAIS DO PNLD 2018 | 33 |
| 1.1 | A contribuição dos decoloniais: Aníbal Quijano e Walter Mignolo | 47 |
| 1.2 | As diferentes Américas no PNLD 2018 | 54 |
| 2 | AS REINVENÇÕES DA AMÉRICA | 71 |
| 2.1 | História das Américas: entre apagamentos, reaparecimentos e desaparecidos | 73 |
| 3 | ENSINO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA HISPÂNICA E ICONOGRAFIA DIDÁTICA: LONGE DE DEUS E DOS LIVROS DIDÁTICOS OU TRANSIÇÃO PARA NOVOS PADRÕES DE REPRESENTAÇÃO? | 144 |
| 3.1 | Imagens e representações sociais | 148 |
| 3.2 | Iconografia didática em transição? | 150 |
| | CONCLUSÃO | 200 |
| | REFERÊNCIAS | 203 |

INTRODUÇÃO

Narrativas didáticas em trânsito

Esta dissertação foi fruto de uma virada temática. Inicialmente pretendia pesquisar o ensino de história no Colégio Militar do Rio de Janeiro, investigando as bases da formação intelectual dos estudantes dessa instituição educacional militar. Devido aos problemas desencadeados pela pandemia, às dificuldades de acesso às fontes de pesquisa e aos riscos pessoais envolvidos - e em função de dois trabalhos de conclusão de disciplinas que escrevi durante a primeira fase do ProfiHist -, mudei para o tema de pesquisa atual.

Neste novo caminho, recuperei o que escrevi para a disciplina de História e Decolonialidade, sob a responsabilidade da Prof. Dra. Helena Araújo - sobre a fotografia decolonial *avant la lettre* do peruano Martin Chambi -, correlacionando-o com as concepções trazidas à luz por Quijano, Mignolo e Dussel. Fui estimulado pela referida professora a pensar em mudar de tema. Escrevi também um trabalho para a conclusão do curso de História do Ensino de História, com o Prof. Dr. Everardo Paiva de Andrade e a Profa. Dra. Patrícia Teixeira de Sá, no qual as questões iniciais sobre o ensino da História da América vieram para o primeiro plano de minhas hipóteses de trabalho e “casaram-se” com as recomendações da professora Helena Araújo. Por fim, o encontro com o Prof. Dr. Deni Alfaró Rubbo, da UEMT, também foi muito importante. Especialista em intelectuais latino-americanos - Mariategui em particular -, ele esteve presente em profícuo seminário temático online, realizado no âmbito do ProfiHist. Trocamos “figurinhas carimbadas”. Também pude trocar experiências com jovens mestres e mestras do Centro-Oeste, com intenso contato com alunos indígenas nas turmas de ensino básico e nas universidades.

Em coletânea originalmente publicada em 2003, “História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas”, organizada por Leandro Karnal (2010), com vários especialistas em ensino de história, cuja leitura me foi indicada pelo Prof. Everardo Paiva -, destaco o artigo “Renovação da História da América”, de Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes (2010), no qual analisam de forma bastante crítica e irônica as visões historiográficas de conjunto sobre esses povos e regiões, desde os primeiros tempos. Valendo-se de bibliografia didática produzida em épocas

diferentes, constroem uma visão bastante estereotipada do ensino de história da América no Ensino Médio, na virada do século XX para o XXI. Mesclam visões tradicionais da história didática, como as apontadas no artigo, com visões economicistas típicas dos anos iniciais da redemocratização e do fim da ditadura militar. Uma história que era a narrativa de um eterno sofrimento popular debaixo de constante repressão. Não sobraria quase nada nos “conteúdos” dos manuais didáticos selecionados, segundo esses autores. De início, forneceu boas trilhas para iniciar a pesquisa e elaborar o projeto. Hoje, recepciono-o de uma forma um tanto diferente da original. Discordo da visão de conjunto que elaboram, confrontando-a com a visão de conjunto verificada nesta pesquisa.

Escrevo em 2023 e o quadro geral após sucessivos PNLD¹ é completamente diferente do apontado por Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes, acima citados. A bibliografia selecionada e distribuída aos milhões para as escolas de ensino médio brasileiras, pelo PNLD 2018, traz uma qualidade intrínseca, historiográfica e didática inigualável em nossa história recente de produção de manuais escolares. Nossas origens negras, indígenas, mestiças, além da presença feminina nas lutas políticas e sociais desde antes das emancipações, a valorização dos povos e culturas do Sul Global nos tempos correntes, definem um quadro histórico didático bem diferente daquele caracterizado pelos dois autores do artigo acima referido. Não encontramos nos manuais analisados as tais visões estereotipadas, piedosas ou imagens de um fracasso histórico fatal a nos espreitar do futuro. Ao contrário, verificamos forte presença das culturas nativas e africanas nas Américas nos capítulos referentes à colonização espanhola e as respectivas independências. Vimos também a valorização das lutas de resistência dos povos ameríndios e afro-

¹ O PNLD foi uma das maiores conquistas no campo da educação do ponto de vista em que me encontrava quando o programa foi adotado no início do século XXI. Trabalhei quase uma década em escola pública estadual no Rio de Janeiro sem nenhum material didático, tendo que produzi-lo às minhas expensas para as seis turmas em que lecionava. Era caro e trabalhoso, tendo que me deslocar ao Centro da Cidade para rodar grandes quantidades a um preço que coubesse no meu orçamento pessoal. A chegada dos livros de História, Geografia, Sociologia e Filosofia mudou o panorama do ensino nas salas de aula com a expansão do PNLD, inicialmente com Português e Matemática e depois todas as disciplinas do Ensino Médio. Este Programa adquire e distribui gratuitamente livros aos docentes e discentes das escolas públicas. Inicialmente com problemas de logística, mais tarde resolvidos. Este Programa também passou a exigir critérios editoriais dos manuais, proscrevendo racismo, sexismo, homofobia e demais discriminações. Passou também a orientar alguns conteúdos, combatendo erros conceituais e buscando maior representatividade dos diferentes grupos historicamente excluídos da sociedade. Essas práticas trouxeram evidente melhora na qualidade do material didático oferecido aos alunos e professores, além de inúmeros instrumentos digitais no site do PNDE.

hispanicos, sem prejuízo de considerações mais gerais sobre um vácuo informacional na história didática dos países de língua hispânica em nossos manuais. Observamos ainda a valorização de uma identidade comum, latino-americana, na segunda metade do século XX. Estamos bastante distantes das visões predominantes no final do século XX, ainda marcadas por eurocentrismos e, no caso em apreço, um certo elitismo. Os estudos decoloniais nas últimas duas décadas trouxeram aportes importantes para pensar nossa condição cultural e política, nossa autopercepção e muitas dessas novas visões estão presentes de forma indireta ou mesmo direta com citações e textos explicativos.

Nosso passado comum é narrado de forma bastante diferente dos tempos pretéritos. Uma história de bons e maus, heróis traídos e povos sofridos, deu origem a uma narrativa mais calcada na melhor historiografia e teorias didáticas, colorida e diversa, recuperando outros grupos étnicos e de gênero; recuperando apagamentos de memórias negras e ameríndias associadas a diversos territórios. Incorporando visões historiográficas sofisticadas, como Tzvetan Todorov (2003)², Leslie Bethell (2001), Ronaldo Vainfas (2011), Leandro Karnal (2011), Leon Pomer (1984), Maria Lígia Prado (1986, 1994), e dessa última com Gabriela Pelegrino Soares (2014), entre outros e outras. Enfim, os manuais didáticos não são uma coleção de erros ou de belas mentiras, se é que o foram alguma vez.

De lá para cá, eu e os colegas discentes da turma 2020 enfrentamos as dificuldades trazidas pela epidemia de Covid e pela lenta retomada da vida “normal” com a vacinação em massa e os dilemas gerados pela eleição de um negacionista e promotor de projetos autoritários e persecutórios de docentes e discentes no exercício de seu saber e práticas didáticas. Quase todos defenderam suas dissertações com sucesso. Eu e uns poucos e poucas nos encaminhamos para a conclusão deste formidável programa de valorização e qualificação dos professores do ensino básico, os tais a que outrora se recomendava esquecer o que disseram.

Os tempos do “esqueçam o que aprenderam” ficaram para trás. A desvalorização dos saberes e informações acumuladas pelos discentes foi substituída pelo seu oposto: a valorização das experiências do “chão da escola”. O diálogo constante com essas formas de conhecimento e saberes práticos trazidas pelos

² Leitura indispensável, dispensa apresentações. Atualmente está sendo introduzido pelo professor João Cesar de Castro Rocha em uma universidade chinesa em um curso de literatura latino-americana para estudantes locais em Hunan.

discentes é parte fundamental do trabalho docente hoje, tanto no ensino básico quanto no universitário.

Verificamos, outrossim, a ausência de uma história das novas nações americanas hispânicas após os tempos das lutas pelas independências em vários dos manuais analisados nesta pesquisa. Encontramos uma história aos saltos, com largos períodos e temáticas ausentes, carecendo de visões de conjunto ou específicas sobre países, regiões ou grupos sociais inteiros invisibilizados. Mesmo assim, está longe de ser uma unanimidade, uma constante, havendo alguns deles que possuem narrativas textuais e imagéticas onde nos deparamos com excelentes análises dos embates entre liberais e conservadores no século XIX, lutas camponesas ou de comunidades indígenas por direito à terra, lutas das mulheres ao longo da história continental, grupos quilombolas resistentes no tempo presente, lutas por reconhecimento da diversidade étnica, por direitos civis e sociais básicos para cidadãos e cidadãs de baixa renda e outras demandas.

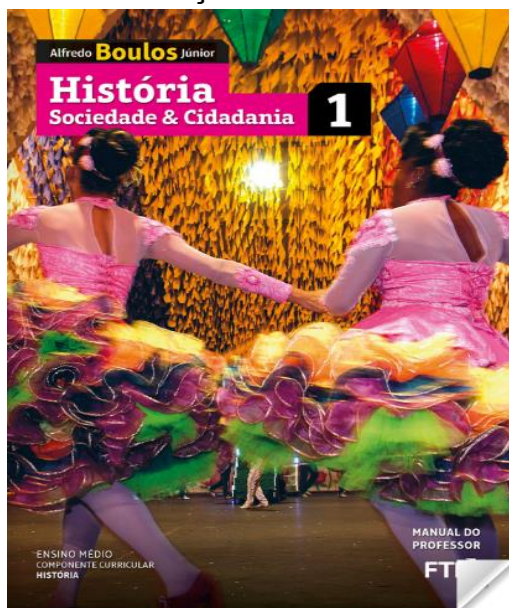
Capas e imagens de abertura das unidades didáticas e capítulos específicos constituem outra mudança de abordagem visual importante. É tempo passado e superado nos manuais o predomínio das imagens eurocêntricas ou mesmo racistas de outrora, onde a representação iconográfica predominante era de homens brancos e da “alta cultura europeia”. Hoje, temos imagens de culturas populares contemporâneas, povos subalternizados, tipos populares, lugares de memórias como o Pelourinho em Salvador ou o Centro histórico do Rio de Janeiro e seu Cais do Valongo, artistas modernos retratando pessoas do povo, enfim, aboliu-se o padrão clássico das estátuas gregas, imagens da Renascença europeia e Napoleão equestre!

Agora, assistimos a uma renascença negra, indígena e popular nos temas visuais e textuais estudados nesta dissertação.

No capítulo 1, discuto como a historiografia acadêmica e a historiografia didática selecionada discutem os conceitos relativos à identidade cultural e política dessas novas nações. No capítulo 2, busco compreender especificamente como os livros didáticos examinados tratam os temas do nascimento e evolução política posterior às independências no mundo hispânico nas Américas. No capítulo 3, busco identificar um quadro de transição para a afirmação de novos padrões de representação visual dos povos americanos nos manuais didáticos de História, a partir dos critérios definidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, consubstanciados nos inúmeros Planos Nacionais de Livros Didáticos. Concluo pela presença de

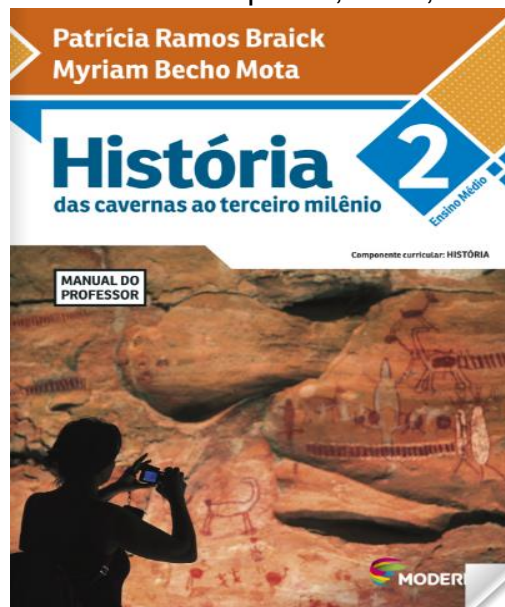
mudanças substantivas nos critérios de representação étnica e social nos manuais examinados. Concluo também pela ausência de narrativas detalhadas em muitas coleções sobre as inúmeras e tão diferentes nações hispânicas.

Figura 1 - Festa Junina de Campina Grande, na Paraíba, edição de 2015



Fonte: Foto de Rubens Chaves

Figura 2 - Turista fotografando no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, 2010



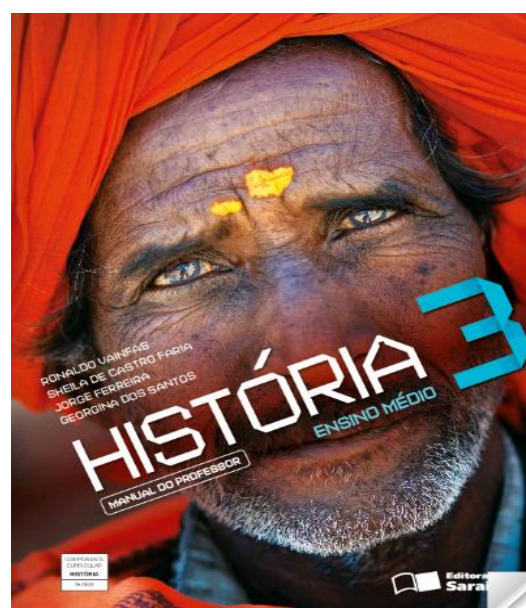
Fonte: Foto de Tiago Queiróz.

Figura 3 - Reprodução fotográfica de Calendário Inca de Ouro, do Museu Nacional de Lima, Peru



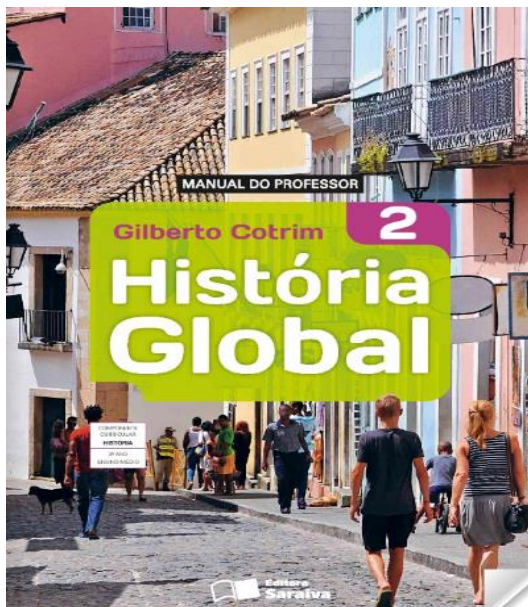
Fonte: Alamy Stock Photo

Figura 4 - Foto de homem hindu



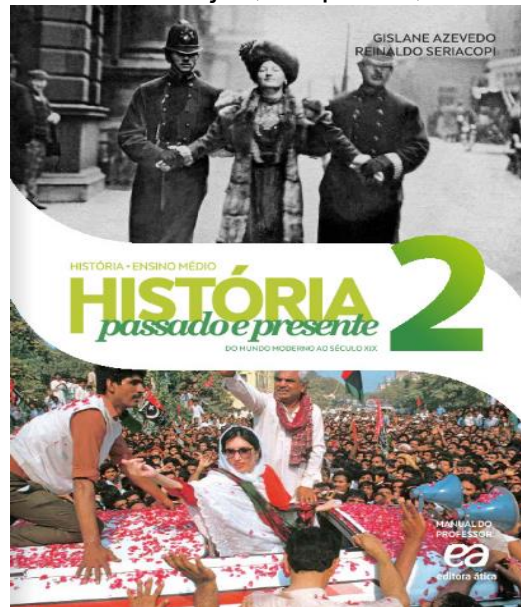
Fonte: Bocker/Alamy/Fotoarena. Sem data

Figura 5 - Pedestres caminham na região do Pelourinho, em Salvador



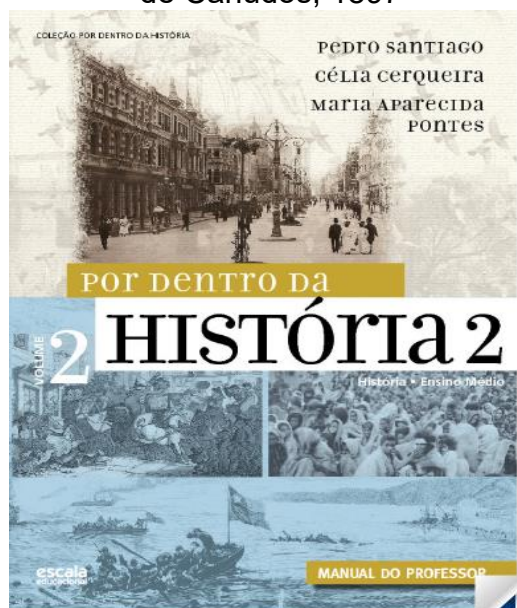
Fonte: Fotografia de Sérgio Pereira, 2013.

Figura 6 - Sufragistas sendo levadas pela polícia em Londres, 1906. E Benazir Butho em campanha eleitoral, Punjab, Paquistão, 1988



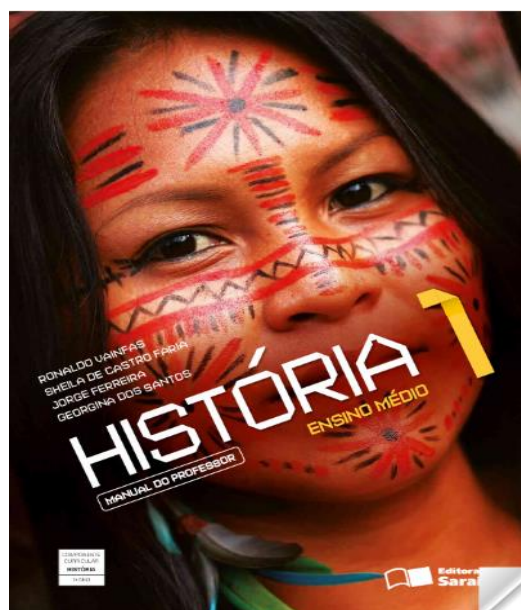
Fonte: Getty Images.

Figura 7 - Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, RJ, 1906. Instituto Moreira Sales, SP. E habitantes de Canudos, 1897



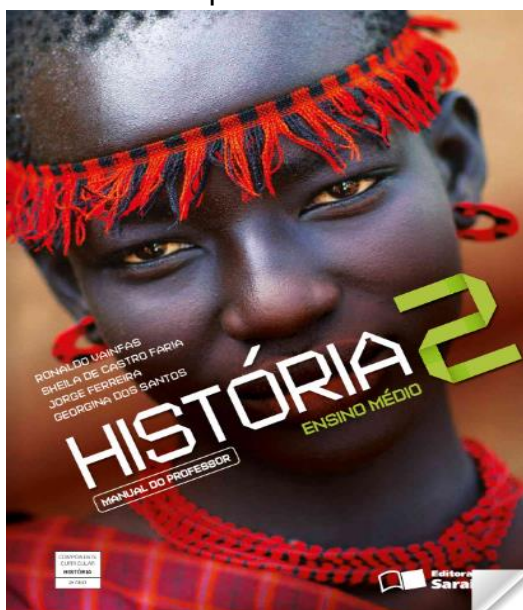
Fonte: Arquivo Histórico, Museu da República.

Figura 8 - Jovem indígena, Aldeia Rouxinol, Manaus



Fonte: Fotografia de Fábio Colombini, 2008.

Figura 9 - Mulher africana da etnia Bodi. Vale do Rio Olmo. Etiópia



Fonte: Fotografia de Eric Lafforgue, 2012.

Figura 10 - Máscara de madeira, Século XIX, Museu Britânico, Londres



Fonte: Fotografia de Werner Former.

Figura 11 - Ilustração e foto Art Images Archives/ Glow Images



Figura 12 - Detalhe da Alegoria da Primavera, de Sandro Boticelli, 1477-1490

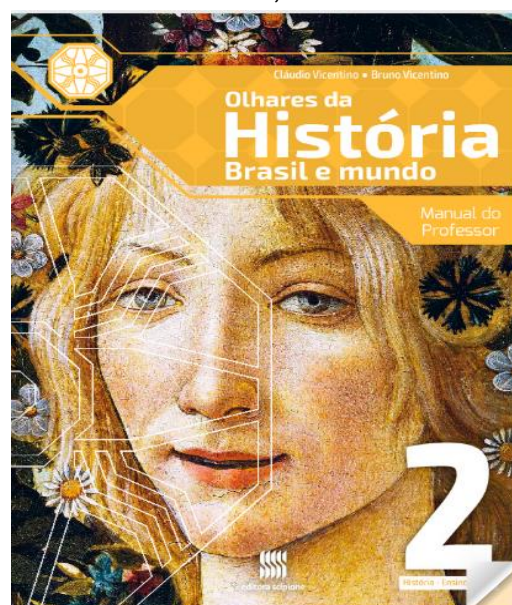


Figura 13 - Nascimento de Vênus de 1480, por Andy Wahroll, 1984

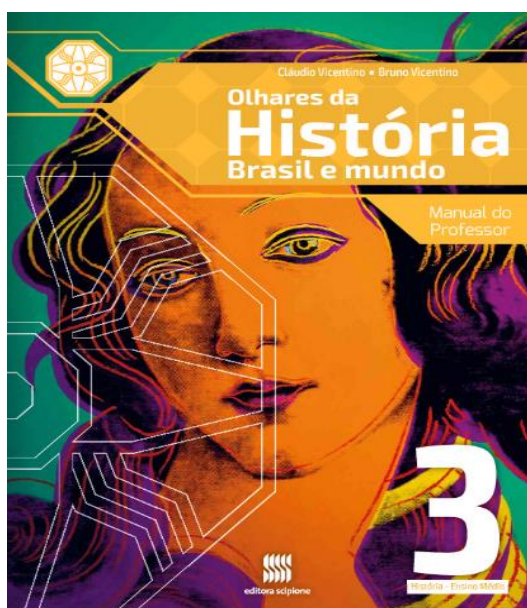
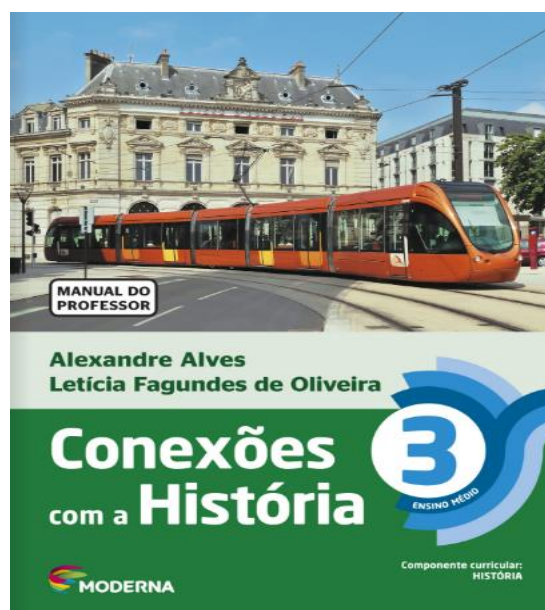
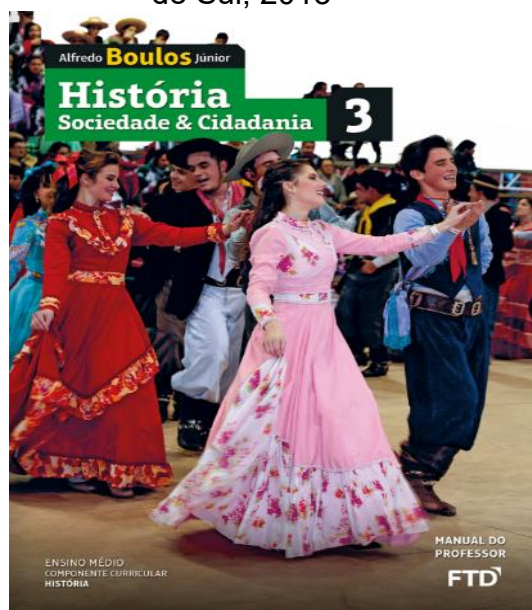


Figura 14 - Veículo leve sobre trilhos em Le Mans, França, 2015



Fonte: MCPPhotos/ Keystone.

Figura 15 - Apresentação de Centro de Tradições Gaúchas, Farroupilha, Rio Grande do Sul, 2015



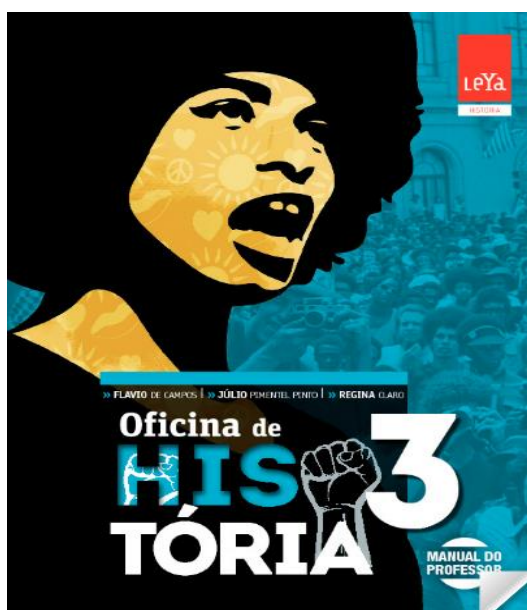
Fonte: Fotografia de Marco Antonio Sá/ Pulsar.

Figura 16 - Ilustração de Maria Bonita.



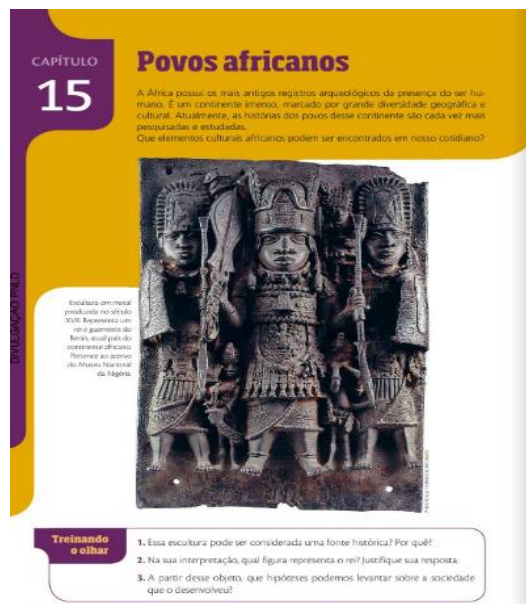
Fonte: de Cibele Queiróz, sobre fotografia de Benjamin Abraão.

Figura 17 - Ilustração de Ângela Davis.



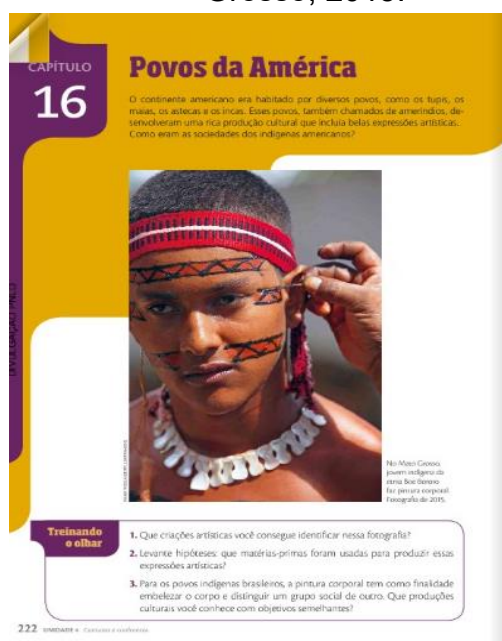
Fonte: Fotografia de fundo de Bettmann/Latinstock.

Figura 18 - Imagem de reis africanos no Benin, Século XVIII, Museu Nacional da Nigéria.



Fonte: História Global 1 / Cotrin, Gilberto. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 210.

Figura 19 - Jovem Bororo com pintura corporal. Mato Grosso, 2015.



Fonte: História Global 1 / Cotrin, Gilberto. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 222.

História da América e ensino de História no Ensino Médio

Minha dissertação carrega em sua proposta um hibridismo, pois transita numa interseção entre História e Didática, particularmente a História do Ensino da História (da América) em colégios públicos em sua imensa maioria (público favorecido pelo PNLD), mas também em colégios privados, pois as Coleções em 3 volumes do PNLD existem em volume único e, nesse formato, circulam nas escolas privadas com conteúdo praticamente idêntico.

Foi no transcurso da disciplina intitulada História do Ensino da História que tive minha atenção chamada para as questões aqui tratadas: a importância da abordagem histórica escolar, a fronteira entre os campos educacional e histórico-acadêmico, a noção de cultura escolar e diversas formas de currículos, o papel docente no ensino, e os usos e funções dos livros didáticos em relação ao ensino de História da América.

Uma questão central é a relação entre disciplina escolar e disciplina acadêmica. A primeira é derivada da segunda? A segunda guarda autonomia em relação à primeira? Nesse campo, socorro-me das contribuições de Ivor Goodson (1985, 2007) e Circe Fernandes Bittencourt (1997, 2008) no tratamento desses temas. Circe Bittencourt destaca-se com inúmeros trabalhos nesse campo de estudo, sintetizados em “Ensino de História: Fundamentos e Métodos” (2008). Tanto Goodson quanto Circe Bittencourt defendem pontos de vista a favor da autonomia do conhecimento ensinado nas escolas, em relação ao conhecimento acadêmico. Goodson inclusive cunhou o termo “matéria escolar” para denominar o conhecimento produzido e ensinado nas escolas, acentuando sua autonomia. Para esses dois autores, a disciplina escolar está intimamente associada à pedagogia e não aos institutos de ciências humanas e filosofia.

Para nós, docentes, com formação derivada desses institutos de ciências humanas e sociais era naturalmente mais fácil embrenharmo-nos pelas dificuldades de como traduzir para aquela faixa etária algumas das questões principais debatidas nos bancos universitários. Como transpor era o problema inicial que enfrentávamos. Tínhamos que ter um enorme cuidado naqueles anos, pois ainda era a ditadura militar nos seus estertores e havia muito medo e suspeição no ar. As relações entre disciplina escolar e acadêmica são complexas, sabemos. Uns defendem a transposição didática de conhecimentos oriundos do mundo universitário, outros defendem a autonomia do

conhecimento escolar, sendo este fruto do trabalho diário criado por professores e alunos a partir dos currículos escolares e dos materiais didáticos disponíveis.

As duas formas de conhecimentos têm objetivos gerais diferentes. A disciplina escolar História busca formar o cidadão comum, enquanto o ensino universitário visa formar um profissional técnico bem mais qualificado. Porém, tanto o conhecimento escolar quanto os/as docentes são também oriundos da universidade, possuindo esse traço comum inescapável enquanto tivermos o currículo universitário baseado em disciplinas científicas. Não creio que exista um conhecimento totalmente independente de seus centros universitários alargadores das fronteiras do conhecimento histórico, no nosso caso. Mesmo quem defende a tese da autonomia do conhecimento histórico escolar, sabe que a base desse atual conhecimento histórico disponível nos manuais do PNLD é fruto da formidável revolução historiográfica produzida nas últimas três ou quatro décadas³, além das pressões políticas dos movimentos sociais. Isso não significa que o professor seja apenas um reproduzidor de conhecimento produzido fora das escolas, mas esse conhecimento produzido “fora” também constitui parte do chamado “chão da escola”. O saber a ser ensinado nas escolas, também origina-se nas universidades e centros de pesquisa, mas é transformado pelo professor em saber a ser aprendido em seu exercício cotidiano com adaptações de todo o tipo para atender a tão diversificada clientela. Nossa “meta” é a formação do cidadão, e não de historiadores ou filósofos, e isso condiciona nosso trabalho (BEZERRA, 2010)⁴.

Luiz Carlos Bento, em “O Saber Histórico e o Ensino de História: Uma reflexão sobre as possibilidades do Ensino Escolar de História”, corrobora essa tendência após a lei 9394/96, quando afirma considerar que:

[...] aprender e ensinar História vai muito além dos muros das escolas, entendendo-o como um aprendizado para vida (para a cidadania, portanto). Dessa forma, uma reflexão sobre o ensino escolar da história, de seus

³ A historiografia brasileira viveu uma verdadeira revolução metodológica nas últimas décadas. Estudos em inúmeras áreas renovaram nossa produção acadêmica e, a longo prazo, nossa historiografia didática-histórica. Estudos nas áreas dos povos indígenas, ontem e hoje; sobre as rebeliões dos escravizados; do pós-abolição; da exclusão social; dos estudos sobre raça e gêneros, do povoamento pré-histórico do continente, dentre outros, são visíveis como suporte historiográfico aos textos didáticos dos atuais PNLDs.

⁴ Recorro a Holien Gonçalves Bezerra, no referido artigo, “Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos”, onde essa discussão é descrita sinteticamente, enfatizando a preparação para o trabalho e a formação para a cidadania, como prescrito pela Lei 9394/96. A tônica é sobre a capacidade de adquirir novos conhecimentos e habilidades e não mais a memorização de narrativas enciclopédicas.

conceitos e preocupações estruturantes atende a uma busca pela compreensão do papel exercido pelo conhecimento histórico nas sociedades contemporâneas, marcadas profundamente pelos impactos causados pelas inovações técnicas e tecnológicas, que instituem novas linguagens e necessidades para os indivíduos, com as quais eles passam a ter que lidar, buscando significá-las temporalmente, dando a elas um sentido (BENTO, 2015, p.1).

Ou seja, uma formação para uma cidadania crítica, onde os saberes escolares têm papel fundamental, pois forneceriam ferramentas intelectuais para o exercício crítico da cidadania.

Recordo-me da importância do conceito de Modo de Produção Asiático para nossa geração de estudantes universitários no final dos anos 1970 e dos nossos esforços nos anos 1980 para traduzi-lo para jovens estudantes das escolas municipais ou estaduais da Cidade do Rio de Janeiro, assim como os conceitos de Modo de Produção Capitalista ou Socialista, ou mesmo a diferença entre Socialismo e Comunismo. Esses debates haviam tido papel central em nossa formação, provocando mesmo uma espécie de disputa para ver quem era “mais marxista” e eles povoaram nossos primeiros anos na docência nas escolas de Primeiro e Segundo Grau, como se denominavam à época.

Para o exercício do ofício no cotidiano os/as docentes são obrigados a mobilizar diversos outros saberes, além do saber acadêmico adquirido nos cursos universitários, dentre eles os saberes empíricos resultantes da experiência em salas de aulas, os saberes curriculares, saberes relacionais de todo o tipo, saberes emocionais outros. E esses últimos exercem muitas vezes papel predominante em nosso ofício, em comunidades carentes ou não. Exercemos nosso ofício em uma sociedade conflagrada, violenta, racista, homofóbica, misógina e autoritária. Todas essas características sociológicas brasileira estão presentes em salas e colégios, pátios, banheiros e corredores. Nesse sentido, concordo com o supracitado Goodson, bem como com Maurice Tardiff (2002) e Ana Maria Monteiro (2007), que nosso trabalho não se limita a uma transposição didática dos saberes produzidos nos meios acadêmicos, mas sim na mobilização de um saber docente autônomo, fruto de experiências individuais e coletivas vividas nas salas de professores com seus grupinhos de troca, afinidades e interações, onde se produz esse saber docente de que nos fala Tardiff, sem, no entanto, descartar o saber adquirido e produzido continuamente nas academias.

Circe Bittencourt nos ensina que o conflito permeia também as escolhas de métodos de ensino e conteúdos curriculares de nossa disciplina escolar, com inúmeras controvérsias — desde o Estado Novo, passando pela ditadura militar e seu projeto de implementação de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e OSPB, até os debates iniciados na década de 1980, influenciados por Paulo Freire, Darcy Ribeiro e outros e outras, que deram origem, por exemplo, à Lei 9394/96⁵, que, dentre outros objetivos, regula o Ensino Médio no Brasil. Atualmente nos deparamos com os estertores do malfadado movimento antipedagógico do “Escola sem Partido”⁶ e de caça aos professores de Ciências Humanas, mas não era assim ao iniciarmos o Mestrado Profissional, quando essa discussão ocupou papel central em vários dos seminários acadêmicos do ProfiHist. Conflitos e disputas, como diz Circe Bittencourt, fazem parte da história do Ensino da História.

Um outro tipo de “conflito” diz respeito aos três tipos de currículos existentes no ensino:

- O formal ou normativo, criado pelo poder público;
- O real ou o que é realizado efetivamente em sala de aula por docentes e discentes;
- O oculto, composto por esse rol de horrores, preconceitos e discriminações que subjetivamente também nos constitui, invisíveis e presentes.

Nesta dissertação deparo-me com os três tipos de currículos ao tratar do tema em estudo, a formação e a história da atualmente denominada América Latina, nos manuais didáticos do PNLD. Deparo-me também com a pergunta: por que estudar a história do conceito de América Latina? Creio que pela mesma razão por que estudamos História em sentido amplo: para constituirmos nossa identidade social e coletiva de cidadãos brasileiros. Porém, como sabemos, o Brasil rompeu com o “estar de costas” para os vizinhos. Hoje buscamos integração junto ao chamado Sul Global e fomos promotores do ingresso da Argentina, parceiro estratégico, no Brics ampliado. Conhecer nosso espaço geopolítico é parte da formação intelectual desse cidadão

⁵ Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

⁶ Programa conservador, de censura à liberdade de ensino, fundado em 2004, pelo Procurador paulista Miguel Nagib, articulado por ideólogos de extrema direita, ultraliberais e neopentecostais no Congresso Nacional. Cresceu junto com o furacão de extrema direita que nos assolou na última década, porém, hoje em dia perdeu o vigor inicial e não vem sendo mais bradado com tanta frequência para ameaçar e intimidar professores e professoras.

crítico, “político”, de que nos fala a LDB de 1996. Somos o Brasil e suas circunstâncias e uma delas é a geopolítica onde nossos vizinhos continentais também estão inseridos. Essa formação, penso, não é apenas tarefa da escola básica, é, também, de vários outros meios, instituições e mídias. Artistas, futebol e demais esportes, cinema, literatura, TV, Redes Sociais e outros também são parte integrante desse esforço de formação, dessa direção que se almeja imprimir à formação escolar de nossos jovens e adultos estudantes do Ensino Médio, que é o segmento a que me dedico pesquisar nesta dissertação.

Os manuais didáticos em estudo estão mais próximos do primeiro tipo de currículo, pois é o conteúdo sistematizado no livro, formal ou “oficial”. O trabalho realizado pelos professores sobre esse conteúdo curricular formal aproxima-se do currículo real, multifacetado, diverso, com ênfases as mais diferentes, principalmente nesses tempos em que vivemos, em que o “terremoto decolonial” está chegando à escola básica, com seu vocabulário, seus novos objetos e novos problemas. As dificuldades e incompreensões sobre o pertencimento ou não a essa macrocomunidade latino-americana nos alertam para a existência de um currículo oculto, com forte desejo de migrar para os EUA, e não de afirmar uma identidade cultural e política de resistência aos EUA, como tento demonstrar nesta dissertação. Ser um deles também está presente no imaginário de parte da população ao sul do Rio Bravo⁷.

Manuais didáticos são mediadores do processo de ensino/aprendizagem. Porém, não só alunos e alunas aprendem nos manuais e materiais didáticos. Professores e professoras também aprendem com livros didáticos, além do uso corrente de utilizá-los como guias de aprendizagem e repositório de um determinado conhecimento escolar específico. Discentes hoje em dia tendem a um uso pragmático dos manuais de Ciências Humanas, “verdadeiras bíblias” com cerca de trezentas e cinquenta páginas cada um. As quatro disciplinas de ciências humanas presentes no currículo escolar já somariam no seu conjunto mais de 1400 páginas de textos e imagens. Dessa forma, escolhem o que ler nesse oceano de palavras e imagens que se tornaram os manuais didáticos atualmente, ou o que supostamente vai cair na prova ou no ENEM.

⁷ Designação mexicana para o chamado Rio Grande pelos norte-americanos.

Essa mediação realizada pelo livro didático é tradicional na educação, sendo ele a ferramenta mais antiga em uso contínuo no ensino básico. Foi sendo modernizado ao longo do tempo, incorporando recursos educacionais variados e foi ganhando número de páginas ao longo das últimas décadas, hoje é quase uma minienciclopédia histórica. Tornou-se realmente um objeto cultural complexo, multimídia, a partir de suas sugestões de pesquisa em meios digitais. São utilizados diariamente nas escolas, com produção variada, sendo reapropriados por docentes e discentes com novas formas de usos. Livros didáticos têm vantagens e desvantagens, mas continuam sendo um suporte de conhecimento escolar fundamental, materializando as diferentes propostas curriculares. Eles são pontos de partida que nos acompanham pelas trilhas da educação, quilômetros dentro da floresta. São guias tanto para docentes, quanto para discentes.

Dentre nós já se forma tradição de estudos sobre livros didáticos de História sob diferentes perspectivas, particularmente visível nos bancos de dados de dissertações do ProfiHist Brasil afora.

Livros didáticos continuam sendo um referencial para o trabalho cotidiano e são indispensáveis ao trabalho de pensar criticamente nossa atividade pedagógica.

1 ENTRE *NUUESTRA AMÉRICA* E AS OUTRAS AMÉRICAS: CONCEITOS DE AMÉRICA HISPÂNICA, AMÉRICA LATINA, AMÉRICA IBÉRICA E INDO AMÉRICA NA HISTORIOGRAFIA E NOS MANUAIS DO PNL D 2018

[...] filhos do mesmo continente, quase da mesma terra, oriundos de povos em suma da mesma raça ou pelo menos da mesma formação cultural, com grandes interesses comuns, vivemos nós, latino-americanos, pouco mais que alheios e indiferentes uns aos outros, e nos ignorando quase por completo (Veríssimo, 2009, p. 304).

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida. Aqui a tragédia é que, todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (Quijano, 2005, p. 239).

Historiar conceitos que muitas vezes se confundem e são percebidos como sinônimos, sem o serem, é quase uma inglória tarefa. Guardam vizinhança, sem dúvida, porém, sua convivência nem sempre foi pacífica, com defensores ferrenhos de diferentes pontos de vista sobre o tema da identidade cultural dessas novas nações surgidas, em sua maioria, nos primeiros trinta anos do século XIX.

Pareço cético, mas é prudência. Esta dissertação sobre o uso do conceito de América Latina nos livros didáticos de História do PNL D precisa penetrar em uma densa floresta onde conceitos surgidos ao longo dos séculos XIX e XX se entrelaçam num cipoal que oculta as marcas do tempo na sua construção e depuração formal “final”. Esse conceito hoje tão usual e tão carregado de sentidos tem uma trajetória, uma história e passou por todo tipo de disputa. Quem o abraçou, o renegou ou foi a ele agregado postumamente? Ele busca nomear uma totalidade de povos que compartilhariam valores e história comuns. Porém, nem todos nele incluídos estão ou estiveram confortáveis com essa inclusão. O Brasil é o exemplo típico desse desconforto geopolítico. Como afirma Leslie Bethell (2009, p. 292-293), o Brasil e a América de colonização espanhola viveram de costas um para o outro de forma recíproca. O Haiti, de colonização francesa, também sofreu isolamento e rejeição por

conta da virulência de seu processo revolucionário e não era incluído, tendo sofrido severas críticas de Simon Bolívar à época. Na Argentina, desde Sarmiento e Alberdi, dois pensadores liberais, a identidade europeia é a reivindicada, não a hispânica ou latina, especificamente. Chile e Uruguai, por sua vez, também reivindicaram uma identidade europeia em sua formação. O México, por outro lado, vive o dilema e drama da vizinhança do grande irmão do Norte, bem definido por Porfírio Díaz na segunda metade do século XIX, sendo forçada a integração com seu algoz histórico. Recentemente esse país deixou claro seu destino atrelado ao dólar, contrariando planos de desdolarização do comércio dentro desse espaço geopolítico ao qual todos ao sul do Rio Bravo estaríamos inseridos e inevitavelmente interdependentes. Não é o que a história recente nos mostra. Há divergências nos mais diferentes planos. Confirmando essa possível tendência, o Chile projeta-se cada vez mais em direção ao Pacífico e não em direção aos Andes ou ao norte da Sulamérica.

Para os líderes políticos e militares que conduziram a fundação dessas novas nações, a corrente intelectual mais atraente aos seus olhos era originária do Iluminismo europeu. Tanto na América portuguesa, francesa ou na espanhola, as emergentes elites políticas buscaram munição simbólica nos cânones revolucionários europeus, em menor intensidade no Brasil. Contudo, não só no iluminismo, mas também na tradição europeia, como forma de conquistar legitimidade internacional uma vez que “ao iniciar a sua vida independente, a América Latina adotou os princípios básicos da organização política da Europa Ocidental e da América do Norte (POZO, 2009, p. 9). Haiti e México, por exemplo, experimentaram regimes monárquicos, símbolos de continuidade com o passado europeu, embora só no Brasil tenha havido longa permanência desse regime, enraizando-se no sistema político de então. O Haiti é exemplar nesse aspecto, vivendo a mais radical transformação social embalada por uma monarquia com reis negros.

Os três regimes monárquicos nas Américas guardavam outras diferenças entre si, já que Iturbide I era um ex-general espanhol que se passara para o lado dos emancipacionistas com brevíssima duração no poder; Pedro de Alcântara, um legítimo herdeiro de trono europeu, devidamente forçado a renunciar e abandonar o país; e no Haiti houve ao menos três experiências monárquicas diferentes, até por volta de 1840, e uma Corte espelhada em Versalhes, com títulos de nobreza concedidos pelo rei Henri I. Nesse mesmo Haiti, o Abade Reynal era uma das maiores influências sobre o general autodidata Toussaint Louverture, também leitor de Júlio César e sua descrição

da guerra na Gália. O general San Martín, por sua vez, tinha como uma das alternativas políticas possíveis uma monarquia com um membro da família real espanhola no trono, exatamente como foi feito no Brasil. Apesar de sua evidente diversidade, as elites dirigentes americanas tinham origem intelectual e militar nas universidades e academias ibéricas. Essa é a trajetória de muitos deles, tais como Bolívar, San Martín ou Francisco Miranda. Bolívar, inclusive, circulou não só pela Espanha, mas também EUA e França (WEPMAN, 1987). Era o leque de possibilidades daquela quadra histórica no continente hispano-ameríndio, agora fortemente miscigenado, e acrescido dos escravizados africanos em algumas áreas importantes como Peru, Argentina, Uruguai, Colômbia e nas ilhas caribenhas. Os outrora poderosos impérios ameríndios eram memória, e o predomínio dos colonizadores e da Igreja Católica se fizeram sentir com toda a força real e simbólica que tinham à época.

Os modelos constitucionais e de nação foram calcados nas experiências europeias ou norte-americanas. Ou de um novo país americano sobre outro. O caso da monarquia Bragança nos trópicos era mais aceitável à época do que poderíamos imaginar. Não havia consenso sobre os modelos políticos entre os líderes das lutas pró-rompimento com a metrópole e houve vários projetos diferentes, como monarquia centralizada, ditadura republicana, república centralizada, república descentralizada, confederações de repúblicas autônomas, república negra. O próprio Simón Bolívar defendia um modelo republicano, porém, não defendeu um sistema democrático, sendo mais um desses líderes que temiam a perda de controle sobre a massa indígena, negra, pobre e mestiça. Na Bolívia escreveu uma Constituição autoritária com Senado vitalício e hereditário. Tinha tido inúmeros conflitos com os outros generais, como Santander e Paes, devido a visões diferentes, o que acabou provocando seu exílio das nações que acabara de criar. Mesmo destino de Artigas, San Martín, D. Pedro de Alcântara, Bernardo O' Higgins, etc.

É preciso deixar claro que Simón Bolívar nunca propôs uma América hispânica unificada em um só país. Propunha a manutenção da unidade do antigo Vice-reino de Nova Granada (atuais Panamá, Colômbia, Venezuela e Equador) e para as outras nações algum tipo de Confederação onde fosse possível. Sua trajetória de lutas por quase toda a costa do Pacífico, inclusive a futura Bolívia, através do general José Sucre, deu base a uma "mitologia bolivariana de união latino-americana". Mitologia

surgida à revelia dos fatos. Não existiu de fato esse projeto unionista, nem o conceito de América Latina existia no início do século XIX.

A primeira identidade reivindicada era a hispânica e não havia como ser diferente, como sustenta Gabriela Pelegrino Soares (2014) sobre a ambiência intelectual e política daquela geração de líderes militares que conduziu os processos de Independência. Eram eurocêntricos, como se pensa atualmente, e não almejavam ser outra coisa. Creio até que tinham medo das “outras coisas”. A Europa do Iluminismo encarnava a Revolução Liberal que se espalhou por boa parte do continente a partir da França napoleônica. Essa mesma revolução foi adaptada por essas elites criollas a seus interesses e concepções de mundo.

Neste capítulo contemplo como os conceitos de América Hispânica, América Latina, América Ibérica e Indo-América foram concebidos e são apresentados, ou não, na bibliografia historiográfica selecionada e na bibliografia didática analisada. Títulos dos capítulos, subtítulos, texto principal dos livros didáticos e textos explicativos em destaque serão minhas fontes principais para desnudar o sentido em que aparecem estas quatro expressões anteriormente citadas.

O termo Brasil-Colônia, por sua vez, tem longa tradição na historiografia acadêmica e na didática. Seu uso retrospectivo e anacrônico já foi analisado por Circe Bittencourt (2010) em seu estudo sobre identidade nacional e ensino de História do Brasil. Esse é um anacronismo que, por vezes, persiste. O uso dessa denominação para a América Portuguesa, apelidada Brasil, confundindo-a com o projeto de fundação da nação Brasil, é persistente. Não sabemos se o uso do nome Brasil dessa forma se dá por vícios de linguagem ou por desconhecimento do debate. Todavia, há outros livros que avançam no tratamento mais contemporâneo da questão e evitam incorrer nesses anacronismos, trazendo ao debate com os professores e estudantes que utilizarem esses livros uma nomenclatura mais atualizada e contextualizada.

As expressões América Hispânica, América Ibérica e América Latina, por sua vez, estão sendo usadas nos manuais didáticos como equivalentes, havendo grande frequência do uso do termo América Latina já nos primeiros anos do século XIX ou no século XVIII, mesmo antes da criação e afirmação do uso do conceito.

Leslie Bethell (2001, p. 292-293), em sua História da América Latina, recorda que nem intelectuais hispânicos, nem brasileiros, por boa parte do século XX, tinham o Brasil como parte da América Latina — que se referia apenas à América de língua

espanhola, excluindo as Guianas e países caribenhos, como a Jamaica ou mesmo o Haiti, contraditoriamente com a origem francesa do conceito no século XIX.

Somente nos quadros da Guerra Fria, após a Revolução Cubana, é que o Brasil é incluído na conceituação de América Latina, sendo apontado inclusive como o local de uma nova possível revolução no continente — no Nordeste brasileiro, para onde foram enviados centenas de jovens missionários norte-americanos dos *Peace Corps* tentando atuar em áreas socialmente críticas (Page, 1972; Azevedo, 2007).

O histórico do conceito de América Latina é polêmico, ao contrário do que o seu uso corrente posterior no século XX sugerirá. Utilizarei como referências historiográficas principais nesse tema os trabalhos de Leslie Bethell (2001), João Feres Junior (2004), Regina Cristina Gouveia (2012, 2016), Maria Lígia Prado (1994) e Gabriela Pelegrino (2014), que possuem textos, livros e cursos audiovisuais disponibilizados na internet, onde a criação do conceito é descrita e debatida em minúcias.

Gabriela Pelegrino nos ensina que a expressão América Latina resulta de intenso debate, a partir de meados do século XIX. Ela diz que esse conceito foi construído e modificado historicamente e sua recepção não foi pacífica⁸. Haveria duas correntes principais quanto a origem do termo, segundo a autora. Uma corrente defende que a expressão América Latina foi forjada pelo intelectual francês Michel Chevalier (1806-1879), que a teria empregado pela primeira vez em 1836, na *Revue de Deux Mondes*, mencionando as “raças latinas”. Era uma tentativa do intelectual francês de estender a influência econômica de seu país às nações de colonização ibérica em nome de uma suposta raiz cultural latina e da religião católica que nos uniria aos franceses. Tanto ingleses quanto norte-americanos possuíam uma raiz cultural anglo-saxã e de religião puritana, o que justificaria essa tentativa francesa de construir a porta de entrada de seus interesses políticos, econômicos e culturais pela via da latinidade e do catolicismo que imperava no “subcontinente ibérico”, além de nos defender contra esses inimigos “naturais”.

Mais tarde, essa política cultural foi sendo transformada aos poucos em política de Estado por Napoleão III justificando sua intervenção imperial no México,

⁸ Há uma longa discussão sobre a historicidade deste conceito em nosso continente que remonta ao século XIX, quando muitos intelectuais nela se envolveram. Há vasta bibliografia sobre este tema e debate. As duas hipóteses aqui consideradas apontam para o intelectual francês, Michel Chevalier, na *Revue de Deux Monde*, ou para o intelectual colombiano José Maria Caicedo, em hipótese autóctone para a origem do conceito

patrocinando a aventura do arquiduque austríaco Maximiliano, autoproclamado Imperador em aliança com os conservadores locais. Dessa forma, a França inspiraria e lideraria esse bloco geopolítico, como se diz hoje em dia, contra o predomínio anglo-saxão no continente através da ação política e econômica de Inglaterra e USA.

Para outro grupo de historiadores, o conceito de América Latina teria sido uma invenção do intelectual e poeta colombiano, José Maria Torres Caicedo⁹ (1830-1889), conforme apontado pelo uruguaio Arturo Ardao, em 1857, na Revista Marcha, com a finalidade de criar uma identidade comum entre os povos dessas novas nações e com isso fazer frente aos Estados Unidos, que já tinham uma política imperial junto ao restante da América. Portanto, esse seria um conceito autóctone e não imposto de fora para dentro. Torres Caicedo, residente em Paris, escreveu um longo poema intitulado Las dos Américas, onde menciona a América do Sul e a América Espanhola e clama pela unidade contra os EUA. Anos depois, publicou uma proposta de união latino-americana e homenageou Simón Bolívar e San Martín e afirmou sua fidelidade à pátria grande América Latina.

O historiador Leslie Bethell menciona outros autores que usaram os termos América Latina e Panlatinismo nas décadas de 1850 e 1860, curiosamente muitos deles escritos e publicados na Europa, embora outros também tenham mencionado o novo conceito a partir do final dos anos 1860.

Existem três grandes candidatos ao primeiro uso do termo “América Latina”: José Maria Torres Caicedo, jornalista, poeta e crítico colombiano nascido em 1830 em Bogotá e falecido em 1889 em Paris; Francisco Bilbao, intelectual socialista chileno (1823-1865), e Justo Arosemena, jurista, político, sociólogo e diplomata colombo-panamenho (1817-1896) (Bethell, 2001, p. 290).

Fica claro, desde o início, que o Brasil Monárquico não estava incluído nessas definições, sendo apenas sinônimo para a América de colonização espanhola, o que também excluiria o Haiti, Jamaica e as Guianas. E deixa claro também que o conceito de América Latina se construiu em oposição aos EUA, chegando mesmo a vê-los como inimigo. E como Bethell demonstra, a monarquia brasileira não tinha nenhum interesse nesse projeto. Houve outras inúmeras conferências entre países hispânicos até o final do século XIX e o Brasil só foi convidado informalmente, não tendo aceitado nenhum convite nesse sentido, o que só mudaria com a troca do regime para

⁹ O colombiano José Maria Caicedo é um dos possíveis formuladores pioneiros do conceito de América Latina, em oposição a América Inglesa.

República, onde o novo governo aproximou-se do panamericanismo, porém, sem grandes envolvimento práticos, além das participações nas inúmeras conferências. Ambos estiveram de costas um para o outro por boa parte do século XIX. Se o Brasil Monárquico esteve de costas para os vizinhos hispânicos independentes, esses também estiveram distantes de *nosotros*. Éramos vistos como pertencente ao mundo atlântico, voltado para a Europa (França, Inglaterra e Portugal, principalmente), como um país arraigadamente escravista e envolvido no tráfico internacional de escravizados africanos. “Bárbaros”, portanto, perante nossos vizinhos republicanos. Imagens invertidas no espelho.

O importante é que nenhum dos políticos, intelectuais e escritores hispano-americanos que primeiro utilizaram a expressão “América Latina”, e nem seus equivalentes franceses e espanhóis, incluíam nela o Brasil. “América Latina” era simplesmente outro nome para América Española (Bethell, 2001, p. 293).

No entanto, devido às intervenções de caráter neocolonial da França no México, e da Espanha no Peru e Chile, alguns intelectuais preferiram a expressão América hispânica ou Hispano América ou América del Sur, recusando a expressão América Latina, por também possuir um acento político conservador e intervencionista ou neocolonial.

Nos anos 1860, a França e a Espanha se juntaram aos Estados Unidos como inimigas da “América Latina” devido à intervenção francesa no México em 1861 (e ao apoio dado a Maximiliano até sua execução em 1867); à anexação de Santo Domingo à Espanha, em 1861-5; à guerra da Espanha com o Peru pelas Ilhas Chinha (1864-6), e à breve guerra com o Chile (em que Valparaíso foi bombardeada pela marinha espanhola). Foi por esse motivo que alguns preferiam se considerar parte da América Española, Hispano América, ou simplesmente América del Sur, mais do que “América Latina”: para eles, “latinidad” representava o conservadorismo, antiliberalismo, antirrepublicanismo, catolicismo e, não menos importante, ligações com a Europa Latina, que inclui a França e a Espanha (Bethell, 2001, p. 292).

Monica Quijada¹⁰, pesquisadora argentina no século XX, ainda segundo Pellegrino Soares, voltou ao debate e reconhece o papel da França na criação e

¹⁰ Segundo Monica Quijada, o colombiano José Maria Caicedo é um dos possíveis formuladores do conceito de América Latina, em oposição a América Inglesa. Os EUA já tinham demonstrado suas intenções na Guerra com o México, com seu peculiar modo de enxergar os vizinhos, excetuando-se o Canadá. Este é um ilustre desconhecido de quase todos até hoje. Apenas cerca de cinco anos ele se tornou conhecido para este trabalho. É interessante notar que o intelectual francês, Michel Chevalier só é conhecido entre especialistas. O conceito de América Latina popularizou-se no pós Segunda Guerra Mundial, particularmente após a Revolução Cubana e seus constantes apelos a um levante armado continental anti-imperialista. A América Latina entrou no cardápio cultural, no entanto,

divulgação do conceito de América Latina, embora não negue a outra vertente da polêmica. Ela sustenta uma terceira posição onde o papel dos pensadores e escritores das Américas no enraizamento a longo prazo dessa denominação é ressaltado. Afirma ser um conceito fundamental no enfrentamento dos dilemas criados pela expansão norte-americana a partir da guerra com o México, onde as intenções da Doutrina Monroe, fossem quais fossem, na prática haviam se transformado numa política agressiva e claramente à moda imperialista, como as potências europeias já realizavam na África e Ásia. Países como o México, Nicarágua, Colômbia, Haiti, Cuba, Porto Rico conheceriam o significado verdadeiro do Monroísmo.

Após discorrer sobre as origens do conceito de América Latina, pretendo seguir acompanhando as significações posteriores que assumiu. Considero que essa criação/reinvenção dos novos estados-nações requereu tempo de maturação para se desenvolver e se concretizar. Não era possível recomeçar do zero ou ignorar os fluxos intelectuais, econômicos e políticos vindos da Europa naquele momento. A Europa era onde as grandes revoluções aconteceram na virada do século XVIII para o XIX. Essas novas nações nasceram sob o signo do iluminismo, embora não apenas dele. A Carta da Jamaica¹¹, de Simón Bolívar, em 1815, me parece indicativa desse espírito inevitavelmente “eurocêntrico” presente nas lideranças políticas, militares e intelectuais das revoluções políticas americanas entre 1810 e 1830. Bolívar olha para a Europa e para os EUA com indisfarçável admiração, nos olhando como imagem negativa daquilo que ele identifica como positivo na sociedade dos EUA no início do século XIX. Bolívar não propunha um modelo político democrático, afirmando que faltava predicados aos seus concidadãos, pois nasceram sob o manto da tirania espanhola, da servidão ou mesmo da escravidão. E nesse mesmo documento deixa claro as diferenças e os desconhecimentos, por vezes recíprocos, entre as forças em luta em tão vasta e dificultosa extensão. Também deixa claro sua descrença numa união das nações americanas nascentes, devido às distâncias, as lideranças e seus diferentes projetos políticos dentre outros argumentos. Nem mesmo a união em uma

produziu-se um constante silêncio sobre sua historicidade, origens, impasses, debates, recuos e avanços

¹¹ Carta da Jamaica: documento escrito em 1815 por Simon Bolivar dirigido a um importante comerciante residente na Jamaica, onde exilara-se após derrota militar para tropas realistas espanholas, defendendo a independência da Venezuela. Faz clara defesa do Iluminismo como fonte de inspiração das lutas na região.

única nação do antigo Vice-reino de Nova Granada é aventada como uma certeza, deixando transparecer que Venezuela e Grã-Colômbia seguiriam caminhos diferentes.

A virada para o século XX trouxe outros aportes a esta discussão sobre uma possível identidade coletiva que aproximasse realidades tão distintas, porém unidas pela língua e um passado comum. Destaco o uruguaio José Enrique Rodó¹² e seu romance *Ariel* e o cubano José Martí¹³ e seu conceito de *Nuestra América*, também analisado por Regiane Gouveia (2012) em “*Nuestra América: identidade e juventude nos escritos de Martí e Rodó*”¹⁴. Ambos com referenciais positivos sobre sua formação, língua e história. Não eram como peixes fora d’água nas Américas. Tanto Martí quanto Rodó foram vozes dissonantes em relação aos discursos políticos e literários que

¹² José Enrique Rodó - escritor uruguaio (1871/1917), um dos maiores pensadores políticos do início do século XX – tornou-se notável pela publicação do ensaio *Ariel*, onde participou do debate sobre as qualidades e defeitos das “raças latina e anglo-saxã”, em voga no continente desde a guerra dos EUA com o México e reforçado com a guerra hispano-americana de 1898. Famoso em sua época por transcender aos problemas nacionais de seu país natal e falar em nome de uma “América Latina”, não por acento francês, à *la Chevalier*, mas sim pela hispanidade, pela herança cultural espanhola e pela língua que aproximava tantos povos diferentes e parecidos entre si em grupos distintos. Nos dias de hoje pode soar estranho que houvesse forte discussão entre a elite intelectual ibero-americana sobre quais caminhos seguir na contínua construção das novas nações americanas. Espelhar-se ou afastar-se do caminho norte-americano? Rodó buscou ser um porta-voz da tradição hispânica, sem descurar totalmente das lições que o desenvolvimento dos EUA e as seguidas vitórias militares contra México e Espanha tornavam evidentes. Nas Américas, apesar de derrotada, a Espanha saiu exaltada neste debate, paradoxalmente.

¹³ José Julián Martí Pérez, 1853/1895, mártir da independência cubana, desde muito jovem envolveu-se na luta contra a colonização espanhola, tendo morrido em combate com tropas espanholas que o trucidaram fisicamente. Tornou-se referência nacionalista revolucionária continental, sendo reivindicado até mesmo pelos revolucionários castristas dos anos 1960 em diante. Talvez por ser filho de espanhóis de Valença e Tenerife, defendeu o legado cultural hispânico, mas combateu e deu sua vida na luta contra o colonialismo político espanhol sobre sua ilha natal, não tendo assistido a esta libertação, que só ocorreu após a intervenção militar norte-americana no Caribe em 1898. Ele é o herói nacional cubano e um mito político de expressão no Caribe por ter enfrentado o colonialismo espanhol e o nascente imperialismo norte-americano. Admirador da obra política e militar de Simón Bolívar, produziu uma visão política calcada na revalorização da história e cultura dos povos de língua hispânica no continente. Sua obra política referencial sobre a temática aqui considerada é *Nuestra América*, publicada nos EUA e no México em 1890/1891. Suas críticas ao formalismo liberal nas Américas é muito avançada por denunciar a exploração das massas populares empobrecidas. A exploração por esta elite neocolonial é claramente apontada por Martí em seus escritos políticos. Embora sua atuação e obra sejam muito significativas para o debate sobre nossa possível identidade comum, José Martí é outra notável ausência em nossos manuais históricos. Surge como um fantasma legitimador da Revolução Cubana de 1959.

¹⁴ Regiane Cristina Gouveia traça um painel mais matizado da questão da identidade latina nestes autores em “*Nuestra América: identidade e juventude nos escritos de Martí e Rodó*” traça notável painel biográfico e político de Rodó e José Martí. Desse último, ressalta seu posicionamento a favor de uma identidade comum, latino-americana, contrária a tese do continente doente. Destaca que Martí valorizou as civilizações Azteca e Inca, comparando-as com as civilizações ocidentais (comparou os sacrifícios humanos à Inquisição...), a miscigenação é vista positivamente (afastando-se de Gobineau). Defendia o que era específico da América Latina ou hispânica e a percebia ameaçada. Martí tinha visão otimista sobre o futuro das nações americanas. Rodó também recebe excelente caracterização e tem ressaltado suas aproximações com a visão de José Martí, crítico dos “eurocêntricos” que só viam a Europa e os EUA como modelos a serem seguidos.

louvavam a América Anglo-saxônica como novo modelo a ser seguido. Criticavam também a suposta herança latina que nos aproximaria da França ou mesmo da antiga metrópole Espanha, o que francamente desagradava aos dois escritores.

Após a Guerra de Secessão, os Estados Unidos deram início a um processo de desenvolvimento que despertaria a admiração de muitos intelectuais e políticos latino-americanos, como Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi, que impressionados com a organização política e a modernização econômica do “colosso do norte”, passaram a incentivar uma aproximação e mesmo a adoção daquele modelo de desenvolvimento norte-americano (Gouveia, 2016).

Historicamente a América Hispânica era vista por muitos como terra incivilizada, “bárbara”, não só na Europa e EUA, mas também no Brasil Império e na Argentina da primeira metade do século XX, que se autodefinia como um nicho europeu em meio à barbárie hispano-americana. No caso do Brasil, o discurso oficial sobre A Guerra da Tríplice Aliança era de que foi travada, dentre outras razões alegadas, como uma luta entre **civilização e barbárie**. Solano Lopez era tratado como o ditador paraguaio e o Império civilizado, porque com origens dinásticas na Europa, derrotaria a barbárie.

Jose Enrique Rodó e Jose Marti inauguraram uma nova perspectiva nessa conflituosa relação, dando a ela uma significação positiva, auto valorativa em oposição ao que os EUA representavam naqueles anos para alguns, devido a sua atitude frente ao México e Cuba. Tanto Marti quanto Rodó tornaram-se referências intelectuais e políticas para a juventude do continente e para inúmeros escritores. Ambos utilizaram indistintamente os conceitos de América Hispânica, América Latina, América Ibérica em suas produções intelectuais, embora tenham ficado mais conhecidos pela defesa da hispanidade e a longo prazo terminam associados ao de América Latina, que se firmou nos tempos da Guerra Fria, tanto internamente, quanto externamente. Porém, o Brasil ainda demoraria para se incluir no conceito, o que só ocorreu nos tempos do exílio de intelectuais brasileiros nos países vizinhos, antes que também submergissem no ciclo de ditaduras militares do Cone Sul.

João Feres Júnior (2004), por sua vez, publicou trabalhos onde investigou os usos do termo América Latina na segunda metade do século XIX nos EUA, afirmando que antes disso o termo usual para definir o mundo oposto aos EUA ao sul era América Espanhola e que ambos os conceitos serviram para caracterizar um “outro” em relação a uma América inglesa gloriosa, em oposição aos vizinhos hispânicos ou “latinos” do sul.

Regiane Gouveia caracterizou esse momento na virada do século XIX para o XX como de intenso debate sobre identidades culturais e políticas nas Américas:

Na época a comparação entre as duas Américas era um tema bastante frequente e vinha sempre em um tom condenatório. A América Latina era vista como atrasada, “enferma”, lugar onde a barbárie predominava e com possibilidades muito limitadas de alcançar o progresso, dado a conformação biologicamente heterogênea de sua população. Por outro lado, os Estados Unidos representariam o modelo de civilização e progresso, além de defenderem a homogeneidade de suas etnias fundadoras (Gouveia, 2016, p. 64).

Jose Marti, apropriado pela Revolução Cubana de 1959, sobrevive até nossos dias como referência para aqueles que passaram a reivindicar uma identidade latino-americana depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo, após a vitória da guerrilha liderada por Fidel Castro, Ernesto Guevara e outros. Marti, intelectual, jornalista e morto combatendo pela independência cubana, defendeu em inúmeros artigos nos países onde viveu ou exilou-se, uma proposta **hispano-americanista**, ao invés de uma identidade latina mais genérica, particularmente no artigo *Nuestra América*, o que não deixa de ser levemente irônico.¹⁵

Jose Enrique Rodó, atualmente pouco conhecido no Brasil fora do público especializado, fez o elogio das qualidades coletivas da América hispânica, principalmente em seu romance *Ariel*, em oposição à América Anglo-saxã, essa sim, viciosa e problemática. Rodó não morreu combatendo como Marti, mas militou literariamente e interveio politicamente em seu país a seu tempo. Solidariedade continental frente aos problemas comuns, rede de vínculos com outros intelectuais dos inúmeros países do continente, sensação de fazer parte de uma arena comum enfrentando o “Leão do Norte”, surgimento e consolidação de inúmeros jornais de importância contribuíram para tornar possível essa troca de experiências e pontos de vista entre estes intelectuais que propunham uma forma de identificação coletiva baseada na hispanidade cultural, cuja língua comum era o maior motor de influências.

Uma certa modernidade desigual se estabelecera no final do século XIX em países como Argentina, Chile, México, Brasil e até mesmo no pequeno Uruguai. No início do século XX, os centenários das emancipações transcorreriam num clima de intenso debate intelectual sobre a identidade nacional e ou continental na América

¹⁵ Sobre esta afirmação há divergências, particularmente de Regiane Gouveia que acopla a Martí uma defesa da identidade latino-americana, discordando de Gabriela Pellegrino Soares.

Ibérica, favorecendo a circulação de ideias e debates nessa rede de vínculos entre os que se dedicavam a pensar no presente e no futuro dos povos americanos. O naufrágio civilizacional europeu, iniciado com a então chamada Grande Guerra Europeia (1914/1919) pôs em questão, para alguns, o cânone do Velho Continente como modelo civilizacional a ser seguido. Para outros, na área da literatura e das artes visuais, como no caso dos modernistas brasileiros, esse rompimento com a Europa não se deu de forma tão peremptória. A resposta foi a antropofagia de Mário e Oswald de Andrade. Houve múltiplas respostas ao suicídio civilizacional europeu recém-iniciado, mal sabiam eles...

Um outro conceito emergiu no final do século XIX e início do XX: **Ibero América**. Esse novo conceito entrara em voga após a Proclamação da República e a abolição da escravidão, removendo alguns empecilhos ao enquadramento do Brasil numa mesma comunidade política e cultural com nossos vizinhos hispânicos, mas o conceito teria despertado pouco interesse aqui e alhures, segundo Leslie Bethell.

Para alguns dos intelectuais hispano-americanos dessa geração, tornou-se mais comum, a partir da abolição da escravatura no Brasil em 1888 e do fim do Império em 1889, apontar as similaridades entre o Brasil e a América Espanhola em relação à cultura, à religião, à estrutura política, ao direito e à miscigenação. O termo "Iberoamérica" passou a ser mais utilizado para se referir a ambas as Américas, Espanhola e Portuguesa. Porém, como fizeram os intelectuais dos anos 1850 e 1860, poucos mostraram real interesse pelo Brasil (Bethell, 2009, p. 299).

Fechando esse mapa das disputas simbólicas por nossa suposta identidade comum, algumas poucas décadas depois os peruanos Haya de La Torre¹⁶ e Jose

¹⁶ Víctor Raúl Haya de la Torre, intelectual e líder político "populista" peruano (1895/1979), fundador da Aliança Popular Revolucionária Americana. Líder estudantil, exilado duas vezes, preso político, clandestino e perseguido durante anos no Peru, 3 vezes candidato à presidência da República e, por fim, presidente da Assembleia Constituinte Peruana em 1978. Refletiu sobre a realidade peruana e latino-americana, travando sólido debate com José Carlos Mariátegui sobre a natureza da revolução socialista e a necessidade de incorporar as comunidades indígenas e camponesas ao projeto revolucionário nas Américas, na ausência de um proletariado industrial numeroso e organizado. Haya de la Torre era um pensador, jornalista e político influenciado pela obra de Marx e Engels, mas era anticomunista... e defendia a justiça social e a redução das desigualdades das massas indígenas e populares continentais. É um dos propositores do conceito de Indo América.

Carlos Mariategui¹⁷ (1894/1930) introduzem seu conceito de **Indo-América**¹⁸. Quanto a esses, observamos o estudo realizado por Deni Alfaro Rubbo (2018) em “O Labirinto Periférico: José Carlos Mariategui e a sociologia crítica latino-americana”, tese de doutorado sobre a recepção de Mariategui na América Latina.

Marxista, fundador do Partido Socialista Peruano, jornalista e ensaísta original, destacou-se na década de 1920, falecendo precocemente em 1930, deixando significativa e original contribuição ao debate sobre a identidade coletiva na América dita hispânica, latina ou ibérica.

Para José Carlos Mariategui e Haya de La Torre, o conceito a ser trabalhado intelectual e politicamente era o de Indo-América, indígena, mestiço, popular, certamente influenciados por suas vivências no Altiplano, em viagens e através da literatura andina, de marcada influência étnica e cultural ameríndia. Tanto Haya, quanto Mariategui foram fundamentais no debate político e jornalístico na década de 1920. Ambos fundaram partidos políticos de influência socialista ou “populista” que pretendiam, por caminhos diferentes, refundar o Peru em bases populares, camponesas e indígenas, e com forte postura anti-imperialista em ambos.

Deni Alfaro Rubbo alerta que há, por vezes, confusão nesse debate entre nação e continente em Mariategui. Porém, o que nos interessa é a tentativa de criação de mais uma identidade coletiva continental não só para nos redefinir nos tempos que corriam (e como corriam...) no imediato pós-Primeira Guerra Mundial, como para sustentar projetos revolucionários de transformação social característicos do século XX. Na ausência de um numeroso proletariado industrial, como em certos países europeus, éramos em sua maioria países de economia agrária e sociedades rurais, uma revolução popular necessitaria mobilizar a massa camponesa e/ou indígena em busca da preservação e restauração de seus direitos seculares sobre a terra. Assim como no Brasil daqueles tempos a meta era combater o latifúndio improdutivo.

Com efeito, o “marxismo” de Mariategui caracterizava-se pelas relações profundas com a cultura andina de seu país (em especial o campesinato),

¹⁷ José Carlos Mariategui, jornalista, escritor e político peruano precocemente falecido em 1930, tendo sido um dos pioneiros de um pensamento marxista original na América hispânica, recusando-se a copiar os líderes da Terceira Internacional Comunista, advogando um papel central para as comunidades indígenas e camponesas numa possível revolução socialista no Peru. Autor do clássico “Sete Ensaios sobre a Realidade Peruana”.

¹⁸ Proposição alternativa de identidade coletiva proposta por Haya de la Torre e Jose Carlos Mariategui na década de 1920, com pequena variação entre eles. Haya falava de uma Indo América. Mariategui escreveu sobre uma América Indo-Ibérica.

rompia com concepções lineares de progresso e procurava articular a peculiaridade histórico-social do Peru com a história contemporânea do capital (Rubbo, 2018, p. 27)

Olivier Compagnon (2014), em seu excelente trabalho sobre a desilusão da Argentina e no Brasil com o desastre europeu durante e após a Primeira Guerra Mundial, dimensionou bem a crise que se instalou por esta região com o morticínio em solo europeu. Os olhos de alguns intelectuais voltaram-se para os Estados Unidos e o que antes era visto como ameaça a ser combatida devido ao seu descarado intervencionismo, agora tornava-se um farol civilizacional. Essa crise do eurocentrismo na Argentina e Brasil também ocorreu em outros países do continente, sendo um marco na virada cultural do entreguerra em relação às visões sobre a Europa e os Estados Unidos ao sul do Rio Bravo. O adeus à Europa na América Latina fecha um ciclo em relação ao que estamos apresentando aqui de forma resumida sobre a identidade coletiva possível entre as novas nações americanas.

Nas palavras de Maria Helena Rolim Capelato, prefaciando o trabalho de Compagnon:

A análise sobre as transformações que ocorreram nos dois países em relação à imagem da Europa nesse contexto é surpreendente: o leitor acompanha, com perplexidade, a passagem radical do culto cego à Europa ao sentimento de desilusão profunda com relação ao “Velho Mundo”. O desmoronamento da imagem da “civilização europeia” que orientara a configuração da modernidade nos países da América Latina provocou, como mostra o autor, uma redefinição do sentido das nacionalidades no “Novo Mundo”. As referências a intelectuais que desenvolveram ideias sobre o declínio da Europa, sobretudo as que foram expressas na obra de Spengler sobre a Decadência do Ocidente, permitem aquilatar a grande repercussão dessas teses nos países latino-americanos (Capelato, 2014, p. 9 [Prefácio]).

O impacto da Primeira Guerra Mundial na América Latina explica como a barbárie provocada pela hecatombe europeia causou uma relativa e contraditória ruptura da América Latina em relação à Europa. Nesse período, as nações latino-americanas iniciaram um movimento de olhar para a própria cultura local. Começam aí os questionamentos estéticos e políticos acerca da exemplaridade da cultura europeia e que deram força à penetração das vanguardas artísticas na América Latina. Paradoxos nos constituem.

Assinalo que Compagnon não defende a tese de uma perda absoluta de referência da Europa pela América Latina, já que novos fluxos políticos e culturais advirão dos anos 1930 e 1940 do século passado, renovando laços e vínculos com o

mundo eurocêntrico. Em verdade, conhecimentos advindos de centros universitários europeus ou jornalísticos nunca deixaram de ter importância no Brasil. O que houve foi a emergência de novos centros e paradigmas à medida que o século XX foi avançando. O *Welfare State*, a centralidade de valores culturais na vida nacional, a música britânica ou francesa, Londres e Paris e todas as suas correntes intelectuais e literárias, o eurocomunismo de saudosa memória, o Partido Comunista Italiano e sua seleção de artistas dos mais diferentes campos, a Nouvelle Vague, os desconstrucionistas, o cinema europeu da minha juventude e outras ondas culturais ou historiográficas francesas e alemãs, sempre tiveram influência e centralidade em nosso mundo americano e mesmo depois de outro suicídio europeu, como nomeia Compagnon, a Europa se reergueu e tornou-se modelo de bem-estar social e civilizacional. Não houve ruptura, falta de contatos. Ao contrário, muitos exilados das ditaduras latino-americanas dos anos 1960 e 1970 encontraram abrigo e proteção em muitos países europeus, de onde puderam regressar sãos e salvos durante os anos 1980 e 1990.

1.1 A contribuição dos decoloniais: Aníbal Quijano e Walter Mignolo

Por fim, neste capítulo, pretendo trazer à baila as contribuições significativas atuais dos pensadores decoloniais Aníbal Quijano e Walter Mignolo para o debate¹⁹.

Aníbal Quijano, decano dos estudos decoloniais na América do Sul, fez uma crítica às narrativas tradicionais do processo de emancipação, principalmente porque retira do centro da sua hipótese a expressão Libertadores da América. Não se refere a eles ou a seu papel político-militar uma única vez no seu clássico artigo “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina” (QUIJANO, 2005). Nesse artigo, Quijano traçou os limites e entraves à constituição de um estado nacional verdadeiramente democrático na América Hispânica, devido a seu passado colonial racialista contra a população ameríndia ou originária da África. Quijano, indo na contramão de outros autores e correntes historiográficas, afirma a importância do

¹⁹ Destaco Quijano e Mignolo por possuírem textos específicos sobre o tema discutido nesta dissertação: o conceito e a realidade da América Latina. Mignolo, especificamente, deu atenção particular ao tema, trazendo uma visão nova sobre uma antiga discussão.

conceito de raça (social) já nas colonizações ibéricas no século XVI, e reafirmada na vida institucional das novas nações ibéricas no século XIX, quando essas populações ameríndias, negras ou mestiça de todo o tipo foram excluídas de poder político ou econômico como grupos sociais ou étnicos. Quijano mostra as diferenças no processo entre a formação dos Estados Unidos e o que ele denomina como Revolução Americana, uma outra América europeizada, também de maioria branca no Cone Sul, na Argentina, Chile e Uruguai e uma América negra, índia ou mestiça, múltipla e identificável na maioria dos novos países ao sul do Rio Bravo.

No primeiro caso, devido à pequena extensão do território emancipado da Inglaterra, as populações nativas ficaram fora desse limite, não sendo incluídas na nova nação americana ao Norte. Os escravizados negros eram minoria populacional e não foram libertados. Porém, Quijano afirma que mais tarde, após a conquista de suas terras, os sobreviventes foram incluídos nos Estados Unidos, trancafiados em reservas áridas. Quijano afirma, inclusive, que esse novo Estado-nação era “genuinamente representativo da maioria da população. Essa branquitude social da sociedade estadunidense foi inclusive aprofundada com a imigração de milhões de europeus durante o século XIX” (Quijano, 2005, p. 120).

No segundo caso, o Cone Sul, um processo semelhante, porém com diferenças significativas quanto ao acesso à terra. Nos EUA, bastante facilitado pelo *Homestead Act*, que franqueava terras no Oeste a quem se dispusesse a conquistá-la e colonizá-la, tornando-se proprietário após cinco anos de ocupação. O mesmo não ocorreu na Argentina, Uruguai ou Chile, onde a elite política e econômica concentrou terras e levou a cabo o extermínio da população ameríndia que vivia nas imensas planícies patagônicas.

Especificamente no caso argentino havia uma população negra numerosa em Buenos Aires por ocasião da Independência, que foi reduzida por resultado de epidemias devastadoras e expulsão para as províncias fronteiriças. Quijano não se refere a esta particularidade argentina na descrição do processo de europeização forçada da Argentina, gerando inclusive uma recusa da inserção do país no conceito de América Latina ou hispânica, tido como símbolo de atraso.

No terceiro caso, descreve as dificuldades de construção de Estados-nações em bases europeizadas em regiões de maioria indígena, negra ou mestiça. O Haiti é citado como caso de revolução anticolonial e social-racial ao mesmo tempo, apesar do trágico destino posterior. México e Bolívia, como casos de independências por

levantes populares contidos e derrotados, também são mencionados. Nos demais países, grupos dominantes monopolizaram o controle do Estado e o utilizaram para expandir seus domínios e poder sobre essa massa recolonizada internamente após as independências.

Quijano não se refere nesse texto em momento algum aos debates sobre a identidade hispânica, ibérica ou latina, já que o que lhe interessa debater é a Colonialidade interna do poder e a dependência histórico-estrutural dessas novas nações. Não as vê do mesmo modo como fizeram até aqui, em termos de uma oposição aos EUA ou mesmo à Europa. Antes, as vê como espelho do projeto das elites brancas da América Inglesa e europeia. Sua ligação com as majorias não europeizadas, de origem indígena ou negra, era mínima, ao passo que com as elites brancas do Norte havia forte identificação cultural e política.

Nas suas próprias palavras:

A dependência dos capitalistas senhoriais desses países tinha como consequência uma fonte inescapável: a colonialidade de seu poder levava-os a perceber seus interesses sociais como iguais aos dos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos. Essa mesma colonialidade do poder impedia-os, no entanto, de desenvolver realmente seus interesses sociais na mesma direção que os de seus pares europeus, isto é, transformar capital comercial (benefício igualmente produzido na escravidão, na servidão, ou na reciprocidade) em capital industrial, já que isso implicava libertar índios servos e escravos negros e transformá-los em trabalhadores assalariados. Por óbvias razões, os dominadores coloniais dos novos Estados independentes, em especial na América do Sul depois da crise de fins do século XVIII, não podiam ser nada além de sócios menores da burguesia europeia. Quando muito mais tarde foi necessário libertar os escravos, não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos. A eliminação da servidão dos índios é recente. Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, o que teria incluído o assalariado, já que nenhum mercado local era de interesse dos dominadores. Não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional (Quijano, 2005, p. 123).

Creio advir daí, dessa visão, seu desinteresse por esse debate sobre a identidade cultural e política das nações de colonização ibérica. Quijano utilizou indistintamente, como outros, América Hispânica, América Ibérica ou América Latina. Não menciona a Indo-América de Jose Carlos Mariategui, embora recupere parte de seu pensamento sobre nossos dilemas e possíveis mudanças. O enquadramento da recuperação do Amauta e o debate com Haya de La Torre sobre qual a revolução deveria ser construída na América de língua espanhola nos anos 1920 e 1930 fizeram história no Altiplano. A Mariategui deve-se, juntamente com outros, a Fundação do

Partido Socialista Peruano, filiado a Terceira Internacional; a Haya devemos o Aprismo, um importante movimento popular revolucionário internacional no continente que propunha uma revolução anti-imperialista buscando nacionalizar e estatizar os recursos econômicos. Mariategui olha a Europa como uma fonte de conhecimentos e experiências revolucionárias, não a sacraliza, e busca refletir a partir dessa sua experiência europeia produzindo pensamento político original e reverenciado por muitos dentro e fora do Peru. Haya de La Torre, ao contrário, prefere olhar para nossas entranhas recusando o olhar do Amauta.

A Europa, queiramos ou não, ocupa desde sempre o centro de nossos debates. Depois do afastamento causado pela Primeira Guerra, a Segunda nos levou de novo à órbita da Europa e EUA, com envolvimento direto do Brasil na Guerra, além da Política da Boa Vizinhança dos EUA em relação ao continente. Depois da guerra, por força da Era de Ouro do capitalismo e a pujança da URSS, esse debate perdeu força, retornando agora com a corrente decolonial.

Aníbal Quijano conclui dizendo que:

Neste sentido, o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. Desde então, durante quase 200 anos, estivemos ocupados na tentativa de avançar no caminho da nacionalização de nossas sociedades e nossos Estados. Mas ainda em nenhum país latino-americano é possível encontrar uma sociedade plenamente nacionalizada nem tampouco um genuíno Estado-nação. A homogeneização nacional da população, segundo o modelo eurocêntrico de nação, só teria podido ser alcançada através de um processo radical e global de democratização da sociedade e do Estado. Antes de mais nada, essa democratização teria implicado, e ainda deve implicar, o processo da descolonização das relações sociais, políticas e culturais entre as raças, ou mais propriamente entre grupos e elementos de existência social europeus e não europeus (Quijano, 2005, p. 123-124).

Nelson Maldonado-Torres e Walter D. Mignolo, duas das figuras centrais do pensamento decolonial, são membros fundadores do grupo de pesquisadores intitulado “Modernidade e Colonialidade”, que almeja construir uma narrativa a partir da América Latina. Essa narrativa deveria inserir esse continente como laboratório de fundação do colonialismo europeu e do racismo sobre negros, índios e mestiços. Esse grupo afirma que a modernidade europeia tem outra face, não oculta, que era o colonialismo sobre o Novo Mundo e a escravização dos africanos. A diferença colonial seria o que fundamentaria a origem de outras diferenças, inclusive as do tempo

presente. Derivado desses estudos surge o conceito de colonialidade, entendido por Maldonado-Torres, como:

Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a 'descoberta'; e colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais (Maldonado-Torres, 2018, p. 35).

A colonialidade se assentaria em um tripé, a saber: a colonialidade do poder, do saber e do ser. Dessa forma, a colonialidade atestaria a continuidade do imperialismo e do velho colonialismo, sob outras formas nos tempos pós-emancipação.

Os estudos decoloniais aprofundados por esse grupo de estudos buscam oferecer novos horizontes interpretativos para nosso passado e presente, destacando o pensamento e atuação de grupos étnicos, de gênero e de pobres na história do continente.

Como disse acima, a colonialidade possui diversas facetas. A colonialidade do poder, gerando uma concepção sobre o que representa a ordem social, econômica e política; a colonialidade do saber, por sua vez, procura determinar quais são os pontos de vista válidos sobre o que seja conhecimento e cultura. Vale dizer, conhecimento produzido por autores do Norte Global; a colonialidade do ser, que busca predizer quais os sentidos dos conceitos e das experiências vividas, determinando aquilo que seria verdadeiramente humano; e a colonialidade de gênero, mais recente nos estudos, determinando a superioridade masculina num esquema existencial binário, além dos aspectos da heteronormatividade nas questões sobre a sexualidade. Mignolo traz para as discussões as matrizes raciais e patriarcais do conhecimento tido como válido nos espaços acadêmicos do Ocidente. Questiona o eurocentrismo, que afirma a Europa e EUA como os espaços privilegiados de produção de conhecimento científico, relativizando todos os outros centros produtores, particularmente os do hoje chamados Sul Global.

Ao mesmo tempo que Mignolo, nos diz Quijano, as identidades dos povos marginalizados na ordem internacional são completamente deturpadas, estereotipadas. Esse é um velho recurso do colonialismo visual presente, por

exemplo, nos *westerns* norte-americanos, onde sempre há um mexicano, de sobretudo, sentado preguiçosamente no canto da mesa...²⁰

Colonialidade, dessa forma, significou a permanência das antigas estruturas internas de poder e de controle das subjetividades das populações indígenas, negras ou mestiças no continente e garantiu um traço de continuidade entre a época colonial e o período da construção desses novos estados nacionais. Um colonialismo interno em relação aos povos e classes subalternizadas nos novos quadros do liberalismo triunfante no Ocidente, seja nas revoluções liberais, seja nas independências das nações americanas. Porém, esse novo status não foi tão facilmente construído. É a longa travessia do século XIX, ora no deserto, ora na densa e chuvosa floresta. Não houve tempo bom. Em alguns casos, guerras civis e conflitos externos, como a “Guerra do Lopez”, a Guerra do Pacífico (entre Chile, Bolívia e Peru), os conflitos entre Blancos e Colorados no Uruguai ou entre unitaristas e federalistas na Argentina, além da doméstica Guerra dos Farrapos, no sul do Brasil Monárquico.

Em termos continentais, a colonialidade é entendida como um espelho do colonialismo, mantendo as relações de poder sobre os povos colonizados. É um fenômeno histórico multifacetado, referindo-se a uma naturalização/normatização de hierarquias de todo o tipo. Essa naturalização garante a manutenção da exploração de amplos contingentes sociais, étnicos ou de gênero num *continuum* de subordinação e desqualificação de saberes. Ou seja: mesmo com o fim do colonialismo, as novas realidades são perpassadas por uma lógica colonial (decolonial), subordinando saberes e modos de vidas diferentes dos imperantes no mundo das elites políticas e econômicas. Com o fim do colonialismo, portanto, tivemos a entrada em cena da colonialidade, que nos alcança até hoje. Essa, caracteriza-se por um tipo de controle das epistemologias, das representações, das subjetividades, hierarquizando-as, com as oriundas do centro do capitalismo ocupando os primeiros lugares.

Mignolo, na questão específica discutida nesta dissertação, trouxe uma versão crítica para a compreensão deste processo de criação e construção do conceito de América Latina e da apropriação pelos Estados Unidos da América da denominação América do Norte ou América, tomando a parte pelo todo.

²⁰ Seria a visão do Norte sobre o Sul? Um homem sem rosto e menorizado até pela perspectiva pictórica como ícone de todos os ‘latinos’? Há uma ideia de continuidade das lógicas de poder e racial-colonial nos escritos desses autores.

O filósofo e semiólogo argentino em *La Idea de América Latina* (MIGNOLO, 2007), buscou delinear o contexto eurocêntrico, especificamente francês do surgimento desse conceito unificante. Ele nasceu inserido no paradigma colonial com todas as decorrências desse enquadramento. Racismo, sub-cidadania, expropriação, marginalização, exclusão, discriminações, criminalização e repressão. Segundo Mignolo, esse modelo de identidade cultural, a latinidade de inspiração francesa, foi um pilar da construção de nações marcadas por um novo colonialismo interno, dominadas politicamente por descendentes das antigas elites criollas, e onde amplas maiorias étnicas foram incorporadas de forma subordinada nesses novos projetos nacionais surgidos nas antigas colônias ibéricas. A latinidade inventada foi instrumentalizada por essas elites políticas emancipadas, já que elas eram incluídas nesse conceito por suas ligações com a língua, cultura, modelos políticos, universo intelectual, enquanto as amplas maiorias mestiças, indígenas ou negras eram marginalizadas nas novas narrativas nacionais, baseadas nesse discurso eurocêntrico latinizante. As antigas colônias “esqueceram” seu passado de violências cometidas pelos agentes metropolitanos e invisibilizaram aos seus próprios olhos a abissal desigualdade social e étnica herdada da época colonial, sem falar na continuidade da escravidão em muitos deles, confrontando simplismos históricos que mencionam uma fantasiosa abolição da escravidão nos países de colonização espanhola logo depois da independência, em oposição ao Brasil, o “último país do mundo a abolir a escravidão”.

Mignolo nos recorda que a primeira identidade reivindicada teria sido a hispânica, na primeira metade do século XIX, sendo substituída pela latino-americana na segunda metade do século XIX.

Como vimos, essa “troca” não foi tão linear, sem disputas ou discordâncias, e o trabalho de Deni Alfaró Rubbo nos dá uma excelente amostragem dessa discussão quando analisa o debate entre as gerações de escritores do final do século XIX, como Rodó ou Martí, e as gerações do pós-Primeira Guerra Mundial como José Carlos Mariategui, críticos exatamente dessa hispanidade. Tanto Mariategui, quanto Haya de La Torre, olham prioritariamente para as massas mestiças e indígenas marginalizadas e redefinem sua identidade para Indo-Americana, ambos com projetos políticos revolucionários, embora por vias diferentes.

Mignolo também deu conta do conceito de América Latina nos períodos da Guerra Fria e pós-Guerra Fria, da globalização. Aponta que esse conceito talvez

esteja perdendo força política e simbólica, com a criação da Unasul, por exemplo, centrada em outra geopolítica, também pós-Guerra Fria, onde a latinidade não seria mais importante na definição conceitual. Rupturas políticas decoloniais estariam ocorrendo, ao lado de uma revolução epistêmica, produzindo novas narrativas a partir de novos atores emergentes nas lutas sociais, rompendo com o projeto político excludente expresso no conceito de América Latina, advindo dessa apropriação pelas elites locais hispânicas de conceito produzido no âmbito da academia francesa. Mignolo fez a crítica magistral dessa naturalização do conceito de América Latina, justificando amplamente a leitura por quem se interessa pelo debate sobre a criação e enraizamento do conceito, tão caro à minha geração. Fomos “*locos*” por ti, América!

1.2 As diferentes Américas no PNLD 2018

Por fim, dedico-me aos modos como a bibliografia didática analisada define esse espaço geopolítico denominado hispânico ou latino, na maioria das vezes. Meu caminho nessa questão é selecionar e analisar os títulos e subtítulos dos sumários dos livros. Nestes, predomina o termo América Espanhola ou de colonização espanhola, referindo-se aos tempos de colonização e das lutas pela independência. Contudo, a partir das independências, essas novas nações são denominadas frequentemente como pertencentes a um outro espaço: a América Latina ou mesmo a Hispano-América. Porém, nunca surge como América Indígena, como queria o peruano Jose Carlos Mariategui.

Em pequenas sínteses dos usos e abusos dessas denominações superpostas, evidencio, a seguir, o uso automático e muitas vezes descontextualizado da expressão América Latina, superposta a uma América Hispânica que se tornara independente no início do século XIX, mas que ao ser inserida na expansão norte-americana, ou mesmo antes, transmuta-se definitivamente em América Latina como símbolo de resistência.

Gilberto Cotrin, por exemplo, faz uso automático do conceito de América Latina para denominar coletivamente essas novas nações desde o início do século XIX. No entanto, há box explicativo sobre o conceito, definido como pertencente ao universo dos falantes de línguas latinas, no caso, português, espanhol e francês, numa

abordagem de amplo espectro. Também utiliza América espanhola nos textos, mas o predomínio da expressão América Latina é evidente na abertura do capítulo e nos textos anexos.

No capítulo 20, volume 2, intitulado “A América no século XIX”, o uso do conceito em apreço é constante e serve de base para explicar as diferenças com a denominada América Anglo-saxônica. Ao tratar da expansão imperialista no continente utiliza largamente a expressão América Latina, vale dizer, o lugar da resistência, como as imagens e textos selecionados abaixo buscam evidenciar.

Figura 20 - Charge de crítica ao Big Stick e à diplomacia do Porrete

Interpretar fonte O “grande porrete”

Entre os séculos XIX e XX, foram produzidas diversas charges criticando a política do *Big Stick*. Observe, ao lado, uma dessas charges.

O policial do mundo, caricatura do presidente Roosevelt, representado como um policial internacional segurando um porrete com a frase: “a nova diplomacia”.



THE WORLD'S CONSTABLE

THE BERKMAN COLLECTION AND THE BERKMAN LIBRARY AT THE UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARIES

- Na sua interpretação, qual é a ironia presente nesta caricatura?

Fonte: COTRIN, Gilberto. História Global, vol. 2, São Paulo, 2017, p. 275.

Figura 21 - As razões da fragmentação política segundo um historiador contemporâneo

Em destaque Fragmentação da América Latina

Veja como o historiador Alexandre de Freitas Barbosa interpretou a fragmentação da América Latina após a independência das ex-colônias espanholas:

A união da maioria dos novos países independentes da América Latina não aconteceu por dois motivos principais. Primeiro, porque a Inglaterra e os Estados Unidos, que disputavam o controle econômico da América Latina, não viam com bons olhos a união política dos países latino-americanos. No entender das potências, quanto mais fragmentada fosse a América Latina, mais difícil seria para ela enfrentar os interesses econômicos ingleses e norte-americanos. Segundo, porque os grandes proprietários de minas e terras (as elites nativas, agora nacionais) sentiam-se mais à vontade para controlar seus interesses econômicos numa América Latina fragmentada, composta de unidades políticas menores. Dessa forma, seria mais fácil para um produtor de cacau da Venezuela influenciar a política de sua região se tivesse apenas de negociar com os políticos venezuelanos, sem ter de “brigar” com proprietários de minas e terras de outras regiões.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A independência dos países da América Latina*. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 32.

- Sintetize as razões apontadas por Freitas Barbosa para a fragmentação da América Latina.

Fonte: COTRIN, Gilberto. História Global, vol. 2, São Paulo, 2017, p. 157.

Figura 22 - Quadro síntese dos elementos comuns aos países da América Latina, assim como o autoritarismo e o caudilhismo

América Latina
Diferenças e elementos históricos comuns

Diferentemente da América Anglo-saxônica, a América Latina seguiu uma trajetória marcada pelo menor desenvolvimento econômico e pela fragilidade de sua autonomia. Atualmente, é constituída por mais de trinta países heterogêneos – tanto no sentido econômico, social e político quanto no demográfico e territorial –, o que impossibilita uma visão única e generalizada da região.

Ainda assim, podemos identificar alguns fatores e processos comuns à maioria dos países latino-americanos em seu período de formação. Em geral, esses países:

- foram submetidos, por mais de três séculos, à exploração colonial europeia;
- tornaram-se politicamente independentes no início do século XIX;
- estiveram, no período pós-independência, sob influência da Inglaterra (século XIX) e, posteriormente, dos Estados Unidos.¹

Vejamos um pouco mais dessa última etapa.

ressante estimular a unidade política latino-americana. Afinal, a formação de outro Estado americano forte, com um mercado unificado, que pudesse se desenvolver industrialmente – como ocorreu com os Estados Unidos – criaria dificuldades ao comércio de produtos ingleses.

Autoritarismo e caudilhismo

Podemos dizer que outra característica da história da América Latina, desde o século XIX, foi o autoritarismo, apesar de grande parte dos líderes do processo de independência das colônias hispânicas na América Latina ter adotado um discurso político inspirado nos ideais do liberalismo.

Tais líderes pregavam a formação de países com base em alguns ideais liberais, como governos representativos do povo, liberdade política, igualdade jurídica e tolerância filosófica.

Esses ideais liberais, entretanto, não se concretizaram quando da formação dos novos Estados latino-americanos. Chegando ao poder, os líderes políticos e as eli-

Fonte: COTRIN, Gilberto. História Global, vol. 2, São Paulo, 2017, p. 273.

Figura 23 - O padre Miguel Hidalgo, por José Clemente Orozco, e a revolução popular


CAPÍTULO
12

Independências na América Latina

A expressão “América Latina” refere-se à parte do continente americano colonizada predominantemente por europeus que falavam línguas latinas: portuguesas, espanholas e francesas.

Neste capítulo, vamos estudar aspectos da independência das colônias espanholas na América e também do Haiti, que foi uma colônia francesa.

Quais são as semelhanças e as diferenças entre os processos de independência dos países latino-americanos?



Treinando o olhar

- Como o pintor mexicano José Clemente Orozco representou as guerras pela independência em seu país? Procure analisar aspectos como cores, personagens e cenários.

Fonte: COTRIN, Gilberto. História Global, vol. 2, São Paulo, 2017, p. 150.

Figura 24 - Escultura Mão, de Oscar Niemeyer, Museu da América Latina, SP. 2009



Fonte: COTRIN, Gilberto. História Global, vol. 2, São Paulo, 2017, p. 159.

Figura 25 - Tela Emprego de negros na agricultura, de Earle Wilton Richardson, do Museu de Arte Afro-americana. 1934. Washington DC, USA

CAPÍTULO
20

América no século XIX

A porção anglo-saxônica da América reúne cerca de 38% da população e – devido sobretudo aos EUA – representa cerca de 85% do PIB (Produto Interno Bruto) de todo o continente americano. Já a América Latina, com cerca de 62% da população, detém 15% do PIB do continente, aproximadamente.
Por que os Estados Unidos e os países latino-americanos se desenvolveram de formas tão diferentes?

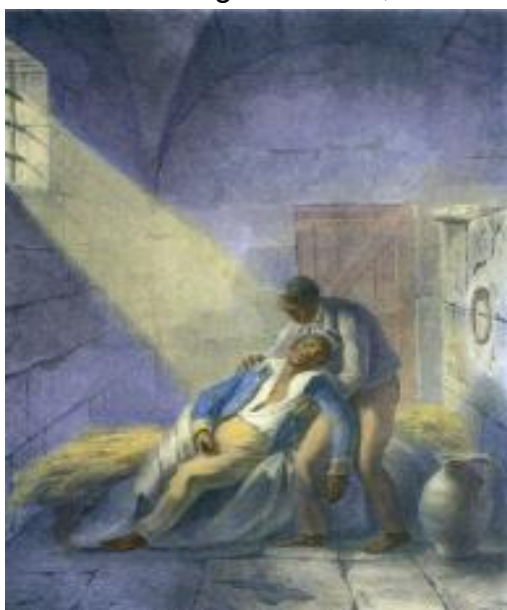
Emprego de negros na agricultura. Óleo sobre tela criado em 1934 pelo artista afro-americano Earle Wilton Richardson. Encontra-se no Museu de Arte Americana Smithsonian, em Washington D. C., EUA.

Fonte: COTRIN, Gilberto. História Global, vol. 2, São Paulo, 2017, p. 266.

Candido Granjeiro (2016), na “Coleção Cenas da História, também intitula o capítulo 16, do Volume 2, como “América Espanhola: A independência dos criollos”, explicitando a questão do controle do poder pelas elites de origem hispânicas. Todo o texto é explícito quanto à independência da América Espanhola, particularizando os muitos casos e processos de lutas. O autor acentuou essa multiplicidade de processos, recusando visões excessivamente unificadoras e generalizantes.

A independência de Saint Domingue, futuro Haiti, sempre presente junto às lutas na América espanhola, recebe tratamento iconográfico original, evitando a recorrente imagem de generais em estátuas ou pinturas equestres. Utiliza uma gravura de meados do século XIX, com imagem também romântica, da morte de Toussaint Louverture numa prisão francesa.

Figura 26 - Representação da morte de Toussaint Louverture, líder negro haitiano, de 1855



Gravura de 1855 representando a morte de Toussaint Louverture, um dos líderes do movimento de independência do Haiti. A imagem foi colorida na atualidade. Louverture morreu em 1803, em uma prisão francesa.

Fonte: GRANJEIRO, Candido. Cenas da História. São Paulo: Palavras Editorial, 2016, vol. 2, p. 25.

As independências são bem contextualizadas tanto em textos, quanto em imagens. Contudo, como em outros manuais, não avança em nada nas temáticas relacionadas às dificuldades e avanços da construção dos Estados Nacionais hispânicos. Nem nos conflitos internos e externos.

Em texto anexo, ao final do capítulo, centrado na Venezuela nas décadas recentes, utiliza a expressão América Latina onde essa emerge no quadro da história

contemporânea, atual, frequentemente associada à resistência ao imperialismo norte-americano, ou a revoluções sociais.

O conceito de América Latina toma o centro da ribalta novamente quando se refere a uma suposta dependência econômica estrutural desse continente em relação aos centros do capitalismo. Contempla no subtítulo “América Latina”, no volume 3, a revolução mexicana; o peronismo argentino, cuja imagem associada é a de Evita, não a de Perón, e o Chile de Pinochet, numa espécie de narrativa aos saltos temporais e espaciais.

Figura 27 - Quadro síntese da Revolução Bolivariana, na Venezuela

O PASSADO EM USO

Revolução Bolivariana

O governo de Hugo Chávez na Venezuela – que se iniciou em 1999 e só se encerrou em 2013 com sua morte – é um dos mais controversos das últimas décadas na América Latina, despertando opiniões emocionadas em reações que o apoiam e as que o criticam. Segundo seus partidários, ao final de sua administração, a Venezuela apresentou dados positivos impressionantes.

Por exemplo na América do Sul, a Venezuela era a sociedade com a melhor distribuição de renda e o salário mínimo mais alto. Não tinha analfabetismo e, nos últimos anos, apresentava a melhor evolução do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) entre os seus vizinhos latino-americanos. Essas realizações aconteciam graças ao dinheiro obtido com a descoberta e a exploração dos recursos minerais, em especial o petróleo, a maior riqueza do país que até aquele momento era controlada pelas elites locais e pelas multinacionais.

Combe a elite venezuelano, ainda, inaugurar uma forma específica de participação política que chamava de democracia direta, sem a intermediação de representantes (deputados e senadores) e concretizada por meio de assembleias plebiscitárias sobre os temas considerados mais relevantes do país. Para os seus opositores, não passava de uma estratégia para bulir as regras democráticas e se perpetuar no poder, graças a um autoritarismo estatutário precedentes, responsável por impedir o Estado comprometer o desenvolvimento do país.

Para os opositores, o governo de Chávez, apoiado no carisma pessoal e em intensa propaganda, havia colocado a Venezuela à beira da falência. Esse embate, no fundo, parecia apenas resumir a oposição das correntes ideológicas predominantes na América Latina, durante as últimas décadas. Assim, por um lado, os opositores à Chávez pareciam repetir boa parte de seus argumentos das cartilhas neoliberais, com a defesa de um Estado enxuto e regulador das atividades sociais, mercantis essenciais.

Por outro lado, os defensores do governo Chávez pareciam se orientar pelos manuais da esquerda, concebendo o Estado como um instrumento para promover políticas de valorização dos grupos populares e promoção da igualdade social. O mais ilustrado nesse embate era que Chávez denominava seu governo como Revolução Bolivariana, um caminho para construir o socialismo. Tratava-se de uma referência a um dos maiores heróis do processo de independência dos países sul-americanos, Simón Bolívar, defensor da união dos povos da região e, sobretudo, um liberal convicto, como vários dos revolucionários daquele tempo.



Em 2006, a sociedade venezuelana atravessava enorme crise política e econômica. Os ganhos sociais dos últimos anos, porém, eram irreversíveis. Crianças venezuelanas em Santa Elena, Venezuela, 2006.

4. Faça um quadro-resumo dos embates sobre o governo Hugo Chávez. Se necessário, pesquise para ampliar seus conhecimentos sobre o tema.

5. Elaborem um texto comentando o uso da expressão Revolução Bolivariana. Levem em consideração:

- a trajetória de Simón Bolívar;
- os atuais embates ideológicos na América Latina;
- o uso da história pelos personagens públicos, nos dias atuais.

Fonte: GRANJEIRO, Candido. Cenas da História. São Paulo: Palavras Editorial, 2016, vol. 3, p. 261.

Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Pontes (2013), utilizam o termo “América Espanhola” para batizar as novas nações ao tempo das lutas contra a

metrópole. E a expressão “América Latina” é introduzida bruscamente no texto ao se referir aos resultados da independência ainda no início do século XIX, nos supostos planos políticos de Simón Bolívar:

Figura 28 - A frustração da Conferência do Panamá, convocada por Simón Bolívar

Mais uma vez Bolívar tentaria unir os governos dos países latino-americanos que haviam conquistado sua independência. Em julho de 1826, ele convidou representantes de cada um deles para participar da *Conferência Pan-Americana do Panamá*. Dela, porém, só participaram México, Guatemala, Peru e Grande Colômbia, frustrando definitivamente os planos de formação de uma América unida.

Fonte: SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. Por dentro da História. São Paulo: Escala Editorial, 2013, vol. 2, p. 129.

Os autores definem a América Latina como o conjunto de países originários da colonização portuguesa e espanhola, agregando a região do Caribe para incluir as ex-colônias francesas, inglesas e holandesas.

Numa leitura de caráter anti-imperialista, acusa a herança colonial por parte das mazelas atuais da região. América Latina faz par com o anti-imperialismo norte-americano a partir do final do século XIX, como veremos em outros autores aqui analisados.

Esses mesmos autores, em texto citado, utilizam a oposição histórica entre Cuba e EUA, para reafirmar o conceito de América Latina como símbolo de resistência, tendo a Ilha caribenha como exemplo de ferrenha oposição ao imperialismo norte-americano. Dessa forma, percorre os caminhos da Revolução e introduz os tempos pós-Fidel Castro na análise. América Latina, pois, como catalisador de uma união anti-imperialista contra o domínio norte-americano.

Ronaldo Vainfas, Sheila Faria, Jorge Ferreira e Georgina Santos (2017) utilizam a expressão hispano-américa sem referir-se à outra denominação ao tratar das

independências e tempos pós-coloniais, avançando bastante na caracterização das novas nações hispano-americanas no século XIX, sendo um dos mais ricos nesse aspecto. Esses autores, nem mesmo no contexto da expansão imperialista no continente, fazem uso da expressão América Latina.

Porém, no Volume 3, o capítulo 11, intitula-se “América Latina: desenvolvimento, democracia e ditadura”, tendo como imagem de fundo uma fotografia da icônica cantora argentina Mercedes Sosa. A América Latina emerge nesta Coleção nos quadros da Guerra Fria, mas, não traz qualquer histórico do conceito, nem político, linguístico ou étnico. Ele surge, emerge no texto, sem historicidade. “Os historiadores consideram o caso mexicano como um exemplo típico de reforma liberal na América Latina durante o século XIX” (VAINFAS *et al*, 2017, p. 177).

Nesse parágrafo acima é mencionado pela primeira vez o termo América Latina, até então não utilizado pelos autores do manual.

Figura 29 - Trecho do Sumário do Volume 3, de História, de Vainfas e outros

| | |
|---|------------|
| Capítulo 11 ► América Latina: desenvolvimento, democracia e ditadura | 182 |
| 1. América Latina: nacionalismo e desenvolvimentismo | 183 |
| 2. Revoluções no México | 184 |
| 3. No Chile, o governo de Allende e o golpe de 1973 | 187 |
| 4. Argentina: peronismo e ditadura militar | 190 |

Fonte: VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina. História. São Paulo: Saraiva, 2017, vol. 3, p. 7.

Ademar Marques e Flávio Berutti (2016) utilizam a expressão “América Espanhola” referindo-se aos processos de independência no início do século XIX.

Quando abordam a influência norte-americana no continente, no final do século XIX e início do XX, também utilizam a expressão América Latina sem contextualizá-la ou contemplar seu percurso como conceito aglutinador das diversidades do continente.

Alfredo Boulos Junior (2016) utiliza as expressões América espanhola e sociedades hispano-americanas na época das lutas pelas independências. Em subtítulos, utiliza também o termo América ou Américas, sem adjetivos. Porém, quando aborda os tempos pós-independências, de organização dos Estados nacionais, recorre ao termo América Latina e o faz anacronicamente, porque sem contextualização ou histórico do conceito (Boulos Junior, 2016, p. 189).

Renato Mocellin e Rosiane de Camargo (2016) repetem a fórmula de denominar espanhola ou hispânica as sociedades à época das independências. Mais tarde, passam a denominar América Latina ao conjunto dessas mesmas nações, agora acrescidas da nação originária da América Portuguesa, em seu capítulo Direitos na América Latina: lutas e conquistas. Os subtítulos são: Os conflitos na América Latina e O imperialismo na América Latina. Oposição mais do que característica nos manuais didáticos aqui analisados. O conceito de América Latina, nestes autores, afirma-se ainda nos itens sobre a expansão estadunidense ao sul do Rio Bravo, e nos subitens relativos à Revolução Cubana de 1959 e na emergência política e militar dos zapatistas no ano de 1994 (Mocellin; Camargo, 2016, p. 138-142). Eventos de alguma forma associados a uma resistência política aos EUA e seu intervencionismo nas Américas.

Figura 30 - Sumário de História em Debate, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo, volume 2

| Sumario | |
|----------------|---|
| 1 | Direitos humanos 10 |
| | Direitos humanos: somos todos iguais? 12 |
| | A origem dos direitos humanos 15 |
| | A conquista dos direitos sociais 24 |
| | A terceira geração dos direitos humanos 26 |
| | Direitos de quarta e quinta gerações: Bioética e paz 30 |
| | Debate interdisciplinar: Em busca de direitos humanos ambientais 32 |
| | Testando seus conhecimentos 34 |
| 2 | A dominação da América e a visão do outro 36 |
| | A visão do outro: europeus e americanos 38 |
| | A chegada dos europeus à América 42 |
| | A América antes dos europeus 47 |
| | A conquista da América 59 |
| | Debate interdisciplinar: Intercâmbio de alimentos entre a Europa e a América 72 |
| | Testando seus conhecimentos 74 |
| 3 | Colonização da América: exploração e resistência 76 |
| | A América do século XXI 78 |
| | A empresa colonial espanhola 79 |
| | A empresa colonial portuguesa 88 |
| | A colonização da América Inglesa 93 |
| | Revolução Americana: a primeira reação americana contra a metrópole 97 |
| | Independências na América Espanhola 98 |
| | Independência da América Portuguesa 104 |
| | Debate interdisciplinar: A transformação dos metais 108 |
| | Testando seus conhecimentos 110 |
| 4 | Direitos na América Latina: lutas e conquistas 112 |
| | A América independente 114 |
| | O regime neocolonial 116 |
| | Os conflitos na América Latina 119 |
| | O imperialismo na América Latina 127 |
| | As revoluções 133 |
| | O populismo 144 |
| | As ditaduras 145 |
| | As guerrilhas 148 |
| | Debate interdisciplinar: Che Guevara – da guerrilha para o mercado 150 |
| | Testando seus conhecimentos 152 |

Fonte: MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane. História em debate, V. 2. São Paulo: Editora do Brasil, 2016, p. 7.

Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro (2016) analisam a independência na América espanhola denominando esse espaço como a Hispano-América por quase todo o período estudado no capítulo 4, volume 2, referente à construção dos Estados nacionais dessas inúmeras novas nações. Como outros, também aplica a denominação América Latina quando aborda o imperialismo americano com *Big Stick*, Corolário Roosevelt, Emenda Platt, Canal do Panamá e temas já clássicos. América Latina, mais uma vez, emerge como espaço geopolítico de resistência ao imperialismo dos EUA, a partir do final do século XIX, prolongando-se até os dias de hoje.

Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016) tratam da questão nos capítulos 10, Volume 2, sobre a luta pelas Independências nas Américas, incluindo o caso das

Treze Colônias Inglesas. Aqui se denomina América Espanhola ou América Hispânica o conjunto dessas nações surgidas da ruptura com a Espanha.

A “novidade” é que a expressão América Latina também não aparece no capítulo 16, item 4, sobre o expansionismo norte americano, cujas intervenções são tratadas pelo nome do país invadido e não por uma designação coletiva. A expressão América Latina surge apenas no Volume 3 no quadro da Guerra Fria, ligada principalmente à Revolução Cubana já na segunda metade do século XX. “Com o sucesso da Revolução cubana, o governo apoiou ativamente movimentos guerrilheiros em outros países da América Latina, incluindo o Brasil” (Azevedo; Seriacopi, 2016, p. 145).

Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira (2016) no capítulo 8, Volume 2, no subtítulo nomeia a América espanhola ao tratar das independências, contudo, logo de início, em um texto introdutório, refere-se a América Latina, ao mencionar a luta de mulheres Aimarás bolivianas nos tempos atuais, isto é, 2011. No texto sobre as independências propriamente dito, utilizam América espanhola ou hispânica. Utilizam também expressões de cunho geográfico como México e América Central ou América do Sul para denominar processos emancipatórios específicos.

Figura 31 - Sumário de Conexões
com a História, de Alexandre
Alves e Letícia Fagundes Oliveira,
volume 2

| | |
|---|-----|
| 8.2 O fim do domínio espanhol na América | 138 |
| A força das ideias, 138 • A reação ao domínio francês, 138 • Os <i>criollos</i> no comando dos novos governos, 139 • Indígenas e negros, 139 | |
| 8.3 A independência do México e da América Central | 140 |
| A luta pela independência, 140 • A rebelião escrava no Haiti, 141 • O caminho oposto de Cuba, 142 | |
| 8.4 A independência na América do Sul | 143 |
| O Vice-Reino de Nova Granada, 143 • O Vice-Reino do Rio da Prata, 143 • Bolívia e Peru, 143 • Os caudilhos e os projetos localistas, 144 • A defesa da unidade nacional, 144 • A unidade americana, 145 | |

Fonte: OLIVEIRA, Letícia Fagundes de; ALVES, Alexandre. Conexões com a História. São Paulo: Editora Moderna, 2016, vol. 2, p. 8.

A expressão América Latina, repetindo outros autores aqui mencionados, é utilizada no contexto da expansão imperialista norte-americana, exemplificado pelo título do item 3, “O avanço norte-americano sobre a América Latina”.

Figura 32 - Quadro síntese da Doutrina Monroe, de 1823

12.3

O avanço norte-americano na América Latina



Reprodução: BRUNO M. RIBEIRO/ARND BRONKHORST/ISTOCK/PHOTODISC - COLEÇÃO PARTICULAR

19go Pimati e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A fronteira avança para o sul

O predomínio dos estados do norte após a guerra civil permitiu-lhes definir as bases da política econômica norte-americana. O desejo de ultrapassar as fronteiras, que caracterizou toda a ação expansionista em direção ao oeste, passou a se orientar rumo à América Latina: a produção industrial havia voltado a crescer após os primeiros anos da reconstrução e, com ela, a necessidade de obter novos mercados consumidores.

Em dezembro de 1823, o presidente James Monroe, em sua mensagem anual ao Congresso, destacou a proximidade dos Estados Unidos com os demais países da América. A declaração, conhecida como **Doutrina Monroe**, é considerada por muitos historiadores o prenúncio do expansionismo dos Estados Unidos em direção à América Latina. O discurso de Monroe, no entanto, tinha o objetivo exclusivo de refutar a intenção de alguns países europeus, que estavam na onda conservadora instaurada na Europa após a queda de Napoleão, em 1815, de combater os movimentos emancipacionistas que se espalhavam pela América [doc. 3].

Os princípios anunciados por Monroe, sobretudo a famosa frase “a América para os americanos”, apontavam a desejada aliança entre os países da América e afirmavam sua autonomia. Em outras palavras, a Doutrina Monroe, pelo menos quando foi lançada, teve sentido defensivo contra a tentativa de avanço europeu.

O contato de norte-americanos com algumas partes da América Latina já era antigo. O comércio triangular articulou, durante boa parte da colonização, algumas áreas do Caribe (principalmente Cuba) às colônias do norte e do sul. No século XIX, a guerra contra o México também indicou que os países vizinhos poderiam tornar-se alvo da expansão norte-americana.

Fonte: OLIVEIRA, Leticia Fagundes de; ALVES, Alexandre. Conexões com a História. São Paulo: Editora Moderna, 2016, vol. 2, p. 223.

Keila Grinberg, Marco Pellegrini e Adriana Machado Dias (2016) também denominam como América Espanhola ao espaço geopolítico surgido das lutas destas novas nações americanas. Não mencionam em momento algum neste capítulo 12, os termos América Latina ou América Indígena. Como em outros autores, o termo América Latina surge no contexto de oposição ao intervencionismo norte-americano. Não há conexões ou explicações para a troca de conceito geopolítico, numa espécie de manobra conceitual automática que se repete em várias Coleções.

Patrícia Ramos Braick e Myrian Becho Mota (2016) repetem a prática de denominar América Espanhola ao espaço de lutas pelas independências no início do

século XIX. No entanto, ao tratar dos nascentes Estados nacionais, já os denomina Estados nacionais latino-americanos, como transcrito a seguir:

Figura 33 - A constante simbiose dos conceitos de América Latina e América Espanhola

Independência da América espanhola

O processo de "descolonização" de muitas regiões da América e de formação dos Estados nacionais latino-americanos foi liderado por setores dominantes descontentes com a impossibilidade de desfrutar, dentro das regras do sistema colonial, as vantagens concedidas pelo desenvolvimento do capitalismo no século XIX.

Fonte: BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myrian Becho. História, das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Editora Moderna, 2016, vol. 2, p. 132.

Quando menciona Simón Bolívar e seus projetos políticos, os denomina de ideais **de unificação latino-americana**, uma expressão anacrônica e fantasiosa.

Figura 34 - O mito bolivariano

O mito bolivariano

Apesar de não ter conseguido concretizar seu projeto de unificação, a imagem de Bolívar como grande libertador da América se mantém até os dias de hoje. Muitos estudiosos e artistas criaram representações grandiosas, que descrevem Bolívar como um herói hispano-americano capaz de desmedidos sacrifícios em nome da liberdade de seu povo.

A figura do "Libertador", como é chamado na Venezuela, foi usada, por exemplo, pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, que governou o país entre 1998 e 2013. Durante seu governo – além de citar constantemente os textos e as ideias de Bolívar – foi aprovada uma Constituição que mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela.

Contudo, a imagem heroica que se criou de Bolívar vem sendo questionada em estudos recentes que analisam as posições políticas do líder e avaliam o descontentamento de alguns de seus contemporâneos. Para alguns estudiosos, o projeto de unidade latino-americana defendido por Bolívar configurava um perigoso sonho de ditadura pessoal.

Simón Bolívar (século XIX), estátua de bronze em homenagem a um dos denominados heróis da independência latino-americana. Caracas, Venezuela.



KEN WELSH
BRIDGEMAN IMAGES
RETOQUE BRASIL

135 

Fonte: BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myrian Becho. História, das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Editora Moderna, 2016, vol. 2, p. 135.

No capítulo 12, Volume 2, o título é sobre as relações entre os Estados Unidos e a América hispânica no pós-independência, mas os textos referem-se o tempo todo a uma América Latina ou latino-americanos. Roosevelt e o *Big Stick*, Diplomacia do Dólar, Política de Boa Vizinhança, tudo sob o “guarda-chuva” das relações com a América Latina. O item referente neste mesmo capítulo à hispano-américa após a independência, em nenhum momento refere-se a América Latina, contraditoriamente.

Bruno Vicentino e Claudio Vicentino (2016) intitulam o capítulo 14 como “As independências na América espanhola”, mas já na folha de abertura do capítulo encontram-se menções ao Memorial da América Latina em São Paulo e aos vizinhos latino-americanos. Trazem as excelentes contribuições de Leslie Bethell sobre o pertencimento ou não do Brasil ao conceito de América Latina, porém, não constrói para os leitores a história e a cronologia do conceito, incorrendo desta forma em um anacronismo temporal, com expressões do tipo “Algumas rebeliões latino-americanas do século XVIII”, incluindo a América Portuguesa no conceito, com as Conjurações. América espanhola, América hispânica e América Latina são utilizadas indistintamente no texto, ora incluindo, ora não, o Brasil na categoria geopolítica. O uso mais frequente a torna sinônimo de cultura hispânica nestes autores.

[...] nem os intelectuais hispano-americanos e brasileiros, nem os governos hispano-americanos e brasileiros consideravam o Brasil parte da "América Latina" — expressão que se referia somente à América Espanhola — pelo menos até a segunda metade do século XX, quando os Estados Unidos e o resto do mundo exterior começaram a pensar o Brasil como parte integrante de uma região chamada "Latin America" [...] Mesmo agora, os governos brasileiros e os intelectuais brasileiros, exceto talvez da esquerda, continuam sem convicção profunda de que o Brasil é parte da América Latina (Vicentino, B.; Vicentino, C. 2016, p. 193, grifo nosso).

Os autores ignoram essas advertências reproduzidas por eles mesmos e incluem a América Portuguesa no conceito de América Latina cerca de um século antes de sua criação.

Figura 35 - O anacronismo da expressão América Latina no século XVIII



Fonte: VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio; Olhares da História – Brasil e Mundo. São Paulo: Editora Scipione, 2016, vol.2, p. 194.

Mais adiante, afirmam sobre os generais Simón Bolívar e San Martín: “[Bolívar] defendia uma América Latina livre, unida e republicana. San Martín tinha os mesmos ideais de independência de Bolívar, mas era a favor da monarquia constitucional” (Vicentino, B.; Vicentino, C. 2016, p. 195). Impreciso e contraditório.

Embora tivessem conquistado a independência política, os novos Estados latino-americanos assumiam outra forma de dependência, agora econômica. Atendendo aos interesses do desenvolvimento capitalista, a América Latina, governada pela aristocracia crioula, manteve a função de fornecer matérias-primas e consumir manufaturados ingleses. Sem unidade, os novos Estados independentes da América Latina ficaram vulneráveis à hegemonia econômica e política das potências mundiais (Vicentino, B.; Vicentino, C. 2016, p. 197).

No capítulo 16, volume 2, “A Europa e os EUA no século XIX”, o item 7, afirma:

A Doutrina Monroe e a teoria do Destino Manifesto serviram de base ideológica para que os Estados Unidos assumissem a tutela sobre toda a América, especialmente a América Central. Adaptados pelo presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), os fundamentos da Doutrina Monroe

tornaram-se conhecidos como Corolário Roosevelt e foram utilizados para justificar intervenções em países do continente, como se os Estados Unidos fossem os “salvadores da América”. Era a política do *Big Stick* (‘grande porrete’), sintetizada na frase de Roosevelt: “Devemos falar macio, mas carregar um grande porrete”. Entre as várias intervenções norte-americanas na América Latina, desde o final do século XIX até as últimas décadas do século XX, destacaram-se as efetuadas em Cuba, no Panamá e na Nicarágua (Vicentino, B.; Vicentino, C. 2016, p. 225).

No volume 3 da mesma Coleção, reafirmam seu amplo uso do conceito, já nos quadros da Guerra Fria, mas retrocedem ao tempo das independências como categoria imediatamente dali derivada.

Figura 36 - Quadro síntese da Guerra Fria na América Latina

2) Tensões e conflitos na América Latina

Apesar da independência política conquistada a partir do século XIX, os países da América Latina mantiveram laços de dependência econômica com as grandes potências capitalistas mundiais, de início principalmente com a Inglaterra e posteriormente com os Estados Unidos.

As forças tradicionais, defensoras do vínculo político-econômico com os grandes centros capitalistas, muitas vezes chocaram-se com as forças reformistas e nacionalistas e também com as de extrema-esquerda, num quadro que visava à reformulação das estruturas vigentes. Nesse cenário, ditaduras militares, governos pró-libertação, movimentos reformistas, revolucionários e guerrilheiros têm marcado o conturbado quadro político da América Latina desde o século XIX.



¹ CESSOU, Sabine. Impasse social na África do Sul. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Fevereiro 2013. p. 25.

Fonte: VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio; Olhares da História – Brasil e Mundo. São Paulo: Editora Scipione, 2016, vol.2, p. 221.

Ainda neste capítulo, lê-se:

América Latina e os casos emblemáticos da Argentina e da Colômbia. O duradouro estado de guerra na América Central reforçou o contínuo processo de empobrecimento e miséria, bastante comum em toda a América Latina, ativando por décadas a efervescência político-ideológica e o permanente desejo de mudanças. Ao considerar o conjunto formado por América Latina e

Caribe, dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão vinculado à ONU, indicavam que, em 2014, o número de pobres em toda a região chegava a 167 milhões de pessoas, dos quais cerca de 71 milhões viviam em extrema pobreza (Vicentino, B.; Vicentino, C. 2016, p. 226).

Em suma, hispânicos e/ou latinos?

Inicialmente, assinalo que a proposta de José Carlos Mariategui de elaborar uma identidade **indo-americana** não encontrou ressonância nos manuais do PNL D 2018. Não apareceu uma única menção nas coleções didáticas analisadas.

Contraditoriamente, é visível o aumento quantitativo do espaço dedicado aos povos originários das Américas nas coleções examinadas. Suas origens, seus dilemas após a chegada dos invasores europeus, sua grandeza civilizacional expressa em cidades e construções seculares ou mesmo milenares estão em evidência em quase todos os modernos livros de História, assim como a significativa presença da África e dos africanos e seus descendentes da diáspora em diversos tempos nos manuais didáticos, e isso é um sinal muito positivo de lentas transformações que vêm ocorrendo na autopercepção dos estudantes e professores brasileiros sobre todas as nossas origens, particularmente as africanas e ameríndias. A Indo-América, nos manuais analisados, está no passado pré-colombiano.

América espanhola e América hispânica são de uso majoritariamente corrente nos manuais quando se referem aos três séculos iniciais da presença europeia no continente ameríndio e ao processo de independência dessas colônias. No entanto, o trânsito para o **uso indiscriminado do conceito de América Latina** já nos primeiros tempos após as emancipações é frequente, como demonstrado na pesquisa em cada manual. E o reafirma na maioria dos casos estudados a partir da expansão imperialista norte-americana desde meados do século XIX, e particularmente associado ao governo de oito anos de Theodore Roosevelt.

2 AS REINVENÇÕES DA AMÉRICA

Neste capítulo pretendi compreender como os livros didáticos examinados tratam os temas do nascimento e evolução posterior do mundo hispânico nas Américas para entender como ocorreu essa afirmação do uso da expressão América Latina e os problemas daí derivados.

A pesquisa ao seu final confirma a hipótese original de uma ausência temática dessa região de forma contínua e diversificada, mormente na segunda metade do século XIX e início do XX, onde se verifica, com algumas exceções, um vácuo histórico informativo sobre as regiões e países nos manuais.

Essa ausência não se verifica com a história dos EUA e a do Império brasileiro, descritos de forma bastante satisfatória em todas as coleções estudadas. A América Hispânica, por alguns já chamada de Latina, ao emancipar-se em um evidente anacronismo, existe aos saltos no tempo histórico, surgindo de forma episódica e descontínua nos manuais. As lutas pelas emancipações nas primeiras décadas do século XIX estão presentes em todas as coleções, evidentemente, assim como os determinantes externos e internos dos processos de lutas. Seus dilemas iniciais são apresentados, porém, o restante dos temas relativos ao século XIX nem sequer é mencionado na grande maioria das vezes, como se verá a seguir nas análises específicas de cada coleção didática. A virada para o século XX e as transformações provocadas pela Primeira Guerra Mundial no continente americano — e elas foram muitas —, assim como as transformações em várias destas novas nações como México, Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Bolívia ou Peru não recebem tratamento detalhado. Atualmente, verifica-se uma maior presença de discussões relativas ao México e ao Haiti, de colonização francesa, mas incluído, suponho, em nome do conceito de identidade latina, já que a Jamaica, anglófila, não recebe sequer menção. A efervescência cultural no México ou em várias capitais da América do Sul, como Buenos Aires, Santiago, Lima, Caracas ou Bogotá não recebe nenhuma atenção didática. Os efeitos da imigração europeia para o continente entre 1850 e 1920 ou as correntes culturais no seio da hispanidade também são ignorados. Saltamos da independência para a segunda metade do século XX com temas como “populismo” ou a Revolução Cubana. A exceção são os capítulos sobre o imperialismo

norte-americano, onde ressurgiu episodicamente com menções a Doutrina Monroe ou o Big Stick, de Theodore Roosevelt. Mas é uma emanção da História dos EUA, onde Cuba entra como assunto de ilustrações.

O desencanto no continente com a Europa, subsequente à Primeira Guerra Mundial, também não encontra pouso em nossos manuais. Nossos livros contam a história do Ocidente, da formação do capitalismo na Europa e EUA, do Brasil (de forma bastante satisfatória), das guerras mundiais, Guerra Fria, Globalização e suas crises. Não há o que contestar quanto a isso, mas a história do nosso continente americano, antes da chegada dos europeus e depois da chegada deles é tratada de forma bastante desigual.

A América pré-colombiana, por outro lado, teve notável incremento informacional nos manuais dos últimos PNLD. A violência espanhola inicial e posterior aos primeiros anos também surge de forma acentuada em textos e imagens de martírios dos indígenas. Porém, esse incremento em alguns temas não foi realizado de forma abrangente. De forma abrangente, surge na colonização e na independência, depois disso apenas em episódios históricos específicos, destacando-se a Guerra do Paraguai e a Revolução Mexicana de 1910. Além desses, a Revolução Cubana e os golpes militares no Cone Sul e alguns processos de redemocratização fecham a presença da América Ibérica nos manuais históricos. O Peronismo clássico vem desaparecendo dos manuais como tema obrigatório. Porém, há uma verdadeira “invasão” da iconografia mexicana derivada da Revolução, com os muralistas Diego Rivera, Jose Clemente Orozco e David Alfaro Siqueiros, principalmente. Outra novidade é a acentuação das presenças na iconografia didática dos padres Hidalgo e Morelos, líderes de uma verdadeira insurreição popular que assustou as elites criollas que derivaram para um projeto negociado com a Espanha através de um general espanhol, Iturbide, que se voltou contra a metrópole e em aliança com os conservadores locais, proclamou a independência do México sob a forma de uma brevíssima monarquia encerrada a tiros, como normalmente terminavam as coisas no México do século XIX.

Por fim, esclareço que alarguei a pesquisa documental para investigar como são apresentadas as origens do homem americano e das sociedades ameríndias pré-colombianas, duas excelentes novidades dos modernos manuais didáticos com excelentes textos e imagens, recuando no tempo em relação a meu propósito original. Avento a hipótese de a relativa diminuição quantitativa de capítulos dedicados à

história da América hispânica nos séculos XIX e XX ter sido causada pela inclusão de novos capítulos relativos à África e ao mundo dos escravizados nas Américas, além das novidades arqueológicas e antropológicas recentes, como na Serra da Capivara, no Piauí, outro destaque. Dessa forma, busco apresentar um quadro mais completo do tratamento das Américas nos manuais do PNL 2018.

2.1 História das Américas: entre apagamentos, reaparecimentos e desaparecidos

A primeira coleção didática que abordarei neste capítulo sob a perspectiva proposta no Projeto de Pesquisa é História, de Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos (2017). Coleção com 3 volumes, como a grande maioria das coleções de Ensino Médio, e já nas capas dos volumes há uma marca visual muito clara e definida: uma ameríndia brasileira, uma jovem africana e um homem asiático, pela ordem dos volumes. As imagens das capas dos volumes e as imagens de abertura dos capítulos são, por vezes, bons índices do que se encontra traduzido em textos e outras imagens compondo o “recheio” desses capítulos aqui estudados, trazendo abordagens calcadas em bibliografia mais recente e consoante com princípios sociais mais democráticos e representativos de diversidade e pluralidade cultural.

O Volume 1 desta Coleção tem como marcos cronológicos os tempos históricos da formação da humanidade até o século XVII da era cristã, com os encontros e desencontros dos mundos europeu, ameríndio e africano, as colonizações europeias e os povos africanos em sua relação com os europeus, inclusive o nascimento do tráfico atlântico.

A Unidade 1, intitulada “A História antes da escrita”, conta com dois capítulos, sendo o primeiro sobre a Formação da Humanidade, e o segundo, sobre o continente ameríndio, subdividido em povoamento, arqueologia do continente e sítios arqueológicos brasileiros. Não funde a história da “pré-história” com o povoamento do continente, bem recente se comparado com o povoamento da África, Europa ou Ásia. Trata-o como um tema paralelo à narrativa tradicional, porém, enquadrado no mesmo

marco intelectual, qual seja: traçar um panorama do início da vida humana no continente americano, situando esse povoamento entre 40.000 e 15 mil anos atrás.

Tema e conceito de continente ameríndio são abordados em capítulos separados dos temas da pré-história tradicional e o processo de formação do gênero homo na África, recebendo destaque temático. Há discussões sobre sítios arqueológicos "brasileiros" e no continente, e o mundo que os europeus encontraram quando aqui chegaram. Essa Unidade 1 concede centralidade ao "homem americano" ao tratá-lo desta forma, logo na abertura de uma Coleção chamada História, e é relevante para o que pretendo discutir nos volumes 2 e 3, o lugar da história pós-independência nos países ibéricos no continente ameríndio e sua representação nos manuais didáticos.

Figura 37 - Trecho do Sumário do Volume 1, de História, de Vainfas e outros

| SUMÁRIO | |
|--|----|
| 1 A História antes da escrita | |
| Capítulo 1 ▶ Formação da Humanidade | 10 |
| 1. As explicações científicas..... | 11 |
| 2. Processo de hominização..... | 12 |
| 3. O gênero <i>Homo</i> | 13 |
| Capítulo 2 ▶ Continente ameríndio | 18 |
| 1. O povoamento do continente..... | 19 |
| 2. Descobertas arqueológicas..... | 20 |
| 3. Sítios arqueológicos brasileiros..... | 20 |

Fonte: VAINFAS, Ronaldo et al. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1. p. 6.

Figura 38 - O Fóssil de Luzia e o debate sobre a antiguidade do homem americano


Bioespeleologia ▶ estudo das formas de vida que habitam em cavernas e grutas.

▶ 3 Sítios arqueológicos brasileiros


Chamar os primeiros habitantes do território que se tornou o Brasil de “os primeiros brasileiros” é um contrassenso histórico. Afinal, nessa época, não existia nenhum país chamado Brasil. Mas, no domínio da pesquisa arqueológica, os países nada mais são que territórios, onde importam os sítios arqueológicos, os lugares onde há vestígios a serem pesquisados a partir de escavações científicas.

A evidência mais antiga de vida humana no lugar hoje conhecido como Brasil foi localizada no atual estado de Minas Gerais: um crânio encontrado pela **bioespeleóloga** Lília Senna Horta, em Lagoa Santa, data de aproximadamente 11500 anos atrás. Os trabalhos com os vestígios foram iniciados em 1975 e encerrados em 1998.

Estima-se que o crânio pertencia a um indivíduo com idade entre 20 e 25 anos. Muito ainda precisa ser esclarecido sobre esse fóssil. Houve até mesmo discussões sobre se o fóssil era de homem ou de mulher. Os partidários de que o fóssil é de uma mulher chegaram a batizá-lo de Luzia — e essa é a forma pela qual hoje é mais conhecido.



JELIN/INSTITUTO COELHO



SARA VAINFAS/SARA VAINFAS

O crânio de Luzia, ao lado, é uma das mais antigas evidências da presença humana na América do Sul. Acima, uma reconstituição da face de Luzia feita a partir de pesquisa do Dr. Richard Neave, da Universidade de Manchester, Inglaterra. Ambas integram o acervo do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: VAINFAS, Ronaldo et al. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1. p. 20.

A Unidade 4, “Encontro e confronto dos mundos”, tem como imagem de abertura uma “ilustração do século XX representando Mansa Musa, imperador do Mali, durante o século XIV”, em folha dupla, uma novidade visual dos atuais manuais. Propõe reunir numa mesma unidade temática povos dos quatro continentes, sem hierarquia entre eles, colocando os povos ameríndios, objeto desta pesquisa, no centro da narrativa e não como um exotismo perdido em meio às florestas continentais, fora do tempo ou fora da História, tal como se entendia nos tempos do eurocentrismo dominante. Diversidade de sociedades, impérios e culturas como preâmbulo da colonização da Ameríndia.

Figura 39 - Imagem dupla de abertura da Unidade 4, do volume 1, de “História”.
Ilustração do século XX representando Mansa Mussa e Tombuctu no século XIV



Fonte: VAINFAS, Ronaldo et al. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1. p. 108 e 109.

Em pequeno texto reflexivo põe em questão a utilização do termo América Pré-Colombiana, apontando-o como de origem eurocêntrica. Propõe em seu lugar o termo América Indígena e, dessa forma, evidencia a necessidade da consciência da historicidade dos termos didáticos utilizados. América Indígena aqui é empregado em um sentido diferente do proposto por Mariategui, já que se refere aos tempos anteriores à chegada de Cristóvão Colombo.

Há sólida exposição no capítulo 8, *Ao sul do Saara, reinos e impérios africanos*, sobre o mundo subsaariano, com a sua multiplicidade cultural e política, inclusive retomando os questionamentos de praxe ao eurocentrismo embutido nesse tipo de saber sobre esses povos. A Historiografia tal como a entendemos por muito tempo também foi eurocêntrica. Quase todas as correntes historiográficas que conheci na Universidade nos anos 1970 e 1980 eram inglesas, francesas ou alemãs. Os italianos vieram depois, assim como os norte-americanos. Ser eurocêntrico e falante de duas ou três línguas europeias, além do português, já foi pré-requisito questionado aos alunos no primeiro dia de aula na Universidade. Não se perguntava se você já foi à Bahia, mas, sim, se você falava inglês e/ou francês?

Em seu capítulo 9, intitulado “Sociedades e Impérios Ameríndios”, sua imagem de abertura é uma gravura colorida do século XVI de Tenochtitlan, em mapa atribuído a Hernan Cortez. O texto dispõe dados quantitativos sobre populações ameríndias no “Novo Mundo” à época (cerca de 150 milhões de viventes) e questiona a expressão Novo Mundo com a afirmação deste continente possuir civilizações tão antigas quanto Europa, África e Ásia. Valoriza a diversidade étnica, seus cerca de dois milhares de línguas faladas, a presença de Estados organizados de forma sofisticada e outros povos de vida nômade ou seminômade tradicionais. Nômades e sedentários espalhados pela imensidão continental são tratados com igual atenção.

Figura 40 - Imagem de abertura do capítulo 9, volume 1, de Vainfas e outros, com o mapa de Tenochtitlan, atribuído a Hernan Cortez

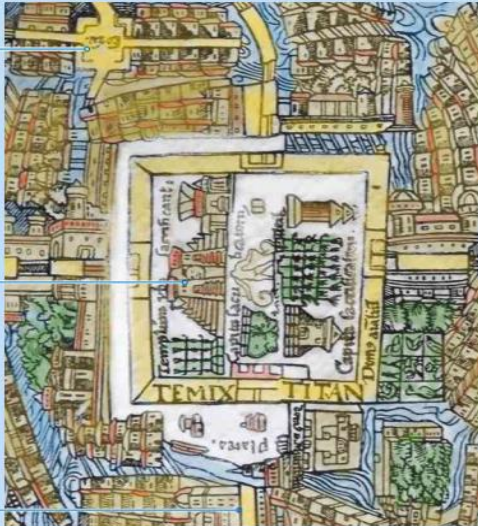
Capítulo 9

Sociedades e impérios ameríndios

Tlatelolco, ao norte, era onde ficava o mercado local.

Templo Maior, ao centro, onde aconteciam os grandes rituais em honra ao deus Sol.

Rota para Coyoacán, ao sul, local habitado pelos tepanecas, inimigos dos astecas que, por isso, foram por eles chamados de coioetes.



Tenochtitlán, capital do Império Asteca, em mapa atribuído ao conquistador espanhol Hernán Cortés. Estima-se que a cidade possuía aproximadamente 300 mil habitantes, número superior ao da maior parte das cidades europeias daquele período. Gravura do século XVI. Biblioteca Newberry, Chicago, EUA.

O continente que os europeus chamaram de Novo Mundo só era novo para eles. É um continente tão antigo quanto a Europa, a Ásia e a África, e, no século XV, abrigava populações que ultrapassavam a casa dos 150 milhões de habitantes.

A diversidade étnica e as diferenças de cultura material eram notáveis. Mais de 2 mil línguas eram faladas; havia tanto Estados altamente organizados quanto sociedades tribais que combinavam a caça, a pesca, a coleta e, por vezes, a agricultura.

Nos planaltos mexicano e andino, ergueram-se grandes impérios, governados por cidades com ampla estrutura e hierarquia social definida. Ali, em um espaço que mal superava 5% da superfície continental, estava concentrada a maior parte da população indígena, cerca de 100 milhões. Nos 95% restantes do território, habitavam 50 milhões de nativos, entre grupos sedentários e nômades.

As diversidades desse continente, chamado inicialmente de Novo Mundo e depois América, é o assunto deste capítulo.

Puxando pela memória

Em diversos roteiros de viagem ao Peru, é comum constar do programa uma visita a Machu Picchu. O que você sabe sobre esse lugar?

Fonte: VAINFAS, Ronaldo et al. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1. p. 124.

A Confederação Asteca, como preferem alguns historiadores, conquistou aldeias e cidades desde o início do século da chegada dos espanhóis e portugueses, impondo seu domínio pela via militar, tributária, prestação de trabalho compulsório na construção de palácios e templos ou o cuatequil devido pelos aldeões, além do serviço militar.

O tardio Império Maia e uma mini história política destes povos é apresentada, assim como do outro gigante político-militar, o Tawantinsuyo, de língua quetchua. Expandindo-se militarmente à época da chegada dos espanhóis, foram conquistados

na década de 1530. Potências militares, tributadoras dos conquistados em diferentes formas, emergem (os três impérios ameríndios) como sociedades complexas e muito diferentes dos demais povos europeus ou africanos. Complexidade e diversidade linguística, tributária, militar, política, administrativa, religiosa, agrícola foram as regras desse encontro/desencontro. Transformá-los em algo “novo” e diferente durou séculos.

Sobre os povos que habitavam o atual litoral brasileiro e a Amazônia, seu número é estimado em cerca de 5 milhões. Ilustram um mapa étnico e uma gravura de Theodore de Bry sobre visita de um pajé a uma aldeia Tupinambá. O canibalismo antropofágico assim como os sacrifícios humanos rituais entre os astecas e maias são analisados de forma apropriada segundo os cânones antropológicos atuais.

Fotografia contemporânea de Machu Pichu domina o capítulo, assim como mapas geográficos situando a localização destes povos no espaço. Há um desenho de Guaman Poman de Ayala, do século XVI, com a imagem de um quipomamayoc, um cobrador de imposto com o quipo em evidência.

Além de América Indígena e Ao sul do Saara, o capítulo 10 desta Unidade 4 dedica-se a desvendar a Ásia e algumas sociedades do Extremo Oriente, concluindo o esforço didático de trazer a diversidade na História para o centro da temática.

No capítulo 11, intitulado Expansão marítima: em busca de riquezas, a imagem de abertura é a reprodução da pintura “Os argonautas”, de Lorenzo Costa, do século XV, com a temática do medo profundo que os oceanos despertavam nos contemporâneos. Navegava-se e vivia-se com medo...

O tema do eurocentrismo é introduzido com a análise crítica dos conceitos de Velho e Novo Mundo e destacam-se as viagens portuguesas em direção à África e Ásia. Em relação ao termo “Brasil”, a polêmica original do descobrimento ou achamento é enfrentada tomando o partido do achamento do território futuramente denominado Brasil. A expansão portuguesa é relacionada à exploração de outros povos, sem delongas, e a capacidade de articular larga rede comercial internacional. A conquista espanhola da América é descrita como resultante de massacres dos ameríndios e cumplicidades entre os povos nativos aos quais se aliaram para conquistar tanto os incas, quanto os astecas.

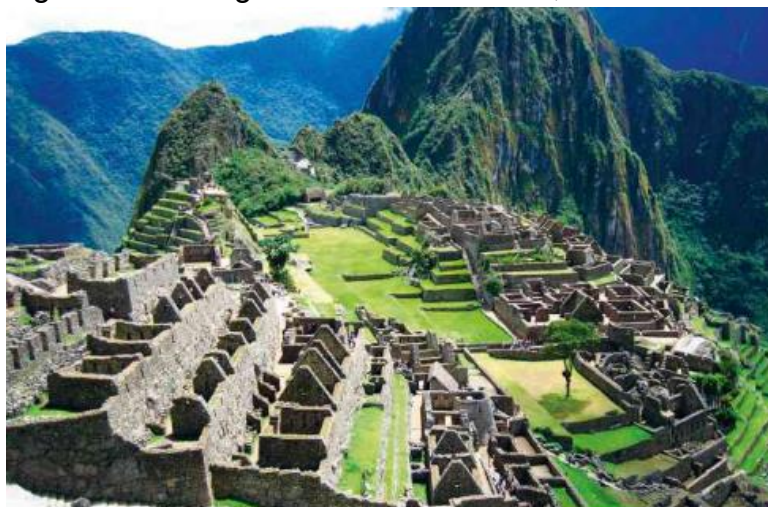
Neste capítulo há um acento de um diagnóstico bifronte: violência e mestiçagem cultural, no intercâmbio entre o “Velho” e o “Novo Mundo”. Nesse mesmo capítulo há um pequeno box reflexivo validando a hipótese que atribui a Américo

Vespúcio a percepção de que se tratava de um novo continente, que se denominou América, após a publicação da Cosmografia de Waldseemüller, de 1507, em homenagem a sua percepção. Colombo não foi homenageado no batismo do continente, tornando-se patrono de um dos novos países sul-americanos no século XIX, a Grã-Colômbia.

A Unidade 6, “A colonização nos tempos do Mercantilismo”, a imagem de abertura é uma gravura em preto e branco datada do século XVI, retratando o interior das minas de prata de Potosí, na atual Bolívia. Nessa unidade, aborda-se a colonização europeia na América, a África escravista e o tráfico negreiro atlântico.

O Capítulo 16, “Mecanismos de exploração comercial nas Américas”, tem como imagem de abertura uma fotografia colorida da cidade de Cuzco, de 2013, onde evidencia-se a dominação colonial a partir das arquiteturas superpostas, espanhola e incaica. Os impérios coloniais ibéricos são sinteticamente apresentados em suas características principais, quanto ao regime de trabalho pré-existente aos espanhóis e os que eles introduziram depois de algumas experiências malsucedidas como as *encomiendas*, substituídas pelos *repartimientos* controlados pelo Estado espanhol através de seus funcionários. Produção de açúcar, escravidão indígena e africana na América Portuguesa completam o quadro da ocupação dos ibéricos na Ameríndia. Assim como o mundo colonial hispânico, com destaque para Bartolomeu de Las Casas, como contraponto ao discurso desumanizador dos povos nativos. No mundo colonial português na América do Sul, o contraponto ao mundo do colonizador era o mundo dos escravizados africanos. Na América Inglesa, no entanto, o contraponto ao mundo dos colonos era o mundo dos indígenas da América do Norte. Na América Hispânica repetiu-se esse último fenômeno.

Figura 41 - Fotografia de Machu Pichu, Peru



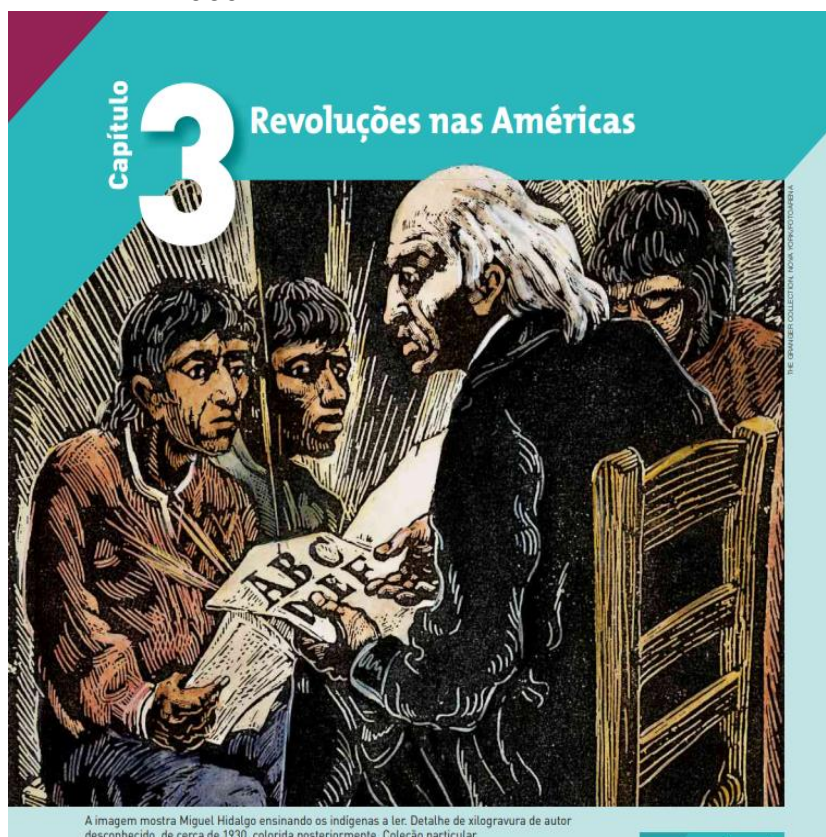
Fotografia das ruínas de Machu Picchu, Cuzco, Peru, que foi um dos refúgios incas após a conquista espanhola. Sua descoberta ocorreu em 1911 pelo arqueólogo estadunidense Hiram Bingham.

Fonte: VAINFAS, Ronaldo et al. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1. p. 129.

No Volume 2 da Coleção há uma narrativa histórica acerca dos principais processos e embates nos países hispânicos, sem que o século XIX termine, como em outros casos, na “maldição do caudilhismo”. A Unidade 1, Colapso do absolutismo e do colonialismo mercantilista, tem como imagem de abertura uma gravura do século XVIII dos escravos da colônia francesa no Caribe em rebelião contra a elite branca. A Unidade aborda da revolução intelectual do Iluminismo às independências americanas, englobando-as no mesmo bloco analítico.

O capítulo 3, “Revoluções na América”, abre com uma imagem do padre Miguel Hidalgo ensinando os indígenas a lerem em gravura colorida de 1930 e busca dar conta da luta na América inglesa e a consolidação da independência das antigas Treze Colônias; da independência do Haiti; e das revoluções conservadoras na América Hispânica.

Figura 42 - Hidalgo ensinando indígenas a ler, de 1930. Autor desconhecido



Fonte: VAINFAS, Ronaldo et al. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1. p. 143

O Capítulo 5 desta Unidade contempla o nascimento do Brasil independente no contexto da crise do Antigo Regime e do Antigo Sistema Colonial mercantilista e o situa logo de início como um império escravista.

A Unidade 1 deste volume 2, “Colapso do absolutismo e do colonialismo mercantilista”, tem uma imagem de abertura que retrata a abolição da escravidão africana na colônia francesa de Saint Domingue, do pintor François Auguste Biard. Tem como tema o século XIX nas Américas portuguesa, espanhola, francesa e inglesa, encerrando com a Proclamação da República no Brasil.

A respeito da conjuntura revolucionária, inaugurada pelas independências das 13 colônias inglesas, dedica-se a caracterizar o processo de lutas da colônia francesa de Saint Domingue, no Caribe. Nesse processo revolucionário não houve apenas influências iluministas ou das facções revolucionárias francesas, mas também a força e presença capilar da religiosidade Vodú entre os revolucionários daquele país, que veio a chamar-se Haiti, em homenagem ao nome indígena original da ilha.

Ao dedicar-se à América Espanhola, fulcro temático desta dissertação, e seu longo e violento processo de emancipação política, caracteriza-o em largos traços como uma revolução conservadora, embora haja menção a outro projeto, como o do inca rebelde Tupac Amaru II, no século XVIII. As lutas pelas independências são sistematicamente contextualizadas, assim como o fracasso do projeto do precursor do panamericanismo, Simón Bolívar, expresso na Carta da Jamaica de 1815, sem, no entanto, cair em anacronismos, situando o projeto de Simón Bolívar em seu contexto histórico específico.

O capítulo 10, intitulado “Repúblicas na América independente”, oferece sólido e detalhado panorama dos debates e dos conflitos políticos e militares entre as correntes liberais e conservadoras no mundo hispânico. No entanto, há também uma descrição mais sistematizada das sociedades das novas nações americanas com menções a mestiços, indígenas e negros, escravizados ou não, e seus dilemas sociais específicos. Ele relaciona os grupos conservadores à defesa dos interesses da Igreja Católica e da primazia do Exército na política interna, além da obrigatoriedade do ensino religioso como meio de formar cidadãos menos “perigosos”. O projeto liberal, por sua vez, almejava separar a Igreja do Estado e defendia o ensino laico como meio de formar os cidadãos e cidadãs menos “perigosos”... Porém, conservadores e liberais, na maioria das vezes, esmeravam-se no objetivo comum de manter as hierarquias sociais pré-existentes. México, Colômbia e Argentina são os estudos de casos expostos com detalhes no capítulo. Os dois primeiros casos, por exemplificarem o embate entre os liberais de um lado e a igreja católica e os conservadores de outro, com resultados opostos entre eles ao final do embate. O medo da mobilização popular ocorrida durante as lutas pela emancipação das colônias, trouxe um relativo temor às elites dirigentes dessas novas nações. Indígenas e mestiços ou negros, como no caso do Brasil, eram maioria nessas sociedades. O haitianismo acirrava temores políticos que se misturavam com percepções racistas das elites políticas e intelectuais das novas nações americanas.

O caso mexicano é de vitória das forças liberais, ao fim de trinta anos de domínio conservador, para o qual contribuiu a derrota na guerra contra os EUA quando perdeu vasto território. Se a Igreja e os militares perderam muito poder com as reformas liberais, a população indígena e mestiça também perdeu muito com a transformação das terras comuns em pequenas propriedades privadas, numa reforma agrária nas terras ancestrais. Benito Juarez tem seu lugar reconhecido nessa reforma,

sendo um caso raro de mestiço de origem indígena, de família humilde, que chegou à Presidência de um grande país americano. A subsequente guerra civil entre liberais e conservadores, após a intervenção estrangeira francesa, levou Maximiliano a um fim trágico em sua aventura imperialista. O grande líder desta reação foi Benito Juarez, que consolidou um estado republicano e federativo, subordinando e separando a Igreja do Estado. Por fim, os autores atribuem à Guerra Civil norte-americana à possibilidade de uma intervenção europeia no continente, impossibilitando a invocação da Doutrina Monroe para impedir a aventura do Arquiduque austríaco, patrocinada por Napoleão III bem ao lado de seu território, o que seria impensável em outra conjuntura.

A reforma agrária contra os camponeses e comunidades indígenas é apontada como um fracasso econômico e social e criadora de um proletariado rural de origem indígena ou mestiça, prolongando o clima de levantes rurais e sublevações urbanas que marcaram a história do país até depois da Primeira Guerra Mundial. Além disso, o Porfiriato e seu projeto de modernização positivista também concentrou terras e aumentou a proletarização dos camponeses mexicanos.

Porfirio Diaz, militar veterano e advogado, também tomou partido no debate sobre qual filiação cultural o México deveria reivindicar claramente, e defendeu a herança hispânica, em detrimento da herança indígena ancestral, que procurava esconder durante seu longo governo.

O segundo estudo de caso é a então Grã Colômbia, onde floresceu e naufragou o panamericanismo de Simón Bolívar. O país, ao contrário de outros, não viveu sob ditaduras militares no século XIX, constituindo-se numa singularidade, porém, foi devastado por guerras civis entre liberais e conservadores. Enfrentou rebeliões locais e dois conflitos contra o vizinho Equador por problemas de fronteiras. As terras comunais indígenas foram extintas, porém, houve a cessão de lotes para assentá-los como pequenos proprietários, provocando a escassez da mão de obra rural disponível aos grandes proprietários. A forte presença da Igreja na vida do país dividiu liberais e conservadores, como no México, assim como a questão da abolição da escravidão dos africanos, ocorrida apenas em 1851, por iniciativa dos liberais. Outras reformas liberais assemelhadas às mudanças ocorridas no México, ocorreram nos anos 1840 e 1850. Porém, algumas dessas reformas de caráter anticlerical foram revertidas nas décadas seguintes pelos conservadores de volta ao poder e estão em vigor até hoje.

O terceiro caso apresentado é o argentino, apresentado como o da “nação dos caudilhos”. Nesse caso a formação do Estado Nacional foi muito lenta, com 3 regiões claramente distintas disputando a hegemonia política no país. Unitarismo ou federalismo foi a encruzilhada política da jovem nação platina nas primeiras décadas, tendo solução apenas na década de 1860 com Bartolomeu Mitre afirmando o protagonismo de Buenos Aires.

Ressalto que o fenômeno do Caudilhismo não é apresentado como uma causa histórica frequente de todos os males do continente, mas sim como uma possibilidade interpretativa, sendo devidamente historicizado e contextualizado, inclusive questionando sua universalidade conceitual. Centra sua análise nos conceitos de longa espera e herança colonial, tal como na América Portuguesa, conforme apontado por Sérgio Buarque de Holanda (1976), para analisar as conturbadas primeiras décadas em todos os países de colonização ibérica. Conservar ou mudar? O dilema comum pelo menos até os anos 1860/1870.

Nesse volume 2 há um salto temporal para a virada do século XX, na Unidade 4, capítulo 14, item 5, intitulado “A América na mira dos EUA”, abordando a guerra entre EUA e Espanha em 1898, o que permitiu a independência relativa de Cuba, com a imposição da Emenda Platt na Constituição do país caribenho. O quadro histórico geral neste momento de virada do século foi marcado pela Doutrina Monroe e seu Corolário Roosevelt e o Big Stick. O Canal do Panamá e os dilemas da sua construção fecham o quadro histórico do imperialismo norte-americano no mundo hispânico.

Essa Coleção possui o mérito de matizar a evolução política de pelo menos quatro casos diferentes, com suas especificidades históricas, evitando as causas gerais comuns a vários países como em outras coleções.

No Volume 3 da Coleção, a América hispânica só reaparece como tema amplo depois da Segunda Guerra Mundial, já denominada como América Latina, nos quadros históricos da Guerra Fria e suas subseqüentes ditaduras.

A Coleção “Caminhos do Homem”, de Adhemar Marques e Flávio Berutti (2016), volume 1, o tema do povoamento da América é apenas mencionado de passagem, com o predomínio da narrativa clássica da pré-história como uma história do surgimento do homo sapiens e da revolução neolítica.

Figura 43 - Sumário do Volume 1, de Caminhos do Homem, de Flávio Berutti e Adhemar Marques

| SUMÁRIO | |
|--|----|
| Unidade 1 Antiguidade Clássica e mundo feudal | |
| Trabalhando com imagens..... | 10 |
| Capítulo 1 | |
| O ser humano e sua relação com a natureza | 12 |
| Introdução | 14 |
| A Revolução Neolítica | 15 |
| A sedentização da humanidade e o surgimento das cidades..... | 21 |

Fonte: BERUTTI, Flávio Costa; MARQUES, Adhemar. *Op. cit.* p. 6, vol. 1. Curitiba: Base Editorial, 2016.

Figura 44 - Fósseis de ancestrais humanos



Fonte: BERUTTI, Flávio Costa; MARQUES, Adhemar. *Op. cit.* p. 14, vol. 1. Curitiba: Base Editorial, 2016.

O tema da América retorna como Conquista, no início do século XVI, na Unidade 2, capítulo 1. Nele, introduz o estudo da região sob a denominação de Iberoamérica, submetida desde os primeiros tempos a uma relação de subalternidade, traçando um paralelo com o próprio litoral africano após as Grandes Navegações. Numa espécie de introdução metodológica intitulada “Trabalhando com imagens”, questiona o eurocentrismo geográfico na Projeção de Mercator, do século XVI, hegemonizando uma espécie de menoridade geográfica da América do Sul no planisfério. Em contraponto a essa tradição eurocêntrica, temos as proposições do uruguaio Torres Garcia, da Escola do Sul, que buscou criar outras representações espaciais do continente americano em *Nosso Norte é o Sul*, de 1943.

Figura 451 - Nosso Norte e o Sul, de Torres-Garcia, 1941

Quem e com que interesse dita o que é o Norte e o Sul? Defendo a chamada "Escola do Sul" porque, na realidade, nosso Norte é o Sul. Não deve haver Norte, senão em oposição ao nosso Sul.
Por isso colocamos o mapa ao revés, desde já, e então teremos a justa ideia de nossa posição, e não como querem no resto do mundo. A porta da América assinala insistentemente o sul, nosso norte.

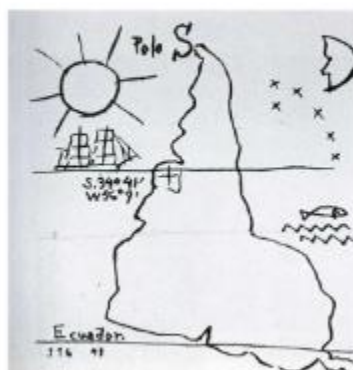
TORRES-GARCIA, J. *Universalismo construído*. Buenos Aires: Poseldán, 1941.

Para o artista, a representação da América do Sul de forma não convencional manifestava a preocupação com uma redefinição dessa região no contexto global com o objetivo de dar maior visibilidade a essa parte do continente e valorizar suas especificidades étnico-culturais que a diferenciam dos Estados Unidos e do restante do planeta. É importante destacar que, apesar de inverter a posição tradicional do mapa, o artista teve a preocupação em manter a denominação sul, rompendo assim com a associação imediata sul/inferioridade.

Com essa iniciativa, mesmo que no plano simbólico, procurava-se superar as concepções eurocêntricas hegemônicas desde o início da Conquista da América.

Responda em seu caderno:

1. Por que a projeção de Mercator pode ser considerada eurocêntrica em sua concepção?
2. Em sua opinião, qual foi a importância do trabalho desenvolvido pela Escola do Sul?



Nosso Norte e o Sul (1943) – de Joaquín Torres-García. Tinta sobre papel.

Fonte: BERUTTI, Flavio Costa; MARQUES, Adhemar.
Op. cit. p. 165, vol. 1. Curitiba: Base Editorial, 2016.

No entanto, intenções anunciadas nem sempre são cumpridas. Nesse primeiro capítulo sobre a Conquista, não traz nenhum texto ou imagens a respeito das culturas e sociedades ameríndias. Não há também inserções do povoamento pré-histórico do nosso continente (ou dos ameríndios...) pelos proto-indígenas. É como se os povos e culturas ameríndias não fizessem parte da história tal como nos é apresentada nos manuais. E, por fim, apenas sugere aos docentes que encomendem aos discentes uma pesquisa sobre as culturas pré-colombianas. Esta Unidade 2, ainda apresenta uma rica iconografia renascentista a pretexto de traçar um painel da modernidade europeia. Eurocentrismo e arte europeia, o resumo da ópera trágica encenada ao norte e ao sul do Equador. A Modernidade é vista como um fenômeno intra-europeu, daí seu verdadeiro catálogo de imagens da Renascença que ilustram o capítulo.

O texto busca referências em Laura de Melo e Souza, Todorov e Ronaldo Vainfas em suas leituras não economicistas da realidade social, mas textos e imagens nas páginas do manual em apreço são contraditórios com as intenções antieurocêntricas anunciadas. Traça um painel da colonização espanhola de um ponto de vista administrativo, descrevendo as instituições criadas pelos espanhóis ou recriadas a partir das experiências indígenas anteriores. As resistências indígenas e

negras são acentuadas desde os primeiros tempos, em contraponto ao vácuo anteriormente apontado. Há também uma proposta de discussão do papel da jovem indígena, Malinche, que serviu de tradutora de Hernan Cortez durante a Conquista dos astecas: “Judas mexicana”, para alguns, ou figura fundamental na Conquista espanhola e no delineamento do futuro daqueles povos sob domínio cristão? Até hoje, Malinche é signo de estrangeirismo no México, tendo se tornado a imagem dos favoráveis à abertura do México ao projeto neoliberal na região no final do século XX, o que causa espécie, para dizer o mínimo...

Relativamente aos povos indígenas na “formação sociocultural brasileira”, há uso anacrônico de imagens do Romantismo/Indigenismo para ilustrar o capítulo sobre estes povos durante a colonização portuguesa na América.

O Volume 2, que tematicamente nos interessa mais diretamente, persiste em um eurocentrismo iconográfico com duas clássicas imagens representativas deste código imagético logo na abertura do capítulo: Arco do Triunfo, em Paris, e Napoleão Bonaparte a cavalo, de J. Louis David.

A Unidade 2 debruça-se sobre a América no século XIX: independências, ação do Estado e grupos sociais em confronto. A imagem de abertura é uma reprodução da tela de J. Trumbull, sobre as lutas entre ingleses e colonos pela independência nas 13 Colônias, tendo um acanhado Simón Bolívar equestre reproduzido em outra pequena imagem no canto da página (Berutti; Marques, 2016, p. 127).

No capítulo 2 desta Unidade, “As lutas pela independência política das colônias da América”, a libertação da América espanhola é descrita e discutida de forma genérica e não avança pelos processos históricos específicos que se desenvolveram ao longo do século XIX, limitando-se aos primeiros dilemas pós-independência. Nesse mesmo capítulo são sumarizadas as independências das Treze Colônias Inglesas, as lutas emancipatórias nas Américas espanhola e portuguesa e em todas elas sobressaem-se as razões do Iluminismo como traço explicativo comum, acrescido das especificações de cada processo, como a Interiorização da Metrópole ocorrida na América Portuguesa ou a ocupação napoleônica na Espanha. No tocante à América Portuguesa, esse capítulo foi acrescido de sólida discussão sobre a iconografia da Independência brasileira muito presente na bibliografia didática há décadas. Esta mesma postura não se observa em relação à iconografia da América Hispânica, que é quase protocolar.

No box “Discutindo a História” (Berutti; Marques, 2016, p. 238), há um texto abordando a penetração e os limites das ideias liberais, mencionando inclusive uma cultura política das lideranças ibero-americanas para se referir ao Unitarismo e ao Caudilhismo. “A vida política destes países durante o século XIX foi marcada pela instabilidade política, pela insubmissão das massas e pelo predomínio das oligarquias rurais” (Berutti; Marques, 2016, p. 240). Dessa forma, o caudilhismo é apontado como predominante na vida política, sendo parte de um conjunto de razões explicativas de um suposto fracasso da construção democrática no continente. Acrescenta-se a esta visão mais abrangente sobre a vida política nos países de tradição hispânica, ao lado de outras, no século XIX, confirmando em certo sentido, a hipótese da ausência da história da América hispânica nos nossos manuais didáticos (Berutti; Marques, 2016, p. 240).

No volume 3 dessa Coleção temos a unidade 1 sobre o mundo contemporâneo: Do Imperialismo à Nova Ordem Mundial, onde o capítulo 1, sobre o Imperialismo e as guerras mundiais e revoluções sociais decorrentes, traz nova inserção da Revolução Cubana de 1959 como um dos mais importantes processos revolucionários do século XX, inserindo-a ao lado da Revolução Russa e da Revolução na China em 1949. A relação com os EUA é descrita como dominação de um imperialismo informal norte-americano, como teria sido apontado por José Martí (Berutti; Marques, 2016, p. 28)²¹. Porém, não há uma linha ou imagem sobre a Revolução Mexicana de 1910/1917. E dentro da perspectiva de análise que adoto aqui, essa ausência é significativa de uma certa desimportância em relação aos vizinhos de língua espanhola ou indígena, como no Paraguai, Peru ou Bolívia. Há um vácuo de um século de história ou mais, já que a região retorna às discussões pedagógicas apenas com a eclosão da Revolução Cubana de 1959.

“História, Sociedade e Cidadania”, de Alfredo Boulos Junior (2016), destaca-se desde as capas dos 3 volumes da Coleção: fotografias coloridas de Festa Junina, Jongo e Semana Farroupilha, escapando das imagens com significados eurocêntricos tradicionais. Seu capítulo 2, do Volume 1, afirma a intenção de valorizar as matrizes africanas e indígenas em sua narrativa, o que se confirma nas páginas seguintes com uma excelente exposição didática sobre os paleo-índios e a arqueologia brasileira e

²¹ Seção “O imperialismo informal norte-americano na América Latina”. Aqui, os autores correlacionam Emenda Platt e Guantánamo no quadro das guerras contra o Iraque movidas pela dinastia Bush dos EUA.

suas descobertas, particularmente de Walter Neves, da USP, e Niége Guidon e seus estudos no sítio arqueológico da Pedra Furada, no Piauí, em meio a capítulo sobre as origens do homo sapiens e a uma discussão mais ampla sobre história, cultura, patrimônio e tempo.

O capítulo 1, do volume 2, América Indígena, busca evidenciar a diversidade das culturas indígenas e apontar a permanência dessas nas atuais sociedades americanas, através de mapa e fotografias de jovens e crianças das diversas culturas mencionadas no capítulo. São estimados em cerca de 57.300.000 indivíduos, com dados por macrorregiões, tendo como fonte de pesquisa o autor James Lockhart e B. Schwartz (2002, p. 57). Dá especial atenção aos povos denominados astecas, maias, incas e tupis. Calcado em excelente bibliografia especializada, rica e diversificada iconografia e link para material audiovisual em formato digital é um caso de excelente material didático de formação, combinando historiografia e cultura visual. Há uma forma textual resumida bem-sucedida de apresentação das características políticas, econômicas e culturais, além das religiosas, dos nativos americanos. Afirmções historiográficas originais e instigantes sobre essas formações socioculturais como as referentes ao ascetismo da elite política Azteca, com “vida regrada e sem vícios” (Boulos Jr, 2016, p. 26), onde a bebida e o luxo eram reprovados; a existência naquela sociedade de escravizados devido a derrotas militares em guerras; a antiguidade dos povos maias na região da Mesoamérica datada de 2500 a.C. nas montanhas da atual Guatemala; a presença, à moda grega, das cidades-estados maias e suas pirâmides magníficas; e o curioso etnocentrismo dos incas justificando a subjugação de inúmeros outros povos nativos da região do altiplano andino, além de sua complexa organização social.

Quanto aos temas relativos aos nativos das terras onde hoje é o Brasil é bastante diversificado, com excelente iconografia temática, abrangente e significativa. O grande mérito é trazer a discussão para os tempos atuais, contextualizando os desafios enfrentados pelos povos indígenas atualmente.

No capítulo 2, sobre a Colonização Espanhola e a Colonização Inglesa na América, há excelentes textos sobre a Conquista, apontando os milhares de aliados indígenas no ataque final a Tenochtitlan, o mesmo ocorrendo em relação às terras dos povos incas, com valorização da resistência posterior dos incas aos espanhóis (Boulos Jr, 2016, p. 33). A própria Conquista é descrita em termos mais complexos, com um olhar sobre esse processo de média e longa duração já que não teria ocorrido

de imediato ou em curto espaço de tempo. A Conquista foi algo mais do que conquistar os principais centros de poder, tendo perdurado por algumas décadas, já que importava criar um mundo social e economicamente novo sobre os escombros dos povos conquistados. Era preciso, enfim, criar centros de poder e irradiação cultural.

No capítulo 9, dedicado às independências do Haiti, da América espanhola e seus desdobramentos no século XIX, há outro caso típico de ausência de caracterização histórica dos embates de todo o tipo para o estabelecimento destes Estados nacionais. As visões sobre as emancipações políticas são tradicionais, com ênfase nos determinantes advindos da Europa desde a conjuntura das revoluções iluministas na Europa e a expansão napoleônica, mais adiante, até o papel central atribuído a personagens quase mitológicos como Sucre, Bolívar, San Martín e outros, com um pequeno destaque para Manuela Saenz, tida como heroína dos movimentos pró-independência na Colômbia, sendo parceira de Bolívar nesta empreitada (Boulos Jr, 2016, p. 185).

Como em tantas outras histórias da América Latina em manuais didáticos, essa se encerra na terceira década do século XIX, com os clássicos temas da fragmentação dos antigos 4 vice-reinos em 15 novos Estados nacionais diferentes.

Em seu volume 3, a única referência ao continente, seus governantes e povos é a Revolução Cubana de 1959, no contexto das revoluções socialistas no século XX, e não no quadro histórico específico das histórias nacionais, aqui totalmente ausente, inclusive a própria Revolução Mexicana, mais uma vez desaparecida dos manuais. Pobre México... Tão longe de Deus e dos livros didáticos brasileiros...

Na Coleção “História: das cavernas ao terceiro milênio”, de Patrícia Ramos Braick e Myrian Becho Mota (2016), o primeiro volume traz no capítulo 2, “Os primeiros passos da humanidade”, sobre as origens mais longínquas do ser humano, uma seção inteira dedicada ao povoamento de nosso continente e as origens do homem americano. Traz uma periodização da pré-história americana, mitos maias da criação dos homens e texto sobre a cidade de Caral, no Peru, tida como a mais antiga do continente. Em síntese: é como se dissessem que temos raízes e elas vêm de longe, muito antes da chegada dos europeus.

Figura 46 - Trecho de Sumário do Volume 1, História: das cavernas ao terceiro milênio, de Patrícia Ramos Braick e Myrian Becho Mota

| | |
|--|--|
| CAPÍTULO 2 | Os primeiros passos da humanidade, 22 |
| A origem do ser humano | 23 |
| O gênero <i>Homo</i> , 24 / Uma periodização questionável, 25 | |
| A origem do homem americano | 31 |
| Descobertas e estudos no Brasil, 32 / A Pré-história americana, 34 | |
| Trabalhando com fontes: Um artefato | 37 |

Fonte: MOTA, Myrian Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. História: das cavernas ao terceiro milênio. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2016, p. 22.

Figura 47 - Fotografia dos trabalhos no Sítio Arqueológico da Serra da Capivara, no Piauí. 2015



Arqueólogos trabalhando no sítio arqueológico de Toca da Rancharia do Baixão do Mecário, no Parque Nacional Serra da Capivara (PI). Foto de 2015. Vestígios encontrados nos sítios arqueológicos, como ossos, fragmentos de cerâmica, objetos líticos e pinturas rupestres, são importantes fontes históricas para o estudo dos primeiros habitantes do Brasil.

A maior parte dos pesquisadores ainda aguarda a conclusão de estudos que estão sendo feitos com os materiais da Serra da Capivara para estabelecer uma nova datação para a chegada do homem à América. Entre os materiais encontrados, há um esqueleto humano que pode ter mais de 20 mil anos.

O Parque Nacional Serra da Capivara é administrado pela Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm) em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da

Fonte: MOTA, Myrian Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. História: das cavernas ao terceiro milênio. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2016, p 33.

No capítulo 11 referente “A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo” o texto de abertura inverte a lógica tradicional que nos aponta como herdeiros quase únicos da cultura europeia dominante e aponta o legado americano à Europa, além do ouro e da prata. A batata, o milho e o cacau “colonizarão” a alimentação da Europa, sendo a primeira a mais adaptada à Europa, até mesmo ganhando entre nós o apelido de “inglesa”. Valoriza as trocas materiais e culturais frutos do trágico encontro, além de discutir o olhar europeu sobre a América baseado nas crenças cristãs sobre a salvação e a necessidade de pregação do Evangelho e o destino dos indígenas em função dessa nova realidade após a conquista e início da colonização. O estranhamento foi total e isso fica claro no texto, assim como os vínculos entre colonização e evangelização.

O segundo volume concentra materiais textuais e visuais relativos às terras que os europeus conquistaram na América. O primeiro capítulo deste volume é dedicado às culturas indígenas americanas e a colonização espanhola, onde a presença de numeroso material iconográfico, buscando tipificar os diferentes modos de vida existentes, dividindo-os em dois grandes grupos: caçadores e coletores e as grandes civilizações agrícolas do Altiplano Andino e Mesoamérica. Além disso, entrelaça as heranças culturais maia, olmeca e asteca, algo raro nos manuais. Destaca o tamanho e importância de Tenochtitlan, comparada a Constantinopla ou Roma. Há documentos textuais e visuais esclarecedores e enriquecedores do ponto de vista de uma narrativa histórica que não tropece na colonialidade. A Conquista é narrada com diversos matizes explicativos, evitando o simplismo da Cruz, Espada e Cavalo como síntese das razões das inusitadas conquistas de Cuzco e Tenochtitlan, capitais imperiais. É um panorama historiográfico amplo e calcado em sólida bibliografia. A resistência maia aos espanhóis, a resistência dos nativos das terras ao sul de Buenos Aires e os do Peru também são acentuadas. A Conquista espanhola não é descrita como um “passeio”, nem como algo rápido ou definitivo. Luta renhida e longa. Por fim, somos apresentados à resistência dos povos chichimecas no deserto do norte do México atual e sudoeste dos Estados Unidos.

Figura 48 - Representação da agricultura dos povos mexicas sobre lagos



Fonte: MOTA, Myrian Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. História: das cavernas ao terceiro milênio. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2016, p. 10.

Figura 49 - Veias que continuam abertas...manifestação Mapuche no Chile atual.



Povos pré-colombianos e a colonização da América por espanhóis e ingleses



Veias que continuam abertas...

“É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento nos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acentuou nos diversos continentes do poder. Tudo a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção se tornou sempre o do comércio mundial.”

Veias que continuam abertas...

Os indígenas Mapuche realizaram um protesto contra a celebração do “Dia de Colombo”, Santiago, Chile, outubro de 2015. Além de protestarem contra a comemoração da chegada dos europeus na América, os Mapuche, em seu grupo religioso do Chile, reivindicam a sua terra na região de Aysén, local onde vivem aproximadamente 200 mil Mapuche.

Fonte: MOTA, Myrian Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. História: das cavernas ao terceiro milênio. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2016, p. 8

Os povos ameríndios ao sul do Império Inca A derrota dos incas e o estabelecimento de um progressivo domínio espanhol na região dos Andes Centrais, onde estão os atuais Peru e Bolívia, não significaram o domínio de toda a porção da América do Sul que faria parte da América espanhola. A região sul da América do Sul, por exemplo, foi tomada pelos espanhóis em um processo mais lento, difícil e, portanto, com mais espaço para a manutenção de autonomia política e de resistência por parte de muitos povos ameríndios, como os Chiriguano, da região do atual Paraguai, e os Araucano, da região do atual Chile. Esses povos resistiram ao domínio espanhol durante praticamente todo o período colonial e, portanto, de algum modo, não chegaram a ser conquistados (Mota; Braick, 2016, p. 15).

A estrutura administrativa de Vice-reinos e Capitanias Gerais é completada com a República dos Índios:

conjunto das cidades, vilas e povoados indígenas subordinado aos espanhóis. As repúblicas organizavam-se em grupos menores, compostos por uma cidade ou vila principal. Cada um desses grupos se relacionava com o governo espanhol por meio do corregedor de índios, cargo dado a uma autoridade da principal vila ou cidade espanhola da região (Mota; Braick, 2016, p. 17).

No capítulo 8, intitulado “As lutas de independência na América”, a reflexão inicial é sobre os diferentes sentidos da palavra liberdade para indígenas, africanos escravizados ou seus descendentes e membros dos estratos sociais médios e altos de cultura hispânica. Para os primeiros, terra; para os negros, fim da escravidão; e para os criollos, liberdade comercial e política. O estranho no ninho como sempre é o Haiti, isolado e temido por todos os seus vizinhos, hispânicos ou não.

Com a Revolução do Haiti, o temor de novos levantes escravos se generalizou na América. Mesmo entre os defensores das ideias de independência, predominava o pensamento de que esse processo deveria ser conduzido pelas elites (Mota; Braick, 2016, p. 131).

Nesse processo de lutas no continente contra o domínio político europeu, o Iluminismo, originário dessa mesma Europa, é apontado como suporte ideológico da elite crioula. A Revolução Francesa e a Revolução Industrial compõem o pano de fundo das transformações. Os grandes líderes libertadores merecem destaque no texto, as diferenças entre as lutas na Nova Espanha, Nova Granada e no restante da América do Sul são demonstradas. A especificidade da colônia caribenha de Cuba é explorada textual e visualmente, assim como seus dilemas iniciais como a ocupação militar por tropas dos EUA e a imposição da Emenda Platt. São movimentos emancipacionistas

descritos como uma combinação de oportunidade histórica com a existência de “grandes personagens”, homens brancos, em sua maioria esmagadora, originários das elites proprietárias. O capítulo encerra com a análise do caudilhismo como fenômeno autoritário e militar no continente.

Especificamente quanto ao tema principal desta dissertação, desde os primeiros tempos pós-emancipações utiliza-se indistintamente os termos América Espanhola e América Latina, o que vem se demonstrando bastante comum nas coleções analisadas. No capítulo 12 do volume 2 desta coleção sobre a relação dos EUA com os vizinhos, a expressão América Latina surge afirmativamente em oposição ao expansionismo econômico e militar norte-americano, principalmente no México e Caribe, com os notórios casos das intervenções na Nicarágua e Colômbia/Panamá. A expressão América Espanhola ou hispânica aqui não aparece no texto desta obra, confirmando-se a validade da expressão de origem francesa ou autóctone nos nossos manuais didáticos. Não há uma história mais detalhada dos países da região, mas há uso constante da expressão América Latina nos manuais em diferentes contextos.

Quanto a outro fator causal clássico nos manuais, o caudilhismo, reafirma-se uma quase constante: onipresente e responsável pelas mazelas históricas de nossos povos tempo afora, com pouca ou nenhuma contextualização específica do fenômeno, o que não contribuiu para a compreensão das realidades políticas gerais ou particulares. É tão onipresente nos manuais quanto a crença na superioridade da razão ocidental o era nos antigos manuais didáticos.

O capítulo 12, Os Estados Unidos e a América hispânica do pós-independência, discute logo na abertura a influência mexicana e hispânica na cultura do sul dos EUA, e há uma seção dedicada às relações políticas e econômicas entre os EUA e seus vizinhos do sul. Concentra a abordagem em dois casos extremos: Argentina e México, além da inserção geral das novas nações no mundo capitalista emergente e as relações de trabalho que continuaram extremamente exploradoras em favor dos proprietários de terra. No caso argentino, recupera a pequena parte restante da população negra local, subsumida nos censos oficiais por décadas e as origens negras do ritmo tango, mais tarde apropriado pelos imigrantes estrangeiros brancos e tornando-se símbolo máximo dessa Argentina europeia. A industrialização no século XX e um brevíssimo panorama sobre a segunda metade do século XX e início do XXI também merecem breves descrições, tentando mostrar desdobramentos de longa duração e os contrastes na autopercepção dos argentinos. Do esplendor do início do

século XX à decadência contemporânea. No caso mexicano, o que há é um grande mergulho nas origens e desdobramentos da Revolução Mexicana de 1910, do Porfiriato ao Zapatismo dos dias atuais. Porém, Benito Juarez, o presidente de feições indígenas e líder da revolução liberal e da luta contra a invasão francesa nem sequer é mencionado. Há menções às disputas violentas entre conservadores e liberais, mas sem ir muito além disso. Porém, o mergulho monográfico na revolução de indígenas e camponeses permite desenvolver muitas atividades com os discentes, como por exemplo, comparações com os levantes camponeses do Contestado e de Canudos no Brasil ou mesmo uma pesquisa mais aprofundada sobre os dilemas mexicanos em perspectiva histórica.

A Coleção “História em debate”, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo (2016), em seu volume 1 apresenta uma proposta didática completamente nova, rompendo com a narrativa temporal evolucionista e sua tradicional pauta de assuntos nos sumários dos livros didáticos, começando pela Pré-História, Antiguidade, Feudalismo, História Moderna e História Contemporânea. Ao contrário, seus sumários são inovadores nos 3 volumes com recortes temáticos e não o cronológico tradicional. Temas como Terra e propriedade na Antiguidade e no Brasil são contíguos; Questão agrária no Brasil e o mundo do trabalho em nosso país e na Revolução Industrial inglesa se combinam no primeiro volume da coleção. Conclui com Movimentos Sociais e Cidadania e Trabalho no Brasil Contemporâneo, desprezando desta forma toda a abordagem derivada da historiografia eurocêntrica que nos torna tributários dessa evolução centrada na formação e evolução da “Civilização Ocidental”. Há novidades no front didático, não apenas rompendo com o ensino baseado em memorizações, mas construindo outra narrativa não eurocêntrica.

Figura 50 - Sumário do volume 1, de História em Debate, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo

| <h2>Sumário</h2> | |
|--|------------|
| 1 Propriedade da terra e relações sociais na Antiguidade | 10 |
| Posse e propriedade | 12 |
| Uso e posse da terra: como tudo começou? | 14 |
| A organização econômica nas sociedades antigas | 16 |
| Debate interdisciplinar: Comércio Transaariano | 44 |
| Testando seus conhecimentos | 46 |
| 2 Terra: privilégio e poder | 48 |
| Terra: uma questão polêmica | 50 |
| A terra na Europa Feudal | 51 |
| Um momento de transformações | 58 |
| Quando a terra torna-se mercadoria | 62 |
| A propriedade coletiva | 64 |
| Debate interdisciplinar: Peste bubônica | 70 |
| Testando seus conhecimentos | 72 |
| 3 A propriedade da terra no Brasil | 74 |
| Terra no Brasil: de todos ou de poucos? | 76 |
| As terras do Brasil: colonizar para não perder | 80 |
| Posse e propriedade de terra no Império | 83 |
| O quadro fundiário no Brasil Republicano | 85 |
| A questão da terra nos governos militares | 91 |
| A relação com a terra no campo e no meio urbano | 96 |
| Debate interdisciplinar: A agropecuária para exportação | 100 |
| Testando seus conhecimentos | 102 |
| 4 A questão agrária no Brasil | 104 |
| Brasil: realidade agrária | 106 |
| Os movimentos messiânicos | 109 |
| Os movimentos sociais rurais organizados | 116 |
| Debate interdisciplinar: Concentração fundiária e agricultura familiar | 122 |
| Testando seus conhecimentos | 124 |
| 5 O trabalho no Brasil até o século XIX | 126 |
| O que é trabalho? | 128 |
| Trabalho e relações sociais no Brasil Colonial | 130 |
| O império do café: da escravidão ao trabalho livre | 144 |
| Debate interdisciplinar: A cana-de-açúcar como matéria-prima | 148 |
| Testando seus conhecimentos | 150 |
| 6 No mundo das fábricas: industrialização e trabalho | 152 |
| Vivendo na era da tecnologia galopante | 154 |
| A revolução das máquinas | 155 |
| Transformações no mundo do trabalho | 166 |
| No mundo do consumo | 170 |
| Debate interdisciplinar: Fontes de energia | 172 |
| Testando seus conhecimentos | 174 |
| 7 Industrialização e urbanização | 176 |
| As cidades crescem | 178 |
| Mudanças na vida urbana | 181 |
| Industrialização no Brasil | 185 |
| Debate interdisciplinar: O ecossistema urbano | 194 |
| Testando seus conhecimentos | 196 |
| 8 O trabalho no Brasil contemporâneo | 198 |
| Educação para o trabalho | 200 |
| O operário brasileiro | 202 |
| O mundo do trabalho no século XX: a construção da cidadania | 204 |
| Trabalhadores e trabalhadoras do campo | 210 |
| O trabalho setorializado | 213 |
| Desemprego e mercado informal de trabalho | 216 |
| Debate interdisciplinar: A participação das mulheres no mercado de trabalho | 222 |
| Testando seus conhecimentos | 224 |
| 9 Movimentos sociais e cidadania | 226 |
| Movimentos sociais: lutas por cidadania | 228 |
| As lutas sociais no Brasil Republicano | 231 |
| Movimentos socioculturais | 238 |
| Debate interdisciplinar: Diferentes formas de contestar pela forma | 244 |
| Testando seus conhecimentos | 246 |

Fonte: MOCELLIN, Renato, CAMARGO, Rosiane de. 4 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016. S/N.

O Volume 2 apresenta os temas aqui discutidos também de forma inovadora, inserindo-os em discussões mais amplas do ponto de vista da formação da Cidadania e dos Direitos Humanos no tema do Capítulo 1 deste volume.

Figura 51 - Sumário do volume 2, de História em Debate, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo

| Sumário | |
|----------------|--|
| 1 | Direitos humanos 10 |
| | Direitos humanos: somos todos iguais? 12 |
| | A origem dos direitos humanos 15 |
| | A conquista dos direitos sociais 24 |
| | A terceira geração dos direitos humanos 26 |
| | Direitos de quarta e quinta gerações: Bioética e paz 30 |
| | Debate interdisciplinar: Em busca de direitos humanos ambientais 32 |
| | Testando seus conhecimentos 34 |
| 2 | A dominação da América e a visão do outro 36 |
| | A visão do outro: europeus e americanos 38 |
| | A chegada dos europeus à América 42 |
| | A América antes dos europeus 47 |
| | A conquista da América 59 |
| | Debate interdisciplinar: Intercâmbio de alimentos entre a Europa e a América 72 |
| | Testando seus conhecimentos 74 |
| 3 | Colonização da América: exploração e resistência 76 |
| | A América do século XXI 78 |
| | A empresa colonial espanhola 79 |
| | A empresa colonial portuguesa 88 |
| | A colonização da América Inglesa 93 |
| | Revolução Americana: a primeira reação americana contra a metrópole 97 |
| | Independências na América Espanhola 98 |
| | Independência da América Portuguesa 104 |
| | Debate interdisciplinar: A transformação dos metais 108 |
| | Testando seus conhecimentos 110 |
| 4 | Direitos na América Latina: lutas e conquistas 112 |
| | A América independente 114 |
| | O regime neocolonial 116 |
| | Os conflitos na América Latina 119 |
| | O imperialismo na América Latina 127 |
| | As revoluções 133 |
| | O populismo 144 |
| | As ditaduras 145 |
| | As guerrilhas 148 |
| | Debate interdisciplinar: Che Guevara – da guerrilha para o mercado 150 |
| | Testando seus conhecimentos 152 |

Fonte: MOCELLIN, Renato, CAMARGO, Rosiane de. 4 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016. s/n.

As emancipações políticas no início do século XIX, são inseridas num longo capítulo sobre Direitos na América Latina, subintitulado Lutas e Conquistas. Esse capítulo busca traços de continuidade entre as lutas pela independência na América Ibérica com as lutas guerrilheiras dos anos cinquenta e sessenta do século XX, numa aproximação forçada de quadros históricos tão diferentes e diversificados e com motivações completamente díspares entre si.

O restante do volume trata do imperialismo europeu na África e Ásia, o fim do escravismo, as independências na África e Ásia e termina caracterizando a globalização do final do século passado e início deste. É uma história instrumental na construção de uma narrativa subordinada às lutas contra o escravismo, o racismo, as

discriminações de todo o tipo e subordinada aos temas dos Direitos Humanos, com inserções sobre a Declaração dos Direitos na Inglaterra no século XVII, a Independência das treze colônias inglesas e a Revolução Francesa do final do século XVIII.

A conquista dos Direitos Sociais no século XX e a chamada terceira geração dos Direitos Humanos, com a bioética e a defesa da paz entre as nações enquadram todos os temas do segundo volume. É um diálogo profícuo entre passado histórico e tempo presente que dá o que pensar sobre novas abordagens. Renúncia a uma tradicional “arrumação” cronológica e temática da história eurocêntrica ocidental e constrói uma narrativa alternativa, incorporando temas da contemporaneidade nas discussões do tempo passado no continente.

Ainda dentro desta apresentação inicial das características da Coleção, sua imagem de abertura não remete à Renascença italiana ou às revoluções burguesas, mas sim ao tempo presente e suas questões políticas, religiosas e culturais, onde ativistas muçulmanos refugiados em Nova Iorque seguram cartazes contra o racismo e pró-refugiados. Dessa forma, a abertura transporta o aluno atento para as questões atuais e não para um lugar ou época distantes no passado. É na Nova Iorque, Londres ou São Paulo de hoje que estas temáticas étnico-raciais são contextualizadas, convidando à reflexão de docentes e discentes sobre as questões de nossa época. Temos, ainda, cartuns de Angeli com seu genial traço e mordacidade e não uma repetitiva e já esvaziada imagem do Davi de Michelângelo.

Figura 52 - Charge de Angeli satirizando a Declaração dos Direitos Humanos, 1990



Fonte: MOCELLIN, Renato, CAMARGO, Rosiane de. 4 ed. V. 2, p. 13. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

Nessa mesma abordagem visual, a imagem de abertura do capítulo 2, intitulado A dominação da América e a visão do outro, é um detalhe do mural A grande cidade de Tenochtitlan, de Diego Rivera, cujo significativo impacto visual nos atira a um 'outro mundo' desaparecido, cujo esplendor e queda é narrado neste capítulo. A conquista militar pelos europeus e posterior dominação é apresentada como parte de um processo histórico, que conduziu a negação dos direitos humanos básicos aos povos conquistados: negação dos direitos à liberdade e à vida. Na primeira parte deste capítulo somos apresentados à historicidade do conceito de América Latina, surgido na segunda metade do século XIX e seus diferentes contextos nos séculos XIX e XX; e ao conceito de etnocentrismo que ancora toda a teorização sobre a conquista europeia do continente no século XVI e seguintes. Há também uma seção deste capítulo dedicada às hipóteses sobre o povoamento do continente, chegando até a ocupação do território da Serra da Capivara, no atual Piauí. A Conquista espanhola, por sua vez, é descrita e analisada numa perspectiva derivada dos estudos de Todorov a respeito do tema da invenção da América.

Figura 53 - Detalhe do Mural A grande cidade de Tenochtitlan, de Diego Rivera, de 1945



Fonte: MOCELLIN, Renato, CAMARGO, Rosiane de. 4 ed. V. 2, p. 36-37. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

As três grandes civilizações agrícolas pré-existentes aos europeus são tratadas de forma bastante rica, evitando-se visões esquemáticas e excessivamente lacunares quanto às contradições daquelas sociedades hierarquizadas e, pelo menos no caso dos incas e mexicas, expansionista e praticantes da conquista militar de outros povos vizinhos, tributando-os após dominá-los. Particularmente em relação aos maias e mexicas, somos deslocados pela narrativa histórica para um lugar de estranhamento. Sacrifícios humanos de todo o tipo, rituais onde o sangue humano ou animal era ofertado aos deuses por variados e pragmáticos motivos. A prática do autossacrifício existente entre os maias, associada ao consumo de alucinógenos em rituais religiosos completa o quadro desse súbito estranhamento que nos envolve ao ler esta seção, sendo perfeita para desenvolver trabalhos pedagógicos com os discentes sobre variados temas históricos, antropológicos e sociológicos. Também nos faz pensar ao trazer informações sobre a prática de um tipo de escravidão entre esses povos e impérios ameríndios, informação que nunca li ou vi em outros manuais históricos. A escravização não lhes era estranha, nem idêntica à introduzida pelos europeus sobre os povos americanos, fato destacado no texto. Somos esclarecidos de que elas em nada se parecem com a escravidão mercantil e racial de africanos na Era Moderna e Contemporânea.

Por fim, somos brindados com um texto de Garcilaso de La Vega, “O universo incaico”, que nos conduz novamente a este estranhamento, a este claro reconhecimento das diferenças entre aquela cultura e a cultura europeia ou ao que se denomina cultura ocidental nos dias de hoje. Eles eram tão diferentes de nós, como os romanos antigos o eram, como disse George DUBY (2009, p. 12) no prefácio do volume 1 de “História da Vida Privada”.

Figura 54 - O universo incaico, de Garcilazo de la Vega sobre a sociedade incaica

Organizando ideias

Analisar as informações do texto e responder às questões.

Chamavam-lhe de urmandade à que mandava que todos os moradores de cada cidade se ajudassem uns aos outros a lerar, a tomar, e a sofrer uns com os outros, e a lavar suas casas, e comer coisas deita socia, e o faziam com lavar pagamento nenhum [...]

Tiveram leis sobre o gado e ovelharia, que lhes parecia o **leão** como ovelharia **ordemadas**, e as coisas preciosas, como o ouro e a prata, e as pedras finas, abtinava totalmente o espírito das baixas e cornidas; e mandava que d'uso e u' tola vendi do três comenem juntos os moradores de cada cidade diante de seus **curacas**, e se associassem uns jogos militares ou populares para que se reconhecessem os amigos e guardassem per pétua paz, e para que os pastores e outros trabalhadores do campo se alegrassem e **regozijassem**.

A lei em favor dos que chamavam **poetas**, a qual mandava que os cegos, mudos e **coxos**, os **entregados**, os velhos e velhas **decréditos**, os enfermos de longa enfermidade, e outros impedidos que não podiam lavar suas terras para vender e comer por seus meios e trabalho, os alimentassem dos depósitos públicos.

Também tinha a lei que mandava que dos mauros depósitos públicos fossem os hóspedes que precisavam, exceto a guerra, e peregrinos, e os camaleões, para todos os que tinham casas públicas que chamem **coyachacas**, que é a casa de hospedagem, onde lhes davam de graça e sem aborrecimento todo o necessário. Ademais disso, mandava a mesma lei que d'que no três os exas mais chamassem aos necessitados que se não chamavam aos baixos e as relações públicas, para que com o regozijo comiam aborrecem parte de sua mancia.

Outra lei chamavam **casaca**; consistia duas coisas: a primeira que ninguém ficasse ocioso pelo que, como atrás dissemos, mesmo as crianças de cinco anos se ocupavam em coisas muito leves, conforme sua idade, os jovens, coxos e mudos, se não tinham outras enfermidades, também o tinham trabalhar em diversas coisas. A segunda parte enquanto tinha saúde, ocupava-se cada um em seu ofício e benefício, sendo entre eles coisas de muito trabalho e de outro castigar em público a alguém por ocioso.

Adem disso, mandava a mesma lei que ca'ndos comenem e comenem com as portas abertas, para que os ministros dos juizes pudessem entrar mais facilmente a visitá-los. Porque havia certos juizes que tinham o encargo de visitar os templos, os lugares e edifícios públicos e em certos particulares chamavam-se **hoachacas**. Para por si, ou por seus ministros, visitavam frequentemente as cidades para ver a cidade e diligência que tanto o vento como a mulher tinham acerca de sua casa e família, e a obediência, solicitude e ocupação dos filhos.

LA VEGA, Garcilazo de. O universo incaico. São Paulo: EBC, 1992. p. 54-55.

1. Qual é a importância das leis descritas nesse relato?
2. Como se pode descrever a sociedade inca com base no texto?
3. Há alguma lei no Brasil semelhante às descritas pelo autor? Se sim, quais?
4. Na sociedade inca, os deficientes físicos podiam trabalhar. Como essa questão é tratada no Brasil atual? Se necessário, busque informações.

Fonte: MOCELLIN, Renato, CAMARGO, Rosiane de. 4 ed. V. 2, p. 54. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

Esse estranhamento também está implícito nas narrativas sobre as conquistas de Cortez e Pizarro. Um trágico encontro entre povos tão diferentes entre si. As contradições entre dominadores e dominados, entre os próprios ameríndios, favorecendo a destruição das defesas e as conquistas dos mexicas e incas. A ousadia estratégica dos conquistadores e a incompreensão recíproca estão bem ressaltadas no texto corrido do capítulo, ou pelos boxes explicativos nas laterais.

Com uma abordagem antropológica inovadora traz para a linha de frente o universo cultural e místico religioso dos impérios conquistados como parte importante, e não secundária, da explicação para a Conquista militar, além das doenças e epidemias trazidas pelos espanhóis. Acrescenta também questões relativas ao Direito europeu misturado ao direito canônico para explicar como os espanhóis justificavam para si e para os outros povos a nova situação que se instalou, onde foram submetidos

por formas de trabalho compulsório em parte adaptadas das tradições locais, em parte com formas de trabalho trazidas pelos espanhóis e pela Igreja Católica.

A Conquista emerge ao fim como um processo complexo e longo, onde atuaram inúmeros fatores, além da superioridade militar, da fé e do cavalo (em cujo manejo os indígenas americanos se tornaram mestres).

O capítulo 3, do volume 2, sobre Exploração e resistência na colonização da América integra no mesmo capítulo as colonizações e os processos de independência. Sua imagem de abertura é “O caçador de escravos”, de Jean Baptiste Debret (Mocellin; Camargo, 2016, p. 76-77), sobre a captura de indígenas para a posterior venda e escravização. Sua primeira seção nos transporta para a América do Sul do século XXI, com imagens de mulheres quéchuas bolivianas e de uma família de venezuelanos em 2014. É desses que tratamos, parecem dizer através dessas imagens. A empresa colonial espanhola é enquadrada nos marcos do mercantilismo e da transição para o capitalismo. Há ênfase na cruel e sistemática exploração do trabalho indígena e dos escravizados africanos, onde foram utilizados.

A crise do sistema colonial é definida, por sua vez, em termos tradicionais: a influência do Iluminismo e ascensão burguesa, além dos desdobramentos político-militares da Revolução Francesa, mudando o destino dos países ibéricos e suas colônias americanas.

Os diversos processos de emancipação política são descritos em largos traços no Peru, México, região andina e citações ao Chile, Argentina e Bolívia. Aponta-se a elite criolla como líder e beneficiária maior da independência de uma vasta região já nominada pelos autores como “América Latina” ao tratar das primeiras décadas do século XIX, mesmo antes da afirmação do conceito ou mesmo de sua criação. Os Libertadores não são enfatizados, nem a eles é atribuída uma liderança incontestada. Suas divergências e visões distintas são mencionadas desde antes de 1820, ou seja, desde os primeiros anos da ocupação napoleônica da metrópole. Os Libertadores são até ironizados pela fina ironia de Juan Batista Alberdi, um liberal argentino: “agora que nos libertamos da Espanha, quem nos livrará de nossos libertadores?” (Mocellin; Camargo, 2016, p. 101).

A iconografia do capítulo é modesta, destacando-se apenas a figura do padre Hidalgo em seu Grito de Independência do México. Uma figura que se tornou constante nos manuais, em suas diferentes versões iconográficas.

Figura 55 - Grito da Independência em 16 de novembro de 1810.
A autoria desconhecida. Em destaque o padre Hidalgo



Fonte: MOCELLIN, Renato, CAMARGO, Rosiane de. 4 ed. V. 2, p. 99. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

O longo capítulo 4 “Direitos na América Latina: lutas e conquistas”, busca dar sentido aos tempos após a Independência até as ditaduras e guerras da segunda metade do século XX. Cerca de dois séculos de história condensados sob o prisma da resistência aos imperialismos norte-americano, inglês e francês. Sua imagem de abertura é um signo visual da história conturbada das nações de cultura política ibérica na América: “O Povo pega em armas”, de Davi Alfaro Siqueiros (Mocellin; Camargo, 2016, p. 112-113).


Figura 56 - Detalhe do mural O povo pega em Armas, de Deni Alfaro Siqueiros, 1957

4

Direitos na América Latina: lutas e conquistas

Neste capítulo

- A América independente
- O regime neocolonial
- Os conflitos na América Latina
- O imperialismo na América Latina
- As revoluções
- O populismo
- As ditaduras
- As guerrilhas



O direito à vida na América Latina tem sido violado desde os primórdios do processo colonizador. Foram séculos de exploração até que as colônias conseguiram a independência. Seguiu-se então um longo processo de formação das nações latino-americanas. Da

independências dos atuais os países latino-americanos têm lutado para sua afirmação no ordenamento mundial. Nesse caminho amargaram de forma geral, situações de violação aos direitos humanos quando sofreram com o imperialismo, as ditaduras e os conflitos armados.

A luta é contínua e atual. Muito já se conseguiu, mas ainda há muito que se buscar no que se refere a direitos para os povos latino-americanos.

Neste capítulo serão abordados assuntos referentes às nações americanas após suas

respeitosas independências e as situações atuais de dependência econômica, além de conflitos, imperialismo, revoluções e ditaduras que marcam a história da América Latina.

Fonte: MOCELLIN, Renato, CAMARGO, Rosiane de. 4 ed. V. 2, p. 112-113. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

Uma imagem preñe de significados sociais e políticos, com a presença de mestiços, brancos pobres, indígenas, soldados, camponeses, mulheres em armas e decisão no olhar. Imagens que também permitem trabalhos pedagógicos em salas de aulas com novas abordagens com ênfase em gênero, etnia, classe, resistência, violência na história, decolonialidade e, fundamentalmente, a situação hoje desses grupos em nossa sociedade e no continente como um todo, com os seus muitos e possíveis recortes.

Este capítulo, numa perspectiva histórica de média a longa duração, aponta para a continuidade em nossa história pós-colonial dos mecanismos de subordinação dessas novas nações por mecanismos com intensa colonialidade. Afirma que isso foi possível pela associação de segmentos da elite política local a este projeto neocolonial, com o Porfiriato mexicano apontado como o representante típico desta associação. A potencial industrialização do continente teria sido sufocada pelos interesses comerciais ingleses, onipresentes no continente americano, acoplados a essa subordinação política e cultural das novas nações ibero-americanas.

Na seção “Os conflitos na América Latina nos séculos XIX e XX”, dedicada aos choques internacionais, destacou as guerras do Paraguai, Pacífico e Chaco, tidas como causadoras de graves violações dos Direitos Humanos, baliza maior desta Coleção. O maior destaque e atenção no capítulo foi dado a guerra que travamos com o governo de Solano López, devido a ser apontado como o conflito de maior impacto nos Direitos Humanos ocorrido na América Latina no século XIX (Mocellin; Camargo, 2016, p. 119).

A Guerra da Tríplice Aliança é denominada do Paraguai, um anacronismo, já que a primeira denominação é a mais aceita e consagrada à vista de tantos novos estudos, claramente utilizados no texto principal. Introduce o tema, produzindo um pequeno balanço da historiografia brasileira sobre o conflito. O texto é rico em informações sobre as condições e os números de negros escravizados, brancos pobres e mestiços dos dois lados do conflito, já que a escravidão de africanos só foi abolida no país platino após a guerra, com o Paraguai já sob ocupação militar brasileira.

O segundo conflito, a Guerra do Pacífico (1879/1883), quando o Chile enfrentou e venceu Bolívia e Peru, com imbricação de interesses locais chilenos desejosos por tomar terras a estes países, ricas em minério de ferro e guano, e interesses de capitalistas ingleses e norte-americanos que tomaram partido do Chile no embate.

O terceiro conflito analisado é a Guerra do Chaco (1932/1935), entre Paraguai e Bolívia, ambos derrotados em grandes conflitos anteriores. A existência de petróleo na região foi outro complicador do quadro da guerra. Nesse conflito há a questão paralela dos interesses econômicos de empresas petrolíferas internacionais, levando o Chile a apoiar seu antigo adversário, a Bolívia. A Argentina, por sua vez, apoiou o Paraguai, que terminou por vencer o conflito, gerando um saldo de noventa mil mortos, no que é caracterizado pelos autores como um verdadeiro massacre de lado a lado.

Em seção própria sobre Imperialismo e América Latina relaciona esse fenômeno de dominação externa a inúmeras violações de direitos humanos no continente. Aqui, os autores, já mencionam textualmente a existência de uma população latino-americana, como uma unidade cultural, pelo menos. Contextualiza o século XIX como de influência britânica sobre essas novas nações e o século XX como de influência norte-americana, embora em relação ao México especificamente, já no século XIX o apetite dos EUA sobre os territórios desse país já se realizou de maneira voraz, anexando grande parcela da República Mexicana. Nesse sentido, precedeu

todas as outras intervenções na América Central, Caribe e América do Sul na primeira metade do século XX. Essa guerra de rapina contra o México teve consequências profundas em muitas partes da América hispânica, com o desenho claro da ameaça dos EUA à soberania dos vizinhos mais próximos, a saber, México, América Central e Caribe, constituindo-se no marco fundador do anti-imperialismo norte-americano ao sul do Rio Bravo.

Em relação à política externa continental dos EUA, a narrativa privilegia fatores como a Doutrina Monroe, Destino Manifesto, *Big Stick* e a construção do Canal do Panamá. Há menções à Diplomacia do Dólar e seus objetivos de domínio financeiro sobre a região. O célebre Woodrow Wilson (1913-1921), um intelectual universitário, interveio no México, Haiti, República Dominicana e perseguiu Pancho Villa em sua própria terra. Uma relação marcada por intensa imposição de poder militar numa atitude claramente imperialista e que é contada dessa forma nos manuais didáticos frequentemente.

Em outra seção deste capítulo dedicado à vida independente das nações ibero-americanas, o tema explícito das revoluções recebe longo tratamento, com textos e imagens variadas. A primeira revolução discutida é a Revolução Mexicana, com texto que busca na complexa e conflituosa história do país no século XIX as razões que explicariam a primeira grande revolução do século XX e sua radicalidade camponesa. Essa revolução é conectada ao Levante Zapatista iniciado em Chiapas em 1994 em box textual como sugestão de reflexão por docentes e discentes.

Pergunto-me como se pode falar da história da região na primeira metade do século XX sem sequer mencionar o levante camponês e indígena mexicano como verificamos em alguns manuais examinados?

A segunda revolução discutida é a Cubana de 1959. Embora transcenda aos limites cronológicos traçados nesta pesquisa, o tema é relevante neste contexto por ser icônico em relação a uma simbologia anti-imperialista. Recupera as origens do nacionalismo cubano do final do século XIX com as lutas pela independência da ilha, ainda sob o domínio colonial espanhol e o aberto intervencionismo dos EUA na Independência cubana e sua forte presença política e até mesmo militar nas décadas seguintes a sua separação da Espanha. Cuba é descrita como uma neocolônia norte-americana nos anos entre a independência e a revolução de guerrilheiros liderada pelos irmãos Castro e Ernesto “Che” Guevara. Descreve todas as tentativas de intervenções norte-americanas, o embargo econômico e a Crise dos Mísseis em 1961.

Apona os sucessos nas áreas de saúde e educação popular, porém não deixa de fazer críticas contundentes ao modelo autoritário, a falta de liberdade de expressão, a homofobia, ao racismo e ao sexismo existentes na Ilha de Cuba, apesar da aparente igualdade formal garantida pela Constituição. Não deixa de mencionar, no entanto, as tentativas de reforma do regime após a morte de Fidel Castro e a subsequente troca de lideranças no Partido Comunista Cubano e no governo socialista, com inúmeras autorreformas na economia e na política.

Por fim, um box com texto e imagem apresenta uma proposta de investigação aos alunos sobre um tema contemporâneo como o status atual das Ilhas Malvinas ou Falklands e os diversos fatores incidentes nos processos de formação da identidade nacional argentina, relacionados a essa disputa.

Candido Granjeiro (2016) em “Cenas da História” agrega uma novidade ao conjunto visual da Coleção com o uso da linguagem das revistas em quadrinhos com páginas com temas históricos introduzidos a partir da visualidade das HQs. Não é uma novidade absoluta neste universo, porém, é a única coleção do PNLD 2018 que a utiliza desta forma. Fred Flintstone e Otzi, o caçador pré-histórico congelado e redescoberto nos Alpes, reproduzidos no mesmo capítulo.

Figura 57 - Quadrinhos (HQ) no ensino de História

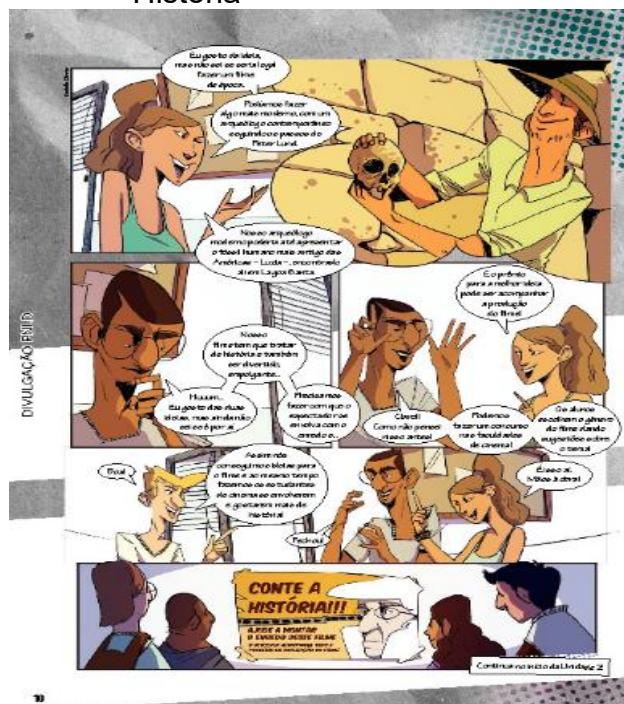


Figura 58 - Flintstone no ensino de História



Fonte: GRANJEIRO, Cândido. Cenas da História, v. 1, pg 12. São Paulo: Palavra Projetos Editoriais, 1 ed. 2016.

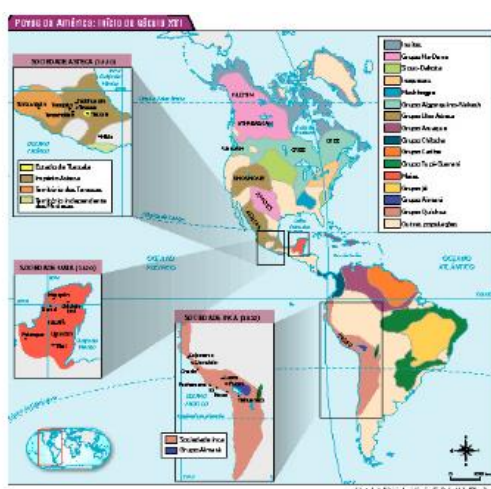
Figura 59 - Fóssil Otzi reconstituído



Fonte: GRANJEIRO, Cândido. Cenas da História, v. 1, p. 14. São Paulo: Palavra Projetos Editoriais, 1 ed. 2016.

No entanto, possui um capítulo burocrático sobre as primeiras ocupações humanas no continente, evidenciando as pesquisas de Niége Guidon, na Serra da Capivara, e a diversidade de povos dessas ocupações pré-históricas. Diversidade também acentuada por textos e imagens sobre os povos mais antigos da América, como Olmecas, Toltecas, Teotihuacanos, além dos já muito conhecidos maias, incas e astecas.

Figura 60 - Mapa e texto da diversidade cultural na América Indígena



1. Rica diversidade

No século XIV, estima-se que a América abrigava cerca de 40 milhões de indivíduos, agrupados em diferentes povos, cada qual com características distintas dos demais. Esses povos viviam isolados de outras culturas do mundo, haviam construído suas trajetórias sem nenhum intercâmbio com as gentes de outros continentes.

Algumas dessas culturas estavam intimamente ligadas aos ritmos da natureza, enquanto outras reuniam recursos sofisticados para garantir a sobrevivência. Nessas terras, em outras palavras, era possível encontrar uma rica diversidade cultural, desde grupos de intensos hábitos migratórios

até populações com grandes concentrações populacionais, com centros político-religiosos, hierarquia social e controle de várias áreas do saber.

Essas sociedades complexas podiam ser encontradas, principalmente, em dois pontos do continente: na área conhecida como Mesoamérica, entre as Américas do Norte e Central, e a cordilheira dos Andes, na América do Sul (veja o mapa). Nesses lugares viviam, respectivamente, os astecas e os incas – duas denominações cristalizadas por muitos estudiosos e que correspondem a grandes generalizações, feitas com base nas culturas dos grupos dominantes.

Fonte: GRANJEIRO, Cândido. Cenas da História, v. 1, pg 216. São Paulo: Palavra Projetos Editoriais, 1 ed. 2016.

A Conquista espanhola na Nova Espanha é descrita como desastre demográfico para as populações ameríndias, reduzidas a 3% do total depois de um século. Trabalho compulsório sob variadas formas completam o quadro.

Figura 61 - Detalhe da tela A grande cidade de Tenochtitlan, de Diego Rivera



Fonte: GRANJEIRO, Cândido. Cenas da História, v. 2, p. 78.
São Paulo: Palavra Projetos Editoriais, 1 ed. 2016.

Contraditoriamente, com esse quadro de violência desenfreada as sociedades nas colônias hispânicas são tratadas como mestiças, fruto de alguma incorporação das comunidades indígenas ao projeto colonizador. A imagem a seguir fornece informações sobre essa possível miscigenação entre colonizadores espanhóis residentes e comunidades indígenas incorporadas ao mundo criado pelos espanhóis e pela Igreja Católica. Texto e imagem atestam a presença africana no Caribe e Antilhas, principalmente, no mundo das colônias espanholas.

Figura 62 - Família mestiça na América Espanhola do século XIX



Figura 63 - Reprodução de óleo sobre tela, autor desconhecido, sobre as possíveis integrações étnicas nas Américas do final do século XIX



Fonte: GRANJEIRO, Cândido. Cenas da História, v. 2, p. 249 e 253. São Paulo: Palavra Projetos Editoriais, 2016.

A independência, por sua vez, é descrita como realizada em favor de uma elite criolla local que se organizou para tomar o poder com a crise do império colonial espanhol, a partir da expansão napoleônica. Uma independência múltipla e pluri-identitária, já no nascimento desses estados nacionais hispano-americanos. México e América Central são descritos como processos de forte presença popular nas lutas pela emancipação política. Um general negro na futura Guatemala lidera insurreição, General Carrera; e camponeses e populares de chapéus de palha enfrentando um exército profissional são representativas desta presença popular.

Figura 64 - Representação do Levante negro liderado pelo general Rafael Carrera na Guatemala em 1847. Litografia do Século XX



Figura 65 - Litografia de autor não-identificado sobre os seguidores de Miguel Hidalgo, no México, em 1810



Fonte: GRANJEIRO, Cândido. Cenas da História, v. 2, pg 254 e 255. São Paulo: Palavra Projetos Editoriais, 1 ed. 2016.

Como já apontado no capítulo 1, a expressão América Latina só surge nesta coleção com as questões contemporâneas, típicas da segunda metade do século XX com o conceito de Terceiro Mundo incendiando corações e mentes.

A Coleção “História Global”, de Gilberto Cotrim (2016), destaca-se visualmente, com iconografia enquadrada por paradigmas decoloniais com representações visuais oriundas dos povos dominados e sobre os povos americanos e africanos ao lado da tradicional iconografia da clássica história da arte ocidental. A capa do volume 1 é uma imagem da cidade inca de Machu Pichu, vista da montanha Huayna Pichu, ao lado da cidade nas alturas. A capa do volume 2 é uma imagem do bairro do Pelourinho, em Salvador. A capa do volume 3 é uma vista do Museu de Arte Contemporânea, em Niterói, com o Pão de Açúcar ao fundo. Trata-se da evidência de adequação dos projetos de manuais escolares a novos paradigmas visuais, atentos a questões de diversidade e representatividade de grupos minoritários e/ou invisibilizados.

Na apresentação aos estudantes, nas primeiras páginas, afirma que privilegiará a História do Brasil, o que pode ser constatado com o total de doze capítulos dedicados à história da América Portuguesa e do Brasil Monárquico, no total de vinte capítulos do volume 2 e sete capítulos dedicados ao Brasil Republicano, do total de quinze capítulos do volume 3.

O sumário do volume 1 insere os primeiros povoadores do atual continente americano na narrativa sobre os primórdios da Humanidade. Percebe-se forte crítica à periodização tradicional, evolucionista, que deixava de lado culturas e povos das Américas, Ásia e África e referendava o mito criado pelo Romantismo alemão de uma linha evolutiva direta das civilizações clássicas do Ocidente até as nascentes sociedades industriais na Europa do século XIX. A crítica ao eurocentrismo das narrativas tradicionais é uma constante na obra. Há também informações sobre a hipótese formulada pela arqueóloga brasileira Niége Guidon sobre o povoamento muito mais antigo do que se supunha em São Raimundo Nonato, Piauí; há cerâmicas marajoaras; inscrições rupestres encontradas no atual território brasileiro; imagens de Tenochtitlan em meio ao capítulo sobre a Mesopotâmia histórica, como parte da discussão sobre o conceito de Civilização.

Há destacado capítulo sobre as primeiras civilizações na África negra, na Índia e China. A Grécia Antiga é mais uma civilização e não “a” civilização fundadora da cultura ocidental, como tradicionalmente nos era narrado. Vai além do Cristianismo romano e do Islã. Contempla Bizâncio e sua cultura orientalizada, greco-latina, ao lado

do tradicional mundo cristão medieval latino e seu clássico modelo francês de feudalismo. Ao lado disso, combate fortemente preconceitos contra a África e seus povos e culturas, desconstruindo o conceito de “selvagens” e seu oposto, o “civilizado”. A iconografia da África é ricamente apresentada em dois capítulos diferentes. Tem mais centralidade do que as tradicionais imagens do Renascimento ou do medievo como síntese visual do período.

O capítulo sobre povos da América é introduzido com uma imagem fotográfica de um jovem da etnia bororo com pinturas corporais e a tônica temática do capítulo é a diversidade à época da Conquista espanhola. No entanto, a qualidade historiográfica dos textos sobre as principais civilizações ameríndias é insuficiente, não ajudando o discente a ter uma imagem mais aproximada da grandeza dessas civilizações à época de sua conquista e destruição.

Por fim, o capítulo 18 sobre a Conquista da América explicitamente denominada de invasão. A imagem de abertura do capítulo é o painel A Conquista ou a Chegada de Hernan Cortez a Vera Cruz, do mexicano Diego Rivera, que é um pequeno inventário visual das brutalidades da Conquista espanhola. O capítulo expõe rica iconografia sobre o assunto. Sua referência teórica neste capítulo são os estudos de Todorov (2003, p. 51) e Janice da Silva Theodoro sobre o tema.

Figura 66 - Página dupla com imagem de Máscara Asteca e texto de Janice Theodoro da Silva sobre Descobrimientos e Renascimento

Em destaque Descobrimientos e Renascimento

As Grandes Navegações e o processo de conquista da América podem ser analisados dentro do contexto de uma mentalidade europeia no início da Idade Moderna. Essa mentalidade expressou-se no Renascimento. A esse respeito, a historiadora Janice Theodoro da Silva escreveu:

A suposição de que a Terra era redonda e a necessidade de comprovação dessa hipótese através de uma viagem são um projeto tipicamente renascentista. [...]

Ao descobrir outras culturas, o homem do Renascimento hierarquizou-as: da civilização à barbárie. Nesse sentido, o humanista colonialista se a parte de uma vontade de dominar e poder sobre todos os povos do mundo.

Desenhar um mapa, construir o império, destrair outras culturas, impor a fé cristã, assilar obras de arte eram actuaes renascentistas.

A América — destruída e construída a partir de padrões europeus — transformou-se em lugar de comprovação da superioridade da cultura europeia. Seu sucesso consistiu em criar igrejas em cima de uma pirâmide indígena. Não podia ser ao lado. [...]

A invenção da perspectiva na pintura é contemporânea às Grandes Navegações. Ao mesmo tempo em que o pintor estudava as possibilidades de criar a perfeição (reprodução) em seus desenhos, os cartógrafos procuravam mapas, com precisão rigorosa, todo o globo terrestre. [...]

Os descobridores, ao realizarem suas obras de colonização construindo igrejas e outras edificações necessárias à conquista, e os artesãos, trazendo ou esculpindo na Europa, estabeleceram a referência de um único padrão de beleza, uma única religião vendida, uma cultura superior a todas as outras. Esculturas e artefatos clássicos o mundo de um único ponto e a parte dele destruíram e construíram. [...]

O resultado desse grande esforço renascentista, dessa “piscinidade”, foi supor a possível decisão sobre a vida e a morte das populações que consideravam bárbaras. A América colheu a expressão mais violenta desse sonho de dominação.

Aqui, nesse Novo Mundo, grande parte da população foi morta por aqueles que necessitavam esculpir a sua cultura sobre as populações pré-colombianas. Não foram anos fáceis para a América. [...]

O colonizador, como se fosse um escultor, talhou a América na forma em que havia imaginado. Deu-lhe profissões para construir igrejas, destruiu habitações para obter o desenho do espaço ou o traçado desejado para os seus fogos, pedras nos caminhos para que os curules pudessem circular melhor na cidade. Reconstruiu se tudo o que era possível para que o índio indígena imitasse o Europeu. [...]

Os indígenas aprendiam a pintar e a construir para que a América, cada dia mais, se apresentasse com as formas, as cores e a vida europeia. Uma multidão de artefatos indígenas se subjugavam para imitar o desenho que viam em precárias reproduções trazidas pelos europeus.

Por todos esses motivos analisados, a harmonia presente nos quadros renascentistas transformava-se em desarmônio no Novo Mundo.

1875, Janice Theodoro da Silva, Descobrimientos e Renascimento, São Paulo: Editora, 1991, p. 58-59-60.

1. O texto estabelece relações entre algumas “atuaes renascentistas” e a “conquista da América”. Faça uma lista de palavras que tenham esse sentido e faça um comentário.
2. Considerando os dados do texto explore o seguinte trecho: “a harmonia presente nos quadros renascentistas transformava-se em desarmônio no Novo Mundo”.

Confronto

Faces de uma conquista

A conquista da América não foi um fato que se deu de maneira simultânea ou instantânea em todo o continente. Ela tomou tempo limitado com as primeiras vitórias e se seguiu aos combates travados entre europeus e indígenas. Foi um processo lento e contínuo, que durou séculos, mas cujas primeiras diferenças foram cruciais. Grande parte da população da América foi extirpada em um curto período (cerca de 50 anos). Alguns estudiosos revelam que metade da população teria sido exterminada. Outros cálculos se referem a dois tempos. Por isso, esse episódio é considerado, em seu conjunto, um dos mais violentos da História da humanidade.


Concepções indígenas

O contato com o mundo descoberto muitas intrigou e abriu o imaginário dos europeus. Aquelas pessoas que chegaram eram anônimas, desconhecidas, imitadas, imitadas? As concepções variaram dependendo dos tradições culturais de cada povo indígena e do momento em que entraram em contato com os europeus.

Em relação a Colombo ou a Cortés, por exemplo, costumam-se dizer que reagiu mal aos indígenas, mas não se sabe ao certo, mas de modo geral pacífica e de curiosidade.

Sabe-se também que, em outras situações, os ameríndios permitiram, como povos, o império grego. Mesmo assim, que os europeus eram desconfiados. Com base em artigos escritos de seus antepassados e em certos profetas religiosos, Montezuma supôs que o conquistador espanhol Hernán Cortés era um deus enviado que havia retornado e, por esse motivo, deu-lhe muitas presentes. Os europeus recém-chegados alimentavam, por sua vez, essa identificação com atitudes sagradas para facilitar o projeto de conquista.

Houve também reações de hostilidade e resistência imediata por parte dos indígenas. De modo geral, os povos nativos da América não demonstraram para permitir que se tratasse de uma invasão e que a chegada dos conquistadores significava perda de seus bens e símbolos, descobrimientos, escravizão e até mesmo extermínio.



Máscara asteca de máscaras coladas por meio de resina, produzida entre os séculos XV e XVI. Atividade de arte que representa a representação de Quetzalcóatl, deus asteca do fogo e criador da vida.

O texto inova ao elencar as diferentes posturas dos diferentes povos que receberam as primeiras presenças dos navegadores e conquistadores variando do temor reverencial à repulsa imediata. O texto também ressalta a importância das rivalidades entre os povos na derrocada dos mesmos frente ao astuto invasor. Inova trazendo os impactos culturais na Europa da Conquista da América e as muitas transformações políticas, econômicas e sociais na Europa delas decorrentes.

O Volume 2 em seu capítulo 12 dedica-se às “Independências na América Latina”, com mais uma imagem de abertura de um afresco de José Clemente Orozco, de 1937, com o padre Hidalgo, líder da revolução popular, a favor da Independência mexicana como resultante de uma insurreição geral e não apenas de uma articulação entre as elites militares criollas.

Nesta coleção o termo América Latina “refere-se à parte do continente americano colonizada predominantemente pelos europeus que falavam línguas latinas; portugueses, espanhóis e franceses” (Cotrin, 2015, p. 150) dando um sentido mais rigoroso a expressão. Todos estes nascentes países emancipados já são denominados partes de uma América Latina ao nascer, recusando-se a historicizar o termo, já que esse era inexistente na época das independências. Ninguém propôs libertar a América Latina do domínio das monarquias ibéricas porque a expressão não existia naquela época.

As lutas pela emancipação são tratadas de forma tradicional, dando ênfase à vertente historiográfica derivada dos estudos de Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota, que apontam condicionantes mais gerais nesse processo, sintetizados na expressão crise do sistema colonial.

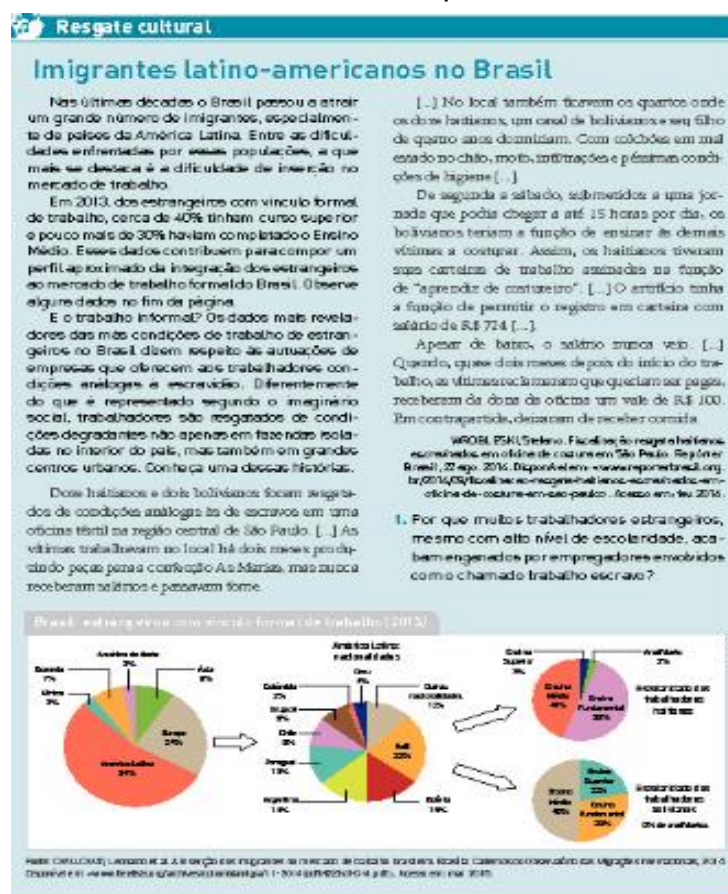
Este capítulo encerra com o tema das razões da fragmentação política, atribuindo aos imperialismos inglês e norte-americano e aos interesses localistas das elites criollas na América hispânica a explicação para o fenômeno da liderança personalista e do baixo nível de institucionalidade política.

O capítulo XX dedicado a “América no Século XIX” tentou responder à questão das diferentes trajetórias de desenvolvimento. Sua imagem de abertura é uma reprodução da tela Emprego de Negros na Agricultura, de Earle Wilton Richardson, de 1934, artista afro-americano. Fazendo coro com essa abertura, o número de páginas nesse capítulo dedicadas aos EUA no século XIX é o dobro do número de páginas dedicadas aos países hispano-americanos. A dada “América Latina” é tratada em largos traços, com as teses costumeiras sobre autoritarismo, caudilhismo e

fragmentação territorial. É uma história dos imperialismos inglês e americano no continente, cada um a seu tempo, e não uma história dessas jovens nações.

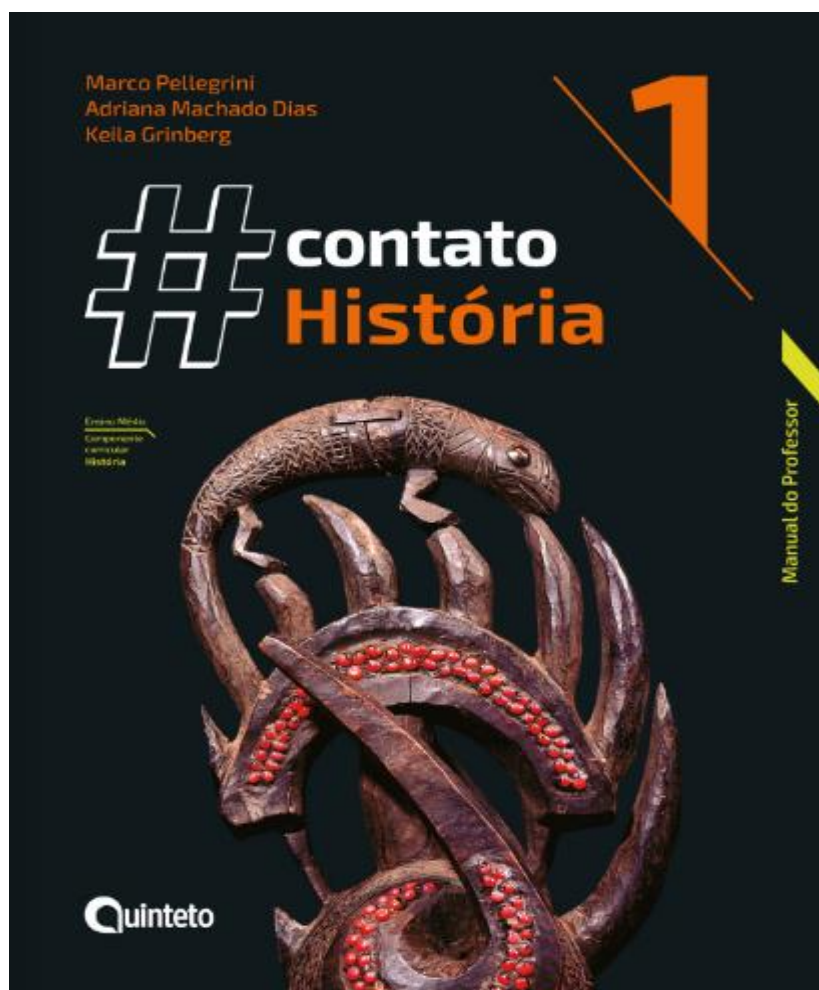
Quanto à questão da inserção do Brasil na América Latina, o anexo abaixo demonstra que a questão continua em aberto, nos manuais.

Figura 67 - Quadro Síntese da imigração de latino-americanos para o Brasil



A Coleção “Contato-História”, de Marco Pellegrino, Adriana Dias e Keila Grimberg (2016), é uma surpresa agradável num panorama nem sempre inovador. Repetem-se fórmulas e talvez isso tenha mais a ver com a indústria do que com a intenção primária do autor ao conceberem e escreverem seus textos didáticos. A Coleção traz novidades tanto na parte escrita, quanto na visual. Os textos são concisos. As imagens têm boa dimensão. Texto e imagem têm o mesmo peso na concepção geral da obra.

Figura 68 - Máscara africana em capa de volume 1 da Coleção Contato História, de Keila Grinberg e outros



Fonte: PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; Grinberg, Keila. Contato História. 3 v. São Paulo, Quinteto Editorial. 2016.

No volume 1, capítulo 2, sobre “A origem do ser humano”, confirma a tendência atual de ter uma seção ou capítulo sobre as hipóteses de povoamento do continente por quatro rotas diferentes possíveis, ao lado da tradicional narrativa sobre o surgimento e evolução da espécie Sapiens desde o período Neolítico ou mesmo antes. A América não é mais “um corpo parado no ar...” nos manuais didáticos. Ela faz parte da História. Niége Guidon e suas pesquisas no Piauí sobre a ocupação datada de 58 mil anos atrás, já tecnicamente comprovada segundo os autores, fazem parte da argumentação do capítulo, como em outros manuais que seguem essa tendência atual de inserir a pré-história americana no contexto didático da pré-história em geral.

Ainda no volume 1, capítulo 11, sobre “Os povos da América”, há um dos mais ricos e instigantes conjunto de pequenos textos e imagens dentre os examinados.

Precisão textual e muitas imagens com dimensões que facilitam a observação de detalhes, buscando abrir uma janela no tempo para visualizar a diversidade de povos e culturas que habitavam esse continente. Imagens que detalham culturas indígenas específicas e suas técnicas e práticas construtivas. As pirâmides maias retratadas na abertura em imagem de página inteira em meio a floresta tropical traduzem a grandeza e a sofisticação daquele povo. Não estamos falando de algo insignificante, parecem querer dizer os autores neste capítulo. No capítulo sobre a África a dose se repete. Imagens impactantes de mesquitas muçulmanas africanas no Mali ao lado de habitantes locais em seus trajes coloridos.

Dentro de uma perspectiva de valorização da diversidade étnica e da pluralidade cultural, exigências legais atuais, os diferentes povos indígenas estão localizados no espaço geográfico em que viviam. Além disso, há imagens em miniaturas de figuras humanas de nativos e nativas nas laterais dos textos que os descrevem. A expressão ‘índio’ é desconstruída em conciso parágrafo, propondo ao mesmo tempo o uso do termo “indígena”, cujo significado é nativo ou autóctone, o que reduziria a carga eurocêntrica.

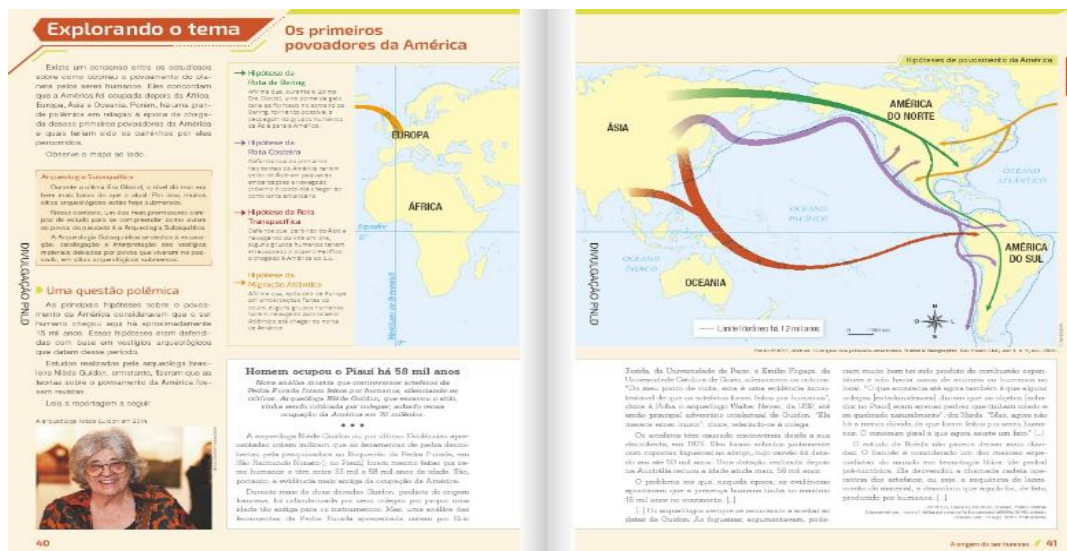
Olmecas, maias, astecas ou mexicas e incas ocupam lugar de honra no capítulo, sem descurarem de outros ótimos exemplos dessa metodologia aplicada aos nativos da América Portuguesa. A excelência e a relevância das imagens são destaques desta Coleção.

Figura 69 - Trecho de Sumário do volume 1, da Coleção Contato História, de Keila Grinberg e outros

| | | |
|---|--|---|
| <p>11</p> <p>Os povos da América</p> <ul style="list-style-type: none"> Os povos nativos 248 A civilização olmeca 250 Os maias 251 <ul style="list-style-type: none"> A organização política e social 251 As pirâmides e os centros cerimoniais 252 O sistema de escrita 252 Os calendários maias 252 Os astecas 253 <ul style="list-style-type: none"> Análise da civilização 253 As construções 255 Os Incas 255 <ul style="list-style-type: none"> A expansão do Império Inca 255 A cidade de Machu Picchu 259 | <p>246</p> <ul style="list-style-type: none"> Os povos indígenas do Brasil 258 <ul style="list-style-type: none"> A organização social 258 A divisão do trabalho 258 Tapajó e Maracá 259 Mesquitas 260 O patrimônio arqueológico do Brasil 261 <ul style="list-style-type: none"> Explorando o tema 262 A preservação de cultura indígena no Brasil 262 Atividades 264 Ampliando seus conhecimentos 266 |  |
| <p>12</p> <p>Reinos e impérios da África</p> <ul style="list-style-type: none"> Os povos africanos 270 Os povos do Saara 271 <ul style="list-style-type: none"> Os berberes 271 Os tuaregues 272 Os muçulmanos na África 273 <ul style="list-style-type: none"> O Islã em regimes imperiais 273 O Reino de Gâmbia 275 <ul style="list-style-type: none"> A expansão do islamismo 275 | <p>268</p> <ul style="list-style-type: none"> O Império Mali 276 <ul style="list-style-type: none"> A história de Mali contada pelos griôs 276 O Império Songai 277 <ul style="list-style-type: none"> Os filhos do Senegal 277 Os reinos iorubás 278 <ul style="list-style-type: none"> A estrutura social dos reinos iorubás 278 O Reino de Benin 279 Explorando o tema 280 <ul style="list-style-type: none"> Arquitetura das mesquitas africanas 280 Atividades 282 Ampliando seus conhecimentos 286 |  |
| <p>Referências bibliográficas 288</p> <p>Lista de siglas 289</p> | | |

Fonte: PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; Grinberg, Keila. Contato História. 1 ed. v.1. São Paulo, Quinteto Editorial. 2016. p. 9.

Figura 70 - Mapa dos primeiros roteiros da penetração dos primeiros povoadores da América



No volume 2, capítulo 4, “A conquista e a colonização espanhola na América” recebem descrição sintética, dentro do padrão estabelecido para essa Coleção, porém, com riqueza iconográfica.

Há variantes explicativas às teses tradicionais da superioridade militar espanhola. A resistência indígena é destacada, assim como o caso de Gonzalo Guerrero (1470/1536), náufrago espanhol, inserido na cultura local, e que se recusou a voltar ao mundo dos espanhóis, morrendo em luta, mais tarde, contra os conquistadores europeus, defendendo sua nova opção de pertencimento. O etnocentrismo espanhol recebe destaque através de reproduções de trecho de carta de Hernan Cortez.

A iconografia do capítulo é variada e ajuda a compreender o que o texto busca debater e apresentar aos leitores, combinando documentos visuais produzidos no século XVI com outros documentos produzidos nos séculos XIX e XX, onde a figura de indígenas está simbolicamente associada à luta política e resistência atualmente. Trabalhadoras informais peruanas em Cuzco, mulheres indígenas zapatistas no México e uma fotografia de Evo Morales, ex-presidente boliviano, falando ao povo, reforçam essa associação com a imemorial resistência indígena ao projeto neocolonizador.

O extermínio indígena e a cristianização forçada são ressaltadas, buscando explicação nas teses de Todorov sobre a ligação entre a conquista material e a conquista espiritual desses povos. Astecas e incas recebem descrições detalhadas da conquista militar de suas fortalezas defensivas e de suas capitais. Assim como a subsequente resistência incaica até fins do século XVI com Tupac Amaru I, o último inca refugiado nas matas amazônicas peruanas, finalmente derrotado em 1572. Genocídio indígena e etnocentrismo em proporções gigantescas andaram de braços dados na Conquista. Administração colonial, presença da Igreja Católica, economia e trabalho, e vida social fecham o capítulo com ilustrações de personagens descritos como exemplos de tipos de chapetones, criollos, mestiços e comunidades indígenas. Há destaque para as formas de exploração dos indígenas detalhando as relações de trabalho, porém, não há imagens de africanos ou afrodescendentes, sendo apenas mencionados no texto escrito. Todas as imagens de trabalhadores são de indígenas.

O capítulo 11, dedicado às Independências da América, é econômico quanto aos processos políticos e culturais das novas nações americanas. Cuba e México merecem seções específicas, porém, as outras nações e seus processos não são discutidos, nem mencionados. Há box explicitando o que diferenciava Simón Bolívar do outro líder militar e político, San Martín, assim como o projeto bolivarista de Confederação.

No volume 3, apenas uma pequena seção sobre o imperialismo estadunidense, Doutrina Monroe e o Big Stick, Revolução Mexicana e Cuba durante a Guerra Fria compõem o cardápio sobre o continente nesta coleção, confirmando uma hipótese aqui aventada, a da ausência de narrativas mais detalhadas sobre os países do continente, seja sob qual designação for, nos séculos XIX e XX.

Em *Por Dentro da História*, de Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes (2016), em seu volume 1, há um capítulo sobre pré-História americana com boxes sobre a cultura Clóvis, tida como a mais antiga das Américas, tradicionalmente ignorada nas outras coleções; Arte Rupestre, Luzia e sua reconstituição, e arqueologia na Serra da Capivara, no Piauí, completam o quadro didático da ocupação pré-histórica americana.

O capítulo 16, “Expansão Marítima”, inicia-se com uma narrativa quase tradicional do processo centrada no suposto espírito de aventura europeia, embora aponte as trágicas consequências da colonização a curto e a longo prazos. No capítulo 17, sobre os povos americanos, temos várias imagens produzidas pelos próprios

povos maia, inca ou asteca, além de imagens contemporâneas destes locais e povos, sua localização geográfica no território e um texto sobre o trágico encontro entre povos e culturas diferentes e tão estranhas entre si. No capítulo 23, sobre as colonizações europeias, exceto a portuguesa, elas foram descritas em seus aspectos principais e tradicionais nas narrativas sobre a chegada dos europeus. Um ponto alto na apresentação das fontes visuais neste capítulo é um box de texto sobre a origem e evolução do Muralismo político mexicano dos anos 1920 em diante, um exemplo de arte claramente didática, hoje onipresente nos livros de História, quando se trata dos países outrora chamados hispânicos. Explora no texto as rivalidades entre os povos a serem conquistados, assim como as disputas entre os líderes incas, por exemplo. A imposição do Cristianismo, a voz dissonante de Bartolomeu de Las Casas e o divertido texto de Janice Theodoro da Silva sobre etnocentrismo e diferenças entre “nós” e “eles” são pontos altos desta apresentação das origens socioeconômicas e culturais das novas nações americanas, porém, sem grandes aprofundamentos ou novidades. As fontes visuais são o ponto alto e serão objeto do terceiro capítulo, especificamente.

No Volume 2, em seu capítulo 10, dedicado à luta pela independência nas colônias espanholas, há uma novidade em relação a imagem/personagem que simboliza a resistência aos colonizadores. Nessa Coleção a figura simbólica da resistência é o jovem poeta peruano Mariano Melgar, morto aos vinte e cinco anos de idade, fuzilado pelas autoridades espanholas por sua luta independentista. Nas demais coleções há uma certa onipresença da figura de Tupac Amaru II, no Vice-reino do Peru, e dos muralistas mexicanos, particularmente da figura do rebelde padre Hidalgo no Vice-reino de Nova Espanha.

Figura 71 - Mulheres peruanas, por Jean Baptiste Debret



O escritor peruano Mariano Melgar viveu no período em que os países da América espanhola conquistavam a autonomia. Considerado um dos primeiros literatos românticos da América, lutou pela independência do Peru, sendo preso e fuzilado em 1815, durante uma rebelião, antes de completar 25 anos.

Apesar de ter estudado na Europa, grande parte de sua produção literária é inspirada na cultura nativa. Além de vários poemas românticos, produziu obras de contestação ao dominador. Leia aqui um trecho do poema *Ode à liberdade*.

Cruel despotismo,
hórridos séculos, tenebrosa noite,
vão embora.
Saibam, índios que pranteiam, sábios desprezados, o mundo inteiro,
que o mal não existe mais, e demos
o primeiro passo rumo ao vosso tão almejado fim...
E aqueles que chamaram a minha terra
um país obscuro, vendo-o tão fértil em maravilhas,
agora dizem, 'Realmente, esse é de fato um novo mundo'

Citado em: MARTIN, Gerald. A literatura, a música e a arte na América Latina da independência a 1870. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência até 1870*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 835.



Mulheres de Lima retratadas por Jean-Baptiste Debret em 1821 (detalhe).

Museu Chácara do Céu, RJ

Fonte: SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. Por Dentro da História. 4. ed. v 2. São Paulo, 2016. p. 110.

O termo utilizado desde o início é América Espanhola e a narrativa, ao contrário de outras, destaca o papel dos líderes militares criollos, sem limitar a luta emancipacionista ao papel destes líderes nos conflitos, como San Martín e Bolívar. Como em todas as coleções analisadas, o papel das guerras napoleônicas é acentuado no capítulo das motivações, assim como as consequências indiretas da Revolução Industrial inglesa nos processos de luta que se travaram no continente. Evidencia também a diversidade de projetos entre os Libertadores, unindo-os a repulsa ao levante popular e dos escravos do Haiti. Sentimento de repulsa também presente na América Portuguesa com a emergência do haitianismo por boa parte do século XIX.

Sobre o uso do conceito de América Latina é utilizado sem historicidade, pois surge no texto desde os primeiros anos após as emancipações, sem que docentes e discentes possam compreender sua origem e trajetória como denominação comum

para diferentes países, debates havidos em torno de sua adoção, contestações e defesas.

Por fim, vê-se a utilização das imagens dos governantes Hugo Chávez, da Venezuela, e Daniel Ortega, da Nicarágua, tendo ao fundo uma enorme imagem de Simón Bolívar em trajes militares de gala, ilustrando um box de texto sobre integração na América Latina e socialismo do século XXI. O Chavismo, em algumas imaginações, tentou ocupar o ocaso da liderança dos revolucionários cubanos e surge não apenas episodicamente nos manuais. Chaves, pelo menos para os historiadores que consultei para essa pesquisa, pareceu encarnar uma nova liderança anti-imperialista no continente, até sua morte precoce.

Em seu capítulo 20, dedicado ao tema da expansão imperialista, novamente o conceito de América Latina ressurgue nos textos já como oposição clara aos EUA. Cuba e Emenda Platt e as questões relativas à criação do Canal de Panamá sob controle norte-americano são, como quase sempre, casos totêmicos, ultra simbólicos dessa relação de dominação política e cultural sobre este novo espaço geopolítico denominado América Latina.

Em *Oficina da História*, de Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro (2016), volume 2, o Capítulo 4, O diabo ronda as colônias, no item 2, intitulado As independências na América Espanhola inicia-se com uma cronologia onde o caso de Saint Domingue é o primeiro mencionado (*sic*), embora seja colônia francesa e não espanhola. A revolução haitiana é apresentada de forma detalhada com precisas definições dos conflitos étnico-raciais que já polarizavam a então colônia caribenha. A situação já era explosiva antes mesmo da eclosão da revolta dos escravizados que levou à ruptura e à abolição da escravidão. Esta rebelião teve um corte étnico-racial na medida em que teria oposto negros escravizados e poucos negros livres contra os brancos e mestiços e teve um desfecho muito violento, o que fica bem claro no texto.

A iconografia sobre a Revolução de Saint Domingue tem a imagem equestre de Toussaint Louverture, o general negro autodidata, admirador de Júlio César, leitor de sua conquista da Gália e fervoroso adepto do Abade Reynal. Neste item 2, as independências das colônias espanholas são contextualizadas no quadro geral das revoluções inspiradas pelo Iluminismo europeu e na conjuntura histórica propiciada pela expansão militar francesa sob Napoleão Bonaparte, o que também se aplica ao caso haitiano como quadro histórico de fundo, acrescido das particularidades do caso local, como a influência do Vodú.

Figura 72 - Litografia colorida de Toussaint Louverture, século XIX



Toussaint L'Ouverture, Séraphin Delpech. Litografia colorida, século XIX.

Toussaint L'Ouverture: o General de Ébano

François-Dominique Toussaint L'Ouverture (1743-1803), como outros criados domésticos escravizados que viraram a se tornar líderes da revolução, pôde aprender francês, latim e matemática. Duas obras influenciaram Toussaint. A primeira foi o livro *História filosófica e política*, do padre francês Guilherme Raynal, crítico feroz da escravidão, que afirmava faltar apenas uma

Fonte: Oficina da História, de Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro. v.2. p. 138.

Figura 73 - Bandeira Vodú na rebelião dos escravos haitianos. Sem data

Vodu e Créole: símbolos de resistência

Dois elementos culturais foram centrais na realização da independência haitiana: o vodú e o créole. O vodú, como religião, uniu e reuniu os africanos de diferentes etnias. No vodú, os negros escravizados integraram crenças, ritos, músicas, danças de diferentes origens africanas ao catolicismo. Ao mesmo tempo que representava um elemento de coesão e força entre os soldados.

O mesmo aconteceu com o créole, língua falada pelos negros escravizados, a partir do francês e dialetos africanos, acrescido de vocábulos de português, inglês e o espanhol. O créole não se limitou a uma forma de comunicação comum, mas funcionava como uma espécie de código entre os negros, muitas vezes em oposição aos colonizadores brancos.

Símbolo por excelência da cultura haitiana, o vodú resistiu como a expressão cultural e religiosa mais forte do país. Mas, apenas em 2003, no governo de Jean-Bertrand Aristide, viu-se reconhecido legalmente como uma religião, com direito à proteção do Estado para as locais de culto e seus participantes.

Introduzido nas escolas em 1979, o créole, ao ser reconhecido como língua oficial, em 1987, atualmente 95% da população haitiana fala o créole.

Bandeira vodú. Seda, veludo e miçangas. s/d.

No caso da Nova Espanha destacam-se como sempre nas coleções didáticas atuais os padres Hidalgo e Morelos, pioneiros das lutas sociais e étnicas no continente americano com seus trágicos destinos sempre apontados nos textos. A narrativa das lutas em torno da Independência e sua profundidade social ou não, dividiu os que lutavam contra o domínio espanhol e concebiam o ideal de liberdade de maneira bem mais aprofundada, contemplando até a possível distribuição de terras aos indígenas e pobres. A relação com a América Central é explorada no sentido de mostrar que muitas vezes o problema era tanto interno quanto externo, devido às disputas entre as lideranças político-militares das lutas emancipacionistas e as diferentes regiões e centros urbanos de expressão como Buenos Aires, Caracas, Lima, Cidade do México. O dilema unidade versus fragmentação é sintetizado na história política dessa região no imediato pós-independência. A unidade era artificial e imposta desde o período colonial à força e a tentativa de manter essa unidade fracassou em curto tempo no pós-emancipação.

Sobre a região platina, ressalta a força de Buenos Aires na área e sintetiza as lutas e impasses que a região enfrentará por quase todo o século XIX, como guerras civis, inúmeros conflitos regionais e muita dificuldade em torno de um projeto nacional unificador das diferentes localidades que recusavam a hegemonia de Buenos Aires.

Em relação ao antigo Vice-Reino do Peru e a Grã-Colômbia não há um destaque na figura de Simón Bolívar e há um acento nas divergências de projetos entre a elite política e militar no eixo Caracas-Bogotá-Quito. San Martín também apoiou a emancipação do Peru, ombreando-se nessa narrativa a Bolívar em importância nas lutas pela emancipação na América Espanhola. Além disso, o cacique José Gabriel Condorcanqui (Tupac Amaru II) é descrito em termos mais realistas, menos idealizado. E afirma que seu movimento não visava a emancipação, mas sim um movimento de críticas à administração metropolitana na região; há referência também ao movimento guerrilheiro Tupamaros no Uruguai durante a ditadura militar dos anos 1970, inspirado nesse personagem do século XVIII, numa improvável transposição simbólica.

Quanto ao tema totêmico do nascimento dessas nações ibero-afro-indígenas no continente, a questão da unidade ou fragmentação mostra um ponto de partida que varia em relação ao padrão predominante nas narrativas didáticas: a Doutrina Monroe não é tratada como uma espécie de preâmbulo das futuras práticas expansionistas dos EUA no Caribe, México, América Central e do Sul. Ela é exposta em termos

defensivos, contra uma possível invasão de forças militares originárias da Europa, sob a égide da Santa Aliança no continente com finalidade recolonizadora. Transcreve também parte do documento histórico que enunciou a chamada Doutrina em 1823.

Sobre o Congresso do Panamá de 1826, outro ponto de inflexão nas narrativas escolares, deixa claro que foi ocasião de divergências entre os líderes políticos presentes e ausentes, tomando-se a ausência de muitos países como discordância em relação aos propósitos. Divergências entre os líderes e a baixa representatividade do Congresso são apontados como razões do enfraquecimento do projeto bolivariano. Assegura também que o próprio Bolívar não imaginou uma única nação hispano-americana unificada, mas algumas poucas. A Carta da Jamaica, de 1815, já mencionava a necessidade da unificação da luta contra a Espanha e em vida, Bolívar, chegou a formular dois projetos de possíveis uniões nacionais: Grã-Colômbia até o Peru; e o segundo projeto da Guatemala até a Bolívia e com o controle político a partir de Caracas, deixando o México e a região do Prata fora destas projetadas confederações hispano-americanas. Outro aspecto que nos interessa de perto é que Simon Bolívar considerava os EUA aliados fundamentais na luta pelo fortalecimento das novas nações. Ironias da história...

A respeito da construção do mito Simon Bolívar como líder maior das lutas pela independência e visionário quanto ao futuro do continente hispânico que o texto problematiza, foi iniciado dez anos após sua morte em 1830, quando o governo venezuelano nascente passou a entronizá-lo no panteão dos heróis pátrios, num esforço de construção da unidade nacional em torno de sua figura. Assim, na década de 1840, surgiu o mito do Libertador da América, onipresente nos livros didáticos por décadas. É como se apresentasse aos leitores o truque realizado pelo mágico na sua performance ou como se vissemos o lado B da construção da imagem do herói, historiando-o.

Figura 74 - Análise da imagem de Simón Bolívar como mito

ANÁLISE DE IMAGEM PINTURA

| | |
|---|---|
| <p>Simón Bolívar, libertador e pai da nação</p> | <p>Artista: Pedro José Fajardo</p> |
| <p>Materia: Óleo sobre tela</p> | <p>Exposta atualmente: na Casa Museo Quinta de Bolívar, em Bogotá (Colômbia).</p> |
| <p>Datação: 1839</p> | |

1. Primeiro olhar: Diversas representações da América, no período colonial, tinham a forma de uma mulher indígena. O artista reinterpretou esse motivo neste quadro.

2. A joia república é representada como uma indígena, de cor de penas, carregando a cor e a fúria. Seus braços são de uma natureza e os pés (pés em um vestido) de outra natureza.

3. Bolívar ao lado do braço paterno da nação.

4. O quadro foi apresentado a Bolívar no principal grupo de Bogotá, na festa de vitória pela independência da colônia da Nova Granada, em 20 de setembro de 1839.



Fonte: Oficina da História, de Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro. v.2. p. 143.

Por fim, encerra o capítulo com o onipresente tema do caudilhismo, apresentando sua etimologia, mas não como uma causa geral do fracasso político das nações hispano-americanas, como era comum encontrar em coleções didáticas.

Como conclusão, pergunta-se pelos sentidos que a palavra liberdade teria para os diferentes grupos étnicos e sociais como os escravizados, as comunidades indígenas, os negros livres, os mestiços e brancos pobres? Para cada um deles haveria um sentido diferente desta novidade do século, porém, o sentido que se impôs foi o de liberdade comercial, abolindo de vez os privilégios metropolitanos que ainda sobreviviam. Como consequência deste sentido comercial estrito, a concentração de poder político nas mãos das antigas elites criollas não encontrou grande resistência, mantendo a subordinação dos demais grupos sociais desprovidos de privilégios de nascença. Essa elite branca possuía muitas vezes formação militar e administrativa nas academias, escolas e universidades espanholas antes da independência o que lhes concedeu vantagens nas disputas pelo controle do poder. Era um dos símbolos da afirmação social da colonialidade do poder nestes novos estados.

No volume 3 temos um capítulo bem informativo sobre a Revolução Mexicana de 1910/1917, com histórico remontando a Porfírio Díaz, e descrevendo sinteticamente o complexo processo revolucionário mexicano, inclusive com seção relativa à arte política muralista que se afirmou como temáticas ligadas a Revolução e a situação social que lhe deu origem. A expressão América Latina só aparece no texto nos anos 1950, com a ascensão do Peronismo e a Guerra Fria como pano de fundo.

Desta forma, confirma-se a tendência da omissão ou um conta gotas histórico, com episódios isolados, como Revolução Mexicana, Peronismo ou Revolução Cubana de 1959. Não se encontram visões de conjunto ou estudos de casos fora deste cardápio de temas tradicionais.

A Coleção Conexões com a História, de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira (2016), em seu volume 1 possui um pequeno resumo das origens do homem americano e da pré-história na região do Brasil atual juntamente com as discussões sobre a origem do gênero humano no planeta. Uma constante nos livros didáticos atuais que é muito bem-vinda.

No capítulo 10, Sociedade e cultura dos ameríndios, temos uma verdadeira aula em textos e imagens sobre as culturas e formação política dos impérios ameríndios teotihuacanos, tolteca, olmeca, maia, asteca, inca e sobre os povos indígenas da região do atual Brasil, a chamada América Pré-Colombiana, termo que pode dar margem a muitas críticas por anacronismo ou eurocentrismo, porém, é largamente utilizado nos manuais. Há forte acento nos textos e imagens coloridas de valorização do patrimônio deixado por esses povos. Os autores informam que o México atual valoriza seu passado indígena, fornecendo dados oficiais de visitantes anuais aos museus antropológicos do país, com milhões de visitantes. Imagens em grande formato de Palenque e Teotihuacán destacam-se no capítulo. Reproduções de exemplares da cerâmica e da escultura asteca, inca, maia, chavin estão enriquecendo a compreensão do tema. Suponho que seja uma opção comercial das editoras investir em boas produções visuais de seus manuais para uma geração muito marcada pela absorção desse tipo de suporte da informação. A novidade desta coleção é a incorporação das antigas civilizações e culturas pré-existentes aos incas, astecas ou mesmo aos maias, mais antiga das três. Docentes e discentes dispõem de informações sobre os olmecas, toltecas e teotihuacanos, ilustres desconhecidos de nossos discentes e mesmo docentes e me incluo entre eles. A Coleção veicula de

forma didática informações historiográficas sobre organização social, práticas econômicas, organização política, guerras entre povos ameríndios e, principalmente, exemplares de suas formidáveis arquiteturas.

Figura 75 - Sociedade asteca, por Jacques Soustelle²²



Fonte: SOUSTELLE, Jacques. *A civilização asteca*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Fonte: Conexões com a História, de Alexandre Alves e Leticia Fagundes de Oliveira, v.1. p. 209.

²² Os livros de Jacques Soustelle foram responsáveis por inúmeros equívocos conceituais que predominaram por décadas nos livros didáticos. Muito utilizados na parte gráfica dos livros, suponho, eram incluídos, por vezes, na produção final dos projetos à revelia dos autores dos textos didáticos. Nesta dissertação surge como autor de um mapa da América Latina no séc. XVIII!

Figura 76 - Sítio Maia de Palenque em foto de 2015, em Chiapas no México

CAPÍTULO

10

Sociedade e cultura dos ameríndios

A América pré-colombiana

Muito antes da chegada dos conquistadores europeus, em 1492, a América já era habitada. Ao lado de sociedades organizadas de maneira relativamente simples, que viviam, de modo geral, isoladas nas florestas e no litoral, formaram-se, ao longo dos séculos, grandes impérios, com estruturas políticas, sociais e econômicas altamente complexas.

Conhecedoras da escrita, da matemática e da astronomia, essas civilizações construíram grandes cidades e desenvolveram arquitetura e arte tão sofisticadas como as do antigo Egito. Grandes palácios, pirâmides, sistemas de irrigação e redes de estradas evidenciam uma engenharia avançada e práticas de planejamento urbano.

Revisitar esse passado dos povos ameríndios permite perceber seus vínculos com os povos indígenas atuais. Apesar da brutalidade da colonização, as comunidades indígenas resistiram e conseguiram manter parte das tradições herdadas de seus antepassados pré-colombianos. Os povos indígenas atuais lutam contra a marginalização e a exclusão social, reivindicando o direito à terra, ao trabalho e ao reconhecimento de sua identidade como grupo étnico.

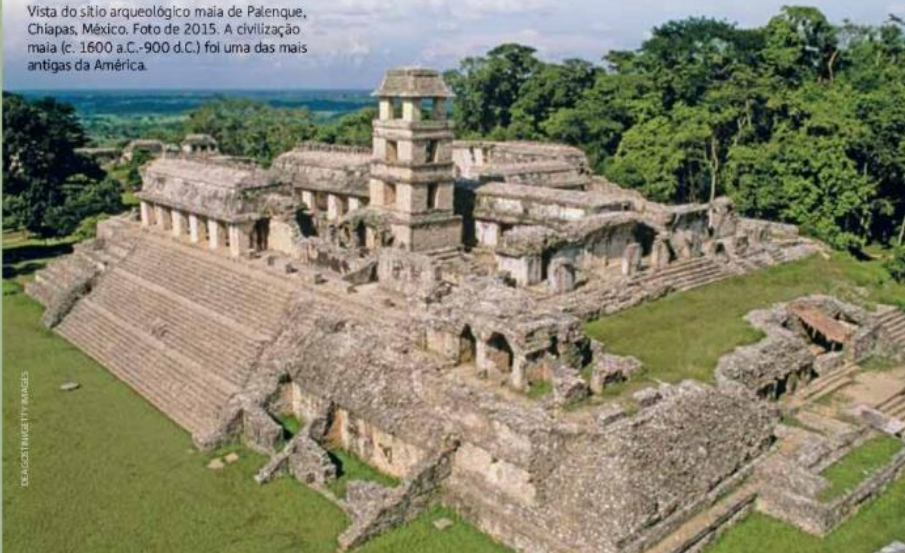
OBJETIVOS

- Conhecer o modo de vida de algumas sociedades ameríndias.
- Comparar o modo de vida dos Tupinambá do período pré-cabralino com o das sociedades mesoamericanas e andinas.
- Valorizar o patrimônio cultural remanescente dos povos ameríndios.

PALAVRAS-CHAVE

- Mesoamérica
- Sapa Inca
- Mita
- Tupinambá
- Antropofagia

Vista do sítio arqueológico maia de Palenque, Chiapas, México. Foto de 2015. A civilização maia (c. 1600 a.C.-900 d.C.) foi uma das mais antigas da América.



204

Fonte: Conexões com a História, de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira. v.1. p. 204.

No volume 2, capítulo 2, “Espanhóis e ingleses na América”, a invasão da América resultou numa catástrofe humana para os povos ameríndios já a curto prazo. A violência se instala desde logo, desde os primeiros encontros nas ilhas do Caribe. Quando atravessou para o Istmo do Panamá e daí para o sul e para o norte, a violência

se intensificou devido a incompreensão e a cobiça por ouro e prata abundantes e visíveis em objetos, adornos, construções, templos e palácios. A conquista espanhola é narrada em termos de espanto recíproco e violências dos espanhóis. A resistência nativa inicial também é ressaltada. A afirmação dos direitos dos indígenas hoje também é evidenciada em imagens e textos escritos.

Figura 77 - Espanhóis e ingleses nas Américas

CAPÍTULO

2

Espanhóis e ingleses na América

OBJETIVOS

- Compreender o processo de conquista da América pelos espanhóis.
- Caracterizar os regimes de trabalho estabelecidos pelos espanhóis na América.
- Entender o impacto da colonização espanhola sobre as populações nativas.
- Reconhecer a importância da resistência dos povos indígenas para a permanência de suas tradições culturais.
- Identificar as características das colonizações espanhola e inglesa na América.
- Comparar as características da colonização no norte e no sul da América inglesa.

PALAVRAS-CHAVE

- Conquista
- *Encomienda*
- *Repartimento*
- Treze Colônias
- Comércio triangular

Um encontro violento

Quando os europeus chegaram à América, encontraram civilizações complexas e sofisticadas e também sociedades que se organizavam de maneira mais simples. Apesar de inicialmente pacífico, o encontro entre indígenas e europeus resultou numa catástrofe sem precedentes na história humana.

O que movia os conquistadores era, acima de tudo, a perspectiva de rápido enriquecimento por meio da exploração dos metais preciosos encontrados no chamado Novo Mundo. Como os povos nativos eram considerados inferiores pela maioria dos colonizadores, o processo de colonização foi marcado pela brutalidade extrema.

Os impérios Asteca e Inca e as grandes cidades-Estado maias foram destruídos pelos conquistadores; os indígenas perderam suas terras, foram submetidos a trabalhos forçados e pereceram aos milhões ao contrair as doenças trazidas pelos europeus. Especialistas calculam que por volta de 1400 a população do continente americano era de aproximadamente 40 milhões de indivíduos. Segundo as estimativas, no final do século XVIII, essa população reduziu-se de 70% a 90%.

As populações indígenas, entretanto, conseguiram preservar parte de sua identidade e cultura ao longo do tempo. Nas últimas décadas, movimentos de afirmação dos valores indígenas e de defesa dos direitos dessas populações têm ganhado espaço na América Latina. Por meio da organização das comunidades, lideranças indígenas conseguiram eleger representantes políticos para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo de seus países.

Manifestação de apoio ao candidato à reeleição Evo Morales, em La Paz, Bolívia, 2014. Morales, líder indígena aimará, foi eleito presidente da Bolívia em 2005 e reeleito duas vezes (em 2009 e 2014). Nos últimos anos, os indígenas conseguiram ampliar sua representatividade política na América Latina.

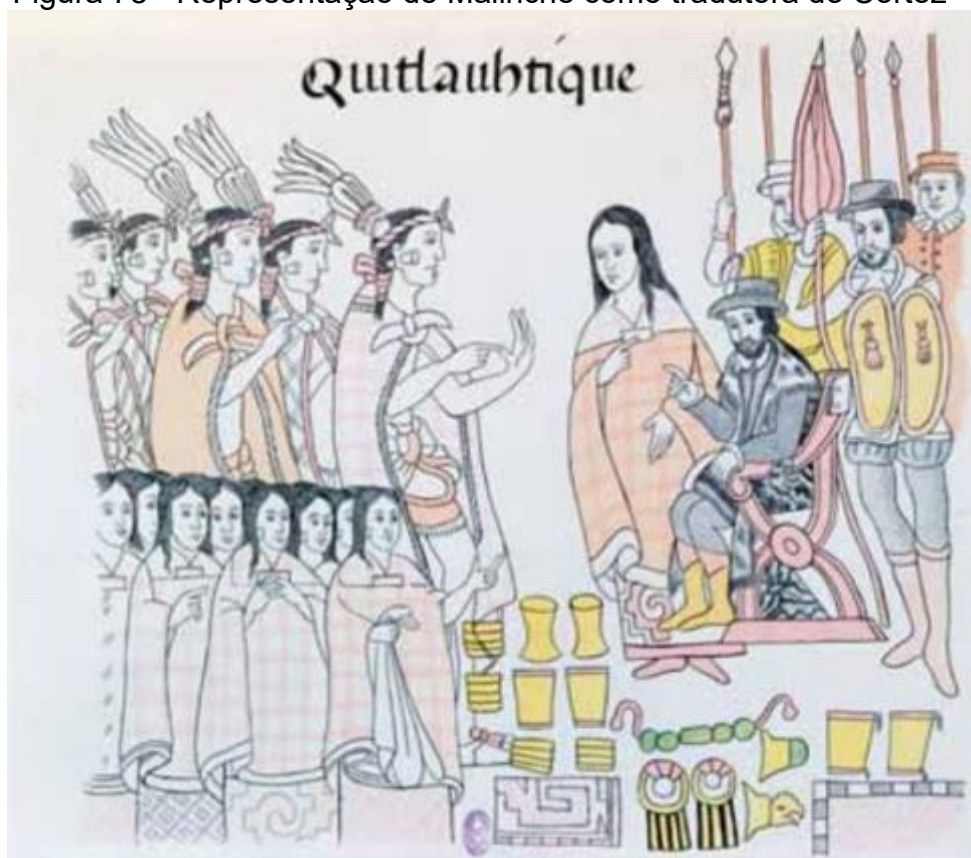


DAVID MERCADOREUTERS/INSTOCK

Fonte: Conexões com a História, de Alexandre Alves e Leticia Fagundes de Oliveira. v. 2. p. 32.

Uma particularidade levantada nesta coleção é a figura de Malinche, falante de nauatl (língua asteca) e maia e que servirá de tradutora para Cortez, tornando-se sua mulher (o livro diz amante...) e mãe de um filho dele, dando origem ao ‘primeiro filho de espanhol e indígena’, um *mestizo*, personagem frequente nas narrativas sobre a colonização e tempos pós-independência. Tanto a conquista dos astecas quanto a dos incas contaram com o auxílio de povos subjugados por estes e, pensando em livrar-se deles, aliaram-se aos espanhóis e suas tropas tornando possível a vitória militar, que de outro modo talvez não ocorresse.

Figura 78 - Representação de Malinche como tradutora de Cortez



Fonte: Conexões com a História, de Alexandre Alves e Leticia Fagundes de Oliveira. v. 2. p. 34.

A colonização espanhola é vista no âmbito do mundo do trabalho compulsório indígena, sob várias formas, e africana negra, além da organização econômica e política dos Vice-Reinos e Capitanias Gerais. Os nativos submetidos são descritos apenas como trabalhadores explorados, outro traço constante nos manuais, e

representados visualmente de forma bastante resignada, o que contrasta com a afirmação da resistência indígena desde o início.

Figura 79 - Página inteira com texto e imagem sobre a independência das colônias espanholas e do Haiti

CAPÍTULO

8

O Império Napoleônico e a independência do Haiti e das colônias espanholas

OBJETIVOS

- Reconhecer a importância do governo de Napoleão Bonaparte na consolidação dos princípios liberais na França.
- Caracterizar o contexto social e político que precedeu os movimentos de independência na América hispânica.
- Identificar as formas políticas e militares assumidas pelos movimentos de emancipação das colônias espanholas.
- Destacar as diferenças entre as experiências políticas de independência do Haiti e de Cuba.
- Reconhecer as contradições da luta unificada que se constituiu na América contra a dominação colonial.

PALAVRAS-CHAVE

- Bloqueio Continental
- Criollos
- Emancipação/autonomia
- Autonomista/anexionista
- Caudilhos

Indicamos a leitura dos seguintes documentos: Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2008 (disponível em <www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf>; acesso em 3 fev. 2016), e o relatório final, divulgado pela ONU, sobre a Primeira Conferência Mundial dos Povos Indígenas, ocorrida em Nova York, em setembro de 2014. Esse documento está disponível em inglês e espanhol no site da Funai: <www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3053-documento-final-da-1-conferencia-mundial-dos-povos-indigenas>. Acesso em 29 jan. 2016.

A emancipação da América hispânica

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), nos últimos 20 anos houve, na América Latina, uma mobilização dos povos indígenas sem precedentes na história contemporânea.

Dois séculos após os processos de emancipação política da região, os direitos das populações indígenas finalmente foram reconhecidos e houve avanços legais para garanti-los. No entanto, ainda é preciso vencer muitos desafios para que esses direitos sejam de fato respeitados.

Cerca de 50 milhões de indígenas vivem na América atualmente. No Peru e na Guatemala, eles correspondem a 50% da população, e na Bolívia, a 60%. Contudo, a maioria dessas pessoas vive abaixo da linha da pobreza e tem baixos índices de escolarização.

Estudaremos neste capítulo o desencadeamento dos processos de independência política das colônias hispânicas na América, que foi facilitado por uma lacuna de poder causada pela invasão da Espanha pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Os projetos de independência dessas colônias foram elaborados para atender às expectativas das elites regionais. Em razão disso, nos novos Estados nacionais, o direito à cidadania não contemplou os indígenas.



Mulheres Aymará preparando refeições durante manifestação na Ponte de Desaguadero, no Peru, em 2011. A ponte, que liga o Peru à Bolívia, foi bloqueada em protesto contra a concessão obtida por uma mineradora canadense para explorar prata na região. Os indígenas defendem seu direito à terra e alegam que a atividade mineradora contamina a água e oferece riscos à produção agrícola.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Fonte: Conexões com a História, de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira. v. 2. p. 132.

O Capítulo 8 aborda o quadro histórico americano e europeu que possibilitou a luta pela emancipação conduzida pelas elites regionais criollas, além da independência do Haiti, sob as luzes do Iluminismo. Aponta que a independência tinha

significados diferentes para os donos de terras e indígenas, mestiços ou escravizados. Para proprietários de terras ou grandes comerciantes era sinônimo de autonomia política e liberdade econômica; para as comunidades indígenas era sinônimo de autonomia e fins dos inúmeros tributos, que não se findaram após as emancipações. Há quadros explicativos sobre os principais processos de lutas, valorizando-se a descrição do processo haitiano por sua originalidade antiescravista pioneira. A escravidão foi abolida na América Espanhola foi ao longo do século XIX e não ocorreu de forma única. Os processos e datas são variados. México, América Central, região platina, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela tem seus processos sintetizados e são apontadas as diferenças entre eles e as diferentes forças sociais em luta. As relações entre Simon Bolivar e os revolucionários haitianos após seu exílio na Ilha é a novidade. O decreto de Bolivar extinguindo a escravidão africana na Venezuela foi resultado destas relações amistosas, embora não tenha tido efeito prático, como demonstra Dennis Wepman (1987, p. 94-95) em informativa biografia do Libertador.

Figura 80 - Pintura de Fernandez Luiz Cancino, sobre a abolição da escravidão por Bolívar



Representação da abolição da escravidão por Simón Bolívar (século XIX), pintura de Fernandez Luiz Cancino. Museu da Independência, Bogotá, Colômbia.

Fonte: Conexões com a História, de Alexandre Alves e Leticia Fagundes de Oliveira. v. 2. p. 146.

Apesar de apontar os equívocos desta versão fantasiosa de “unidade latino-americana” associadas a Bolivar, evidenciando dois ou três projetos diferentes desta personagem, todos autoritários politicamente, aparece em fotografia ao final do capítulo como símbolo desta suposta unidade que ele mesmo não propôs.

Personagens históricos por vezes são pendulares. Bolívar é lembrado hoje por algo em que ele não acreditava nem propôs. Porém, os autores recuperam a figura de José Cecílio del Valle, que realmente propôs uma união destes novos países de norte a sul, ao contrário de Simon Bolívar.

Há também interessante discussão sobre descentralização ou centralização com texto e imagem de Justo Urquiza, primeiro presidente constitucional da Argentina em 1856/1860 e típico caudilho provincial. O caudilhismo tem sua historicidade recuperada, com duas significações diferentes no tempo: uma à época da independência e outra no século XX, onde acrescentou-se a participação e apoio popular urbano ao conceito. Um último tema é explorado com o estudo da abolição da escravidão na Venezuela, tendo Bolívar como centro.

No capítulo 12, Os Estados Unidos no século XIX, o avanço norte-americano sobre os países hispânicos começou com a fundação da República do Texas ainda em 1836. A guerra com o México é resultado desta usurpação do território mexicano por colonos ianques. Entre 1846 e 1848 os Estados Unidos derrotaram o México impondo perdas de cerca de 40% de suas terras ao sul, principalmente a rica Califórnia. A seguir, no item 12.3 traça painel informativo e imagético sobre o avanço dos EUA sobre Cuba e os países do norte da América do Sul. A primeira Conferência Panamericana, mencionada pioneiramente, apesar do forte interesse norte-americano, teve resultados poucos práticos. O painel informativo transcende ao clássico *Big Stick*, Corolário Roosevelt e Emenda Platt.

Figura 81 - Primeira Conferência Internacional Americana, 1889

Os países latino-americanos, em sua maioria, produziam poucos artigos manufaturados e industrializados; por isso, tinham de importá-los da Europa. Para os industriais dos Estados Unidos, isso significava que a América Latina era um potencial mercado consumidor, que seria conquistado por meio de uma ação política agressiva por parte do Estado e das empresas norte-americanas.

Essa postura ficou clara em 1889, quando os Estados Unidos convocaram a Primeira Conferência Internacional Americana, que reuniu praticamente todos os países independentes da América. O objetivo era negociar uma aproximação comercial com base no uso de uma moeda comum e na união aduaneira, visando à adoção de uma tarifa externa comum e à formação de uma zona de livre circulação de mercadorias, que, em tese, beneficiariam o país mais industrializado do momento. A proposta de criação de um sistema unificado de proteção militar revelava a intenção dos Estados Unidos de liderar o continente. Os resultados do encontro, contudo, foram inexpressivos.

Fonte: Conexões com a História, de Alexandre Alves e Leticia Fagundes de Oliveira. v. 2. p. 224.

Figura 82 - Charge de 1869 alusiva a independência de Cuba tendo os EUA como herói e a Espanha como vilã e Cuba como uma dama em apuros



Fonte: Conexões com a História, de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira. v. 2. p. 224.

Bruno Vicentino e Cláudio Vicentino (2016) e a Coleção “Olhares da História”, volume 1, também confirmam essa novidade da literatura histórica didática que é a presença da América ou do que veio a se chamar América no século XVI, dos estudos sobre os povoadamentos originais no continente ou uma pré-história americana. O capítulo 2, “Nossos ancestrais da América”, é dedicado exclusivamente as hipóteses de povoamento do continente e das futuras matrizes culturais que aqui se desenvolveram. Cultura Clóvis, pesquisas de Niége Guidon e Walter Neves, reconstrução da face de Luzia e a futura grande diversidade cultural brasileira, além dos povos maia, asteca e inca como temas e itens deste capítulo. Tudo acompanhado de excelente edição de imagens sobre os assuntos abordados. Ao final desse volume 1 há uma interessante seção com textos e imagens sobre o mundo não europeu antes do ano 1500, com um item temático sobre os povos inca e asteca onde estes e seus sistemas de governo e características culturais e, sobretudo, a prática de sacrifícios humanos entre os astecas, são descritos e analisados em tom mais realista.

No volume 2, capítulo 8, A colonização espanhola e inglesa da América é outro caso de excelente projeto editorial com equilíbrio informativo entre textos escritos e as inúmeras imagens que enriquecem e complementam o texto escrito, quase que competindo com eles como fonte de informações para o usuário.

A conquista espanhola e a colonização subsequente são tratadas em um único capítulo, onde genocídio físico e cultural são parte da narrativa desde o início, assim como a resistência dos povos ameríndios, cuja conquista e submissão é descrita de forma sintética, porém, satisfatória para a compreensão de quem eram eles à época do trágico encontro de civilizações. Economia e trabalho, assim como a vida social recebem atenção especial, embora com representações visuais artificiais idealizadas de chapetones, criollos, negros, mestiços e indígenas. Porém, frequentemente com representação estereotipada e excessivamente simplificadora, por vezes presente nos manuais sobre este tema, onde quase duas dezenas de estados e sociedades nacionais diferentes são sintetizadas numa única imagem. A representação iconográfica dos indígenas aproxima-se da representação dos escravizados africanos, o que também é uma redução.

Figura 83 - Imagens da sociedade colonial espanhola no século XIX




Fonte: VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Claudio. Olhares da História. v. 2. São Paulo: Scipione, 2016. p. 111.

Um ponto alto deste capítulo são os parágrafos dedicados ao planejamento urbano na América Espanhola e a forte presença das praças maiores nas grandes e médias cidades.

Por fim, alvissaras, há seção inteira de discussões sobre o conceito de América Latina, historicizando-o, desvelando seus propositores e respectivas conjunturas. José Maria Caicedo e José Martí são mencionados em texto do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, um autor alinhado aos estudos decoloniais.

Figura 84 - Texto sobre a construção do conceito de América Latina

Leituras 

O nome **América Latina** tornou-se popular para designar o território das colônias conquistadas, predominantemente, por metrópoles cujas línguas oficiais eram uma variação do **latim** (português, espanhol e francês). O texto abaixo trabalha a concepção de América Latina para além de seu nome. Confira-o.

A construção do conceito de América Latina

[...] desde a segunda metade do século XIX, por iniciativa do colombiano José Maria Torres Caicedo, América Latina é o nome como passou a ser designada a parte desse continente [no qual] nos cabe viver. Não olvidemos que os espanhóis designavam essa região por Índias Ocidentais que, diga-se de passagem, abrangia uma vasta região que ia desde o Caribe, passava por México e Peru e suas áreas adjacentes, e ia até as Filipinas, terra de Filipe [...].

Assim, o nome América foi enunciado pelas elites criollas para se afirmar com/contra as metrópoles europeias, a geografia aqui servindo para

olvidemos; esqueçamos.

afirmar uma territorialidade própria que se distinguia das metrópoles europeias, e o nome América Latina afirmado por José Maria Torres Caicedo, com seu poema *Las Dos Américas*, publicado em 1856, para nominar o que Bolívar já havia denunciado em 1826 contra a Doutrina Monroe (1823), inscrevendo assim a distinção entre uma América Anglo-saxônica e uma Latina que, mais tarde, levaria José Martí a falar de “nuestra América”. Enfim, um anti-imperialismo precoce distingue as duas Américas.

Ora, América Latina ainda é uma América que se vê europeia – latina – e, com isso, silencia outros grupos sociais e nações que longe estavam da latinidade, a não ser sofrendo seus desdobramentos imperiais que tão marcadamente caracterizam a tradição eurocêntrica. Afinal, nos dirá Walter Mignolo, foi a latinidade e não a africanidade ou a indianidade que se impôs como nome do subcontinente.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; FERREIRA, Edir Augusto Dias. De América Latina, de Abya Yala, de América Mexicana, de América Criolla e de suas contradições. In: *ALAI – América Latina em Movimento*, 23 set. 2009. Disponível em: <http://alainet.org/Article/73227>. Acesso em: 27 jan. 2016.

Fonte: VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Claudio. *Olhares da História*. v. 2. São Paulo: Scipione, 2016. p. 113.

Pela primeira vez encontro menção a Caicedo e à expressão *Abya Yala*²³, de origem indígena, para denominar o continente. Etnocentrismo, colonialidade, decolonialidade e outros conceitos contemporâneos introduzidos aos estudantes no ensino médio de forma inovadora.

O capítulo 14, “Independência da América Espanhola”, coloca de saída a questão do desconhecimento sobre os países vizinhos do Brasil atual como questão aos leitores, assim como a iminência das comemorações do bicentenário das

²³ Denominação que os autores decoloniais propõem como nova forma de designação do continente atualmente denominado Ameríndio nas melhores casas do ramo.

independências, tema ignorado na maioria das coleções aqui analisadas. A ênfase da narrativa é sobre os processos internos, com uma descrição detalhada dos processos na América do Sul, Central e no México. Temas como as razões da fragmentação e o caudilhismo político recebem as explicações protocolares. Além disso, aspectos da vida política, social ou cultural destes novos países são completamente ausentes no restante do volume. As duas outras menções aos países de língua espanhola são no contexto do expansionismo americano no início do século XX com o *Big Stick* e o Corolário Roosevelt nos quadros do imperialismo norte-americano no Caribe.

Esse estranho vazio nas narrativas didáticas sobre os processos políticos dos inúmeros países ao sul do Rio Bravo é uma quase constante, fora as menções de praxe. Faltam capítulos, sintéticos ou não, sobre as diferentes regiões. Nenhum dos professores de Literatura que conheço sabiam da existência de Caicedo, Rodó, Sarmiento. José Martí é o único mencionado por eles. Ao que parece há um *gap* também no ensino da literatura, fora os autores clássicos.

Nos capítulos referentes ao Brasil Monárquico, há uma versão brasileira sobre a Guerra da Tríplice Aliança que apresenta múltiplos fatores explicativos para o conflito. Chamo de versão brasileira porque não há menção a outras historiografias nacionais sobre a guerra, sobretudo versões paraguaias. É inexplicável que não haja na bibliografia didática histórica brasileira menções ao que se escreve no Paraguai ou outros países da região sobre o conflito. Esse conflito só pode ser compreendido numa perspectiva comparativa mais ampla, admitindo-se várias hipóteses explicativas. Não que isso nos garantiria chegar à verdade, mas sim garantir uma multiplicidade de olhares historiográficos sobre a guerra e seu desfecho, além de algumas transformações como a abolição da escravidão negra no Paraguai ao final do conflito, durante a ocupação brasileira, algo ignorado na maioria dos livros. Contudo, a Coleção traz uma absoluta novidade sobre a participação de indígenas do Mato Grosso também interessados em expulsar os paraguaios servindo e combatendo ao lado do exército brasileiro contra os invasores da Província no início da Guerra.

O Volume 3, com um capítulo sobre Tensões e conflitos na América Latina aponta para os reflexos da Guerra Fria na América Latina e aos embates entre esquerda e direita, com os militares como agentes da segunda. Os movimentos revolucionários no continente são contemplados em texto sintético, em capítulo sobre o Terceiro Mundo e a descolonização. Há seção dedicada ao México com seus inúmeros conflitos civis e militares nos séculos XIX e XX, inclusive o Levante dos

Zapatistas em 1994 e as mudanças provocadas pelo acordo de Livre Comércio da América do Norte.

Figura 85 - Reflexos da Guerra Fria na América Latina



Fonte: VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Claudio. *Olhares da História*. v. 2. São Paulo: Scipione, 2016. p. 221.

O Chile de Salvador Allende e Augusto Pinochet também recebem tratamento específico. Assim como a Nicarágua, Haiti e Panamá tem seus dramas históricos sinteticamente apresentados aos leitores. Argentina e Colômbia, por fim, são

sumarizadas dos tempos do Peronismo ao Kirchnerismo ou a guerrilha das FARC, o narcotráfico, a guerra civil e os acordos de paz colombianos.

Por fim, mas não menos importante, a Coleção História, passado e presente, de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016), possui um capítulo no Volume 1 sobre “As origens do ser humano nas Américas” onde são traçadas as três teorias principais (Clóvis, Walter Neves e Niége Guidon) sobre a ocupação humana pré-histórica, sendo basicamente um capítulo sobre os sítios arqueológicos brasileiros.

No volume 2, assinalo a ausência de um capítulo específico sobre a América Espanhola nos tempos coloniais, assunto inserido de forma sintética nas origens das independências no século XIX. Aqui, o ausente não é o transcorrer do século XIX, mas os próprios 3 séculos de colonização. Em “compensação” há um capítulo inteiro sobre maias, incas e astecas antes da invasão espanhola com textos curtos e informativos acompanhado de excelente iconografia. Esmaece a presença espanhola na formação desses países e aviva as cores ameríndias da história, apesar da narrativa da violenta conquista militar e algumas menções ao mundo colonial espanhol subsequente.

O capítulo 10, Luta pela independência nas Américas, o tema é tratado como resultante do vendaval iluminista do final do século XVIII que já fora responsável pela independência das colônias inglesas na América do Norte, a Revolução Francesa e a Revolução Haitiana. O item 4, Organização social na América espanhola, busca dar conta de algumas características das sociedades derivadas da colonização espanhola e das lutas pelas independências. Essas são tratadas em nível de generalidade, sem nenhum estudo de caso ou regional, e aponta a elite criolla como a grande beneficiária das emancipações. O resto é silêncio... A América Hispânica só ressurge nos quadros do imperialismo dos EUA, com o Corolário Roosevelt e o *Big Stick*.

No volume 3 desta Coleção, no capítulo 1, “Do neocolonialismo à Belle Époque”, temos um box sobre a Revolução Mexicana, centrado nas razões e desdobramentos imediatos do movimento camponês. No capítulo 8, “África, Ásia e América Latina: independência política”, o item 6 sobre o nacionalismo econômico e o populismo na América Latina, exhibe interessante painel textual sobre as transformações culturais ocorridas no início do século XX tendo o caso da arte moderna mexicana como paradigma. A crise econômica da região derivada da Crise de 1929 e da depressão econômica por anos é apontada como uma das origens da industrialização de alguns países na segunda metade do século XX e da chegada ao poder de novas lideranças políticas com forte apoio popular. A revolução cubana e as

ditaduras militares completam o cardápio. A singularidade dessa coleção é a extrema generalidade dos temas ligados a América Hispânica e seu tratamento conjunto com a história de países do outrora denominado Terceiro Mundo, o que torna a abordagem ainda mais generalizante.

3 ENSINO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA HISPÂNICA E ICONOGRAFIA DIDÁTICA: LONGE DE DEUS E DOS LIVROS DIDÁTICOS OU TRANSIÇÃO PARA NOVOS PADRÕES DE REPRESENTAÇÃO?

Um fantasma assusta as editoras...qual a função das imagens nos manuais didáticos de história atuais? Ilustrar textos escritos ou também ser olhado como um texto a ser decifrado? Ilustração ao texto ou outra forma de texto? Me deparei com essas perguntas ao trabalhar com as fontes e concluí pela segunda hipótese: são imagens-texto que mais do que ilustrarem o texto escrito, também são ricas e diversificadas fontes de informações. Constituem um material visual formado por imagens de procedência diversificada, como pinturas de cavalete, fotografias, ilustrações gráficas, muralismo mexicano e charges que enriquecem o escopo de documentos presentes nos capítulos, diversificando o trabalho com as fontes documentais (Gaskell, 1992). Muitos manuais conferem centralidade narrativa ao material visual que disponibilizam a alunos e professores e sua incorporação como fonte documental não constitui nenhuma novidade no século XXI. Porém, em coleções didáticas atuais esses materiais visuais tornaram-se imprescindíveis para uma geração de jovens e adultos que se comunica com facilidade por imagens e foram responsáveis por uma mudança na concepção dos manuais didáticos, onde textos e materiais visuais são complementares como fontes de informações e de proposições aos leitores.

Desde a década de 1990 houve verdadeira explosão de interesses pelo estudo das imagens como fontes documentais da História e não apenas como ilustração suplementar ao texto escrito.

É claro que o que está permeando esta nova perspectiva documental é uma total transformação da ótica tradicional da história. Não mais uma história do individual, das singularidades de uma época, sintetizada na ideia de uma narrativa dos grandes fatos e dos grandes vultos. O que está em questão, a partir de então, é o desvendamento das especificidades de épocas históricas, compreendidas a partir de seu caráter transindividual. De lá para cá, tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador (Cardoso, Mauad, 1997, p. 569).

Nos livros didáticos de algumas décadas atrás a função ilustrativa das imagens era predominante, porém, o texto escrito reinava. No entanto, isso vem mudando, incorporando novas teorias das imagens produzidas nos últimos anos, os livros didáticos realizam um verdadeiro festival de dança das imagens nas edições recentes do PNL D. Há coleções que recordam as Iluminuras medievais, tão ricos em imagens-textos são suas páginas. Imagens são conjuntos de signos criadores de significados múltiplos, variáveis, já que não são uma cópia objetiva da realidade, não são uma realidade objetiva, mas sim uma “realidade criada” pelo fotógrafo ou artista visual e pelo equipamento utilizado. Materiais visuais vem se tornando centrais no planejamento gráfico das obras didáticas, ganhando centimetragem, cores, usos criativos e diversificados como imagens aéreas tomadas por drones dos monumentos arqueológicos e antropológicos mexicanos ou maias, as formidáveis páginas duplas com inúmeras pequenas imagens e outras informações ao lado de uma imagem de grande formato invadindo nossa visão, por exemplo. Esta utilização contribuiu para mobilizar múltiplos sentidos a quem manuseia as coleções didáticas, e a conferir uma existência mais concreta a estes povos e civilizações ou outras formas de viver no diversificado continente ameríndio. Conjuntos de imagens devidamente contextualizadas trazem grande contribuições a uma melhor apreensão destas realidades por vezes tão diversas das nossas. As interpretações destes conjuntos visuais podem variar, como já afirmei. Não se trata de afirmar uma interpretação tida como verdadeira ou mais completa. Pretendo interpretá-los a partir do contexto didático e do contexto social em que foram produzidas e estão inseridas.

Imagens produzem ilusões de verdade, como se sabe há décadas. A imagem fotográfica, por exemplo, por sua semelhança com o real retratado, é uma das maiores máquinas produtoras de ilusões da modernidade. Imagens, fotográficas ou não, contudo, requerem um certo treino técnico, de educação do olhar, para sua leitura e possível compreensão. O perigo da naturalização de situações históricas a partir de uma imagem com tal grau de fidelidade ao que está ali diante de nós é muito grande. Ela não é uma prova, uma evidência, como num crime desvendado nos autos do processo, ela é um índice que possibilita mais de uma leitura interpretativa e essa variação de possíveis olhares liga-se ao olhar de quem as vê, de seu repertório de imagens já vistas e do domínio de teorias de interpretação deste tipo de documento.

A respeito da utilização e possíveis leituras dos conjuntos visuais (reproduções de pinturas, fotografias, aquarelas, desenhos, infográficos) nos manuais didáticos,

compreendo-as como documentos visuais de natureza polissêmica, com sentidos variáveis, cujo significado não existe em si mesmo. Requerem filtros e leituras anteriores para serem decodificadas. Requerem contexto. Não são nem verdadeiras, nem falsas. São, antes, uma linguagem. Não são espelho do real. São representações do mundo, conforme pontua Maria Elisa Linhares Borges (2011).

Eduardo Neiva (1993), em “Imagem, História e Semiótica”, lembra que, segundo Erwin Panofsky (1955)²⁴:

[...] qualquer tentativa de compreender a história de uma imagem obedece a uma demanda metodológica. A interpretação da imagem resulta sempre do esforço de situar a obra no interior do sistema unificador que a produziu. A história da imagem é definitivamente um empreendimento quase antropológico... [ou ainda que as] imagens são parte de nosso legado histórico, mas enquanto experiências conceituais e cognitivas participam de um presente concreto que as produziu. A imagem não é expressão imediata; ela depende de mediações, ainda que sutilmente implícitas. O que sabemos oferece as chaves para nossas percepções (Neiva, 1993, p. 13, grifo nosso).

O material visual selecionado nos manuais recebe uma leitura que busca entender o quadro histórico em que foram produzidos (casos de fotografias, reproduções de pinturas e caricaturas) e o quadro histórico da época de sua inserção nos manuais didáticos. Os murais mexicanos, por exemplo, foram produzidos em um contexto marcado pela Revolução Mexicana e pela crise revolucionária internacional iniciada pela Revolução de Outubro. Tinha claras intenções didáticas e evidenciava a forte presença popular nas lutas sociais daquele país. Nos dias de hoje, marcados pelos estudos pós-coloniais e decoloniais, essas representações e signos populares de rebeldia e poder adquirem novo interesse, uma das razões para sua onipresença nos manuais de história do PNLD 2018.

Há quatro décadas quando iniciei minha jornada profissional nas salas de aulas e fora delas, havia apenas o manual História, de Ilmar Rohloff de Matos, Francisco Falcon, Maria Alice Resende de Carvalho e Selma Rinaldi de Matos (1977) e que possuía um excelente capítulo sobre os povos ameríndios e outro sobre os africanos com informações de boa procedência e bom uso de imagens. Nos demais manuais, não se ia muito mais longe do que as três palavras mágicas: incas, maias e astecas.

²⁴ Seus estudos na área da iconografia foram considerados muito bem-sucedidos intelectualmente. Diferenciou iconografia de iconologia, sendo a última a sua proposta analítica. Iconografia cataloga e descreve certas ocorrências visuais. A iconologia busca produzir uma síntese teórica a partir dos dados iconográficos coletados e descritos numa pesquisa.

Hoje, isso mudou completamente. Creio que a evidente diminuição da presença da história das novas nações americanas nos sumários, se deve ao aumento da presença da História dos africanos nas Américas, da África antes e depois da chegada dos portugueses, do mundo ameríndio e do mundo contemporâneo e globalizado. Além disso, os manuais são produtos finitos, comerciais e comercializados aos milhões, objetivando lucros para quem o produziu ou comercializou. Estima-se que o PNLD movimente cerca de dois bilhões de reais anuais atualmente.

O governo federal é o maior comprador de livros do Brasil. O PNLD distribui mais de 200 milhões de exemplares, num negócio perto de R\$ 2 bilhões. Livros impressos são um tipo de negócio. Livros digitais têm custos e preços diversos (Gaspari, 2023).

Estas questões comerciais, de custo e lucros estimados, também estão presentes nas possíveis explicações para esse “reequilíbrio” na tábua de assuntos dos manuais, com inclusão de certas temáticas e redução ou exclusão de outras. Juntamente com essas questões comerciais, temos as pressões resultantes das novas pesquisas e visões teóricas da História ou das teorias sobre o ensino da História ou dos movimentos sociais, que trazem novos temas, demandas históricas ou novas visões interpretativas. História da África ou dos africanos e seus descendentes nas Américas e dos povos e civilizações ameríndias, campos privilegiados de estudos nas últimas décadas nas universidades brasileiras, estão presentes de forma generosa na maioria dos livros didáticos examinados.

Os materiais visuais que vem ganhando densidade são o mundo africano, o mundo americano pré-histórico e as grandes civilizações ameríndias encontradas pelos espanhóis. Tenochtitlan, as pirâmides maias e astecas e Machu Pichu estão por toda a parte. A conhecida cidadela inca está presente na iconografia didática há décadas, é certo, mas, a capital dos astecas, com o destaque e importância atual, é mais recente, assim como o mundo africano antes dos europeus, presentes nas últimas edições do PNLD.

As sobrevivências arqueológicas de norte a sul do continente ameríndio povoam as páginas das coleções em imagens de formatos generosos. As pirâmides monumentais na Mesoamérica e Machu Pichu no Altiplano andino estão reproduzidas em praticamente todas as coleções analisadas. O mundo pré-colombiano, dentre todos, é o melhor representado do ponto de vista das imagens nos três volumes das

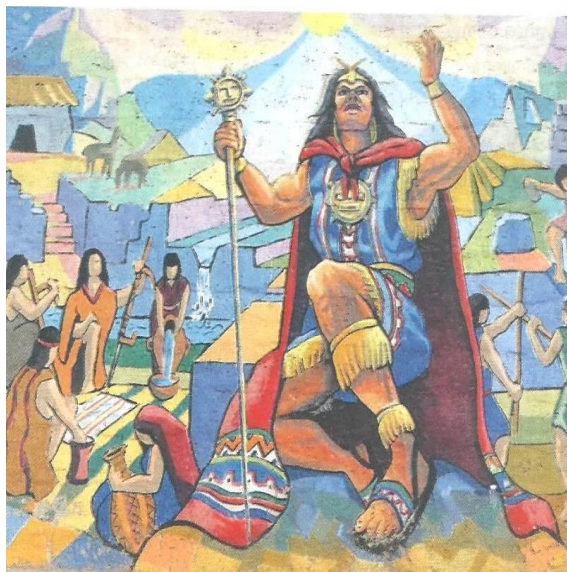
coleções. O mais distante no tempo passado é o melhor representado, talvez pela monumentalidade arqueológica, ideal para compor quadros visuais didáticos que nos transportam para dentro dos temas estudados. Rivalizam em monumentalidade com as pirâmides do Egito como documento da grandeza das civilizações que as projetaram e construíram. Podemos visitá-las sem ter que viajar para o Oriente longínquo. Fazem parte do circuito turístico continental e não são inacessíveis para quem dispõe dos recursos necessários e curiosidade cultural para deslocar-se até elas.

3.1 Imagens e representações sociais

A pesquisa com as fontes iconográficas possibilitou relacionar algumas dessas imagens às representações de poder ali sugeridas. Indígenas e povos mestiços quase sempre são descritos e representados sob a forma de trabalhadores explorados, na maioria das vezes resignados e passivos. Verifica-se também com os escravizados africanos. Esses só surgem em posição de rebeldia quando retratados na Revolução Haitiana. Sua violência contra os colonizadores franceses é relativizada, inclusive, apesar dos inúmeros massacres praticados contra os brancos.

Já as elites de cultura hispânica vêm sendo representadas através da iconografia militarizada dos Libertadores ou sob a forma de representações românticas, com reproduções de pinturas da segunda metade do século XIX, “históricas”, retrospectivas de figuras genéricas idealizadas representativas destes grupos sociais. Dentre os indígenas, apenas Tupac Amaru II recebe representação diferente todo o tempo. Sempre em posição de protesto ou martírio, predominando o guerreiro altivo que nos mira nos olhos diretamente das páginas dos manuais.

Figura 86 - Tupac Amaru II



Fonte: Homenagem à Tupac Amaru, em muro da cidade de Cuzco, no atual Peru. Fotografia de 2010. In COTRIN, Gilberto. *Op.cit.* v.2. p. 156.

Figura 87 - Tupac Amaru II (2)

OUTRA DIMENSÃO **CONFLITOS SOCIAIS**

O inca rebelde

José Gabriel Condorcanqui nasceu no Peru, em 1742. Filho de um chefe indígena que descendia dos incas. Herdou o cargo de cacique e desfrutou os diversos privilégios que a Coroa espanhola concedia aos líderes indígenas. Ficou residência em Cuzco. Além de supervisionar o trabalho em suas terras, onde praticava a agricultura, dedicava-se ao comércio de mulas. Apesar da posição social elevada, sensibilizou-se com a vida que os indígenas levavam no Peru, opoendo-se aos rigores da mita (trabalho forçado). De início, tentou negociar com o vice-rei a abolição da mita, o que se mostrou inviável. Organizou, então, uma insurreição indígena com o Tupac Amaru II, em honra a seu antepassado que havia comandado a resistência indígena no século XVI.

Na imagem de 1985, vê-se Túpac Amaru II estirado em uma rede de 500 metros – moeda oficial do Peru de 1985 a 1991. Coleção particular.

* Com base no texto desta seção, discuta com os colegas, em grupos, se Tupac Amaru II, ao chefiar a rebelião no Peru, expressou sua própria posição social ou assumiu as expectativas dos indígenas no Peru.



Fonte: VAINFAS, Ronaldo e outros. *Op. cit.* v. 2. p. 51.

Este quadro genérico, tipológico, é verdadeiro para as representações dos indígenas, mestiços e camponeses do período colonial ou dos primeiros anos após as independências quando a ideia de submissão é ressaltada. Exceção a essa regra são os muralistas mexicanos e as representações ligadas aos padres Hidalgo e Morelos, duas figuras emergentes nos manuais nestes tempos decoloniais. Curiosamente parecem substituir a tradicional imagem da rebeldia mexicana outrora representada por fotografias de Pancho Villa e Emiliano Zapata. Os padres insurgentes foram muito valorizados pelos muralistas nas representações pictóricas das históricas lutas dos povos oprimidos do México e hoje estão muito reproduzidos em detalhes destes

murais nos capítulos relativos à independência e à Revolução Mexicana. Porém, a rebeldia mexicana no século XIX, expressa nas reformas liberais e nas lutas contra a invasão francesa e a ilegítima monarquia de Maximiliano, nunca são mencionadas, ou o são *en passant*. Benito Juarez, o presidente de feições indígenas, praticamente não existe nos livros didáticos examinados. Mesmo onde há melhores informações textuais ou visuais, há ausências de temas, de personagens, de mulheres, e de negros fora da Revolução Haitiana.

Não afirmo que a ausência marca o ensino da história destes países, já que as realidades das salas de aula nas milhares de escolas do país é muito dinâmica e viva, havendo espaço para o improvisado, a criatividade, e para o gasto de parte do salário do docente produzindo materiais didáticos personalizados para aquela turma ou turmas.

Meu objeto de pesquisa são os manuais didáticos distribuídos de norte a sul do Brasil durante uma quadra de anos. Estes servem de base, de chão para o trabalho, mas não são sinônimo do trabalho realizado por cada professor em suas salas de aulas com seus diferentes discentes. Somente com outras pesquisas sobre esse tema, com outras metodologias, pode-se construir uma visão mais aproximada do que é realizado no dia a dia das escolas secundárias de norte a sul do Brasil. A diversidade regional é grande e os pontos de contato entre o ensino realizado numa sala de aula na Amazonia e outra sala de aula numa escola rural no pampa gaúcho são poucos, suponho.

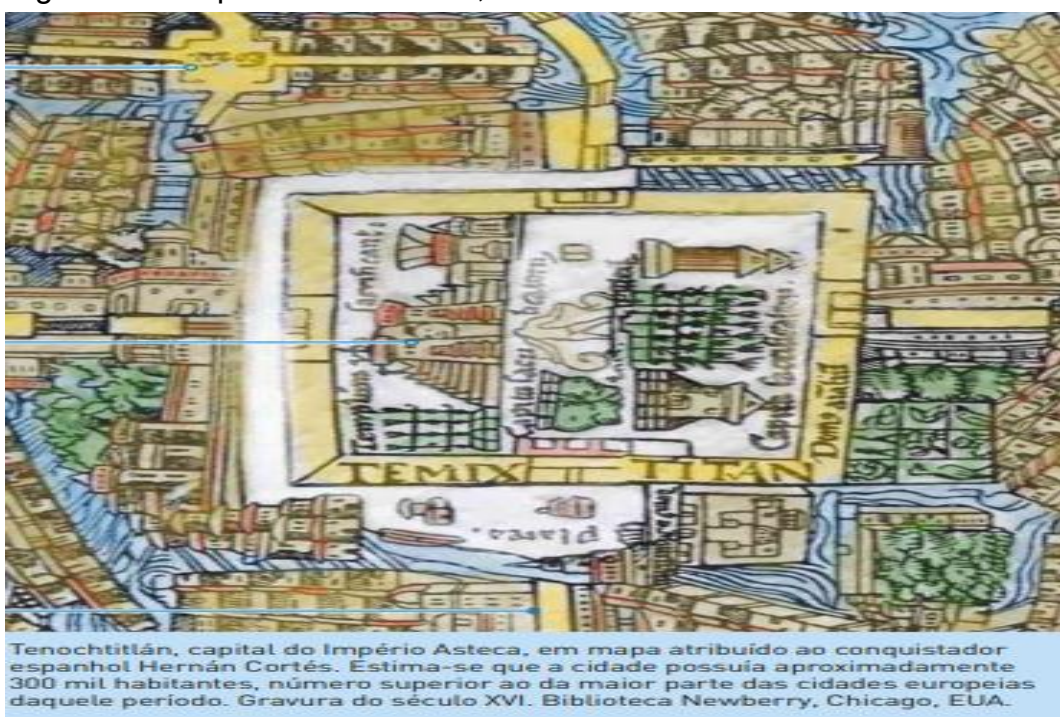
O que nos propomos nesse capítulo é identificar quais são as imagens e representações de poder associadas a essas que emergem da pesquisa visual e da seleção nos manuais em consideração.

3.2 Iconografia didática em transição?

No Volume 1 da Coleção História, de Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Georgina dos Santos, a primeira imagem associada ao grande desencontro ocorrido nos séculos XV e XVI, no capítulo 9, “Sociedades e Impérios Ameríndios”, é uma reprodução do mapa de Tenochtitlan feito por Hernan Cortez durante a campanha militar da conquista da cidade e capital do Império. Estimada

sua população em 300 mil habitantes, superior a maioria das cidades europeias da época, era o maior assentamento urbano do continente. Uma maravilha arquitetônica, tecnológica e urbana. Certamente a maior joia da coroa na Conquista Espanhola, magistralmente estudada por Todorov (2003) em “A Conquista da América: A Questão do Outro”.²⁵

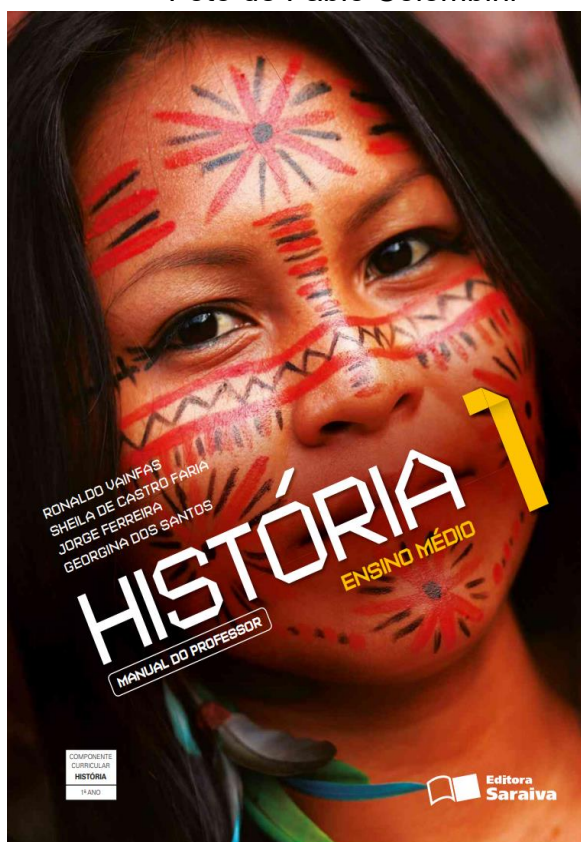
Figura 88 - Mapa de Tenochtitlan, atribuído a Hernan Cortez



Fonte: VAINFAS, Ronaldo e outros. v. 1. p.124. Mapa de Tenochtitlan, por Hernan Cortez.

²⁵ Trabalho fundante de uma tendência de estudos sobre a Conquista Espanhola, particularmente de Tenochtitlan, em seu segundo capítulo intitulado **Conquistar**, onde as razões da vitória dos conquistadores espanhóis são analisadas, assim como a própria conquista de Tenochtitlan e as armadilhas e traições derivadas desta.

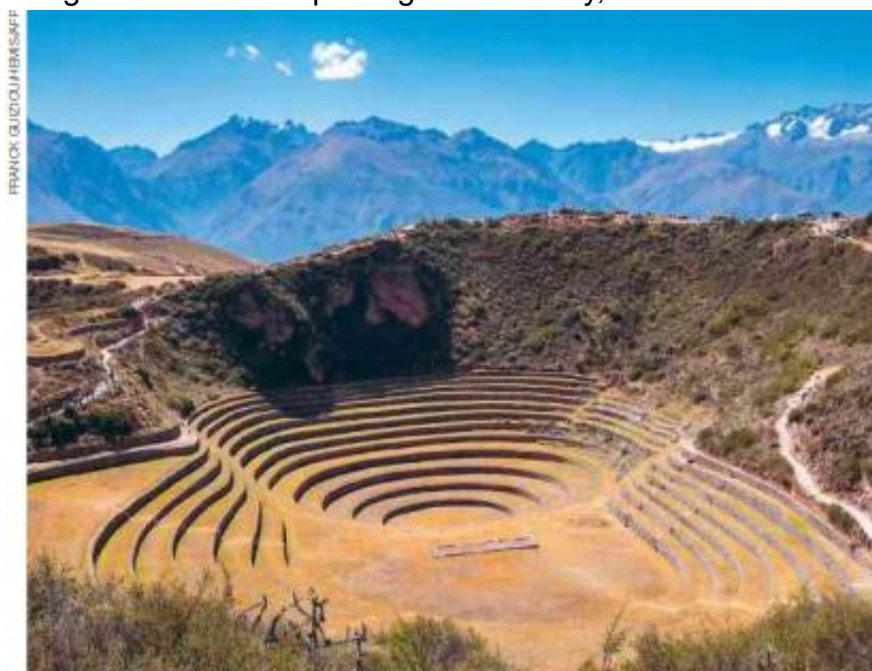
Figura 89 - Jovem indígena da Aldeia Rouxinol, Manaus, 2008.
Foto de Fábio Colombini



Fonte: Capa do Volume 1. Vainfas e outros. *op cit.*

Do conjunto de imagens que enriquecem e favorecem a compreensão destas sociedades nesse capítulo, temos uma reprodução de sacrifício humano, no Códice Florentino, de frei Bernardino Sahagun, um “must” na velha iconografia didática sobre esses povos, fotografia de Machu Pichu, reprodução de um ameríndio com o Quipo, um sistema próprio de comunicação e contabilidade, mapas localizando as sociedades e impérios agrícolas no espaço e uma fotografia colorida de Moray, no Peru incaico, complexo agrícola onde experimentos de cultivos eram realizados baseados no conceito de microclima; por fim, uma imagem de uma máscara de ouro puro do século VII, de Oaxaca, no México atual. São imagens que não se concentram em aspectos chocantes aos nossos olhos, mesmo a cena de sacrifício humano é restituída ao seu contexto original, evitando a viciada duplicidade “civilizado x bárbaro ou cristãos x pagãos”.

Figura 90 - Sítio arqueológico de Moray, no Peru. 2015



Curvas de nível no sítio arqueológico de Moray, local usado pelos incas para pesquisar técnicas agrícolas. Fotografia de 2015.

Fonte: Vainfas e outros. *Op. cit.* V. 2. p. 125.

Figura 91 - Imagem do Códice Florentino, de Bernardino Sahagún, de 1540

OUTRA DIMENSÃO CULTURA

Os sacrifícios humanos

Os astecas dedicavam grandes sacrifícios ao deus Sol no Templo Maior de Tenochtitlán, nos quais eram executados os cativos de guerra. Era um ritual de comunhão entre o povo e a divindade, que, para os astecas, precisava de sangue para renascer a cada dia. Por essa razão os povos da região faziam guerras, mesmo que não houvesse um alvo material ou estratégico em disputa.

Os astecas acreditavam que a entrega do coração do prisioneiro ao deus Sol era a garantia de que o astro jamais os abandonaria. Ilustração do *Códice florentino*, compilado pelo frei franciscano Bernardino de Sahagún, c. 1540. Biblioteca da Assembleia Nacional da França, Paris, França.



- A imagem acima, presente no *Códice florentino*, sugere o sentido religioso dos sacrifícios humanos naquela sociedade. Identifique o elemento da imagem que confirma essa interpretação.

Fonte: Vainfas e outros. *Op. cit.* V. 2. p. 127.

Figura 92 - Imagem de máscara de ouro do século VII, do atual México

Conexões

História e Arte

A arte asteca

A arte asteca foi influenciada pela cultura de diferentes povos que antecederam ou integraram o seu Império. Entre as manifestações artísticas astecas estavam a cerâmica, a escultura, a arquitetura, a tecelagem, a joalheria e a plumagem. Máscaras e artefatos de ouro também eram típicos do mundo *nauatl*, aos quais pertenciam os astecas.

O ouro, para os europeus, era um material valorizado. Era desse metal que as moedas mais valiosas eram feitas. Nesse sentido, estava ligado também ao luxo.

Máscara de ouro do século VII representando o deus Xipe Totec encontrada no sítio arqueológico de Monte Alban, no México. Museu das Culturas de Oaxaca, Oaxaca, México.

- Discuta, em grupo, se a enorme quantidade de peças em ouro, característica do artesanato asteca, indica a importância do luxo naquela sociedade.



Fonte: Vainfas e outros. *Op. cit.* v. 2. p. 135.

No capítulo 11, “Expansão marítima: em busca de riquezas”, as imagens combinam personagens europeus como Americo Vesúcio e Cristóvão Colombo, com imagens de tortura e assassinatos massivos de indígenas, originárias de Guaman Poma de Ayala ou Theodore de Bry ilustrando Las Casas. As imagens sustentam o texto escrito, onde aspectos de violências de todo o tipo são ressaltados. Um grande sacrifício de vidas e culturas desde o início destes novos tempos é delineado e claramente visualizado pelos leitores.

Figura 93 - Execução de Atahualpa por Pizarro. Gravura de Guaman Poman de Ayala



Fonte: VAINFAS e outros. *Op. cit.* v. 2. p. 170.²⁶

Figura 94 - Gravura de Theodore de Bry, XVI



Fonte: VAINFAS e Outros. *Op. cit.* v. 2. p. 173.

²⁶ Execução de Atahualpa, segundo Guaman Poma de Ayala, em imagem, produzida vinte anos após a execução. Filho de nobre inca, nascido um ano após a Conquista do império inca, tornou-se um defensor dos povos andinos em textos e imagens primorosas dos primeiros tempos do trágico encontro de culturas e civilizações nos séculos XVI e XVII. Falante de várias línguas nativas, além do espanhol, foi educado por um padre espanhol, tradutor, autor de cartas a Felipe II, rei Habsburgo, e inúmeras denúncias por escrito das desventuras dos povos ameríndios durante a Colonização em seu primeiro século. Juntamente com Garcilaso de La Veja, são fontes de origens indígenas fundamentais para a compreensão da Conquista Espanhola e por vocalizarem um discurso dos povos expropriados e oprimidos.

Figura 95 - Detalhe do Códice de Osuna, 1563



Nesta fonte indígena, os espanhóis foram representados como os organizadores do trabalho agrícola e artesanal, mostrando que eles tinham consciência da situação colonial imposta pelos conquistadores. Detalhe de página do códice de Osuna, 1563. Biblioteca Nacional, Madri, Espanha.

Fonte: VAINFAS e Outros. *Op. cit.* v. 2. p. 233

No capítulo 16, “*Mecanismos de exploração colonial nas Américas*”, o padrão repete-se com imagens de exploração de trabalho compulsório indígena ou torturados em fogueiras coletivas já em 1512, conforme reprodução abaixo.

Figura 96 - Texto de Bartolomeu de Las Casas sobre a Conquista Espanhola das Américas

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

A repercussão da crítica de Las Casas à conquista espanhola

Nascido em Sevilha, em 1484, Bartolomé de las Casas foi um dos maiores protagonistas da história hispano-americana do século XVI. Chegou à ilha de São Domingos em 1502 e foi encomendero de indígenas por alguns anos. Renunciou ao benefício em 1506, quando se tornou frei dominicano. Criticou frontalmente a conquista do Novo Mundo, contribuindo para que o sistema da encomienda fosse restringido, em 1542. Foi considerado, por isso, um dos maiores propagandistas da luta negra da conquista, que associava a catástrofe demográfica da população indígena à crueldade dos conquistadores.

A crítica de Las Casas aos espanhóis fazia sentido, considerando o colapso da população indígena na América. No México, por exemplo, uma população estimada em cerca de 25 milhões de pessoas, em 1519, caiu para pouco mais de um milhão, em 1605. Por outro lado, os espanhóis foram tão violentos contra os índios como os europeus o eram em suas guerras, mutilando, estuprando, torturando. No caso da América, está provado que a tremenda crise demográfica indígena se deveu, antes de tudo, às epidemias de varíola.

Em 1552, Las Casas publicou suas ideias no *Brevíssima relação sobre a destruição das índias*. Na década de 1550, debateu em Valladolid com Juan de Sepúlveda, teólogo que apregoeava a inferioridade natural dos indígenas e o direito espanhol de

sujeitá-los. Muitos historiadores se empolgaram com as ideias de Las Casas, vendo nele um precursor do anticolonialismo e do indigenismo. Mas sua ideia de índio era muito genérica, pois nunca atentou para as diferenças culturais entre os povos indígenas.

Enfim, o livro de Las Casas foi logo traduzido para o holandês (1576), em plena guerra de independência das províncias calvinistas dos Países Baixos, e para outras línguas de países protestantes. As famosas ilustrações das edições de Las Casas publicadas em Frankfurt foram feitas pelo impressor e gravador flamengo Theodor de Bry, calvinista fugido da perseguição espanhola em Flandres, atual Bélgica.



Teodoro de Bry, gravador flamengo, ilustrou a obra de Las Casas sobre a conquista espanhola. Esta ilustração mostra a execução de um índio por um espanhol. O índio está sendo queimado vivo em uma fogueira coletiva. A ilustração é uma cópia de uma gravura original de Theodor de Bry.

Execução de Nacay, líder indígena da Ilha de Hispanola, ocorrida em 1517. Ilustração de Theodor de Bry sobre a conquista espanhola em edição de obra de Las Casas publicada em 1576. Cópia particular.

• Em grupo, com base no texto e na imagem acima:

a) Descreva a imagem de Theodor de Bry incluída na obra de Las Casas.

b) Discuta se essa imagem, como outras do mesmo tipo incluídas na edição, oferece uma prova de responsabilidade dos conquistadores espanhóis no colapso demográfico da população nativa.

Fonte: VAINFAS, Ronaldo e outros. *Op. cit.* v. 2. p. 245.

No volume 2, em seu capítulo 3, “Revoluções na América”, o uso de imagens é extremamente econômico. A independência melhor ilustrada é a da América Portuguesa, seguida pela Independência das colônias inglesas e pelo Haiti, onde imagem de Toussaint Louverture equestre, à moda do Napoleão nos Alpes, de David, domina o capítulo. A iconografia sobre a América Hispânica é praticamente inexistente, limitando-se a uma reprodução do rosto de Tupac Amaru II estampada na moeda peruana *Inti* entre 1985 e 1991.

Figura 97 - Tupac Amaru

OUTRA DIMENSÃO CONFLITOS SOCIAIS

O inca rebelde

José Gabriel Condorcanqui nasceu no Peru, em 1742, filho de um chefe indígena que descendia dos incas. Herdou o cargo de cacique e desfrutou os diversos privilégios que a Coroa espanhola concedia aos líderes indígenas. Fixou residência em Cuzco. Além de supervisionar o trabalho em suas terras, onde praticava a agricultura, dedicava-se ao comércio de mulas. Apesar da posição social elevada, sensibilizou-se com a vida que os indígenas levavam no Peru, opondo-se aos rigores da mita (trabalho forçado). De início, tentou negociar com o vice-rei a abolição da mita, o que se mostrou inviável. Organizou, então, uma insurreição indígena como Tupac Amaru II, em honra a seu antepassado que havia comandado a resistência indígena no século XVI.

Na imagem de 1987, vê-se Tupac Amaru II estampado em nota de 500 intis – moeda oficial do Peru de 1985 a 1991. Coleção particular.

• Com base no texto desta seção, discuta com os colegas, em grupos, se Tupac Amaru II, ao chefiar a rebelião no Peru, expressou sua própria posição social ou assumiu as expectativas dos indígenas no Peru.



Fonte: VAINFAS, Ronaldo e outros. *Op. cit.* v. 2. p. 51.

Figura 98 - Toussaint-Louverture equestre

da mínima estabelecida por lei), excluídos os pobres.

IMAGENS CONTAM A HISTÓRIA

Toussaint-Louverture

Toussaint nasceu na plantação de Breda, em Saint Domingue, em 1743, filho de um escravo da Guiné. Daí seu nome original: Toussaint Breda. Alforriado aos 33 anos, estudou e enriqueceu com terras e escravos. Quando se converteu em líder militar, passou a chamar-se Toussaint-Louverture, “despertar de todos os santos”. É considerado pelos historiadores o primeiro líder da revolução haitiana.

Detalhe de gravura colorida do século XIX representando o general haitiano Toussaint-Louverture. Biblioteca Nacional, Paris, França.

• Com base no texto desta seção e nas informações do capítulo, analise a gravura de Toussaint e discuta com os colegas, em grupos, até que ponto ela retrata a revolução haitiana como um movimento quilombola que lutou pela independência do Haiti e pela abolição da escravidão.



Fonte: VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* v. 2.p. 55.

A mesma escassez é verificada no excelente capítulo 10, “Repúblicas nas Américas independentes”, com uma gravura de fachada de igreja interiorana no México, de Carlos Morel, de 1845, onde soldados caudilhistas descansam à espera de batalha, tipicamente gaúchos do pampa, e uma única imagem da imensa maioria indígena ou mestiça no continente. Essa imagem, uma litogravura de Carlos Nebel, do século XIX (abaixo), estereotipa mestiços mexicanos como prestadores de serviços pesados, cargueiros, reforçando esquematismos visuais, preconceitos presentes em várias mídias visuais, como o cinema norte-americano, por exemplo.

Figura 99 - Representações servis de indígenas mexicanos sob o Porfiriato



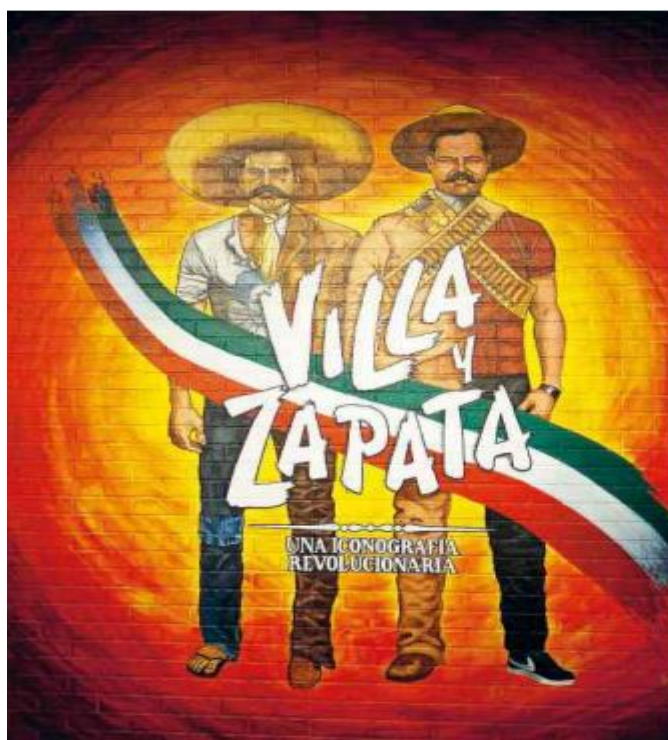
Fonte: VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* v. 2. p. 178.

E a maior surpresa é a total ausência de imagens de líderes tradicionalmente apresentados como sinônimos da própria independência, os Libertadores da América. O único a merecer representação destacada foi o padre Hidalgo, numa imagem que transparece essa noção de colonialismo interno defendida pelos decoloniais, onde o padre Hidalgo ensina nativos a ler, e suas faces resplandecem com esse saber estranho ao seu mundo cultural original, logo na abertura do capítulo. O conceito de Colonialismo do ser, de Maldonado-Torres (2018), teria uma excelente oportunidade de ser discutido em salas de aulas do ensino básico fundamentando novos paradigmas não-eurocêntricos na História didática.

No item relativo à corrida imperialista norte-americana, temos apenas uma fotografia de um navio no Canal do Panamá e nenhuma imagem de José Martí, Sandino ou Villa, por exemplo. Presenças e ausências ensejam discussões, principalmente em tempos de internet no celular, onde ausências podem ser supridas em instantes, caso tenha disponível os meios tecnológicos nas escolas.

No volume 3, há apenas um item dentro dos marcos temático-cronológicos aqui definidos: a “Revolução Mexicana de 1910/1917”, onde vê-se uma única reprodução de um cartaz de uma exposição comemorativa do Centenário do Levante camponês naquele país e uma fotografia de pequena dimensão de Lázaro Cárdenas em 1938.

Figura 100 - Cartaz comemorativo do Centenário da Revolução Mexicana, em 2010



No início de 1911, centenas de grupos armados atacaram o Exército Federal. Em maio a revolução liderada por Madero foi vitoriosa, obrigando Porfirio Díaz a partir para o exílio. Em junho, Madero entrou aclamado na cidade do México. No dia 1º de outubro, foi eleito presidente da República com 98% dos votos.

Emiliano Zapata e Pancho Villa são valorizados pela sociedade mexicana até os dias atuais. No centenário da Revolução Mexicana, em 2010, uma exposição no Museu de Arte Popular lembrou a atuação dos dois revolucionários na luta pela justiça social.

Fonte: VAINFAS, Ronaldo. *Op. cit.* v. 2.p. 184.

A exposição textual deu atenção ao que falta na maioria das coleções do PNL D 2018 sobre a evolução política nas novas nações após as emancipações. Argentina, México, Colômbia e Paraguai merecem atenção especial durante o transcorrer do século XIX nestes países, com visões sintéticas de suas trajetórias após a independência política. É bem verdade que o espaço dedicado aos Estados Unidos no século XIX é maior do que o espaço dedicado ao conjunto desses países no século

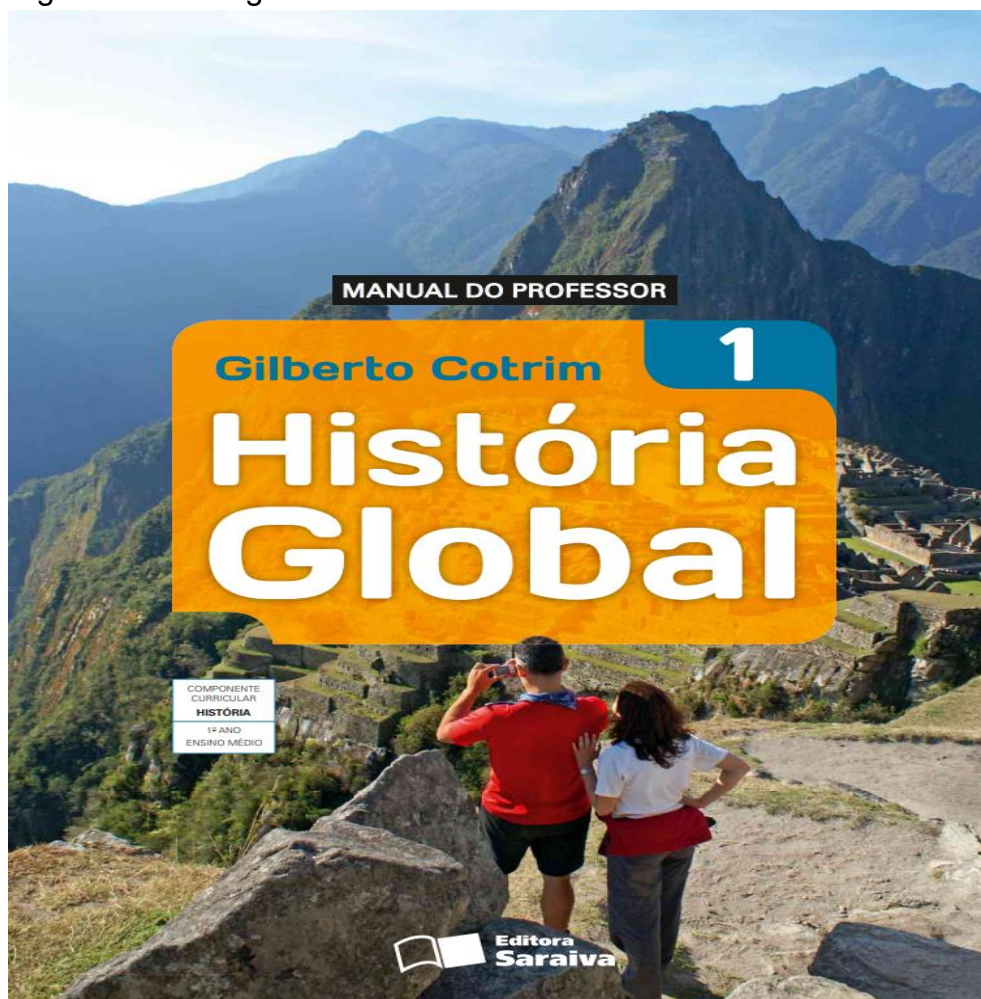
XIX. Porém, em se tratando de América Hispânica, o vácuo das imagens demonstra-se maior do que o textual.

Por fim, esta coleção também dá atenção ao processo da revolução socialista em Cuba e aos regimes militares no Chile e Argentina nos anos setenta em diante, durante a Guerra Fria. Uma situação que se repetirá em outras coleções quando a América Latina na segunda metade do século XX será estudada em função das decorrências Guerra Fria. A Revolução Cubana foi e continua sendo um símbolo importante da resistência dessa região ao intervencionismo americano nos manuais didáticos, assim como o tema das ditaduras de segurança nacional no Cone Sul, com seus dilemas, mortos e desaparecidos.

Gilberto Cotrin (2016) e sua coleção “História Global” tem iconografia econômica, assim como o texto que não avança na contextualização das novas nações americanas no século XIX após as emancipações políticas.

No primeiro volume há imagens da arqueologia da pré-história americana, o que é uma novidade nestes livros examinados, escapando do paradigma tradicional da pré-história apenas a partir dos outros 3 continentes, ou mesmo só da África. Há informações sobre as hipóteses de povoamento, descobertas arqueológicas recentes e sítios arqueológicos brasileiros, que são muitos. Todas as coleções examinadas possuem capítulos específicos ou seções de capítulos gerais com informações sobre o povoamento primitivo americano. Cotrim, assim como Vainfas e outros, possui um capítulo inteiro para o tema. Desta forma, podemos afirmar que a origem do homem americano é contemplada de forma muito satisfatória nos manuais didáticos, o que já não se observa quando olhamos para o século XIX ou mesmo para a primeira metade do XX, objeto da pesquisa.

Figura 101 - Imagem encoberta de Machu Pichu



Fonte: COTRIN, Gilberto. *Op. cit.* Capa do volume 1.

A unidade 4 deste volume, “O encontro dos mundos”, capítulo XVI, “Povos da América”, marcada pelo tema da diversidade cultural, com imagens de boas dimensões de indígenas e quadros explicativos sobre os tupis, incas, maias e astecas. Há informações sobre a densidade populacional dos indígenas à época da invasão europeia e hoje em dia, demonstrando com números o histórico extermínio indígena, além de outras imagens relativas ao mundo nativo americano.

A “Conquista da América”, capítulo XVIII, abre com um detalhe de um mural criado por Diego Rivera em 1951, chamado “A Conquista ou a chegada de Hernan Cortez a Vera Cruz”, com forte crítica aos métodos espanhóis. As imagens relativas ao processo da Conquista são marcadas pelo tema da violência dos colonizadores e da subordinação dos povos ameríndios após a destruição dos impérios indígenas. Torturas, trabalho compulsório, imposição da fé católica e violências de todo o tipo

estão presentes em cores quentes, já situando o leitor no campo em que está sendo convidado a penetrar. As muitas imagens são em boas dimensões facilitando a leitura de seus possíveis significados, predominando o tema da dominação violenta pelos conquistadores. Há iconografia derivada dos espanhóis e dos próprios povos submetidos ou aliados na Conquista. Igrejas católicas e objetos indígenas reproduzidos completam o capítulo, inclusive entre os exercícios onde muitos deles apresentam imagens no enunciado.

Figura 102 - Detalhe do Mural A chegada de Hernan Cortez a Veracruz, de Diego Rivera, de 1951

CAPÍTULO
18

A conquista da América

Se a colonização da América foi vista como uma façanha pelos conquistadores europeus, para os povos conquistados ela foi uma invasão. Nos séculos XV e XVI, o que seria a América na visão dos europeus? E os europeus na visão dos ameríndios?



Diego Rivera. A conquista ou a chegada de Hernán Cortés a Veracruz, detalhe de um mural criado em 1951 pelo artista mexicano Diego Rivera. A obra encontra-se no Palácio Nacional da Cidade do México.

Treinando o olhar

- A obra reproduzida acima é do mexicano Diego Rivera. Nela, o pintor expressa uma crítica à conquista e à colonização da América pelos europeus. Observando a pintura, quem são os conquistadores e quem são os conquistados?

No volume 2, o capítulo 12 referente as Independências na América Latina é dominado pelo padre rebelde Hidalgo, tema de Orozco, muralista, e de uma alegoria sobre a emancipação ironizando os espanhóis e pondo o padre rebelde em destaque. A iconografia do capítulo concentra-se na mexicana, com reproduções de três murais ou detalhes desses.

Figura 103 - Hidalgo, por José Clemente Orozco. 1937

CAPÍTULO


12

Independências na América Latina

A expressão “América Latina” refere-se à parte do continente americano colonizada predominantemente por europeus que falavam línguas latinas: portugueses, espanhóis e franceses.

Neste capítulo, vamos estudar aspectos da independência das colônias espanholas na América e também do Haiti, que foi uma colônia francesa.

Quais são as semelhanças e as diferenças entre os processos de independência dos países latino-americanos?



JOSE CLEMENTE OROZCO/HIDALGO, 1937.

Hidalgo. Afresco de José Clemente Orozco (1937) representando o padre Miguel Hidalgo, líder da revolução popular a favor da independência do México. O afresco encontra-se no Palácio do Governo, em Guadalajara, México.

Treinando o olhar

- Como o pintor mexicano José Clemente Orozco representou as guerras pela independência em seu país? Procure analisar aspectos como cores, personagens e cenários.

Fonte: COTRIM, Gilberto. *Op.cit.* v.2. p.150.

Figura 104 - Detalhe do afresco A guerra de independência no México, de Diego Rivera

Interpretar fonte *A Guerra da Independência do México*

O mural *A Guerra da Independência do México* foi criado pelo artista Diego Rivera em 1910. Em suas obras, Rivera procurava representar os indígenas e as pessoas mais pobres como protagonistas e não apenas como espectadores de sua história.

Na parte superior do mural, há uma faixa com o lema "*Tierra y Libertad*" (Terra e Liberdade), que foi usado por camponeses e indígenas tanto nas lutas pela independência como na Revolução Mexicana de 1910. Com isso, o artista estabeleceu relações entre as lutas do passado e as lutas de sua época.

Na parte inferior do mural, há uma grande águia, que simboliza a fundação de Tenochtitlán. Essa cidade era sede do império asteca e sobre ela foi construída a atual Cidade do México.



Detalhe do afresco *A Guerra da Independência do México*, que se encontra no Palácio Nacional, na Cidade do México.

Fonte: COTRIM, Gilberto. *Op.cit.* v.2. p. 154.

Figura 105 - Alegoria popular sobre o padre Hidalgo

Interpretar fonte *Miguel Hidalgo*

Nesta alegoria popular de 1834, foi representado o padre Miguel Hidalgo, que liderou a primeira revolta mexicana contra o domínio espanhol. Na pintura, Hidalgo aparece coroando uma mulher e passando por cima de um homem.

- Qual personagem simbolizaria o México? E qual personagem representaria a Espanha?



Óleo sobre tela, produzido em 1834, por artista desconhecido.

Fonte: COTRIM, Gilberto. *Op.cit.* v.2. p. 154.

No capítulo 20, “América no século XIX”, é mantido o padrão econômico no uso das imagens, com Diego Rivera sobre os contrastes sociais mexicanos e uma caricatura de Roosevelt e seu *Big Stick* ao sul do Rio Bravo... Há também uma curiosa charge de Calixto expressando os impasses do Panamericanismo, então estimulado pelo governo norte-americano que secciona o território colombiano, criando o Panamá. Argentina e Chile observam ao longe...

Figura 106 - Detalhe do mural *Sonho de uma tarde dominical*, de Diego Rivera, 1947



Fonte: COTRIM, Gilberto. *Op.cit.* v.2. p.274.

Figura 107 - Alegoria do Big Stick

Interpretar fonte O “grande porrete”

Entre os séculos XIX e XX, foram produzidas diversas charges criticando a política do *Big Stick*. Observe, ao lado, uma dessas charges.

O policial do mundo, caricatura do presidente Roosevelt, representado como um policial internacional segurando um porrete com a frase: “a nova diplomacia”.



- Na sua interpretação, qual é a ironia presente nesta caricatura?

Fonte: COTRIM, Gilberto. *Op.cit.* v.2. p. 275.

Figura 108 - Charge do brasileiro Calixto ironizando a proteção norte-americana aos países hispânicos



Fonte: COTRIM, Gilberto. *Op.cit.* v.2. p. 278.

O volume 3 eleva ao paroxismo o vácuo de informações e análises sobre o continente: não há um único capítulo dedicado à América Hispânica no século XX conforme demonstra o Sumário do volume 3 reproduzido abaixo.

Figura 109 - Sumário do Volume 3, de História Global, de Gilberto Cotrim

| Sumário | | | |
|--|--|--|---|
| <p>Unidade 1 Coesão e coerção</p> <p>Capítulo 1 - Primeira Guerra Mundial 10 Anarquismo: A situação conflituosa dentro do século 10 A Crise da Guerra: A consequência do conflito bélico mundial 11 Pré-guerra: O papel do movimento 16 O início da guerra 22</p> <p>Capítulo 2 - Revolução Russa 24 Anarquismo: O declínio da Primeira Guerra 15 Pré-guerra: A situação da Rússia 16 O início da guerra 16 A Revolução: A consequência de uma guerra 16 O fim da guerra 16</p> <p>Capítulo 3 - Abalo capitalista e regimes totalitários 37 Crise da República: A crise econômica de capitalismo 38 Totalitarismo: O surgimento de regimes autoritários 41 O fim da guerra 37</p> <p>Capítulo 4 - Segunda Guerra Mundial 44 Anarquismo: O contexto para a guerra 35 Crise da República: A situação econômica 36 Pré-guerra: Revolução de guerra e revolução desarmada 41 O início da guerra 48</p>  | <p>Unidade 2 República e sociedade</p> <p>Capítulo 5 - A instituição da República 74 República: Governo provisório e mudanças institucionais 74 Governo provisório: A grande luta por uma constituinte 75 O fim da guerra 75</p> <p>Capítulo 6 - República Oligárquica 83 Voto público: A democracia no Brasil em um oligárquico regime 76 Voto censitário: A produção oligárquica 83 Voto secreto: Impedimento de fraude e corrupção eleitoral 84 O fim da guerra 83</p> <p>Capítulo 7 - Revolução na Primeira República 105 Anarquismo: Impedimento de fraude 104 Crise da República: A situação econômica 104 Pré-guerra: Revolução e crise da República 104 Anarquismo: Revolução em um oligárquico regime 104 O fim da guerra 104</p> <p>Capítulo 8 - Era Vargas 122 A República em crise: A Agony of Primeira República 123 Governo provisório: A situação econômica 123 Governo constitucional: A situação econômica 123 Governo provisório: A situação econômica 123 O fim da guerra 122</p>  | <p>Unidade 3 Globalização e meio ambiente</p> <p>Capítulo 9 - No-guerra e novos conflitos 142 Anarquismo: As consequências e a busca por paz 142 Crise da República: A situação econômica 142 O fim da guerra 142</p> <p>Capítulo 10 - África, Ásia e Oriente Médio 155 Desenvolvimento econômico: A situação econômica 155 Independência na Ásia, no Oriente Médio e no Caribe 155 Independência na África: O desenvolvimento econômico 155 O fim da guerra 155</p> <p>Capítulo 11 - Socialismo de revolução e crise 175 União Soviética: O papel da revolução 175 Anarquismo: A situação econômica 175 O fim da guerra 175</p> <p>Capítulo 12 - Desglobalização e globalização 191 Anarquismo: O papel da revolução 191 Crise da República: A situação econômica 191 O fim da guerra 191</p>  | <p>Unidade 4 Democracia e movimentos sociais</p> <p>Capítulo 13 - O Brasil democrático 218 Democracia: A situação econômica 218 Crise da República: A situação econômica 218 O fim da guerra 218</p> <p>Capítulo 14 - Governos militares 227 Anarquismo: A situação econômica 227 Crise da República: A situação econômica 227 O fim da guerra 227</p> <p>Capítulo 15 - O Brasil contemporâneo 237 Anarquismo: A situação econômica 237 Crise da República: A situação econômica 237 O fim da guerra 237</p> |

Fonte: COTRIM, Gilberto. *Op. cit.* v3. p. 6-7.

Alfredo Boulos Junior (2016) em “História, Sociedade e Cidadania” em seu primeiro volume, segundo capítulo, dedicado aos primórdios da aventura humana, também traz imagens da pré-história americana, junto à narrativa mais tradicional sobre as origens do homo sapiens na África. Descobertas de Niège Guidon e os estudos de Walter Neves com a reconstituição de Luzia e estudos sobre os paleo-índios compõem essa introdução ao homem americano.

Iconografia esplêndida e orientada para a diversidade em um formidável capítulo 1, do volume 2, América Indígena, com imagens que já introduzem os estudantes e professores em outra perspectiva quanto a época moderna, aqui demarcada inicialmente pelo mundo ameríndio, com as sociedades indígenas antes da presença europeia em um olhar não-eurocêntrico, diverso e pluralista. Imagens condizentes com a proposta textual, derivadas de um plano geral da obra com orientação decolonial²⁷. Tenochtitlan, em afresco de Diego Rivera, jovens indígenas de diferentes etnias devidamente identificadas em imagens recentes, lista de tributos pagos por povos dominados pelos astecas (e que se aliarão aos espanhóis na conquista da cidade), localização das cidades maias, incas e astecas no território, dando dimensão do seu tamanho e importância, Palenque e as pirâmides maias, Chichén Itzá e seu observatório astronômico, Machu Pichu e muitas imagens sobre os indígenas que habitavam o território da Colonização Portuguesa. Neste capítulo a imagem destes povos é de grandeza civilizacional nos três grandes complexos urbanos indígenas e complexidade cultural num imenso mosaico de culturas e línguas.

²⁷ Essa Coleção é uma das favoritas nas escolhas dos professores da educação básica de orientação metodológica decolonial. Estão muito bem representados!

Figura 110 - Jongo de Piquete, SP. 2007



Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo. *Op. cit.* capa do v. 2.

Figura 111- Sumários do Volume 2 de História, Sociedade e Cidadania, de Guilherme Boulos

| SUMÁRIO | |
|--|---|
| UNIDADE 1 | NÓS E OS OUTROS: A QUESTÃO DO ETNOCENTRISMO 10 |
| Capítulo 1 – América indígena | 12 |
| Boas vindas | 13 |
| Os astecas | 13 |
| A sociedade inca | 14 |
| Os maias | 16 |
| As cidades-Estado maias | 16 |
| Sociedade, economia e arte | 17 |
| Os incas | 18 |
| Exatidão inca | 19 |
| O eixo e a mita | 20 |
| A sociedade incaica | 20 |
| Indígenas nas terras onde hoje é o Brasil | 22 |
| Diferença entre os indígenas | 22 |
| As línguas indígenas | 23 |
| As artes indígenas | 24 |
| Smithways entre os indígenas | 24 |
| Incanto e desincanto: os portugueses e os tupiniquins | 25 |
| Demografia e terra | 26 |
| Tratados dos indígenas hoje | 27 |
| As lutas dos povos indígenas | 27 |
| Atividades | 29 |
| I. Retomando | 29 |
| II. Letura e escrita em História | 31 |
| III. Letura e escrita em História | 31 |
| Capítulo 2 – Colonizações espanhóis e ingleses na América | 32 |
| A conquista | 33 |
| A conquista das terras silvas | 33 |
| A conquista das terras ficais | 34 |
| As rotas da conquista um novo olhar | 36 |
| A economia colonial | 38 |
| O trabalho forçado dos ameríndios | 38 |
| A mineração | 39 |
| A escravidão | 40 |
| Mineração, urbanização e mercado interno | 41 |
| O controle sobre o comércio colonial | 41 |
| A administração colonial | 42 |
| A sociedade colonial | 43 |
| A ocupação de América inglesa | 43 |
| Os primeiros colonos | 44 |
| As Treze Colônias | 46 |
| As colônias do Centro-Norte | 47 |
| As colônias do Sul | 48 |
| A organização política das Treze Colônias | 48 |
| Atividades | 49 |
| I. Retomando | 49 |
| II. Letura e escrita em História | 51 |
| III. Letura e escrita em História | 51 |
| Capítulo 3 – A América portuguesa e a presença holandesa | 52 |
| Do escambo à colonização | 53 |
| Administração colonial | 54 |
| As cartilhas hereditárias | 54 |
| O Governo Geral | 55 |
| Câmaras Municipais | 58 |
| A economia colonial | 59 |
| O produto | 59 |
| O capital | 59 |
| A moeda obra | 60 |
| Diversificação agrícola: fumo, açúcar, algodão, café e cana | 61 |
| Sociedades coloniais | 63 |
| A sociedade colonial açucareira | 63 |
| Os trabalhadores escravos | 65 |
| Holandeses no Nordeste | 66 |
| Os holandeses conquistam a independência | 66 |
| A guerra para acabar e para voltar a lutar | 67 |
| Tratado de Madrid | 67 |
| Invasão de Pernambuco | 68 |
| O governo de Nassau | 68 |
| A Restauração em Portugal | 70 |
| A luta contra os holandeses | 70 |
| Os holandeses no Brasil | 71 |
| A Suécia dos Mascates | 71 |
| Atividades | 72 |
| I. Retomando | 72 |
| II. Letura e escrita em História | 74 |
| III. Letura e escrita em História | 75 |
| UNIDADE 2 | DIVERSIDADE E PLURALISMO CULTURAL 76 |
| Capítulo 4 – Africanos no Brasil: dominação e resistência | 78 |
| O início do mercado | 80 |
| Guerra e escravidão | 80 |
| A travessia | 82 |
| A dança dos ritmos | 82 |
| O trabalho escravo | 84 |
| A violência | 85 |
| A resistência | 85 |
| Atividades | 90 |
| I. Retomando | 90 |
| II. Letura e escrita em História | 92 |
| III. Diálogo com Língua Portuguesa | 93 |
| Capítulo 5 – Expansão e ouro na América portuguesa | 94 |
| Os povos | 95 |
| Os paulistas | 96 |
| A Revolta de Beckwith | 97 |
| Os bandeirantes | 98 |
| São Paulo, capital bandeirante | 98 |
| As bandeiras | 99 |
| A fuga no interior | 99 |
| O antecessor da cartilha | 101 |
| A busca de ouro e do diamante | 101 |
| Diamantes: descoberta e controle | 104 |
| Os caminhos do ouro e dos diamantes | 106 |
| Mudanças no território colonial | 107 |
| A sociedade do ouro | 108 |
| Os paulistas | 108 |
| Os caridos mineiros | 108 |
| Os bandeirantes | 109 |
| Os escravos coloniais | 109 |
| Os escravos negros | 110 |
| A pecúnia colonial | 110 |
| O ouro no sul | 111 |
| As rotas paulistas | 112 |
| Atividades | 114 |
| I. Retomando | 114 |
| II. Letura e escrita em História | 116 |
| III. Letura e escrita em História | 116 |
| Capítulo 6 – A Revolução Inglesa e a Industrial | 117 |
| O processo revolucionário inglês | 118 |
| Mudanças na sociedade inglesa | 118 |
| O movimento dos Stuart | 119 |
| Revolução Puritana | 120 |
| A Revolução de Glorious | 122 |
| A restauração da monarquia | 123 |
| A Revolução Gloriosa | 123 |
| A Revolução Industrial | 125 |
| Por que a Inglaterra foi a primeira a se industrializar? | 125 |
| Máquinas industriais e sistema fabril | 125 |
| A vida dos trabalhadores no interior das fábricas | 128 |
| A vida dos trabalhadores fora das fábricas | 129 |
| Os trabalhadores não à luta | 129 |
| Atividades | 131 |
| I. Retomando | 131 |
| II. Letura e escrita em História | 133 |
| III. Diálogo com Biologia | 134 |
| IV. Vínculo ético | 135 |

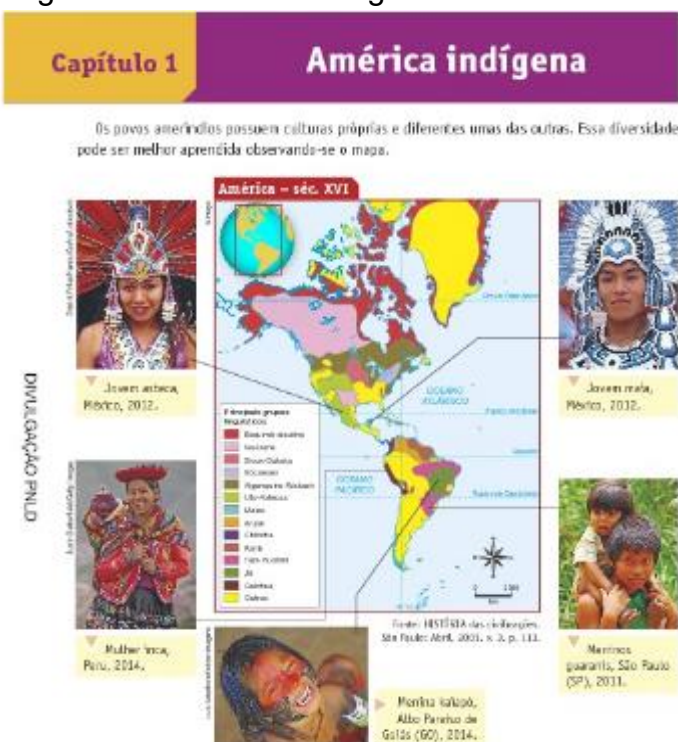
Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo. Op. cit. v. 2. p. 6 e 7.

Figura 112- Sumários do Volume 2 de História, Sociedade e Cidadania, de Guilherme Boulos (2)

| SUMÁRIO | |
|--|--|
| UNIDADE 3 | CIDADANIA: PASSADO E PRESENTE 136 |
| Capítulo 7 – O Iluminismo e a formação dos Estados Unidos | 138 |
| A Ilustração | 139 |
| Progresso, ciência e ciência | 139 |
| Racionalismo iluminista | 140 |
| Voltaire e a liberdade de pensamento | 140 |
| Montesquieu e a teoria dos três poderes | 141 |
| Rousseau e a sociedade geral | 142 |
| A Enciclopédia | 142 |
| Iluminismo e economia | 143 |
| Adam Smith e o liberalismo econômico | 144 |
| O despotismo esclarecido | 144 |
| As relações entre a Inglaterra e as Treze Colônias da América do Norte | 146 |
| O movimento de independência | 148 |
| A guerra pela independência | 150 |
| Os primeiros anos dos Estados Unidos | 150 |
| Repercussões da independência | 151 |
| Atividades | 153 |
| I. Retomando | 153 |
| II. Letura e escrita em História | 155 |
| Capítulo 8 – A Revolução Francesa e a Era Napoleônica | 156 |
| O antigo Regime na França | 157 |
| A sociedade | 157 |
| A economia e a política | 158 |
| A Revolução em marcha | 160 |
| A Assembleia Nacional Constituinte | 160 |
| A Assembleia constitucional | 162 |
| A Convenção Nacional | 162 |
| O governo jacobino | 163 |
| O Diretório | 164 |
| O migratório da Revolução Francesa | 165 |
| O governo de Napoleão | 165 |
| O expansionismo napoleônico | 167 |
| A resistência ao militarismo napoleônico | 169 |
| O Congresso de Viena e o princípio da legitimidade | 171 |
| Atividades | 173 |
| I. Retomando | 173 |
| II. Letura e escrita em História | 175 |
| Capítulo 9 – Independências: Haiti e América espanhóis | 176 |
| As sociedades hispano-americanas | 177 |
| As lutas sociais na América | 178 |
| A Revolta de Toussaint | 178 |
| A Revolta dos Comuneros | 179 |
| O caso do Haiti, América Espanhola | 180 |
| A crise nos domínios espanhóis da América | 181 |
| As tropas de Napoleão invadem a Espanha | 183 |
| Capítulo 10 – Emancipação política do Brasil | 194 |
| A administração de Pombal | 195 |
| Revolta na Colônia | 196 |
| A Conjuração Mineira | 196 |
| A Conjuração Baiana | 198 |
| A família real no Brasil e a interiorização da metrópole | 200 |
| A abertura das portas brasileiras e seus beneficiários | 201 |
| Administração espanhola | 201 |
| Capítulo 11 – O reinado de Dom Pedro I: uma cidadania limitada | 211 |
| As lutas pela independência | 212 |
| O reconhecimento da independência | 214 |
| A formação do Estado brasileiro | 215 |
| A Constituição do Império | 216 |
| A Confederação do Equador | 218 |
| As lutas pela independência na América | 220 |
| A Revolução Pernambucana | 203 |
| A Revolução de Porto e o Brasil | 204 |
| A regência de Dom Pedro | 206 |
| A ruptura com Portugal | 207 |
| Atividades | 208 |
| I. Retomando | 208 |
| II. Letura e escrita em História | 210 |
| III. Vínculo ético | 225 |

Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo. Op. cit. v. 2. p. 7.

Figura 113 - América Indígena



- » As imagens são recentes e retratam indivíduos pertencentes a diferentes povos ameríndios; quais as diferenças entre eles?
- » O que esses povos têm em comum? Que línguas falam?
- » Como viviam antes da chegada de Colombo na América (1492)?
- » Que problemas têm enfrentado no relacionamento com a sociedade envolvente?

Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo. *Op. cit.* v. 2. p.12.

Figura 114 - Texto sobre as línguas na América Latina

Para refletir

Leia o texto a seguir com atenção.

As línguas da América Latina

Muita gente pensa que nos países da América Latina são faladas apenas duas línguas, espanhola e portuguesa. Mas na realidade há centenas, ainda que um grande número delas esteja em risco de extinção.

[...]

Em dois países onde não só o castelhano, mas também certas línguas indígenas têm estatuto oficial: Peru e Paraguai. No Peru, o quechua e o aimara são reconhecidos como oficiais pela Constituição, mas num papel secundário: na prática, são reconhecidos apenas para serem usados e ensinados dentro das respectivas comunidades indígenas e não há nenhuma tentativa séria de tratá-las como línguas nacionais. Já no Paraguai, o guarani é realmente a segunda língua nacional, ensinada em todas as escolas [...]

Existe um curioso preconceito segundo o qual as línguas indígenas são "afetivas", "sentimentais", ao passo que as línguas europeias são "lógicas", "racionais". Isso nada tem a ver com as línguas em si, mas com a forma como são aprendidas e usadas pelos bilingues. O índio "ladino" (isto é, que fala uma língua latina) e o mestiço latino-americano geralmente aprendem a língua indígena com a mãe e com seus companheiros de infância e se usam em contextos íntimos, familiares ou de amizade [...]. Pelo contrário, uma língua como o castelhano (ou outra europeia qualquer) é aprendida na escola [...] e o [indivíduo] bilingue o continua usando em contextos relacionados com a racionalidade e a impessoalidade: as repartições públicas, a relação com os superiores, o comércio nas grandes cidades [...]. São raras as [...] tentativas de traduzir textos científicos modernos para essas línguas [...].

2009, Antonio Luis Martínez Cortés de. As Línguas da América Latina. Casa 2 e Análisis Latino. 24 maio 2012. Língua. Disponível em: <http://www.acoroso.com/latina/linguas/2012/05/24/as-linguas-da-america-latina.html>. Acesso em: 4 set. 2016.

» Mulher Inca falante do idioma quechua, Peru, 2010.

Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo. *Op. cit.* v. 2. p.21.

O capítulo 2 deste volume, “Colonizações: espanhóis e ingleses na América”, é outro caso de excelência iconográfica com fotografias, desenhos, pinturas, ilustrações de códices e mapas e excelentes textos explicativos, combinando imagens do tempo da colonização, imagens atuais e desenhos indígenas narrando a Conquista por outro ponto de vista que não o do colonizador, como foi costumeiro por décadas. Há fontes históricas visuais de origem asteca ao lado das fontes de origem europeia. Os povos ameríndios não aparecem em imagens associadas ao horror, como quase sempre ocorria, mas sim, em imagens associadas à resistência dos pré-colombianos ao domínio europeu.

No capítulo 9 sobre as “Independências do Haiti e da América Espanhola”, há destaques para a iconografia de Simon Bolívar e do padre Hidalgo, em destaque. Toussaint Louverture em um clássico busto de padrão romântico e uma imagem de Tupac Amaru sendo segurada por um indígena peruano contemporâneo e, suprema novidade, homens negros tocando banjo e flauta em um quilombo contemporâneo remanescente na Jamaica em fotografia tirada em 1946. Esta ilha nunca aparecia nas delimitações da América Latina, pois afro-inglesa. Porém, o conceito de Terceiro Mundo, vigente na segunda metade do século XX, poderia inclui-lo por similaridade de problemas sociais e econômicos, além dos clássicos dilemas raciais criados por uma minoria branca controlando uma maioria negra. O Haiti sempre foi e continua sendo o país de colonização europeia que assistiu ao mais radical rompimento com a Metrópole, porém, escasseiam razões para o posterior desastre econômico, social e ecológico da Ilha. A inclusão da Jamaica neste capítulo nos coloca frente a uma nova informação sobre quem somos, os povos americanos modernos, transformados e marcados por uma violenta história colonial e pós-colonial, mas ainda marcados pela presença das diversas formas de colonialidade apontadas por Mignolo e Maldonado-Torres. A outra novidade histórica deste capítulo é a imagem de **Manuela Sáenz**, companheira de Simon Bolívar, e de **Leona Vicário**, presa por ajudar os rebeldes na Nova Espanha, tidas como heroínas dos movimentos independentistas.

Figura 115 - Retrato de
Manuela Sanz.
1880



Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo.

Op. cit. v. 2. p.185. Retrato
de Manuela Sáenz.

Figura 116 - Texto de Maria Ligia Prado
sobre as mulheres nas lutas
de independência

Finalmente, uma observação sobre a questão de seu comportamento político. O que mais me chamou a atenção foi a transformação de mulheres rebeldes, que desafiaram as instituições mais poderosas – as metrópoles e a Igreja – em modelos exemplares de “bom” comportamento. Josefa Dominguez, “La Corregidora”, por exemplo, “desobedeceu” o marido [...]. Leona Vicario fugiu do convento onde estava presa, auxiliada por três oficiais rebeldes [...]. Maria Quibena escapou de sua família para se vestir de homem e lutar como soldado, numa decisão premeditada e consciente. Em uma palavra, foram mulheres rebeldes, insubordinadas, agindo fora das regras e das normas, que ganharam respeitabilidade, transformadas em modelos de seppas e mães, glorificadas por todas as virtudes cristãs intimamente trançadas com os virtudes patrióticas. [...]

A fotografia é de detalhe de um mural que se encontrava no Palácio Nacional do México, em 2010. Os três homens, da esquerda para a direita, são Ignacio José Alzola, Miguel Hidalgo e José María Morelos, e todos eles lutaram pela independência do México. Entre eles há uma única mulher: Leona Vicario, pessoa de pouco que auxiliou os rebeldes com dinheiro e informações, tendo sido presa por sua participação nas lutas pela independência.

Em uma palavra, foi esquecido ou ocultado que as mulheres participantes dos movimentos pela independência atuaram num circuito claramente identificado como o da política, motivadas por ideias, sentimentos e crenças que as levaram a romper com os padrões sociais e religiosos vigentes. Sua notável coragem – especialmente nos momentos trágicos da prisão e condenação – indica que estavam preparadas para aceitar as consequências das escolhas efetuadas.

PRADO, Maria Ligia C. In: Busca de participação das mulheres nas lutas pela independência política do México. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 24, 1992, p. 219-53, set. 1990-ago. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/hist/articulos/02_24/02_24_0116a.htm. Acesso em: 11 de 11/2016.

Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo. *Op. cit.* v. 2.
p.193.

O volume 3 repete o vácuo total da história de diversos países recém-nascidos da colonização espanhola e do processo de submissão de negros, mestiços e indígenas em uma nova situação política. A História destes países é interrompida logo após a narrativa dos dramas políticos e econômicos dos primeiros anos e só retornam na **Guerra Fria**, graças a repercussão da Revolução Cubana, evento que consolidou de vez o conceito de América Latina, como área de interesses e estudos por parte do mundo acadêmico e estratégico ao norte do Rio Bravo, como ensinam Leslie Bethell (2001, 2009) e João Feres Junior (2004) em textos já considerados clássicos.

Na Coleção “Caminhos do Homem”, de Adhemar Marques e Flávio Berutti (2016), as imagens e ilustrações não tem grande destaque no corpo dos textos pesquisados nessa coleção didática. Há ênfase na Conquista e seus métodos violentos, tanto na pintura do mexicano Orozco do século XX sobre Malinche e Cortez, em recorte modernista, onde o repúdio a àquela que uniu-se ao conquistador está evidente, quanto na gravura colorida de Theodore de Bry sobre o desembarque de Colombo em Guanaani de 1596; além dessas, as torturas descritas por Las Casas, as minas de Potosi, no Alto Peru, e uma imagem de um surto de varíola entre os astecas completam o quadro no capítulo referente à Conquista europeia. A única imagem em destaque e boa dimensão é uma fotografia colorida de uma cidadã boliviana no Dia da Descolonização em 2011.

Nesta coleção, o fundamental é o elemento textual para a compreensão dos temas propostos. Em seu volume 2, a iconografia sobre a Independência da América Hispânica resume-se a duas imagens de Simon Bolivar, uma equestre, outra um clássico perfil aristocrático num dos exemplos mais econômicos de recursos visuais. No volume 3 as duas únicas imagens sobre são duas fotografias sobre prisioneiros árabes em Guantánamo, Cuba, fruto do “Terror da Guerra”. As imagens dos caminhos do homem não retratam a América...

“História em Debate”, de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo (2016), em seu primeiro volume não traz menções ao mundo americano devido à sua proposta completamente diferente dos demais manuais adotando um referencial temático e não o cronológico. No capítulo 2 do segundo volume, “A dominação da América e a visão do outro”, uma imagem em página dupla reproduzindo um detalhe do mural *A grande cidade de Tenochtitlan*, domina a abertura do capítulo em uma espécie de síntese visual da questão central nas páginas seguintes: etnocentrismo europeu e genocídio indígena.

Figura 1172 - Detalhe da tela A grande cidade de Tenochtitlan, de Diego Rivera, 1945

2

A dominação da América e a visão do outro

Neste capítulo

- A visão do outro, europeus e americanos
- A chegada dos europeus à América
- A América antes dos europeus
- A conquista da América



No processo de construção da noção de direitos humanos, é necessário o estudo das culturas que habitavam a América e da conquista e colonização desse continente, pois ocorreu a negação do outro e o desrespeito à diversidade – o que hoje entendemos como negação de direitos, mas

enraizava-se no pensamento social, político e econômico da época.

Os habitantes do continente que se convencionou chamar de América têm uma longa história anterior à chegada dos europeus. Existem formas diferentes de organização social, econômica e política dos povos nativos

que habitavam essas terras. Eram universos culturais distintos uns dos outros e também do universo dos europeus que aqui chegaram.

Distintos históricos da formação das Américas espanhola, portuguesa e inglesa são importantes exemplos de negação de direitos

que atualmente compreendemos como básicos: direito à vida e à liberdade.

Neste capítulo, estão descritos alguns aspectos da conquista e da colonização do continente americano e suas consequências.

Fonte: CAMARGO, Rosiane. *Op. cit.* v.1. p. 36-37.

Há também iconografia maia, asteca e incaica em cores e boas dimensões para visualização dos detalhes das imagens, dentre elas, um calendário de pedra asteca, fotografia de Machu Pichu e uma reprodução de um indígena e seu Quipo contábil. Essas imagens traduzem no seu conjunto **uma visão dos indígenas por eles mesmos**. Não há um predomínio de narrativas e imagens derivadas dos colonizadores como ocorre por vezes, ou a ausência de imagens significativas sobre os ameríndios e que instiguem a dúvida e o questionamento entre os estudantes e mesmo entre os professores. Porém, a clássica dicotomia civilização x barbárie também está presente em uma litografia do século XIX sobre o encontro de Colombo e um grupo de ameríndios: europeus eretos, ricamente vestidos (algo improvável após uma viagem pelo Mar Oceano...), indígenas curvados e menorizados na estatura frente a europeus impávidos diante da diferença cultural evidente. As imagens nos manuais, por vezes, sugerem mensagens diferentes, contraditórias mesmo, valorizando assim o trabalho de interpretação e contextualização destas mensagens codificadas em imagens didáticas “inocentes”. Ainda neste capítulo, o item relativo a Conquista repete a receita de outros livros com farta iconografia sobre o martírio dos povos ameríndios e seu mundo. Combina imagens produzidas ainda no século XVI, como a gravura de Theodore de Bry, sobre a Execução do inca Atahualpa, com

práticas violentas explícitas e brutais, e a reprodução da tela de Felix Parra, Episódios da conquista, de 1877, claramente romântica, com violência sugerida, mas não tão explícita. Contudo, apesar dos séculos que as separam, a Conquista é narrada visualmente em termos de tortura e morticínio.

O capítulo 3, “Colonização da América: exploração e resistência”, abre com imagem em página dupla, de Jean Baptiste Debret, “O caçador de escravos”, e retrata um momento final dos tempos coloniais, porém, com as mesmas práticas escravistas dos tempos iniciais da colonização portuguesa. Neste capítulo, as gravuras de Theodore de Bry, Antônio de Herrera e André Thevet referentes a trabalho compulsório de indígenas e de africanos no século XVI são prenes de informações visuais sobre o assunto, apesar do médio formato na edição destas gravuras. A explícita presença de iconografia com africanos na América Espanhola é rara nos manuais, havendo predomínio de imagens de ameríndios no mundo do trabalho. Outro caso para estudos é esse desaparecimento dos escravizados africanos na América Espanhola após as independências, salvo poucas exceções.

Ainda neste volume 2, no item sobre as “Independências na América Espanhola” as imagens presentes no capítulo são em número de quatro: Tupac Amaru II através de sua imagem na cédula de 50 soles de 1977; padre Hidalgo em pintura que realça a participação e o levante popular defendido por ele, de autoria desconhecida; Entrevista de Guayaquil em 1822, de 1843, retratando um encontro entre Simon Bolivar e San Martin, onde o aspecto aristocrático das duas personagens é evidenciado; e uma pintura retratando a “rendição de tropas espanholas a Bolivar”, em tela de 1883. O contraste entre estas imagens formais, românticas, sem povo e as imagens oriundas das pinturas históricas mexicanas é evidente.

Figura 118 - Padre Hidalgo em tela de autor desconhecido. Grito de Independência



Fonte: CAMARGO, Rosiane. *Op. cit.* v.2. p. 99

Figura 3 - Entrega da bandeira vencedora de Numancia ao batalhão sem nome. 1883. Óleo sobre tela



Fonte: CAMARGO, Rosiane. *Op. cit.* v.2. p. 99.

O capítulo 4 é totalmente dedicado às “Américas nos séculos XIX e XX”, com imagem de abertura em página dupla de um detalhe do mural de David Alfaro Siqueiros, “O povo pega em armas”, de 1957. Mais explícito impossível quanto ao título do capítulo: Direitos na América Latina: lutas e conquistas.

Figura 120 - O povo pega em armas. David Alfaro Siqueiros, 1957

4

Direitos na América Latina: lutas e conquistas

Neste capítulo

- A América independente
- O regime econômico
- O conflito social
- O imperialismo na América Latina
- As revoluções
- O populismo
- As ditaduras
- As guerrilhas

O direito à vida na América Latina tem sido violado desde os primórdios do processo colonial. Por um século de exploração até que as colônias conseguissem a independência. Seguiu-se então um longo processo de formação das nações latino-americanas. Da

independência aos dias atuais, os países latino-americanos têm lutado para sua afirmação no ordenamento mundial. Nesse caminho anarraram, de forma geral, situações de violação aos direitos humanos quando sofreram com o imperialismo, as ditaduras e os conflitos armados.

A luta é contínua e atual. Muito já se conseguiu, mas ainda há muito que se busca no que se refere a direitos para os povos latino-americanos.

Neste capítulo serão abordados assuntos referentes às nações americanas após suas respectivas independências e às situações atuais de dependência econômica, além de conflitos, imperialismo, revoluções e ditaduras que marcaram a história da América Latina.

Fonte: CAMARGO, Rosiane. *Op. cit.* v.2. p. 112-113.

A temática do capítulo percorre dos primeiros tempos após a emancipação até as ditaduras militares e guerrilhas resistentes na época da Guerra Fria. Traz um conjunto variado de imagens gráficas, fotográficas e pictóricas que ilustram o enorme painel temático e cronológico do capítulo. *Haciendas* escravistas, Buenos Aires do final do século XIX, conflitos militares entre as novas nações com imagem simbolizando a destruição humana e material do Paraguai após a guerra compõem o capítulo. As ilustrações mais significativas são referentes ao fenômeno do imperialismo norte-americano com duas do Tio Sam (Abrão Lincoln estilizado, ironicamente) com seus canhões e porrete. As duas nações hispânicas que recebem uma representação iconográfica mais significativa são México e Cuba, pela radicalidade de seus processos anticoloniais e mesmo no pós-independência.

No volume 3, o capítulo de abertura versa sobre “Nações e Nacionalismos” e traz uma pequena sessão sobre a **construção das nacionalidades nas Américas** onde há abordagem concisa sobre os processos de independência, apontando a liderança aristocrática de grandes proprietários e abastados comerciantes. Há uma aquarela ilustrando e resumindo a sessão, de Carmelo Fernandes, da década de 1850, “Notáveis da Capital, Província de Santander”, Colômbia, onde os modos e trajes europeizados destacam-se, numa autoimagem positiva dessa nova elite dirigente.

Figura 121 - Texto de Jurandir Malerba sobre o Brasil do século XIX

A nacionalidade na América

No continente americano, o século XIX ficou marcado pelos movimentos de independência. As potências europeias foram perdendo suas colônias na América como reflexo da disseminação das ideias liberais da Revolução Francesa.

A expectativa do Brasil, que se manteve como a única monarquia em meio às repúblicas criadas pela independência nas Américas, indicia as trajetórias diversas seguidas pelas colônias americanas em sua formação para Estados independentes. Elas indistintamente compartilharam de algumas características comuns importantes que se vinculam ao processo que viveu o mundo ocidental: todos passaram no caminho de guerras entre potências coloniais, todas estiveram relacionadas a reformas políticas que iniciaram a oposição colonial aos governos das metrópoles, todas surgiram de crises políticas e constituintes que buscavam o desconhecimento com a distribuição do poder, todas se inspiraram em ideias sobre direitos individuais e soberania popular que, indicadas pela Revolução Americana, encontraram nova forma de se expressar na França revolucionária e, combinadas ao pensamento e método positivistas franceses, influenciaram inspiração e instruções para a revolução política nas colônias da América Latina.

[...] A crise colonial em todos esses impérios estava associada ao conflito instalado na Europa, com a disseminação de novas noções de direitos humanos e constitucionais e com o fracasso das metrópoles em criar Constituições impostas a peso de integrar as colônias em termos igualitários. As soluções políticas produziram resultados bem diferentes, porém, já que o novo conceito de direitos à vida e liberdade se buscou a felicidade “os introduzidos em contextos culturais muito distintos”.

MALERBA, Jurandir. *Org. J. A. Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro, Letra Viva, 2006, p. 604-613.

Na América Latina, as recém-independentes repúblicas procuravam unificar-se e formar novas nações, pois não bastava definir as fronteiras – era necessário construir a nacionalidade.

De modo geral, a formação da nacionalidade na América Latina ocorreu por um processo dirigido por uma minoria aristocrática, que, depois de acceder ao poder com a independência, garantiu legitimidade à população daquele território e conferiu-lhe a nacionalidade. Em outras palavras, ela foi constituída pela delimitação de um território e a composição de um Estado dirigente.

Entretanto, esse Estado dirigente era formado por donos das terras e grandes mercadores, que estavam mais ligados à economia externa e a seus próprios interesses do que propriamente aos habitantes das nações recém-formadas, o que gerou pobreza para a maior parte da população e deficiências na estrutura interna.



Carmelo Fernandes. *Notáveis da Capital, Província de Santander, Colômbia*, c. 1850. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. O autor está de perfil à esquerda, segurando um livro. O homem de terno branco é o autor, e o homem de terno escuro é o autor de terno branco. O autor de terno escuro é o autor de terno escuro.

Para as excolônias o primeiro passo estava dado: a libertação em relação às metrópoles garantia o domínio de cada território por um governo local. Iniciava-se aí a construção das nações americanas.

Fonte: CAMARGO, Rosiane. *Op. cit.* v.3. p. 20.

Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota (2016) em “História: das cavernas ao terceiro milênio” no volume 1, apresentam hipóteses e trabalhos de pesquisas de campo sobre os primeiros povoadores das Américas, ultrapassando a hipótese consagrada da cultura Clóvis como a mais antiga das Américas. Luzia, Niége Guidon e os sítios arqueológicos no Piauí, os sítios de sambaquis no litoral brasileiro, cerâmica da cultura Chavin no Peru, urna asteca em terracota, imagem de Caral (tida como a cidade mais antiga das Américas no Norte do Peru - 3000 a. C.), fornecem um bom panorama visual de entrada no tema do povoamento original do continente e primeiras culturas humanas a desenvolver assentamentos e lugares de cultos religiosos.

No capítulo 11, “A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo”, tem como imagem de abertura a comercialização da batata, produto americano que colonizou a Europa, assim como o Cacau. Possibilita debates com os estudantes e professores sobre as trocas culturais ocorridas nos primeiros séculos da colonização, acentuando o legado americano à Europa. No item relativo ao “Encontro entre europeus e americanos” duas imagens de boa dimensão enriquecem a compreensão do tema com uma gravura de Theodore de Bry, sempre ele, sobre práticas indígenas de construção de canoas e outra de Americo Vespúcio ilustrando um ritual antropofágico indígena sob a ótica europeia.

No volume 2, capítulo 1, “Povos Pré-colombianos e a colonização da América por ingleses e espanhóis”, tem como imagem de abertura uma foto da comunidade indígena Mapuche, no atual Chile, marchando em protesto contra a comemoração da chegada dos europeus ao continente. Além de protesto contra data tida como histórica pelos descendentes dos espanhóis e espanholas, eles também demandam por autonomia em sua região de origem. O texto que lhe dá suporte é um trecho das “Veias abertas da América Latina”²⁸, de Eduardo Galeano (1979), um autor de esquerda, fundamental na divulgação do conceito de América Latina no auge da Guerra Fria entre jovens e adultos que “devoravam” seu livro. O capítulo sintetiza as culturas encontradas pelos espanhóis, incas, maias e astecas, principalmente, com iconografia econômica, porém, informativa e de boa dimensão. Artesanato, prática agrícola em

²⁸ O livro “As veias Abertas da América Latina” é uma das mais importantes obras da literatura política latino-americana da segunda metade do século XX. Nesta obra, Eduardo Galeano analisou sob um ponto de vista de esquerda (tal como se entendia esse conceito após a vitória da Revolução Cubana) os cinco séculos de história a partir da chegada e invasão europeia na América até os dilemas e impasses sangrentos dos tempos da Guerra Fria no século XX. Exerceu larguíssima influência sobre gerações de cidadãos, militantes e pensadores entre o México e a Patagônia por décadas.

superfície alagada, ruína de templo religioso, facas cerimoniais, cenas de varíola entre os astecas, minas de prata de Potosí, por **Theodore de Bry** (um clássico, assim como os muralistas mexicanos), fotografia de trabalhadores da etnia Aymará, vendedora de frutas afro-colombiana e imagens gráficas das localizações de inúmeros povos indígenas no continente compõem o material visual deste capítulo. Também chama a atenção para a presença atual das mulheres com ascendência maia em vários países da América Central, onde a resistência aos espanhóis foi acentuada e difícil desde o início, assim como vastas áreas do Altiplano Andino que ficaram fora do controle dos espanhóis por décadas até serem finalmente incorporadas.

O capítulo 8 dedicado às “Lutas de independência na América” abre com um cartoon de *Peanuts*, de Charles Schulz, de 2011, questionando ironicamente o conceito de independência como posse de autonomia, numa alusão irônica à colonialidade e dependência posteriores às emancipações. O texto que abre o capítulo é um trecho de Maria Lígia Prado sobre os sentidos da liberdade no processo de formação das nações latino-americanas. Segundo ela, para Bolívar era uma coisa; para Dessalines, outra; e para os padres rebeldes Hidalgo e Morelos, um terceiro sentido diferente.

A independência das treze colônias inglesas está visualmente traduzida na Declaração de independência, 4 de julho de 1776, pintura de John Trumbull (1817). A pintura representa o comitê que redigiu a Declaração de independência dos Estados Unidos: John Adams, Robert Sherman, Benjamin Franklin e Thomas Jefferson entregando o documento a John Hancock, presidente do Segundo Congresso Continental da Filadélfia. A América branca que excluiu indígenas e negros da cidadania, imaginando-se como uma imagem em positivo da Europa anglo-saxã não poderia estar melhor representada. Não por acaso a sede desse Estado Republicano chama-se até hoje Casa Branca. A independência do Haiti é ilustrada com uma imagem de Toussaint Louverture trajado como um aristocrata francês, por uma cena da revolta de escravos em gravura de autoria desconhecida do século XIX, e uma pintura moderna com cena de vendedora de frutas no século XX, o que soa irônico já que o texto informa que há graves problemas de desnutrição entre a população haitiana hoje. A representação visual do mundo hispânico e suas lutas anticoloniais é representada por imagens dos criollos em trajes formais que denunciam sua ascendência espanhola e imagens de Bolívar equestre e San Martín em revista as tropas na campanha chilena. Porém, a luta de Cuba contra a Espanha e os EUA por

independência e autonomia é ilustrada por charge de 1898, publicada nos Estados Unidos, onde seu futuro papel tutelar está implícito. Afastar a Espanha e assenhorear-se dos destinos do país.

Estas três representações visuais trazem em comum a ausência dos ameríndios habitantes originais das regiões que comporiam estas novas nações a partir do final do século XVIII entre os representados.

Figura 122 - Charge sobre a independência cubana



Fonte: BRAICK, Patrícia Ramos. *Op. cit.* v.2. p. 132.

O capítulo 12, "Os Estados Unidos e a América Hispânica no pós-independência", abre com uma imagem contemporânea de cultura culinária hispânica nos EUA introduzindo os temas a partir da questão da imigração mexicana para o Norte e da recuperação da figura do Zorro para fundamentar que esta imigração foi favorável à dinamização da economia e cultura dos EUA, em uma abordagem bem diferente das demais Coleções.

A década de 1850 trouxe consigo a corrida do ouro na Califórnia. Milhares de imigrantes em busca do desejado metal. Daquela época, datam as aventuras de Joaquín Murrieta, o bandido de origem mexicana que resistia à conquista anglo-saxã da Califórnia. Sua vida inspirou algumas aventuras do Zorro. [...] 'do exemplo do Zorro, essa pessoa à margem da sociedade que se converte magicamente em um indivíduo ao serviço dela. O estrangeiro, o estranho, que vira um salvador', argumenta o historiador Felipe Fernández-Armesto [...]. A relevância do Zorro para a história dos Estados Unidos pode parecer uma anedota, mas para Fernández-Armesto mostra até que ponto as raízes

hispânicas estão fixadas no país [...], que fala cada vez mais espanhol e vive a cultura latina [...]. Sobre até que ponto os americanos são conscientes de seu passado hispânico, o historiador menciona [...]: 'Em absoluto, mas os hispânicos também não. [...] em termos gerais, [...] a educação básica nos Estados Unidos é um processo de mitificação. [...] [para que] se tornem bons cidadãos que aceitam todos os mitos básicos fundamentais da formação do país'." LAFUENTE, Javier. Estados Unidos, um país latino-americano. *El País Brasil*, 2 dez. 2014 (Mota; Braick, 2016, p. 210).

Quanto a relação EUA e América Latina no século XIX e primeira metade do século XX temos a explicação comum a todos: o tripé Doutrina Monroe, Diplomacia do Dólar e Big Stick.

No Caribe, Roosevelt iniciou a construção do Canal do Panamá [...] contrariando a Colômbia, que recusava as condições norte-americanas para construir em seu território. Não admitindo que 'os interesses da civilização como um todo' fossem contrariados por 'latinos', o presidente estimulou uma revolução de independência panamenha em troca do acordo para a construção do canal. Mais tarde, a Colômbia seria parcialmente indenizada (Fernandes; Morais, 2007, p. 169; Mota; Braick, 2016, p. 216)

Figura 123 - Charge sobre Roosevelt e o Big Stick



Fonte: BRAICK, Patrícia Ramos. *Op. cit.* v.2. p.216.

Além da charge sobre o “Iago caribenho norte-americano”, temos uma imagem do clássico desenho animado “The three caballeros”, de 1944, com Pato Donald, Zé Carioca e Panchito num contraponto a política das intervenções violentas.

As personagens Zé Carioca (à direita), um papagaio brasileiro, e Panchito (no centro), um galo mexicano, foram criadas por Walt Disney como amigos do Pato Donald no contexto da política de boa vizinhança, que encobria a prática de intervenções militares e passava a influenciar culturalmente os países latino-americanos (Mota; Braick, 2016, p. 217).

Figura 124 - Los 3 caballeros da Disney



Fonte: MOTA; BRAICK, 2016, p. 217.

A Coleção “Por dentro da história”, de Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes (2016), tem uso irregular de conjuntos visuais na exposição dos temas no Volume 1, porém, o segundo Volume é rico e sugestivo nesses recursos didáticos. O capítulo 16, “Começa a expansão marítima”, apresentando as consequências da Conquista da América pelos europeus sem recorrer a nenhuma imagem, assim como recorre a um uso bastante econômico das mesmas no capítulo 17, “Os povos da América”, com uma foto de um sítio arqueológico no Peru na abertura e de um detalhe de um mural maia sobre a origem do cosmos e dos direitos divinos. No capítulo 26, “Colonização espanhola, francesa e inglesa”, traz duas imagens de detalhes de murais de Diego Rivera sobre a Conquista violenta e a imposição cultural do catolicismo aos povos ameríndios. O volume 2, capítulo 10, “Os colonos espanhóis buscam autonomia”, ao contrário dos capítulos do volume 1, possui farta iconografia, com imagens de Debret, Rugendas e uma litografia em grande formato de Emille Lassale, de 1836, opondo a elite de cultura hispânica no México independente em contraste social com humildes camponeses no fundo da tela. Salvo a única imagem

dos escravos negros em Cuba e os negros em armas no Haiti e da destruição deste país após o terremoto recente, todas as outras imagens evocam uma atmosfera de hispanidade, pelos trajes e arquitetura ao fundo. As demais heranças étnicas indígenas e as africanas, onde houve, não aparecem nessas representações didáticas ou aparecem sub-representadas no conjunto das imagens.

“Oficina de História”, de Flávio Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro (2016), no volume 1, capítulo 6, a “Conquista da América”, item 2, “Os negros da terra”, faz uso mais do que econômico das imagens e ilustrações resumindo-se a uma múmia incaica e uma microimagem de ilustração do século XVI sobre a fundação de Tenochtitlan. O volume 2, capítulo 2, “Independências na América espanhola”, faz uso mais generoso das imagens no auxílio a compreensão dos temas discutidos, porém, o projeto gráfico as dimensionou em formato modesto, perdendo impacto visual. Sobre o levante dos negros haitianos temos uma reprodução da bandeira vodú e uma litografia colorida de Toussaint Louverture equestre como um Napoleão tropical negro, imagem bastante recorrente nos livros didáticos. Assim como a Revolução Haitiana é sempre representada com imagens de Toussaint Louverture, a Independência mexicana é quase sempre representada pela figura do padre Hidalgo, aqui visto como líder político, porque armado, e líder religioso porque porta a cruz de Cristo. Já o Peru, mais uma vez, tem a figura de Tupac Amaru II como símbolo da luta, embora derrotado e martirizado em praça pública como Tiradentes no mesmo século. Já Simon Bolívar recebe uma representação visual em que sua figura é maior fisicamente do que a que representa a República colombiana recém-proclamada em pintura de José Figueroa de 1819 presenteada ao próprio Bolívar em 18 de setembro desse ano na festa comemorativa da independência da Grã-Colômbia. Uma outra pequena imagem de Policarpa Salavarrieta, mártir da independência e homenageada com o Dia da Mulher Colombiana no aniversário de seu fuzilamento pelas autoridades metropolitanas, completa o conjunto de imagens do capítulo.

A Revolução Mexicana é o único capítulo relativo à América Hispânica no volume 3 da Coleção durante a primeira metade do século XX (limite cronológico da pesquisa) e devido a própria natureza do Muralismo mexicano, didático, histórico, a arte da Revolução, como afirma o texto escrito, David Alfaro Siqueiros tem duas de suas pinturas ilustrando e produzindo sentidos ao tema do capítulo. Há também uma fotografia do subcomandante Marcos, do EZLN, fazendo a ligação do passado revolucionário com o presente de reação armada dos camponeses do Sul do México

após a assinatura do acordo do Nafta. Tanto quanto Cuba e a Venezuela, o México emerge nessa pesquisa como um dos lugares onde se produziu um quadro de rupturas revolucionárias em vários momentos de sua história. México é insurgente, parafraseando (nosso ídolo da juventude) John Reed.

Keyla Grimberg, Marco Pellegrini e Adriana Machado Dias (2016) na Coleção “Contato História”, volume 1, produziram o espetáculo das imagens, onde essas são tão importantes quanto o texto escrito para a compreensão dos assuntos propostos. As imagens não estão em apoio ao texto, ou como ilustração. Elas são parte do esforço de despertar o interesse tanto dos estudantes quanto dos docentes. São imagens que falam aos nossos olhos. Despertam nossa curiosidade e não apenas ilustram o escrito, já que elas também são texto, texto-imagem. As imagens de todo o tipo constituem em seu conjunto o ponto alto da obra, sendo “quase” uma história visual dos povos. Sua imagem de abertura é uma fotografia da impressionante pirâmide maia de Palenque, no México. Em grande formato, é uma imagem de um monumento turístico com inúmeros visitantes em dia ensolarado. Atrai a curiosidade dos leitores pela coabitação de tempos históricos distintos na imagem. A construção da pirâmide, testemunha de sua época e apogeu civilizatório, e a transformação em monumento da Humanidade, no tempo contemporâneo, com seus turistas e máquinas replicantes de imagens, abrem muitas possibilidades de trabalho em sala de aula sobre nossas origens ameríndias, algo mais do que necessário nos tempos atuais, onde os direitos indígenas foram ferozmente atacados recentemente e ainda estão sob ameaças.

Incas, astecas e maias eram quase tudo que sabíamos sobre esses povos décadas atrás. Três palavras. Sempre foram considerados um apêndice da História da Civilização, e não um objeto de estudo com importância em si mesmo. Em tempos decoloniais, imagens como essa falam ao nosso inconsciente e surge a pergunta clássica: como é que pode? A partir da tentativa de respondê-la, somos capturados por outras imagens sobre as inúmeras culturas e povos ameríndios em miniaturas laterais nas páginas. Ao lado dessas imagens laterais, pequenos textos convidam o discente a reflexão e dão pequenas informações sobre estes povos. O mesmo impacto visual se repete páginas adiante com fotografia em grande formato da cidadela andina de Machu Pichu em dia de visita. Novamente a convivência de tempos históricos diferentes numa mesma imagem. Cerâmica, imagem de manuscrito sobre a cidade de Tenochtitlan, altar cerimonial, Tikal na Guatemala, agriculturas asteca e

inca compõem rico conjunto visual com informações que contribuem de forma decisiva para a compreensão destes povos. Imagem e contexto histórico apropriado fazem da Coleção um ponto fora da curva entre as examinadas, no tocante a pesquisa e edição de imagens para fins didáticos.

Figura 125 - Palenque em foto de 2014

11 Os povos da América

Quando os europeus chegaram ao continente americano, no final do século XV, encontraram o território povoado por milhões de indígenas. Esses povos, que possuíam e desenvolveram culturas, receberam todas as regras do continente e sempre aderiram às suas diversas condições ambientais.

Nesta unidade, vamos estudar povos indígenas que constituíram sociedades complexas, organizadas em torno de grandes cidades, principalmente, também, alguns povos indígenas que habitavam o território onde hoje é o Brasil, formando sociedades baseadas no uso coletivo da terra e em uma organização que atingiu grande valor histórico.

Você se lembra das questões?

1) Como chegamos aqui e por que?

2) A que atividades dedicavam-se os povos indígenas? E como se organizavam?

3) Antes de os europeus chegarem ao continente americano, esse território era habitado por vários povos que possuíam suas próprias línguas, culturas, crenças e tradições. Você conhece alguma informação sobre esses povos? Compartilhe com seus colegas.

Fonte: PELLEGRINI, Marco e outros. *Op. cit.* p. v.1. p.246-247.

Figura 126 - Povos nativos da América

Os povos nativos

Muito antes da chegada dos colonizadores europeus, o continente que viria a ser chamado de América já era habitado por diversos grupos indígenas, distribuídos por todo o seu território. Essa diversidade de povos e culturas se refletiu nos idiomas, nos costumes e nas tradições, possibilitando diferentes modos de organização econômica, social e política.

Atualmente, na América, existem sociedades de costumes e crenças, como a dos esquimós, sociedades que, além do caça e da pesca, também praticavam a agricultura, como as indígenas da América do Sul, e sociedades já bem organizadas em Estados, como os maias, incas e astecas.

Os povos nativos da América

Os povos nativos da América foram muito diversos. Alguns eram caçadores e pescadores, outros praticavam a agricultura e a pecuária. Outros ainda eram guerreiros e tinham sociedades muito organizadas. Alguns povos tinham grandes cidades e impérios, como os Incas, Astecas e Maias.

Os povos nativos da América

Os povos nativos da América foram muito diversos. Alguns eram caçadores e pescadores, outros praticavam a agricultura e a pecuária. Outros ainda eram guerreiros e tinham sociedades muito organizadas. Alguns povos tinham grandes cidades e impérios, como os Incas, Astecas e Maias.

Os povos nativos da América

Os povos nativos da América foram muito diversos. Alguns eram caçadores e pescadores, outros praticavam a agricultura e a pecuária. Outros ainda eram guerreiros e tinham sociedades muito organizadas. Alguns povos tinham grandes cidades e impérios, como os Incas, Astecas e Maias.

Fonte: PELLEGRINI, Marco e outros. *Op. cit.* p. v.1. p.248-249.

Figura 127 - Civilização Olmeca

A civilização olmeca

Por volta de 1200 a.C., desenvolveu-se nas áreas pantanosas do sul do México uma das primeiras civilizações americanas, a olmeca, considerada a "matriz" de outras civilizações da América pré-colombiana e a sua descendente.

Os olmecas foram os primeiros a construir grandes templos-píladras, a mesólitia e a desenvolver o processo de produção em grande escala e a desenvolver uma arte e religião baseadas num complexo conjunto de deuses.

Os olmecas foram os primeiros a desenvolver a escrita e a desenvolver a agricultura em grande escala e a desenvolver uma arte e religião baseadas num complexo conjunto de deuses.



Não se sabe ao certo o que provocou o declínio da civilização olmeca. Alguns pesquisadores acreditam que, por volta de 300 a.C., os olmecas estabeleceram relações de parentesco e se espalharam pelo território, o que favoreceu o fortalecimento de outras culturas na região.

Linhas do tempo

| Período | Características |
|---|---|
| Olmeca - c. 1200 a.C. a 300 a.C. | Primeira civilização a desenvolver a escrita e a desenvolver a agricultura em grande escala e a desenvolver uma arte e religião baseadas num complexo conjunto de deuses. |
| Mesoamérica - 300 a.C. a 1200 d.C. | Período de desenvolvimento das civilizações olmeca, maia, asteca e inca. |
| Clássico - 300 a.C. a 900 d.C. | Período de desenvolvimento das civilizações olmeca, maia, asteca e inca. |
| Medieval - 900 a.C. a 1200 d.C. | Período de desenvolvimento das civilizações olmeca, maia, asteca e inca. |

Os maias

Habitando a porção da América Central, os maias constituíram uma sociedade avançada, que floresceu entre povos da região.

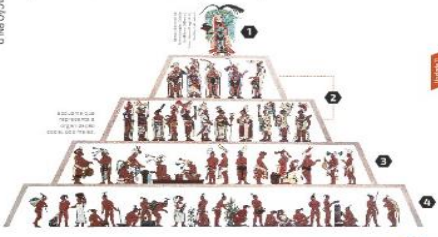
A economia maia era baseada na agricultura. Eles plantavam feijão, tomate, batata, mandioca, algodão, entre outros produtos. Porém, nenhum alimento era tão importante quanto o milho, que, além de ser a base da dieta alimentar, era considerado sagrado.

A organização política e social

Diferentemente de outros povos da Mesoamérica, os maias não constituíram um império unificado, pois se organizaram em várias cidades-Estado. Quando atingiram seu apogeu, entre os séculos VI e VIII, contavam com cerca de 20 cidades, entre elas: Tikal, Palenque, Chichen-Itza, Uxmal e Calakmul.

O cargo de governante era hereditário e, geralmente, passava do pai para o filho mais velho. Os maias consideravam o papel importante nos negócios entre os diferentes povos maias, pois muitos atingiam altos cargos por meio da guerra militar.

A elite era formada pela nobreza, composta por governantes, sacerdotes e chefes militares. Havia uma camada intermediária formada por comerciantes, artesãos e escribas, que auxiliavam de grande maneira na sociedade. A camada social mais baixa era formada por camponeses, que se dedicavam a atividades agrícolas, e por artesãos, que produziam peças de mobiliário, utensílios domésticos, armas, jóias e outros objetos.



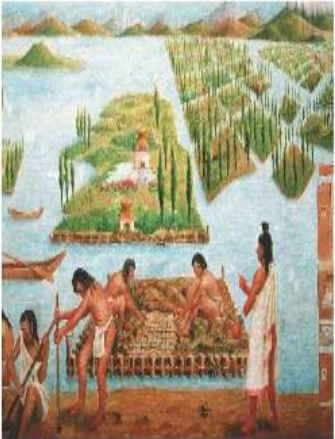
Fonte: PELLEGRINI, Marco e outros. Op. cit. p. v.1. p. 250-251.

Figura 128 - Textos sobre mexicas e incas

A economia asteca

A economia do Império Asteca estava baseada nos tributos que os povos dominados eram obrigados a pagar. Esses tributos eram cobrados de acordo com o grau de riqueza, ou seja, quanto mais submetido aos astecas estava um povo, mais pesado era a tributação. Eles podiam ser cobrados, por exemplo, na forma de produtos agrícolas, artesanatos ou prestações de serviços.


A agricultura também era importante para a economia asteca. Os principais produtos cultivados eram milho, pimenta, tomate, cacau, algodão e algodão. Na região de Tenochtitlan, um rio de canais de terra cultiváveis, os astecas desenvolveram a agricultura nas chinampas, que eram ilhas artificiais feitas com uma estrutura de junco e preenchidas com terra, nas quais plantavam diversos produtos para consumo próprio e comércio com outras regiões.



Passado e presente

As chinampas

As chinampas ainda são muito usadas no México para desenvolver os arrozais. Além de utilizá-las para o cultivo agrícola, os mexicanos constroem casas sobre elas. Entre as chinampas, existem canais de água que possibilitam a locomoção por meio de canoas e remos.



Os incas

Os incas se estabeleceram no vale do Cuzco, localizado na cordilheira dos Andes, em meados do século XI. Assim como outros povos que também viviam nessa região, sua economia era baseada principalmente no cultivo de batata e milho e na criação de animais, como o lama e o alpaca. A sociedade inca era organizada em clãs, conhecidos como ayllus, formados por laços de parentesco entre seus membros. Cada ayllu possuía suas terras, que eram cultivadas coletivamente.

A expansão do Império Inca

Por meio de combates e de alianças, os incas conquistaram povos vizinhos e estabeleceram seu domínio no reino de Cuzco. Com o reinado de Pachacuti, em 1438, eles expandiram todo seu reino ao longo do eixo norte-sul, formando um império com mais de 3000 quilômetros de extensão ao longo da cordilheira dos Andes e do litoral do oceano Pacífico. Ao meados do século XVI, o império inca tinha uma população de mais de 12 milhões de habitantes.

Após conquistar um novo território, o imperador inca procurava manter boas relações com os povos dominados. Por isso, era permitido que eles mantivessem seus chefes locais, desde que jurassem fidelidade ao governo inca e pagassem tributos ao império. Os povos dominados também podiam continuar falando sua própria língua, porém tinham que aprender o quechua, a língua falada pelos incas. Além disso, esses povos podiam manter o culto aos seus deuses, mas deviam incluir o culto inca do Sol, denominado Inti, em suas rituais.

As estradas incas

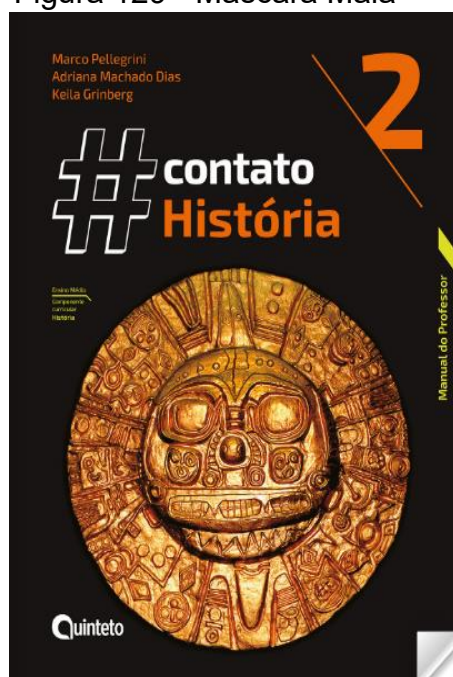
Os incas construíram uma grande rede de estradas a fim de facilitar as rotas de comércio. Para facilitar a circulação de mercadorias entre diferentes localidades, eles construíram estradas nas estradas, distribuídas em intervalos regulares, nos quais foram estabelecidas paradas de descanso. Quando uma viagem envolvia uma mensagem ou um comunicado, era comum para evitar o atraso, os mensageiros (chacas) eram enviados em grupos, de modo que, se um mensageiro não conseguisse chegar ao seu destino, o mesmo poderia ser enviado imediatamente após ele.



Fonte: PELLEGRINI, Marco e outros. Op. cit. p. v.1. p. 254-255.

As capas dos volumes 1 e 2 são ilustradas com uma imagem de máscara africana de madeira, do século XIX, e um calendário inca de ouro, do Museu do Ouro, no Peru, são representativos do fim da era das imagens eurocêntricas nas coleções didáticas.

Figura 129 - Máscara Maia



Fonte: PELLEGRINI, Marcos e outros.
Op cit. capa do vol. 2 da Coleção.

Figura 130 - Máscara africana



Fonte: PELLEGRINI, Marcos e outros.
Op cit. capa do volume 1 da Coleção.

A foto da capa do capítulo 4 é uma fotografia em grande formato da Praça das Três Culturas, de 2014, com construções da época asteca, colonial espanhola e México independente, interligando visualmente os três diferentes períodos históricos contemplados nos três volumes desta coleção numa única imagem. Imagem de pertencimento. Que mostram de onde viemos e porque somos como somos. As imagens deste capítulo caracterizam-se por reproduzirem condições sociais de existência e trabalho, tanto de origem indígena, quanto dos hispânicos, proporcionando bom equilíbrio na narrativa. Encontros e desencontros, conversões a fé cristã, massacres, mapas das cidades nativas do continente e imagem do naufrago **Gonzalo Guerrero** que lutou ao lado dos astecas contra os espanhóis. Imagens decoloniais, alguns diriam, já que escapam do monopólio eurocêntrico das tradicionais narrativas visuais didáticas. Os personagens históricos típicos das narrativas didáticas (criollos, chapetones, mestiços e indígenas) são ilustrados com imagens de pinturas românticas do final do século XIX do pintor Antonio Garcia Cubas. No entanto, não há imagens da população afro-hispânica, porém, há menções no texto escrito.

Figura 131 - Sociedade Colonial na América Espanhola

A sociedade colonial

A sociedade que se formou nos domínios espanhóis da América era rigidamente hierárquica, dividida de acordo com níveis sociais e étnicos distintos. Os "brancos" (europeus) formavam o grupo privilegiado, e dividiam-se entre os criollos e os espanhóis e os ovinos. Abaixo deles na hierarquia social estavam os mestiços, os indígenas e os escravos de origem africana.

Os chapetones eram espanhóis, que foram para a América assumir os cargos administrativos contados pela Coroa e, também, em busca de negócios lucrativos. Eles dominaram a política nas colônias, ocupando os cargos mais elevados, como os de vice-rei, capitão-general e o alcaide, controlando a justiça, a igreja e o aparato militar. Além disso, controlavam o comércio colonial com a metrópole e também atuavam como banqueiros.

Os criollos eram as pessoas nascidas na América que descendiam dos primeiros conquistadores e colonos espanhóis. Eram grandes proprietários rurais e exploradores de minas, mas seu poder econômico não se refletia na participação dos altos cargos públicos, o que gerou o grande descontentamento e os *criollos* desafiaram, frequentemente, a representação política dos espanhóis no *Conselho de Índias* e, com isso, eles se estabeleceram como *highepower* regionais.

Os mestiços eram fruto da *mestiçagem* entre os conquistadores espanhóis e as mulheres indígenas. Os filhos ilegítimos de espanhóis poderosos tinham chances de ascender socialmente, mas a maioria pertencia a vida como soldados, artesãos e pequenos comerciantes.

Mestiçagem: processo de mistura de duas ou mais etnias, gerando descendentes com características físicas e culturais mistas.

Os indígenas formavam a maioria da população e constituíam a principal mão de obra nas colônias. Eles trabalhavam principalmente na mineração, na agricultura e na construção de obras, como estradas, fortificações e igrejas.

Africanos na América espanhola

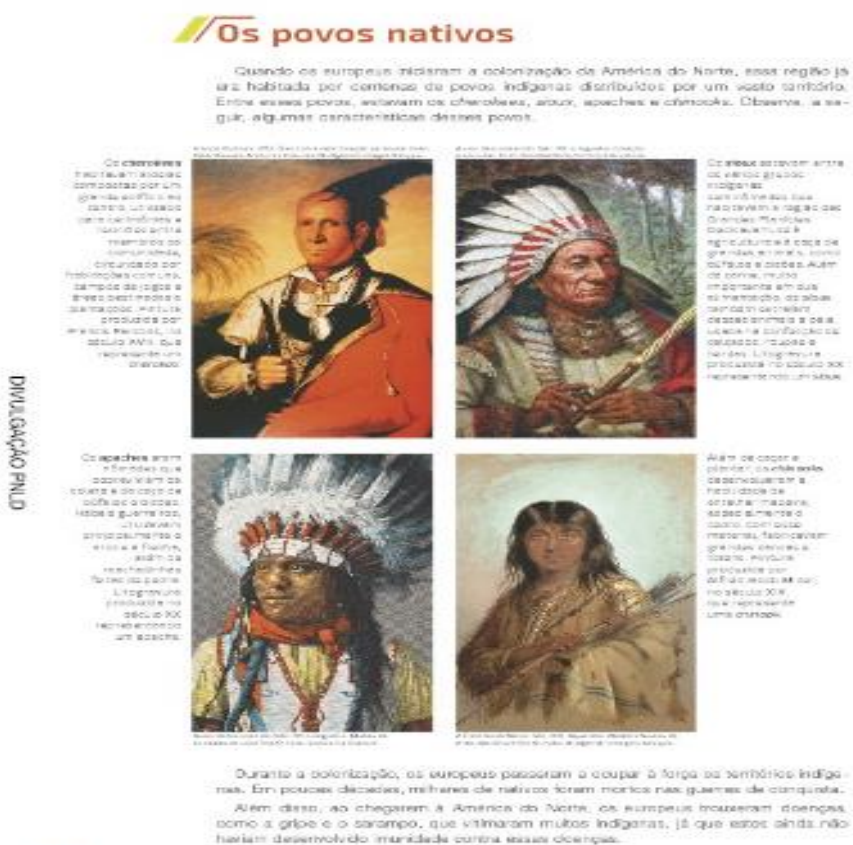
Outro grupo social, embora em menor número, era formado pelos africanos trazidos para a América como escravos. A maioria desses pessoas foi enviada para as regiões mineiras, onde predominou o cultivo de cana-de-açúcar. Porém, esse tipo de mão de obra também foi utilizado em outras regiões da América espanhola, mas quase todos tinham principalmente como serviços domésticos, pedreiros e carregadores de mercadorias.

Detalhes de uma pintura pintada por Antonio Garcia Cubas no século XIX representando, de cima para baixo, os tipos sociais de criollos, os mestiços e os indígenas.

Fonte: PELLEGRINI, Marco e outros. *Op. cit.* p. v.2. p. 86.

Relações de trabalho das classes populares é outro tema visualmente explorado no capítulo. Em sua parte final, discutindo o tema, há rica documentação fotográfica sobre indígenas e sua resistência política hoje com foto de mulheres zapatistas ou de comício popular do ex-presidente boliviano Evo Morales. Nas imagens que pertencem ao enunciado de questões propostas, há imagens de Juan Sepúlveda e Bartolomeu de Las Casas com a explicitação do que os separava em relação aos povos ameríndios. Há imagem de padres sendo massacrados por indígenas no século XVII e detalhe do mural “Epopéia do povo mexicano”, de Diego Rivera, onde, segundo a visão do pintor, estão os personagens e momentos principais da história mexicana desde a independência. Ainda no campo das imagens, há a sugestão do magnífico filme “Aguirre, a cólera dos deuses”, de Werner Herzog, como complementação ao tema. Ao folhear o volume deparei-me com significativas imagens das populações indígenas da América do Norte como os cherokees, os sioux, os apaches ou os chinoks, em várias épocas diferentes. Literalmente o texto está a serviço das imagens aqui. Elas ocupam a centro da página e nos encaram.

Figura 132 - Povos nativos da América do Norte



Fonte: PELLEGRINI, Marco e outros. *Op. cit.* p. v.2. p.172.

Ainda neste Volume 2, há uma reprodução de uma estátua de **Tupac Amaru II**, de autor desconhecido, que está mais perto das representações do **Realismo Socialista** do que das tradições escultóricas nativas ou mesmo barroca ou colonial.

Figura 133 - Estátua de Tupac Amaru II



Fonte: PELLEGRINI, Marco. *Op. cit.* v.2. p. 240.

Uma litogravura produzida no século XIX representando a Praça do Mercado em Buenos Aires onde todas as figuras humanas são de evidente origem europeia e constata-se a total ausência de figuras humanas negras ou indígenas. O fato de não possuir data precisa impede maiores considerações sobre o contexto de sua produção e dar conta desse embranquecimento de uma cidade que à época da independência possuía 25% a 30% do total da população com origem africana.

O destaque é a reprodução do mural “Epopéia do povo mexicano”, de Diego Rivera, onde inúmeros episódios da história mexicana são parte alegórica do mural. Nesse, o povo aparece em armas ou em luta por seus direitos, como sempre nessa escola pictórica.

Figura 134 - Detalhe de Mural de Diego Rivera. Epopeia do Povo Mexicano



Fonte: Epopeia do povo mexicano, de Diego Rivera. *In*: PELLEGRINI, Marcos e outros. *Op. cit.* v. 2. 242.

No Volume 3, por fim, temos uma correlação da Revolução Mexicana com a época do Big Stick, de franco expansionismo ao sul por parte dos EUA, através de uma fotografia com os dois líderes mexicanos revolucionários Villa e Zapata e outra imagem reproduzida de uma charge de 1905 onde Tio Sam aparece com o corpo e pernas abertas sobre a América do Norte até a América do Sul.

As demais referências aos países hispânicos no século XX nesse manual didático são a Revolução Cubana e as ditaduras do Cone Sul. Neste volume há também uma sessão sobre o dilema dos múltiplos grupos armados na Colômbia, algo raramente mencionado ou estudado nos manuais apesar da longevidade e gravidade do problema.

Na Coleção “Conexões com a História”, de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira (2016), volume 1, capítulo 10, “Sociedades e culturas dos ameríndios”, as imagens são parte importante da proposta dos autores para a compreensão dos temas. Imagens de bons formatos, em sua maioria, em cores vivas, mesclando imagens contemporâneas dos notórios sítios arqueológicos de Machu Pichu, Palenque e Teotihuacán com imagens de estátuas maias, cerâmica Chavin, representação visual de deus asteca e outros. Valoriza a atual visualidade dos grandes sítios arqueológicos. Revela Olmecas e Toltecas aos nossos olhos via testemunhos

materiais de sofisticada técnica, ao lado dos já populares maias, astecas e incas. E há muito mais por revelar...

Em outro capítulo sobre as sociedades e a economia europeias na época moderna, há item explicativo sobre “Os efeitos econômicos da conquista da América” e a imagem que ilustra é uma reprodução de uma gravura de Theodore de Bry sobre a extração de prata em Potosí, do século XVI, onde os trabalhadores indígenas aparecem em imagens sem rosto, em indistintas figuras humanas.

No volume 2, capítulos 2 e 3, sobre “espanhóis e ingleses na América e as respectivas colonizações”, a imagem que abre o capítulo é uma manifestação de apoio ao presidente aymará Evo Morales na Bolívia em 2005, como a dizer que não fala de indígenas no passado, mas sim dos indígenas hoje, no nosso tempo.

A Conquista aparece como violência e demonstração de superioridade europeia sobre culturas indefesas, porém diversificadas, com imagens produzidas nos séculos XVI e XVII de diferentes procedências étnicas, o que propicia debate interessante com os discentes sobre essas representações embutidas nas imagens. Como representação maior da colonização temos uma imagem de família “mestiça”, interétnica, numa denominação mais atual, onde o homem é espanhol, a mulher indígena e uma criança fruto dessa união numa sugestão visual aos leitores. Colonização representada como miscigenação, o que comporta discussões sobre a propriedade desta representação em um manual didático. Na representação visual do trabalho indígena em Potosí, a predominância na imagem é a resignação dos trabalhadores sempre olhando para baixo, suportando seu peso em minério extraído e nem sombra de contestação ou rebeldia nestas páginas ilustradas.

Como última imagem, em consonância com a imagem de abertura temos uma foto de apresentação de grupo de dança aymará no Festival Intercultural de La Paz em 2014, numa demonstração de preservação cultural das impressionantes culturas andinas ancestrais.

O capítulo 8 sobre “O Império Napoleônico e as independências do Haiti e das colônias espanholas”, tem como imagem de abertura outro protesto aymará em 2011 na ponte que liga o Peru à Bolívia contra uma mineradora canadense na região e seus métodos poluidores de extração de prata, precedendo a uma imagem da coroação de Napoleão Bonaparte e Josefina na França, numa espetacular inversão de critérios de representação didática, onde imagens eurocêntricas sempre tiveram centralidade nos capítulos ilustrados dos livros e hoje não mais.

Há imagens clássicas dos Libertadores Bolívar e San Martín, além de um perfil aristocrático do caudilho argentino Justo José Urquiza e mural com múltiplos perfis de Simon Bolívar reapropriado pelo Bolivarianismo, de Hugo Chávez, nos dias correntes. Assim como os padres Morelos e Hidalgo, cada vez mais presentes como símbolo de luta dos oprimidos, o finado coronel Hugo Chávez surge como uma candidato a novo símbolo de unidade latino-americana, competindo com Fidel Castro. Não estou entre os simpatizantes do Chavismo, porém, aqui não se trata de simpatia pessoal, e sim do reconhecimento de um fato a partir de pesquisa empírica com as fontes.

Por fim neste capítulo, destaco uma imagem representativa da abolição da escravidão negra na Venezuela decretada por Bolívar em 1816, em que apesar desta forma de trabalho só ter sido realmente abolida em 1854, temos homens negros fisicamente minorizados e em posição de submisso agradecimento ao General em trajes de gala e posição altiva cercado de outros generais em pintura de Fernandez Luiz Cancino. Esta imagem faz parte de box temático sobre abolição e independência na Venezuela, onde é cotejada com o texto do decreto de Simon Bolívar evidenciando o descompasso entre ambas e a evolução política do Libertador sobre o tema, em que só passou a defender o fim do cativo dos africanos e descendentes após o exílio forçado no Haiti, onde recebeu ajuda e teria prometido lutar contra esta instituição compulsória a partir dali. Estavam livres os que lutassem pela independência e se alistassem no exército do general caraquenho, após o que estariam livres, assim como seus filhos e parentes. Será que na Venezuela chamam de “lei para inglês ver”?

No capítulo 12, item 3, “O avanço norte-americano na América Latina”, o material visual destaca-se com imagens de James Monroe, peça publicitária nos EUA explicitando a voracidade sobre o Caribe e particularmente Cuba; a disputa entre Espanha e EUA em outra ilustração de época; charge em grande formato com Roosevelt de policial do mundo com o seu *Big Stick* “disciplinador” onde até os europeus são enquadrados pelo novo gigante do mundo, fecha não só o capítulo, mas também o volume 2 numa espécie de introdução visual ao novo século americano que começaria.

Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi (2016) em “História passado e presente”, dentro da perspectiva que investigamos, como a América hispânica é estudada nos livros didáticos, destaca-se logo na capa ilustrada com imagens de templos e pirâmides em Chichen Itzá, em um volume que abrange das origens da humanidade ao Renascimento Cultural do século XVI. Esse volume 1, assim como quase todos os

outros manuais, possui um capítulo dedicado ao “homem americano” e sua pré-história, ao lado da tradicional narrativa sobre o Sapiens e o Neandertal, nosso cunhado esquisitão. Neste capítulo temos basicamente a exposição das 3 hipóteses de povoamento do continente com muitas reproduções de achados em sítios arqueológicos em território brasileiro, inclusive fluminense. No volume 2, a iconografia entra em campo em grande estilo no capítulo 3, “Povos nativos antes e depois dos espanhóis”, repetindo-se a experiência didática da valorização das imagens tanto quanto ao texto escrito para a compreensão dos temas propostos. A imagem de abertura do capítulo é uma fotografia contemporânea da Festa do Sol na Cuzco moderna. Abundam templos, pirâmides, cerâmicas, rituais, vestimentas e adornos, sítios arqueológicos variados, mapa do século XVI de Tenochtitlan, os massacres documentados nas gravuras de Theodore de Bry, outro campeão de audiência quando o tema é a conquista espanhola e suas violências, aqui com grande destaque na edição da página. Além disso, ilustrando box sobre resistência indígena reaparece o líder rebelde mapuche **Lautaro**, um desconhecido entre nós até aqui, porém em uma imagem romântica e idealizada.

No capítulo 10, “Luta pela independência nas Américas”, o uso de imagens é quase inexistente em vasto tema tão economicamente tratado. Há uma reprodução de tela de Miguel Cabrera, de 1763, com imagem e legenda instigantes, sobre o fenômeno da mestiçagem no México.

Há também uma cena com integrantes da elite criolla argentina do início do século XX, representando um ensaio do hino nacional em 1813, numa evidente reconstrução imaginária de uma europeizada população argentina à época da independência.

Figura 135 - Integrantes da elite criolla Argentina. 1813

Reprodução/Coleção do Museu Nacional da Argentina, Buenos Aires.



Óleo sobre tela de 1909, de Pedro Subercaseaux, representando um ensaio do Hino Nacional na sala da casa de María Sánchez de Thompson em 1813. Na cena, integrantes da elite *criolla* argentina.

Fonte: AZEVEDO, Gislane. *Op. cit.* v. 2. p. 170.

Figura 136 - Tela de 1763 do pintor Miguel Cabrera sobre a mestiçagem mexicana



De mestiço e de índia, coyote, óleo sobre tela do pintor mexicano Miguel Cabrera (1763), que representa uma indígena, um homem mestiço e os dois filhos do casal, também mestiços. A criança nascida dessa união entre indígenas e mestiços era chamada de *coyote*.

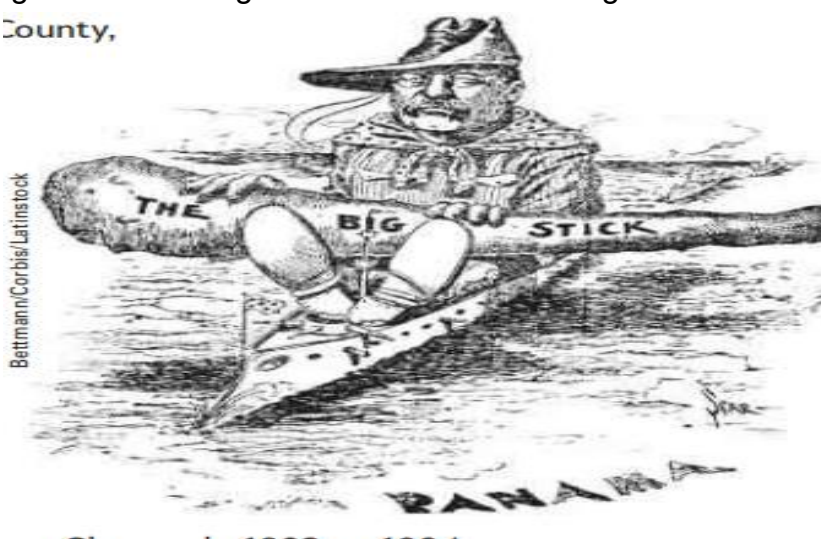
Fonte: AZEVEDO, Gislane. *Op. cit.* v. 2. p. 169.

Os textos escritos são excessivamente genéricos, lacunares, e as imagens, apesar de significativas, são insuficientes neste tema. Assinalo que os dois exemplos são contraditórios entre si, apesar de potentes para deslanchar uma discussão em sala de aula. Uma, afirma a imaginada origem cem por cento europeia dos argentinos (como afirmou o atual presidente daquele país), outra exhibe, em grande formato, um **orgulho mestiço** de “segunda geração”, como informa a legenda. As duas guardam cerca de século e meio entre suas produções, e ambas parecem fazer todo o sentido com uma certa auto percepção desses povos: argentinos são europeus e mexicanos são mestiços ou claramente indígenas.

Em contraponto a essa economia iconográfica sobre a hispano-américa no século XIX, a iconografia sobre a monarquia brasileira é formidável em quantidade e qualidade, podendo ser utilizada de inúmeras maneiras imaginadas pelos docentes e discentes, o que já não ocorre com o tema desta pesquisa.

No entanto, no capítulo XVI, item 6, sobre a “Expansão econômica e imperialista dos Estados Unidos”, temos uso econômico, porém, certo, de imagens em complemento ao texto. O *Big Stick Policy* é retratado através da ironia típica dessa linguagem ao autoatribuído papel de polícia do mundo, com Roosevelt navegando com seu porrete no Canal do Panamá, o que vem se revelando um traço constante neste tema, o imperialismo norte-americano visto por um veio irônico do oprimido; num box temático a parte sobre a imigração para os EUA no tempo presente, a fotografia é do muro que separa a fronteira com o México deserto adentro. Nada mais ilustrativo.

Figura 137 - Charge sobre Roosevelt e o Big Stick
County,



Fonte: AZEVEDO, Gislane. *Op. cit.* v. 2. p. 277.

Figura 138 - Muro que separa o México dos Estados Unidos da América. 2014



Charles Ommanney/Reportage/Getty Images

Em 2006, o governo de George W. Bush aprovou a construção de um muro de cerca de 1,2 mil quilômetros ao longo da fronteira dos Estados Unidos com o México. Pretendia com isso impedir a entrada ilegal de estrangeiros e o tráfico de drogas e de armas no país. O governo estadunidense também começou a construir em 2011 uma prolongação do muro de quase 100 metros em pleno oceano Pacífico para impedir a entrada de imigrantes ilegais, pelo mar, no estado da Califórnia. Na foto, o muro entre Yuma, Arizona e Calexico, na Califórnia (Estados Unidos, 2014).

Fonte: AZEVEDO, Gislane. Op. cit. v. 2. p. 278.

No volume 3 desta Coleção, o capítulo 8, “África, Ásia e América Latina: independência política”, pela primeira vez, encontro referência à virada cultural de nacionalismo em todo o continente hispânico, a partir do México insurgente, na conjuntura da Primeira Guerra Mundial e anos subsequentes com a valorização da cultura dos povos do continente em muitas dimensões.

Também celebravam a mestiçagem de brancos, negros e índios que deu origem à população do continente. No México, a tradição asteca, a história nacional e a cultura popular foram objeto de inspiração para diversos artistas, entre os quais os pintores Diego Rivera (1886-1957) e Frida Kahlo (1907- - 1954) (Azevedo; Seriacopi, 2016, p. 166).

A única imagem a ilustrar o item é uma pintura de 1932 um autorretrato de Frida Kahlo na fronteira entre EUA e México, onde vê-se ícones da cultura mexicana e referências visuais à templos e pirâmides astecas (abaixo).

Figura 139 - Autorretrato de Frida Kahlo



Fonte: AZEVEDO, Gislane. *Op. cit.* v. 2. p. 166.

O Século XX no continente é retratado através de nacionalismo cultural, inúmeras crises políticas e sociais, nacionalismo econômico e emergência do populismo no entreguerras. Vargas, Peron, Cárdenas, Velasco Ibarra e Jacob Arbenz são mencionados, mas não retratados. A única retratada é Evita Peron da Argentina. As ditaduras militares e as revoluções socialistas em Cuba e Nicaragua também merecem atenção em capítulo conjunto com o nacionalismo revolucionário africano e asiático. Não há uma história mais detalhada, mas não há vácuo informativo e analítico como em algumas coleções aqui analisadas.

Figura 140 - 400 anos de História em texto e imagem

OLHO VIVO

Mural 'Sonho de uma tarde dominical no Alameda Central' (1948), do pintor mexicano Diego Rivera.

400 anos de história

Em 1948, o pintor mexicano Diego Rivera criou o mural *Sonho de uma tarde dominical no Alameda Central*. Com 15 m de altura, a obra conta a história do povo mexicano ao longo de 400 anos.

O passado colonial, o período entre os séculos XIX e XX e o período contemporâneo são retratados cronologicamente, da esquerda para a direita.

São quase 150 personagens, entre eles políticos, personalidades e líderes revolucionários, mas também muitas figuras anônimas: as minorias sociais, que compoem a maior parte da população mexicana.

1 A presença da Inquisição na América espanhola é indicada por meio das fogueiras, nas quais morriam muitos dos condenados pela Igreja, da coroa com chicote e das vítimas, representadas com chapéus em forma de coroa.

2 No século XX, Hernán Cortés liderou a conquista espanhola do Império Asteca. Seus olhos estão sobre a bandeira, numa alusão à matança que os espanhóis promoveram contra os astecas.

3 General mexicano entrega um jogo de chaves a um oficial estadunidense, uma alusão às terras do México que, no século XIX, foram anexadas aos Estados Unidos: os atuais territórios da Flórida, do Texas e da Califórnia.

4 Benito Juárez (1808-1872), líder indígena que, com algumas interrupções, presidiu o México entre 1858 e 1872. Tem sua mão na Constituição mexicana.

5 Diego Rivera retratou a si mesmo como uma criança de cerca de nove anos.

6 Trilla Kallio (1907-1954), pintora mexicana que se casou com Diego Rivera em 1929.

7 A figura central do quadro é a caveira Catrina, personagem tradicional do México, geralmente é representada como uma mulher elegante. Transmite a ideia de

que, apesar da aparente riqueza e elegância, todos são mortais. Figura onipresente, a caveira Catrina não é uma ameaça, mas representa uma figura amigável e, no mural, transmite a ideia de renascimento.

8 José Guadalupe Posada (1852-1913), gravatista mexicano, ficou celebre por seus desenhos e gravuras que tinham a morte como personagem.

9 O protagonismo de trabalhadores e indígenas está representado na figura desta mulher indígena, próxima do centro, onde estão os representantes da elite. Ela observa as pessoas em uma posição ativa e desafiadora e pode ser entendida como um símbolo da resistência popular.

10 Homagem ao aviator mexicano Joaquín de la Católica y Pico, na segunda metade do século XIX, foi um dos pioneiros do uso com balões no México, tornando-se uma personalidade popular no país.

11 O ditador Porfirio Díaz (1830-1915), militar que governou o México por cerca 35 anos.

12 Policial (com traços indígenas) tenta impedir a população de se aproximar da elite, no centro, numa alusão às questões sociais do país.

13 Emiliano Zapata (1879-1919), líder da Revolução Mexicana (1910), organizou as milícias camponesas revolucionárias no sul do país.

14 No alto, as indústrias representam o processo de industrialização pelo qual o México passou no primeiro metade do século XX.

15 Francisco Madero (1873-1913), que derrubou Porfirio Díaz e assumiu a Presidência do México sobe a Revolução Mexicana (1910), saúde a população.

Semelhante ao trabalho em 1948, Diego Rivera e o artista Kallio, no momento da criação do mural. (Mural: Rivera, 1948, v. 2, p. 103-105).

Fonte: AZEVEDO, Gislane. *Op. cit.* v. 3. p.172-173.

CONCLUSÃO

Longe de Deus e dos livros didáticos?

Os manuais didáticos de ensino de História vêm passando por transformações gráficas e de orientação pedagógica nas duas últimas décadas, pelo menos. Eles vêm incorporando, mesmo que de forma parcial, algumas novas visões historiográficas e sociológicas surgidas nos departamentos universitários e nos movimentos sociais, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos. Além disso incorporam duas décadas de orientações e recomendações expressas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Nossos livros didáticos vivem (ou viveram...) um dos seus melhores momentos da história dos manuais.

Desta forma, também cumprem um papel de socialização de conteúdos produzidos na Academia ou mesmo em movimentos sociais de afrodescendentes e indígenas para as escolas do ensino básico. Um exemplo claro disto são o conjunto de rebeliões de escravizados/as que são sumarizados nos livros didáticos de História do Brasil, ou a forte presença ameríndia antes e depois da chegada dos europeus e no tempo presente. Grupos sociais outrora marginalizados emergem como personagens importantes na formação do Brasil, especificamente.

Por outro lado, os manuais também cumprem papel de veículo sistematizador de conhecimento escolar produzido no chão da escola. Recordo aqui a clássica divisão entre países que sofreram colonização de exploração e os de povoamento como determinantes do desenvolvimento presente. Típico conhecimento produzido nas escolas básicas que durante algumas décadas esteve presentes em quase todos os manuais de História e hoje já não faz mais parte do repertório de explicações das diferenças entre os países americanos.

As noções de respeito às diferenças de todo o tipo, suspeito, foram produzidas nos dois espaços ao mesmo tempo e se interpenetraram nos manuais didáticos produzidos a partir da introdução do PNLN. Há nos manuais didáticos afirmações que só existem nos espaços e livros escolares de ensino de História e Geografia, pois constituem explicações únicas, determinantes do tempo presente, o que não

encontramos no conhecimento histórico acadêmico, diversificado e múltiplo por natureza e necessidade.

A iniciativa do PNLD vem dando evidentes resultados positivos na qualidade intrínseca dos livros, incorporando as orientações oriundas dos PCN. No presente momento em que o principal Estado da Federação desiste de utilizar, por razões ideológicas, os livros distribuídos pelo PNLD e intenta substituí-los por material didático eletrônico produzido pela empresa do Secretário de Educação preche de erros grotescos é preciso afirmar a relevância e a importância do PNLD. Os livros possuem exatamente o mérito de trazer para dentro das salas de aulas os debates e as novas abordagens sobre as populações e direitos das populações ameríndias, das afro-brasileiras, das mulheres, dos pobres e periféricos, dos LGBTs, os debates decoloniais ou outras versões não-eurocêntricas da história. Isto fica evidente nos textos, nas proporções dos assuntos nos sumários e, principalmente, nas capas dos manuais de História do PNLD analisado, onde inexistem Napoleões e Michelângelos “abrindo os trabalhos”. Há um forte acento ameríndio e afro-americano nos manuais verificados. Afirma-se a luta e os direitos dos oprimidos em vários contextos diferentes. A Globalização, por sua vez, é analisada de um ponto de vista crítico, evidenciando o aumento das desigualdades como resultante principal nos países do Sul.

No tocante ao tema específico desta investigação, o século XIX na América Hispânica em nossos livros didáticos, resume-se ao estudo de algumas independências e alguns problemas iniciais na formação dos Estados Nacionais sem aprofundamento do tema em muitos dos manuais analisados, caracterizando uma grande ausência dos temas, salvo em alguns dos manuais pesquisados que empenham-se em cobrir esse déficit informacional, dando atenção a quatro ou cinco países diferentes e seus processos específicos (Argentina, México, Colômbia/Venezuela e Paraguai são os mais mencionados).

Em contraste, a História norte-americana no século XIX cobre todos os temas mais importantes da narrativa histórica sobre aquela nação em praticamente em todos os manuais analisados: federalismo, escravismo, expansionismo territorial, guerra com o México, guerra civil e a Reconstrução do Sul, extermínio planejado dos nativos norte-americanos, Destino Manifesto, imperialismo, *Big Stick* e outros, havendo um claro predomínio de uma visão didática escolar sobre a História daquele país.

O mesmo ocorre em relação à história do Brasil monárquico e da República. Há riqueza de análises e detalhes em todos os manuais e vasta e didática iconografia.

Algo bem diferente verifica-se em relação a história dos países de língua espanhola, onde são raros os casos de manuais que apresentam um panorama, mesmo que muito geral, sobre a evolução destas nações na segunda metade do século XIX e início do século XX, quando não no restante do século XX, em uma estranha desimportância do espaço geopolítico ao qual pertencemos por destino.

Penso se não vale a pena destacar a contínua redução da carga horária de História como um fator que contribui na decisão sobre o que é “essencial” no currículo, privilegiando o que a própria formação acadêmica considerava “mais essencial”... Afinal, vai longe o tempo em que, com 5 aulas semanais, os professores podiam, inclusive, adotar um livro didático específico de História da América...

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. *Conexões com a história*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: Os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
- AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *História: Passado e Presente*. 1.ed. São Paulo: Editora Ática, 2016.
- BENTO, Luiz Carlos. *O saber histórico e o ensino de história: uma reflexão sobre as possibilidades do ensino escolar da história*. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1301>. Acesso em: 14 de março de 2023.
- BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. v. 1, 2, 3, 4 e 5. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- BETHELL, Leslie. *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 292-293, julho-dezembro de 2009.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. *Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos*. In: KARNAL, Leandro (org). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. (2003): 37-48.
- BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Abordagens históricas sobre a história escolar*. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr., 2011.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Identidade nacional e ensino de história do Brasil*. In: KARNAL, Leandro (org). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. p. 185-204. São Paulo: Contexto, 2010.
- BITTENCOURT, Circe. *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: BITTENCOURT, Circe Fernandes. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BITTENCOURT, Circe. *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: BITTENCOURT, Circe Fernandes. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BOLIVAR, Simon. *Carta da Jamaica. Textos Políticos*. Traduzido do espanhol por Edson Amaro de Souza (e-book kindle). 2020.
- BORGES, Maria Eliza Borges. *História e Fotografia*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BOULOS JR, Alfredo. *História, Sociedade & Cidadania*. 2.ed. São Paulo: FTD, 2016.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), 1996.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1990.

CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. *Oficina de História*. 2. ed. São Paulo: Editora Leya, 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim [Prefácio]. In: COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. *História e Imagem: Os Exemplos da Fotografia e do Cinema*. p. 568-590. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida; SANTIAGO, Pedro. *Por dentro da História*. 4.ed. São Paulo: Escala educacional, 2016.

COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939)*. São Paulo: Rocco, 2014.

COTRIM, Gilberto. *História Global*. 3.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2016.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keyla; PELLEGRINI, Marco. *Contato história*. 1.ed. São Paulo: Quinteto, 2016.

DUBY, George [Prefácio]. In: VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada, 1: do Império Romano ao ano mil*. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUSSEL, Enrique. *1492, o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, p. 1-130, setembro, 2005. Acesso em: 14 de março de 2023.

DUSSEL, Enrique. *Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.31, n. 01, jan./abr. 2016.

FERES JR, João. *El concepto de America Española em Estados Unidos: de la leyenda negra a la anexación territorial*. História Contemporânea: Bauru. Número 28, 2004, p. 61-79.

FERES JR., João. *El concepto de America Espanhola em Estados Unidos: de la leyenda negra a la anexacion territorial*. Historia Contemporanea. Baurú. Número 28, 2004, p. 61-79.

FERNANDES, Luís Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. *Os Estados Unidos no século XIX*. In: KARNAL, Leandro e outros. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. 169p.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. *Renovação da história da América*. p.143-162. In: KARNAL, Leandro (org). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

FERNANDES, Luiz Estevan de Oliveira (org.). *História da América: historiografia e interpretações*. Ouro Preto: EDUFOP-PPGHIS, 2012.

FERNANDES, Luiz Estevan; MORAIS, Marcus Vinicius de. *Renovação da História da América*. In: KARNAL, Leandro (org). História na sala de aula: Conceitos práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010. p. 143-162.

GALEANO, Eduardo. *Veias abertas da América Latina*. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

GASKELL, Ivan. *História das imagens*. In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP 1992.

GASPARI, Elio. *Elio Gaspari: Tarcísio adota rumo paleolítico no estilo de Witzel - Brasil 247* (matéria online). 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/elio-gaspari-tarcisio-adota-rumo-paleolitico-no-estilo-de-witzel>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

GOODSON, Ivor. *A Construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, Ivor. *Currículo, narrativa e o futuro social*. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 35 maio/ago. 2007. P. 241/252.

GOODSON, Ivor. *Currículo: narrativa e história*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOUVEIA, Regiane Cristina. *As ideias positivistas na América Latina – América Latina enferma: racismo e positivismo*. 2016.

GOUVEIA, Regiane. *Nuestra América: identidade e juventude nos escritos de Martí e Rodó*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 13, p. 135-163, jul./dez. 2012.

GRANJEIRO, Cândido. *Cenas da História*. 1.ed. São Paulo: Palavras Projetos Editoriais, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Herança Colonial- Sua desagregação*. HGCB 3, O Brasil Monárquico, 1, O Processo de Emancipação. 4. ed. São Paulo: Difel, 1976.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula, conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Editora Contexto, 6 ed. 2010.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas*. 6.ed., São Paulo: Editora Contexto, 2003.

KARNAL, Leandro *et al.* *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. Contexto, 2011.

LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, setembro, 2005.

LOCKHART, James; SCHWARTZ, B. *América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas*. Decolonialidade e pensamento afro diaspórico. V. 2, p. 27-53, 2018.

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio. *Caminhos do Homem*. 3.ed. Curitiba: Base Editorial, 2016.

MATOS, Ilmar Rohloff; *et al.* *História: 1ª série do 2º grau*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, EDUTEL, 1977.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. *História e Fotografia*. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

MIGNOLO, Walter. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35170820.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2023.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. *História em Debate*. 4.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

MONTEIRO, Ana Maria. *Os saberes que ensinam: o saber escolar*. In: MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História, entre saberes e práticas*, p. 81-111. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

MOTA, Myrian Becho. BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2016.

NEIVA, Eduardo. *Imagem, História e Semiótica*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. São Paulo: USP. N.1. 1993.

O'GORMAN, Edmund. *A invenção da América: Reflexão a respeito da estrutura histórica do novo mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: O nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PALERMO, Zulma. *Desobediência epistémica y opción decolonial*. In: Cadernos de estudos culturais. Campo Grande, v. 5, p. 223-216, jan./jun, 2013.

PANOFSKY, Erwin. *Significado das Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1955.

PELLEGRINO, Gabriela. *Simon Bolivar*. Coleção Fundadores da América. São Paulo: Editora Fundação Memorial, 2008.

POMER, Leon. *As independências na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

POZO, José del. *História da América Latina e do Caribe: Dos processos de independência aos dias atuais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1994.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *Populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, Maria Lígia; SOARES, Gabriela Pelegrino. *História da América Latina*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>. Acesso em: 14 de março de 2023.

QUIJANO, Anibal. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*. Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, 19 (55), dezembro de 2005.

RUBBO, Deni Alfaro. *Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui*. Estudos Avançados. Vol: 32, Número: 94, 2018.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. *O Labirinto Periférico: José Carlos Mariátegui e a sociologia crítica latino-americana*. São Paulo, 2018. 420 f.

SANTOS, Georgina dos; FERREIRA, Jorge; VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro. *História*. 3.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. *História da América das independências aos desafios do limiar do século XXI*. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2012.

SOARES, Gabriela Pelegrino. *A invenção do conceito de América Latina nos séculos XIX e XX*. Aula 1, parte 1, 2, 3 e 4. 2014. Disponível em: <https://eaulas.usp.br/portal/video.action?idItem=6660>. Acesso em: 14 de março de 2023.

SOMBRA, Luiz Henrique Alves. *Fotografia indígena e decolonialidade: Martin Chambí, decolonial avant la lettre (1891/1973)*. Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, Ailton de. *América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história*. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, n. 4, p. 29-39, dez., 2011.

TARDIFF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*. Editora José Olympio, 2011.

VERÍSSIMO, José. *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.22, n. 44, p. 304., julho-dezembro de 2009.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, Bruno. *Olhares da História: Brasil e mundo*. 1.ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

WEPMAN, Dennis. *Simon Bolívar*. Coleção Os Grandes Líderes. São Paulo: Nova Cultural, 1987.